UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JULIO DE MESQUITA FILHO"

EUNICE LADEIA GUIMARÃES LIMA

INSTITUTO ISOLADO DE ENSINO SUPERIOR- FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PRESIDENTE PRUDENTE- 1959-1976: UMA INSTITUIÇÃO ALÉM DAS FRONTEIRAS

MARÍLIA-SP
2005

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JULIO DE MESQUITA FILHO"

EUNICE LADEIA GUIMARÃES LIMA

INSTITUTO ISOLADO DE ENSINO SUPERIOR - FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PRESIDENTE PRUDENTE-1959-1976: UMA INSTITUIÇÃO ALÉM DAS FRONTEIRAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP-Campus Marília, Área de Concentração "Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira", para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof[a] Dr[a.] Arilda Ines Miranda Ribeiro

MARÍLIA-SP
2005

EUNICE LADEIA GUIMARÃES LIMA

INSTITUTO ISOLADO DE ENSINO SUPERIOR - FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PRESIDENTE PRUDENTE-1959-1976: UMA INSTITUIÇÃO ALÉM DAS FRONTEIRAS

COMISSÃO JULGADORA

TESE PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR

Titulares:

Dra. Arilda Ines Miranda Ribeiro – Orientadora

Dr. Alfredo Peixoto Martins

Dr. José Maria de Paiva

Dra. Anna Maria Martinez Corrêa

Dr. Paschoal Quaglio

Suplentes:

Dr. José Luís Sanfelice

Dr. Levino Bertrand

Dr. Celestino Alves da Silva Jr.

Marília, 23 de fevereiro de 2005.

A meus filhos,

Matheus e Lílian

e a meu companheiro,

Carlos

AGRADECIMENTOS

A Deus, de cuja sustentação dependi para realizar o trabalho que ora apresento;

aos meus pais, que, cerceados do acesso ao ensino elementar em idade adequada, não se conformaram com as políticas de educação no país e auxiliaram-me na mudança do meu destino;

à Professora Doutora Arilda Inês Miranda Ribeiro, pela confiança e sempre tão agradáveis e preciosas orientações;

aos professores doutores Alfredo Peixoto Martins e Paschoal Quaglio, que compuseram a banca do exame de qualificação, pelas necessárias e tão bem-vindas sugestões ;

aos professores doutores que compõem a banca examinadora de defesa, pelas observações que me farão crescer;

ao Centro Paula Souza, pelo financiamento, por seis semestres em forma de afastamento parcial remunerado;

à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, por meio do secretario, Dr.Gabriel Chalita, pela bolsa de estudos concedida por um ano;

a todos os funcionários da UNESP-FCT de Presidente Prudente, que sempre tão gentilmente me disponibilizaram documentos oficiais;

aos funcionários do Museu Histórico Municipal de Presidente Prudente, pela paciência;

a todos que me concederam entrevistas e sugestões que me levaram às informações que buscava;

à equipe de Supervisão da Diretoria de Ensino-Região de Presidente Prudente, pelas contribuições com informações complementares, indicação de fontes e pela compreensão e coleguismo;

aos meus alunos do ensino médio, na escola pública, e do ensino superior privado, que aguçaram meu interesse pelas políticas de acesso ao ensino superior;

a todos que contribuíram com a minha formação e me proporcionaram, de forma direta ou indireta, condições para realização do presente trabalho.

RESUMO

A escolha do tema do presente trabalho, com o objetivo de contribuir com a história do ensino superior no Brasil, surgiu da necessidade de compreender as políticas de acesso ao ensino superior no Brasil e mais especificamente, no interior paulista, por isso a escolha do Instituto Isolado de Ensino Superior (IIES) - FFCL de Presidente Prudente-1959-1975, primeira instituição de ensino superior da região e uma das células da UNESP, cuja gênese é pouco conhecida. Por meio de depoimentos orais, consulta a documentos oficiais, da imprensa, e bibliográfica, construí o que pude resgatar da história da instituição. O IIES-FFCL/PP era pleiteado, na década de 1950, atendendo ao interesse da classe média local, para ilustração dos seus filhos e também interesses eleitoreiros locais e centrais. Foi conquistada num momento em que o país vivia a política desenvolvimentista, para o que uma faculdade era importante ícone. Formou professores para o ensino secundário, para o ensino superior público e, principalmente, para o ensino superior privado que começou a se expandir, a partir de meados da década de 1960. Centro de pesquisas, notadamente a pesquisa regional, seus resultados levaram à análise e interferência no espaço regional, por meio da extensão, e são, essas produções, importantes fontes de referência. Sofreu dificuldades com a repressão do regime militar implantado em 1964, formou cidadãos críticos e militantes, muitos dos quais seriam professores na própria instituição e ainda hoje, trabalham na UNESP. Ao ser agrupado a outros IIES para criação UNESP, em 1976, sofreria a perda de 200 das vagas públicas que oferecia anualmente, para formação de professores, justamente num momento histórico de expansão do segundo grau, com a escola pública carente de professores habilitados. A amputação ocorreu por ação do primeiro reitor da UNESP, para reduzir gastos e desmantelar o fértil ambiente de reflexão e produção de idéias, por determinação do Poder Central, mas a comunidade universitária local não se curvou. Eles resistiram conscientes do bom trabalho que ali era realizado, lutando contra cortes da unidade local de outras unidades.Esgotadas todas as possibilidades, sem apoio do Poder Público local, continuaram, com o mesmo caráter dos primeiros desbravadores intelectuais do oeste paulista na construção do que é hoje a UNESP -FCT de Presidente Prudente, destacando-se por seus cursos de formação de professores. A história do IIES-FFCL/PP nos sinaliza que universidade precisa estar mais próxima da população para promover, em meio a todas as camadas sociais, a consciência de que a universidade é importante para toda a sociedade, porque traz benefícios a todos, e pontuar alguns benefícios já conhecidos.

ABSTRACT

The choice of the theme of the present work, with the objective to contribute with the history of the university in Brazil appeared of the need of understanding the politics of access to the university education in Brazil and more specifically, in the interior of São Paulo, because of this the choice of the Intituto Isolado de Ensino Superior- Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente (IIES-FFCL/PP)-1959-1975, the first superior education institute of the region and one of the cells of UNESP, whose genesis is not very well-known. Through oral statements, consultation to official documents, the press, and bibliography, I built what I could rescue of the history of the institution. The IIES-FFCL/PP was required, in the decade of 1950, assisting the interest of the middle class for its children's illustration and also local and central electoral interests. It was conquered in a moment in that the country lived the developmental politic, for which the university was an important icon. It formed teachers for the secondary teaching, the public university and, mainly, for the private university that began expanding, starting from middles of the decade of 1960. Center of researches, principally the regional research, the productions were took in analyze and interference in the regional space, through extension, and are important reference sources. It suffered difficulties with the repression of the military regime, implanted in 1964. It formed critical and militant citizens, many of these were teachers in the own institution, and they still work nowadays in UNESP. When it was grouped to the others IIES, for creation of UNESP, in 1976, it suffered with the extinction of 200 of the public vacancies that were offered annually, for teachers' formation, exactly in a historical moment of expansion of the Segundo Grau, when the public school was lacking qualified teachers. The amputation was action of the first rector of UNESP, to reduce expenses and to undo of the fecund environment reflection and production of ideas, according to determination from the Central Power, but the local university community didn't bend. They resisted conscious of the good work that there was realized, fighting against the reduction of the local unit and other units. Out all the possibilities, without support of the local Public Power, they continued, with the same character of the first intellectual grubber of the west of São Paulo in the construction of the great university center that is, nowadays, UNESP -FCT de Presidente Prudente, standing out for its courses of teachers' formation. The history of IIES-FFCL/PP signals us that university needs to be closer of all the population to promote, among the people, the consciousness that the university is important for the whole society, because it brings benefits for all, and it also is necessary to show some benefits already known.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....11

1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL.....23

2 CONTEXTO DE SURGIMENTO DOS INSTITUTOS ISOLADOS DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO.....39

3 PRESIDENTE PRUDENTE E A FUNDAÇÃO DO IIE-FFCL DE PRESIDENTE PRUDENTE.....49

4 A FUNDAÇÃO DO IIES-FFCL DE PRESIDENTE PRUDENTE E A IMPRNESA LOCAL.....54

4.1 O Imparcial.....55

4.2 Correio da Sorocabana.....74

4.3 A voz do povo.....86

4.4 Considerações preliminares.....114

5 O IIES- FFCL DE PRESIDENTE PRUDENTE.....117

5.1 Consolidação.....117

5.2 Instalações.....123

5.3 Cursos oferecidos.....141

***5.3.1 Pedagogia e Geografia*.....141**

***5.3.2 Matemática* 144**

***5.3.3 Ciências Sociais*.....145**

***5.3.4 Ciências*.....145**

5.3.5 *Estudos Sociais* 147

5.3.6 *Outros cursos* 148

5.4 Administradores 149

5.4.1 Joaquim Alfredo da Fonseca 150
5.4.2 *José Fernando Martins Bonilha*..... 155
5.4.3 Hygino Aliandro 156
5.4.4 *Silvio Fernando Paes de Barros* 159
5.4.5 *José Ferrari Leite* 161
5.4.6 Augusto Litholdo 163
5.4.7 *Alvanir de Figueiredo* 165
5.5 Professores 166
5.5.1 O primeiro corpo docente..... 166
5.5.2 O corpo docente de 1960 a 1975 171
5.5.3 Formas de contratação dos professores..... 178
5.5.4 O regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP..... 181
5.5.5 *Pesquisas de mestrado e doutorado*..... 183
5.5.6 *Outras produções*..... 187
5.6 O corpo discente 190
5.6.1 *Graduados pelo IIES-FFCL de Presidente Prudente*..... 200
6 CANDIDATOS AOS CURSOS DO IIES-FFCL DE PRESIDENTE PRUDENTE...206
7 O IIES-FFCL DE PRESIDENTE PRUDENTE E A DITADURA MILITAR 220
8 A IMPRENSA E O FIM DO IIES-FFCL DE PRESIDENTE PRUDENTE 245
8.1 Folha de São Paulo 245
8.2 O Estado de São Paulo 252
8.3 O Imparcial 266
8.4 Correio da Sorocabana 296
9 O FIM DO IIES-FFCL DE PRESIDENTE PRUDENTE E A EXTINÇÃO DE QUATRO CURSOS 301
9.1 A legislação e os fatos – considerações 326
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS 343
BIBLIOGRAFIA 360
ANEXOS 370

INTRODUÇÃO

"Para mim, a história é a soma de todas as histórias possíveis, uma coleção de misteres e de pontos de vista, de ontem, de hoje, de amanhã "
Ferdnand P.A. Braudel

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida com o objetivo de constituir a história do Instituto Isolado de Ensino Superior - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente, ao longo desse trabalho denominado IIES –FFCL de Presidente Prudente, no período de 1959, ano em que foi inaugurado, a 1975, ano em que realizaria seu último vestibular, sendo, a partir de 31 de janeiro de 1976, transformada em uma unidade da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), por ato do governador do Estado de São Paulo que criou a terceira universidade do estado, da junção dos institutos isolados públicos existentes, além da criação de outras unidades.

Quais as circunstâncias de sua fundação, suas realizações ao longo dos 17 anos de existência, circunstâncias do processo de aglutinação com outros institutos isolados, formando a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), como se deram, no âmbito escolar, as mudanças educacionais e políticas, que aconteceram durante sua existência, como a instituição sobreviveu a estes impactos, como ocorreu o fechamento de quatro cursos, em 1976, ficando apenas os cursos de Geografia e de Matemática, porque os cursos de Presidente Prudente e não de outro instituto, foram fechados, qual a reação da comunidade escolar e do município a essas mudanças são alguns aspectos reconstituídos e interpretados.

A análise e interpretação dos fatos recuperados permitiram-me comprovar que a instituição contribuiu para a qualificação cultural e desenvolvimento local e regional.

Busquei compreender as relações sociais, de poder, de conflito de classes, a posição dos intelectuais locais durante a existência do IIES-FFCL de Presidente Prudente, bem como durante o processo de transformação em UNESP, em 1976.

Tal pesquisa tem relevância justificada porque a fundação da instituição faz parte de um significativo conjunto de ações para a expansão do ensino superior no Estado de São Paulo durante a década de 1950, sendo o IIES-FFCL de Presidente Prudente um marco no desenvolvimento cultural e econômico do oeste paulista, uma instituição de ensino superior com sua fundação rodeada por resistências das elites intelectuais do Estado, e que sobreviveria a todas as mudanças do período 1959-1976, especialmente ao regime militar, embora não tenha ficado ilesa a seu sistema repressor.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa relevante para a história do ensino superior na região, no Estado de São Paulo e no Brasil, conquanto os seus resultados são mais que apenas um conjunto de informações para atender aos curiosos sobre o passado do ensino superior no oeste do Estado de São Paulo. Os resultados contribuirão para podermos "[...]compreender como e por que [...]" o ensino superior no interior paulista, "[...] veio a ser o que hoje é, e para onde se dirige."(HOBSBAWM, 1998, p. 5).

Por meio do estudo realizado, pude, também, compreender o processo de expansão do ensino superior no país, no Estado e as resistências a essa expansão. Pude melhor compreender o momento atual e as perspectivas futuras para o ensino superior no Brasil, buscando, segundo Neidson Rodrigues (1993), nas entranhas do passado, sinais do futuro.

Essa reflexão sobre o ensino superior se faz necessária num momento em que o ensino superior público e privado tem ocupado, com muita freqüência, o centro das discussões e merecido grande espaço na mídia, e são inúmeras as opiniões sobre as causas da situação do país no processo de globalização, relacionadas com o ensino superior ou a falta

dele, bem como são inúmeras as "receitas" apresentadas a serem aplicadas para que o país alcance os níveis exigidos para a competitividade.

Os educadores e pesquisadores, notadamente na universidade pública, também têm refletido, constantemente, sobre sua prática, sobre a formação que estão oferecendo, embora o espaço na mídia para educadores falarem sobre a educação e suas reflexões seja muito pequeno e o próprio poder público, ao tomar decisões, muitas vezes, tenha desconsiderado as reflexões e produções que se realizam na universidade brasileira.

A autonomia, palavra tão em moda, não tem se configurado nos discursos oficiais sobre educação, nos últimos anos, como a possibilidade de a universidade pública gerir os recursos públicos a ela destinados com mais liberdade. Autonomia tem se traduzido em responsabilidade da universidade de buscar recursos em parcerias, ou produzir seus próprios recursos, enquanto o poder público se isenta gradativamente do financiamento do ensino superior. É o discurso em defesa da privatização do ensino superior, que, contraditoriamente, é acompanhado de grande crítica à abertura de escolas superiores pela iniciativa privada.

Pude entender, com este trabalho, como as elites detentoras do poder, ou a ele agregadas, tiveram papel importante para o retardamento da expansão do ensino superior no país e como, ainda recentemente, esse movimento continuou dificultando sua expansão, seja com a abertura de vagas públicas, seja com o controle da oferta de vagas nas instituições privadas.

Os resultados auxiliaram-me na compreensão de como se deram tais fatos e oferecem luzes para compreensão do momento atual, em que, como em épocas de repressão, a voz do educador é calada, ou não é ouvida. Permitiu-me, também, entender melhor esse momento para que como educadores, se não tomarmos decisões, para as quais não temos poder, pelo menos possamos nos posicionar de forma consciente.

Pude conhecer como o IIES-FFCL de Presidente Prudente contribuiu para o desenvolvimento regional, notadamente num período em que era a única instituição de ensino superior no município, ou, alguns anos depois, quando eram poucas as escolas de mesmo nível no município e na região.

Constatei que, depois do importante passo que foi a criação dos IIES no interior paulista, o poder público estadual não continuou o projeto de expansão do ensino superior e, assim, a democratização deste nível de ensino ainda está longe de ser alcançado no Brasil, conforme ocorre com países que não têm como tradição ações políticas pensadas a longo prazo, mas que "... se movem de crise em crise tentando resolver problemas imediatos." (EICHENGREEN, 2001).

Existem trabalhos que tratam dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo como o de Corrêa (1998), Bianchi & Pastore (1972), Bernardo (1986), Buschineli (1988), Abreu (1989), Vaidergorn (2003), Magalhães (1998) que confirmam a relevância de estudos sobre tais instituições. São estudos que contribuem para a história da gênese da UNESP, pois muitos que participaram da construção dos IIES-FFCL ainda estão presentes na UNESP e continuam como agentes históricos dessa peculiar universidade multicampi do Estado de São Paulo.

Só uma reconstituição histórica, tomando especificamente o IIES-FFCL de Presidente Prudente como objeto de pesquisa, no entanto, para o que Abreu (1989) muito contribuiu, é que poderia dar conta de escavar realidades profundas, que, segundo Braudel (apud BURKE,1997) podem ser reveladas nas correntes abaixo da superfície dos acontecimentos.

Utilizei, para um estudo mais amplo sobre o ensino superior no Brasil e no Estado de São Paulo, a produção bibliográfica existente sobre a história do ensino superior, bem como sobre o conceito de universidade, o que se fez necessário para bom cumprimento

da tarefa a que me propus, tendo como pressuposto que determinados fatos que influenciaram o cotidiano do IIES-FFCL de Presidente Prudente são recorrentes na história do ensino superior do Estado e do país. Tal confirmação é elemento importante para a adequada interpretação do contexto local.

Utilizei dados provenientes de documentos oficiais da instituição e particulares, a legislação federal e estadual, pesquisas realizadas anteriormente sobre os IIES, pesquisas realizadas por professores do IIE-FFCL de Presidente Prudente, fotografias dos arquivos da UNESP-FCT de Presidente Prudente e de ex-alunos e ex-professores da instituição.

A análise de documentos da imprensa local - *O imparcial*, *A voz do Povo* e *Correio da Sorocabana* - e dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* - também foi uma opção necessária, que me permitiu conhecer os fatos do ponto de vista do momento exato em que eles aconteceram e saber, também, pelo destaque, ou não, que a imprensa deu a determinados fatos, se eles mereceram relevância dos jornais, e qual a orientação e os interesses que dirigiam os grupos ligados a esses jornais.

Encontrei jornais locais do período em exame no arquivo do Museu Histórico Municipal de Presidente Prudente e também nos arquivos da Biblioteca da UNESP-FCT de Presidente Prudente, a qual conta com grande volume de publicações de notícias sobre o IIES-FFCL de Presidente Prudente veiculadas pelos jornais locais *O Imparcial* e *Correio da Sorocabana,* bem como cópias de produções científicas de professores ou alunos, desde os primeiros anos do IIES- FFCL de Presidente Prudente.

A administração da UNESP-FCT de Presidente Prudente também disponibilizou registros de alunos, de professores, atas, legislação estadual e federal relativas ao ensino superior para que informações fossem coletadas.

As atas das sessões da Câmara Municipal de Presidente Prudente, com cópias disponíveis no arquivo da Biblioteca da UNESP- FCT de Presidente Prudente, foram importantes fontes para conhecer os interesses contraditórios, quando se decidia sobre a criação do IIES-FFCL de Presidente Prudente e, a seguir, sobre a local de construção do prédio da instituição, questões que pude observar a partir do ponto de vista que os parlamentares tinham na época.

Em pesquisas históricas que têm como objeto de estudo um passado remoto, o pesquisador raramente pode contar com registros da história oral. Pode, às vezes, contar com correspondências particulares que foram preservadas, que não foram escritas, porém, com o objetivo de registrar fatos. Assim, o pesquisador tem muita dificuldade para resgatar o cotidiano das pessoas não ligadas ao poder, que não figuraram nos registros oficiais.

Para a pesquisa que desenvolvi, por se tratar de levantamento da história de um passado recente, o testemunho oral de participantes da existência da instituição em estudo foi de relevante contribuição. Esta fonte se fez necessária, também, porque não havia produção escrita sobre o cotidiano da instituição. Ele teve que ser construído a partir de depoimentos orais gravados e transcritos à disposição de pesquisadores no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM) e de depoimentos orais gravados por mim. Os entrevistados foram escolhidos a partir da análise de informações documentais: professores, alunos e funcionários da instituição no período em exame, pessoas que foram alunas e depois professoras, diretores, pessoas envolvidas com o ensino superior no município. Os primeiros entrevistados ofereciam informações sobre outros que poderiam apresentar informações relevantes para o trabalho e, assim, à medida que nomes eram citados, novas decisões sobre quem entrevistar foram tomadas. Conversas informais sobre a pesquisa que estava sendo desenvolvida levaram-me, algumas vezes, quase ao acaso, a novos entrevistados, bem como a novas fotografias, novos documentos.

A opção por depoimentos orais gravados em áudio e posteriormente transcritos, ao invés de entrevista escrita a partir de um questionário, também se fez necessária, pois, desta forma, pude refletir sobre as informações que o entrevistado fornecia, decorrendo daí novas perguntas não previstas, bem como a decisão de novas perguntas aos próximos entrevistados.

Conforme Demartini (1999), esta forma aberta a novas indagações, sem um roteiro padronizado, permite ao entrevistador, ao longo da conversa, entrever aspectos importantes para o trabalho não previstos, inicialmente, e que o entrevistado pode oferecer, em suas falas, instigado pelas indagações que o entrevistador, a partir do que ouve, decide fazer.

Em alguns momentos, deixei que o entrevistado falasse livremente, passando de um assunto a outro, uma história puxando outra história, à medida que ia se lembrando, pelo grau de importância dos fatos memorados para ele, conforme ele julgou importante relatar. Foi esse o procedimento, por exemplo, na entrevista a Wilson Marques (2003), que relatou, com detalhes, vários fatos que presenciou durante os anos em que trabalhou na instituição. Esse procedimento também foi adotado para vários depoimentos orais que consultei, resultado de entrevistas realizadas por outros pesquisadores e que estão à disposição para pesquisa no CEDEM (Centro de Documentação e Memória da UNESP).

A repetição de fatos, durante o relato livre, por vários entrevistados foi importante elemento para comprovar a importância não apenas individual mas coletiva de tais acontecimentos, o que me permitiu construir o cotidiano da instituição.

Ainda trabalham na UNESP-FCT de Presidente Prudente alguns integrantes da administração do período em estudo, os quais não aceitaram realizar depoimentos orais, porém indicaram pessoas que poderiam fazê-los para resgate do cotidiano da época em estudo, bem como suas interpretações de tal período.

Consciente dos vieses em que se pode incorrer, dependendo da escolha do entrevistado, os depoimentos foram confrontados entre si e confrontados com os registros oficiais e de imprensa, sendo todos fontes complementares para realização do trabalho de interpretação que ora apresento. Como os entrevistados, de modo geral, não se lembram de datas exatas, a confronto das informações coletadas oralmente com documentos oficiais escritos foi uma necessidade.

Os depoimentos é que contribuíram para resgatar a história em movimento, algumas práticas educativas e o cotidiano da instituição, os alunos, os professores, sua atuação enquanto profissionais, evitando o que Catani (1998) critica em obras de história da educação que são omissas quanto ao cotidiano escolar ou a ele fazem referências muito breves. Interpretando essas informações, busquei compreender o momento histórico em seus aspectos sociais e político-educacionais, para compreender as características peculiares que a instituição desenvolveu, para conhecer, no seio da escola, qual era o espaço social ali construído.

Ao lidar com tais documentos procurei ter como princípio o que prescreve Bloch (1996) ao historiador: o dever primeiro de ser sincera ao tratar de uma instituição que hoje é parte da UNESP, da qual sou aluna. Ao interpretar as informações coletadas e a documentação oficial, notadamente a produzida em tempos de ditadura, procurei ter claro que não se podem aceitar cegamente os conteúdos dos registros, pois "... nem todos os relatos são verídicos e os vestígios materiais podem ser falsificados." **(** BLOCH ,1996, p.73).

Ao resgatar o passado, o pesquisador tem o poder de "... colocar em questão os documentos, lendo-os nas entrelinhas e fazendo-os revelar."(BURKE; 1997, p.97) o que nem mesmo seus autores sabiam. Tais observações foram consideradas, no trato com fontes secundárias, e mesmo com fontes primárias, pois, conforme Carr (1978), utilizando como exemplo, o trabalho de Bernhard que teve como fonte os documentos oficiais deixados por

Gustav Stresemann, “Os documentos não nos contam o que aconteceu, mas somente o que Stresemann pensou que aconteceu, ou o que ele queria que os outros pensassem, ou talvez, ele próprio queria pensar que tivesse acontecido.”(CARR,1978, p.18)

Eis aí uma confirmação da necessidade de variadas fontes na realização do trabalho que desenvolvi. O tratamento que é dado às informações presentes nos documentos e notadamente nos depoimentos, bem como a leitura da ausência de outras informações, a decisão sobre quais informações considerei relevantes e em que ordem deviam figurar no trabalho permitiram-me elaborar o resgate da história na qual a memória está contida. (MENESES, 1999).

Enquanto documentos oficiais escritos estão arquivados na UNESP-FCT, as fotografias a que pude ter acesso, mesmo quando registram eventos oficiais, não tiveram, na instituição, por algum tempo, tratamento de documento. Em razão disso, muitas fotografias sem a devida catalogação, identificação do evento e a data encontram-se guardadas em caixas, em uma das seções da UNESP-FCT à espera da conclusão de sua catalogação, o que depende de pessoas que se lembrem dos eventos para definir o registro. Tive, portanto, que recorrer a essa forma de investigação para identificar algumas fotos que apresento neste trabalho.

Tal tratamento com as fotografias se justifica. O estudo da imagem iconográfica - registros fartamente disponíveis com a “democratização” das câmaras fotográficas - em razão das dificuldades de sua leitura, como documento para pesquisas acadêmicas é muito recente, estando relegado, por muito tempo, a um plano dispensável em relação à primazia do texto escrito, como a forma máxima de expressão no mundo ocidental. Conforme Moreira Leite (1998), a fotografia apenas começa a ser redescoberta como forma tradicional e oral de comunicação e sua leitura exige uma “alfabetização”.

Além deste “analfabetismo” iconográfico, há que se acrescentar que, nas décadas de 1960 e 1970, conforme Bragato (2002), a maioria dos alunos da instituição não

tinham acesso a câmara fotográfica doméstica, sendo, em razão disso, poucos também os registros fotográficos particulares.

Assim, momentos importantes do ponto de vista de alguns entrevistados e, notadamente, do ponto de vista do investigador, não foram registrados em fotografias para os arquivos da instituição e, muitas vezes, também não o foram pelos jornais locais.

As fotografias apresentadas neste trabalho, portanto, estão muito aquém do que seria importante apresentar.

Muitas perguntas que foram surgindo à medida que a pesquisa se desenvolvia, conforme já mencionei, orientaram o próximo passo na busca de respostas. Outras perguntas não tiveram respostas. Algumas, possivelmente, serão dadas por aqueles que, tendo conhecimento do período e do contexto em exame, vierem a ler este trabalho, pois esta é uma interpretação, tomando por base as informações que consegui obter nas várias fontes consultadas.

Trata-se de um trabalho inconcluso, uma vez que muitos dos agentes construtores da história do IIES-FFCL de Presidente Prudente que ainda estão presentes na UNESP-FCT Presidente Prudente, ou mesmo fora da instituição, têm muito na memória que poderão, ainda, num próximo trabalho, fazer delas uma grande contribuição para a história da gênese da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” e que esta produção seja superada, é o que se espera (CARR, 1978).

O presente trabalho está estruturado em nove capítulos.

No capítulo um, apresento um histórico das políticas públicas de acesso à educação no Brasil, com o objetivo de melhor compreender o momento histórico em que os institutos isolados de ensino superior do Estado de São Paulo foram criados.

No capítulo dois, apresento o contexto de surgimento dos institutos isolados de ensino superior do Estado de São Paulo, com o objetivo de melhor entender o momento político nacional e estadual em que surgiu o IIES-FFCL de Presidente Prudente.

No capítulo três, pode-se conhecer o contexto local, com pequena abordagem da história de Presidente Prudente, para compreender as características peculiares locais e da região em que a instituição surgiu, o que determinou alguns rumos que a escola seguiria nos anos seguintes.

No capítulo quatro, informo como o IIES-FFCL de Presidente Prudente figurou na imprensa local, desde as especulações sobre sua criação até o seu primeiro ano de existência. Por meio do que publicaram os jornais, compreende-se a dinâmica social local e regional que envolveu a criação da primeira escola de ensino superior da região, as forças favoráveis e contrárias e os vários interesses.

No capítulo cinco, apresento o IIES-FFCL de Presidente Prudente, propriamente: o processo de consolidação da instituição, que se fez localmente, por iniciativa dos próprios professores que ali trabalhavam e acreditavam na educação; o histórico das instalações físicas do IIES-FFCL de Presidente Prudente, precárias até 1969, reflexo da falta de interesse do Poder Público local, trazendo dificuldades para a instituição se impor local e regionalmente; um histórico dos cursos oferecidos pelo IIES-FFCL de Presidente Prudente ao longo de seus 17 anos, as características dos cursos, as condições de criação de cada um deles; os sete diretores que administraram o IIES-FFCL de Presidente Prudente, características pessoais, realizações e influências positivas ou negativas para a instituição; os professores que lecionaram no IIES-FFCL de Presidente Prudente, forma de contratação, sua produção científica , o que mostra que havia uma vida acadêmica intensa, e que a instituição realizava, a contento, o ensino e a pesquisa, apesar das condições pouco favoráveis; informações e

interpretações sobre o cotidiano do corpo discente, primeiros alunos da instituição e o número de graduados em cada curso até 1975.

No capítulo seis, exponho o que se pôde resgatar sobre os candidatos aos cursos oferecidos pela instituição (origem, gênero, faixa etária) e busco interpretar essas informações, para definir o perfil dos que desejavam estudar na instituição.

No capítulo sete, exponho o que consegui resgatar do cotidiano da instituição sob o regime militar, como ela conseguia se manter firme, apesar de visada, em razão de ser um local, por excelência, formador de intelectuais. Procurei resgatar a dinâmica contraditória entre a reação e a cooptação.

No capítulo oito, apresento o que significou para a região a criação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", por meio de análise do que publicaram os jornais locais e, especialmente, a *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo.*

No capítulo nove, exponho o que recuperei do cotidiano da instituição nos anos de 1975 e 1976, período que antecedeu o fim do IIES-FFCL de Presidente Prudente, o fechamento dos cursos de Pedagogia, Ciências Sociais, Estudos Sociais e Ciências, em 1976, e a reação local; realizo também uma análise, comparando a legislação vigente em 1975 e 1976 e os fatos ocorridos em Presidente Prudente - encampação do IIES-FFCL de Presidente Prudente pela UNESP e extinção de quatro de seus seis cursos - e teço algumas considerações sobra a controvérsia entre os textos legais e a realidade, que, muitas vezes, os nega.

Por fim, teço considerações sobre o que significou para a cidade, a região e o Estado de São Paulo a existência do IIES-FFCL de Presidente Prudente, as razões e o significado que teve seu fim e a extinção de quatro de seus cursos. Busco, ainda, elaborar algumas reflexões sobre o que a história da instituição nos sinaliza.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL

Para compreender a questão das políticas públicas de educação superior no Brasil, mesmo abordando o tema por meio do estudo de uma instituição, necessário se faz entender o contexto brasileiro do período em estudo, para o que é imprescindível também o conhecimento do contexto histórico dessas políticas, pois

> [...] não há como separar a análise da instituição universitária do contexto histórico em que ela se manifesta, pois partimos do pressuposto de que as instituições educacionais são instrumentos criados e utilizados pela sociedade para reproduzir o sistema de relações existentes, de forma a garantir e perpetuar a própria sociedade em sua forma atual.(GRACIANI, 1982. p.17)

A possível existência de uma instituição que objetivou a transformação da sociedade, e não a perpetuação de sua forma, também só poderá ser verificada se me debruçar sobre o contexto de seu surgimento e seus antecedentes históricos. Para se conhecer a fundo a educação a ponto de tal conhecimento ser útil para antecipar o futuro e compreender o presente, há que se estudar cuidadosamente sua história. Os resultados de estudos da história do ensino superior no Brasil é que exponho neste capítulo.

A educação escolar tem, em sua origem, por característica ser excludente (BRANDÂO, 1983). Desde as primeiras civilizações, quando surgiu a educação formal, mesmo antes da invenção da escrita, servia para transmitir a alguns determinados conhecimentos que os fariam detentores do poder, diferentes, mais poderosos que os demais. Com o surgimento da escrita, ela foi utilizada para melhorar o processo de transmissão cultural à camada detentora do poder, aumentando o fosso entre os que tinham acesso à educação e os excluídos, sendo utilizados recursos como a disseminação da crença que ler e escrever era um dom sobrenatural dispensado pelos deuses só aos escolhidos.

A escola, portanto, desde os níveis elementares, foi, ao longo da história da humanidade, excludente, conforme se pode constatar na produção historiográfica. Também as

possibilidades de acesso a ela ao longo da história, sempre foram fruto de lutas e reivindicações. A escola elementar, entendida como um bem a que todos devem ter acesso, é algo que começou a se tornar realidade apenas a partir do século XIX, em algumas regiões, um pouco antes e, em muitas nações, ainda hoje, algo a se conquistar.

Em se tratando de níveis mais avançados, como a educação superior, esta exclusão sempre foi muito mais acentuada e explícita.

No Brasil, as políticas públicas sempre conduziram a uma exclusão escolar de níveis tão altos, que o que temos, na verdade, ao longo dos séculos, é mais uma história da falta de educação**.**

O período colonial brasileiro é marcado, quase totalmente, pela educação escolar excludente desde o nível elementar. Os jesuítas irmanados com o Estado Português, durante 210 anos (1549-1759) ocuparam-se com a instrução dos filhos da elite colonial. Reservaram à maioria dos índios que eles arregimentavam em suas missões a catequese e a domesticação, para torná-los dóceis, e, principalmente, produtivos para a própria Companhia de Jesus[1], conforme seria, posteriormente, comprovado pelo Marquês de Pombal, primeiro ministro de D. José I, quando os expulsou do Brasil (1759), acusando-os de terem um estado dentro do estado. (PRADO JR, 1994).

A educação pombalina só chegaria depois de 13 anos ao Brasil, com as aulas régias, que pouca influência teria na formação brasileira, em razão do curto período em que vigorou.

Embora diferentes, tanto a educação jesuítica quanto a pombalina, foram excludentes, segundo Ribeiro (1997), pois só tiveram acesso a elas a elite colonial.

[1]Wätjen (1938) e Rodrigues (1940) dão notícia que, durante o período de domínio holandês , protestantes alfabetizam indígenas e filhos de escravos. As cartas do Padre José de Anchieta registram alfabetização e ensino de filosofia a indígenas, pelos franceses protestantes, no período da ocupação francesa na região do Rio de Janeiro no século XVI. O diário de Mathias Beck, funcionário da Companhia das Índias Ocidentais, dá notícia de índios alfabetizados na região do Ceará no século XVII.

Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, o panorama educacional mudaria apenas para a elite. Aqueles que tinham escola no reino e alguns poucos dos quadros governamentais da colônia, que antes enviavam seus filhos a Coimbra para freqüentar as academias, passaram a dispor de cursos superiores no Brasil mesmo (até então proibidos por lei), já que Portugal estava sob o domínio francês de Napoleão Bonaparte.

Para isso, D. João VI fundaria a Academia Real Militar, Academia da Guarda Marinha, Academia de Medicina, Laboratório de Química, Curso de Química (Química Industrial, Geologia, Mineralogia), Cursos de Cirurgia, de Anatomia, de Economia, de Agricultura, Academia de Desenho, recebendo alunos oriundos da elite e para atender aos interesses da própria elite.

Nenhuma iniciativa houve, no entanto, de escolas para as massas, para os trabalhadores, que, sequer, seriam mencionados em leis de educação até a independência.

Apesar dos debates em favor de educação para todos e de constar da primeira constituição brasileira (1824) o direito à educação gratuita a todo cidadão, nada se faria para sua concretização; nada sobre destinação de verbas para se pôr a lei em prática.

A educação em nível superior, dada a sua importância para a formação dos quadros burocráticos, continuou a cargo do Poder Central desde a primeira constituição. Tendo o ensino superior nascido junto ao governo central, gerado por ele e para cumprir as funções que interessavam às camadas representadas no poder, com a independência acrescentar-se-iam cursos para atenderem aos mesmos interesses. São criados, segundo Cunha (1980), os Cursos Jurídicos (1827) em São Paulo e Olinda (transformados em Faculdades de Direito, em 1854), Curso Jurídico no Rio de Janeiro (1835) e em Pelotas - RS (1883). Em 1874, a Escola Central (criada em 1854) da Academia Militar passa a se chamar Politécnica e torna-se civil. Em1875, cria-se a Faculdade de Agricultura em Cruz das Almas –BA.

Enquanto isso, as escolas de primeiras letras, a cargo das províncias e vilas, encontravam-se em situação precária, pois nas poucas escolas que existiam, com os salários baixíssimos que se pagavam, apenas pessoas leigas aceitavam ser professores. Além disso, o descaso com a educação popular se refletia na também precária formação dos poucos professores licenciados nas tardias escolas normais criadas no Brasil (TANURI, 2000). A precariedade era tal que o Colégio Pedro II, que se incumbia da educação, desde as primeiras letras, apenas para os filhos da elite da corte, preferia preparar seus próprios professores. Assim, a grande maioria da população não se envolvia na demanda pelo acesso ao ensino superior, pois não possuía nem mesmo os rudimentos de leitura e escrita.

Para ingressar na Academia de Belas Artes, criada em 1824 (antiga Academia de Desenho criada por D. João VI) exigia-se apenas saber ler, escrever e contar, uma vez que ela não dava acesso à burocracia do Estado. Para os demais cursos de nível superior, no entanto, os cursos preparatórios e os exames selecionavam seus ingressantes, destacando-se também o rigor dos critérios para provimento dos cargos de diretor, professor e bedel nas academias, além de instituir penalidades aos estudantes infratores das normas, o que levava à evasão, processo que, na verdade, tinha o papel de selecionar os que conseguiriam concluir os cursos.

Não faltaram, durante todo o período imperial, projetos dirigidos à Assembléia Geral Legislativa, para criação de escolas superiores e de universidades, mas eles dificilmente se concretizavam, pois nunca eram aprovados. Os cursos só eram autorizados à medida que o aparelho burocrático necessitava de profissionais por eles formados. As escolas não nasciam da preocupação e necessidade de se elaborar e desenvolver um modelo cultural brasileiro, mas do interesse do Poder Central, isto é, das classes representadas no poder, de oferecer ensino superior para os seus filhos.

Ao fim do período monárquico, tínhamos as escolas superiores voltadas para campos reduzidos do saber (medicina e correlatos, engenharia e correlatos, direito e agronomia) localizadas em sete cidades (Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto, Salvador, Recife/Olinda, Cruz das Almas e Pelotas), com 2.300 estudantes.

Em 1875, fundou-se a Escola de Minas, em Ouro Preto. Tratava-se de um projeto existente desde 1835 e que demorou a se concretizar por resistência da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que era contra a abertura de mais um curso para a mesma formação no país.

Nesta resistência já se percebe, explicitamente, a campanha dos que alcançaram o ensino superior, para que este nível de ensino continuasse símbolo de distinção social e privilégio para poucos que, com um diploma de curso superior, tinham para si as portas da burocracia abertas, independentemente de comprovação de mérito pessoal.

Sobre a função do ensino superior no Brasil no século XIX, escreveu Holanda:

> Não haveria grande exagero em dizer-se que, se os estabelecimentos de ensino superior, sobretudo os cursos jurídicos, fundados desde 1827 em São Paulo e Olinda, contribuíram largamente para a formação de homens públicos capazes, devemo-lo às possibilidades que, com, isso, adquiriam numerosos adolescentes arrancados aos seus meios provinciais e rurais, de “viver por si”, libertando-se progressivamente dos velhos laços caseiros, quase tanto como aos conhecimentos que ministravam as faculdades. ... Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário ”patrimonial” do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles aufere, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático. O funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. Mas em sua essência ele é tanto mais diferente do burocrático, quanto mais caracterizados estejam os dois tipos.(HOLANDA, 1978, p.104-6)

Holanda verifica que, também na década de 1930, a mesma fome de cargos públicos ainda era o objetivo dos que buscavam o ensino superior:

> Ainda hoje são raros, no Brasil, os médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, professores, funcionários, que se limitem a ser homem de sua profissão. Revemos constantemente o fato observado por Burneister nos começos de nossa vida de nação livre: "ninguém aqui procura seguir o curso natural da carreira iniciada, mas cada qual almeja alcançar aos saltos os altos postos e cargos rendosos: e não raro o conseguem [...] ocupar cinco ou seis cargos ao mesmo tempo e não exercer nenhum não é coisa rara". (HOLANDA, 1978, p.114-5).

Da forma como o ensino superior surgiu no Brasil, ele era naturalmente excludente, pois, para se ter acesso a ele, era necessário galgar os níveis anteriores, aos quais a grande massa não tinha acesso. Assim, as discussões sobre direito à educação, durante a primeira assembléia constituinte (1823), giraram em torno do acesso à instrução elementar, como condição necessária para uma nação que se queria livre.

Em razão da exclusão predominante, desde os rudimentos de leitura e escrita, os primeiros conflitos gerados pela busca do ensino superior começariam a acontecer apenas no final do século XIX, contrapondo-se à aristocracia rural representada no poder, quando a burguesia enriquecida, cerceada das oportunidades de acesso às escolas superiores oficiais existentes, recorre ao ensino superior privado**.**

As camadas desfavorecidas da sociedade brasileira só começariam a lançar olhares mais insistentes e a debater a questão do direito à educação em nível superior, com movimentos reivindicatórios de acesso à universidade, quando, depois de séculos de luta, começaram a alcançar o nível médio de escolaridade, o que lhes permitiu reivindicar vagas para o ensino superior.

Em *Universidade Temporã*, Luiz Antônio Cunha (1980) mostra como as elites detentoras do poder ou a ele agregadas, tiveram papel importante para o retardamento do ensino superior no país e como, ainda recentemente, esse movimento continuou dificultando sua expansão, seja com a abertura de vagas públicas, seja com o controle das instituições privadas.

Nos primeiros anos da República, havia se multiplicado o número de faculdades isoladas, entre elas, as escolas superiores livres, de iniciativa privada, que

possibilitavam o acesso a esse nível de ensino à burguesia que se formava e à emergente classe média, que, até então, eram excluídas. A elite, aqueles que tinham no diploma uma garantia para legitimar a ocupação de cargos de maior remuneração, prestígio e poder e de distinção social, sentindo-se ameaçada, pressionou o Poder Central para controlar a oferta de vagas (CUNHA, 1980).

Para isso, o Poder Central alegava que o despreparo do aluno no ensino secundário "contaminava" o ensino superior, e, portanto, os candidatos precisavam ser "rigorosamente selecionados", sendo a redução de vagas uma forma de permitir o ingresso apenas aos "melhores".

Pelo Decreto 11.530 de 1915 (Reforma Marcos Maximiliano), as escolas superiores que funcionavam em cidades com menos de cem mil habitantes, ou em capitais cujos estados não tivessem um milhão de habitantes, não seriam equiparadas às escolas dos grandes centros. Permitia-se a existência de apenas duas faculdades iguais por estado, e apenas uma escola privada na cidade em que já houvesse uma escola oficial. Instituiu um vestibular em que o candidato deveria realizar exame de proficiência em duas línguas estrangeiras, o que traria os resultados que interessavam às elites, pois, no ano seguinte ao da implantação da reforma, o ingresso ao ensino superior reduziu em cerca de 90%.(CUNHA, 1980).

O ingresso nos cursos superiores era por meio de exames que apenas davam legalidade ao processo, mas que não provavam que os ingressantes tivessem essa excelência na formação que a Reforma Maximiliano alegava ser necessário manter. Essas medidas eram, de fato, formas de dificultar o ingresso de outras camadas da sociedade ao ensino superior, à medida que as desestimulava a concorrer às vagas existentes. Havendo um número menor de concorrentes, haveria, conseqüentemente, um número menor de aprovados.

A Universidade do Paraná, que fora criada em 1912, teve suas atividades interrompidas mediante a aplicação desta lei - Curitiba não possuía 100 mil habitantes e o Estado do Paraná também não possuía um milhão de habitantes. Na verdade, não interessava às elites regionais o desenvolvimento de um centro educacional em Curitiba, ameaçando a hegemonia de Rio de Janeiro e São Paulo. Tal lei não se aplicaria à Universidade do Amazonas, com população muito inferior à do Paraná, segundo Cunha (1980), porque os detentores do poder não viam nela ameaça às suas posições.

A quantidade de habitantes em um município ou um estado como condição para ser considerado adequado para receber uma escola de nível superior não se justificava, pois o conceito de universidade como centro irradiador de conhecimento não se refere à irradiação no sentido físico, diretamente dependente do espaço geográfico, mas à irradiação de idéias, conhecimentos, que ali seriam produzidos e, dali, iniciar-se-ia sua divulgação, por meio dos egressos e dos que ali permanecessem pesquisando.

Assim, como se encontraram pretextos para interrupção das atividades da Universidade do Paraná, também se conseguiu um meio de interromper o funcionamento da primeira Universidade de São Paulo[2]. Era uma sociedade denominada sócio-capitalista criada, em 1911, com o objetivo de fornecer ensino de todos os graus, que começou suas atividades, em 1913, com laboratórios bem equipados e métodos modernos de ensino. Suas críticas constantes às escolas oficiais incomodaram o governo, que, abrindo uma Faculdade de Medicina em São Paulo e exigindo diplomas oficiais para dentistas exercerem a profissão, conseguiu esvaziar a promissora universidade.

Depois disso, o Governo Federal baixaria normas para a instituição de universidades nos estados pela Lei 5.616 /1928, afirmando que as universidades gozariam de perfeita autonomia. A forma de ingresso dos alunos, no entanto, deveria ser a mesma das

[2]Essa não era a USP, que hoje conhecemos, pois ela só seria criada, da junção das faculdades oficiais já existentes, em 1934.

escolas federais. Esta lei praticamente vetava a fundação de universidades particulares, pois exigia lei estadual para sua criação e nomeação do reitor pelo presidente do Estado, além de comprovação de patrimônio superior a 30 mil contos de réis e de ter três faculdades funcionando há 15 anos, o que era difícil uma instituição privada conseguir.

O autoritarismo de Getúlio Vargas (1930-1945) refletiu–se fortemente no ensino superior. A drástica redução do poder das oligarquias latifundiárias e fortalecimento da burguesia industrial determinaram o surgimento de duas políticas educacionais opostas: a liberal[3] e a autoritária[4].

A corrente liberal, que vinha tomando forma desde a primeira república, com a pesquisa de Fernando de Azevedo (inquérito feito para o jornal *O Estado de São Paulo*) e as reformas do ensino no Distrito Federal de 1922/ 1926 (Carneiro Leão) e 1928 (Fernando de Azevedo), era, inicialmente, um liberalismo elitista, que buscava os interesses das oligarquias. Depois, foi dando lugar a um liberalismo igualitarista, convergente com interesses das classes trabalhadoras. As idéias de Fernando de Azevedo se prestaram a um liberalismo elitista e, após 1930, com a formação das classes médias e dirigentes, ele passou a combater a educação superior apenas transmissora de verdades prontas.

A partir de 1932, o espaço para o liberalismo igualitário se abriu e, apesar da repressão de Getúlio Vargas, foi um período de enorme relevância para o ensino superior, pois se conseguiu iniciar a formulação de uma política educacional convergente para a elite e para a classe trabalhadora, cujas sementes seriam retomadas nas décadas seguintes. Tal ideal é verbalizado no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932.[5]

---

[3] Adeptos da doutrina do liberalismo (Locke, 1632-1704) baseada na defesa intransigente da liberdade individual, contra ingerências e atitudes coercitivas do poder estatal; a liberdade de questionar e rejeitar doutrinas ortodoxas consideradas agressoras da liberdade individual. A burguesia industrial formava a ala liberal, que defendia a liberdade de iniciativa na educação.

[4] Autoritarismo é a concentração do poder nas mãos de uma autoridade, ou de uma pequena elite autocrática. Autoritária era a ala que apoiava o regime ditatorial de Getúlio Vargas. Estes defendiam que as iniciativas educacionais deveriam ser do Poder Central.

[5] O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi um documento redigido por Fernando de Azevedo e assinado por numerosos educadores. Apresentaram um projeto de sistema completo de educação nacional. Este documento foi em resposta à falta de medidas imediatas do governo central que prometera difundir, de forma intensiva, o ensino público.

A corrente autoritária teve origem nos anos 20, no governo de Artur Bernardes, com medidas tomadas para impedir contestações. Essas medidas seriam usadas depois pelo Estado Novo. Tinha influências fascistas e parafascistas, diretamente de autores italianos, portugueses e espanhóis, e o *fascismo caboclo* da ação integralista brasileira.

Na educação, o autoritarismo surgiu como um meio pelo qual os intelectuais adeptos dessa doutrina faziam irradiar sobre todo o povo as idéias e as aspirações que pareciam ser do próprio povo. Este foi o mecanismo mais sistemático de inculcação ideológica.

Para isso, o Ministério dos Negócios de Educação e Saúde, bem como a Inspetoria de Ensino Profissional, tiveram a função controladora. O próprio Getúlio Vargas, em discurso de 1938, deixou explicito que a função da educação deveria ser lutar contra o comunismo, isto é, a educação deveria prestar o papel de inculcar as idéias do governo autoritário nas crianças e jovens que iam à escola.

Durante a vigência da política autoritária, o Conselho Nacional de Estudantes foi criado pelo governo (01/08/1937). Determinava que era proibido tratar de política, com a intenção de congregar e cooptar estudantes opositores ao autoritarismo, por mecanismos corporativos.

Em 5 de dezembro de 1938, porém, quando acontece o Segundo Congresso Nacional de Estudantes, são apresentadas teses simpáticas, mas também críticas ao Estado, reclamando a criação de uma cadeira de Sociologia em todos os cursos. Criticaram os obstáculos à entrada de livros estrangeiros no país e propuseram a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), o que foi aprovado.

A UNE, logo que foi fundada, desligou-se do patrocínio da Casa do Estudante do Brasil, que era atrelada ao Estado Novo e, com políticas próximas dos estudantes e distantes do Estado, mobilizou-se contra tarifas de transportes e taxas escolares,

contra a ditadura, contra o fascismo. Guiando-se por orientações democráticas, conseguiu razoável espaço político, na mesma linha dos educadores liberais, mas com posições muito mais radicais.

Os conflitos entre classes dominantes da burocracia do Estado e setores das camadas médias e trabalhadoras propiciaram o desenvolvimento contraditório das duas políticas educacionais. O autoritarismo prevaleceu no sistema central. O liberalismo prevaleceu nas unidades da federação, sendo hegemônico na esfera civil. As repressões, porém, retiraram de cena os liberais, que se calaram na cadeia ou em casa. Outros aderiram à nova ordem.

Assim, em 1937, constituiu-se uma estrutura educacional consistente com o regime autoritário. A Reforma Francisco Campos do ensino superior (1931) implantou o Estatuto das Universidades Brasileiras, vigente até 1961, com a LDB 4.024/61.

Entre as diretrizes da Reforma Francisco Campos para o ensino superior, Fávero (1977) destaca seus objetivos:

> a) A universidade tem duplo objetivo:
>
> [...] equipar tecnicamente as elites profissionais do país e proporcionar ambiente propício às vocações especulativas a desinteressadas, cujo destino, imprescindível à formação da cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura.
>
> b) A Universidade não tem uma finalidade meramente didática, mas também social:
> [...] transcende ao exclusivo propósito do ensino, [...] é uma unidade social ativa e militante, isto é, um centro de contacto, de colaboração e de cooperação de vontades e de aspirações, uma família intelectual e moral, que não exaure a sua atividade no círculo dos seus interesses próprios e imediatos, senão que como unidade viva, tende a ampliar o meio social, em que se organiza e existe o seu círculo de ressonância e de influência exercendo nele uma larga, poderosa e autorizada função educativa. (CAMPOS, 1940, p. 60, apud FAVERO, 1977, p. 34)

As finalidades da Universidade propostas na Reforma Francisco Campos eram bastante amplas e otimistas, mas a vocação de formar as elites seria o objetivo mais perseguido e bravamente defendido por aqueles que tinham acesso ao ensino superior, sempre que alguma medida ameaçasse o ingresso dos não pertencentes às elites na universidade.

A Universidade de São Paulo (USP), seria criada em 1934, sob a vigência da referida lei, da junção das escolas oficiais já existentes: Escola de Sociologia e Política, Escola Politécnica, Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz (de Piracicaba), Faculdade de Medicina, Escola de Veterinária, elevação do Instituto de Educação a Faculdade de Educação, criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais, Escola de Belas Artes, anexação do Instituto Biológico, Instituto de Higiene, Instituto Butantã, Instituto Agronômico de Campinas, Instituto Astronômico e Geofísico, Instituto Radium, Instituto de Pesquisas Tecnológicas, Instituto de Arqueologia e Instituto de Etnografia.

Em 1940, seriam fundadas as Faculdades Católicas, portadoras, então, da ideologia do Estado.

A Universidade do Rio de Janeiro passou a se chamar Universidade do Brasil, criada da junção de 15 escolas e 16 institutos (1937). A Universidade do Distrito Federal, idealizada por Anísio Teixeira, fundada em 1935, teve seu fim, por meio de um processo em que foi absorvida pela Universidade do Brasil em 1939.

O número de universitários no país que, em 1932, era 21 mil e chegou a 27 mil em 1945. Foi um aumento insignificante, considerando o crescimento populacional do país no mesmo período, o que reflete o sucesso das políticas por um ensino superior para a elite, apesar das lutas por sua expansão.

Apenas a Universidade do Rio Grande do Sul não surgiria de uma aglutinação. Surgiu da diferenciação de uma única faculdade, a de engenharia, fundada em 1896, com patrimônio doado pela Baronesa de Candiota, 50 professores estrangeiros, e reforçada por recursos federais em 1907. Chamada de Universidade Técnica pela peculiaridade de seus cursos, foi a primeira a fazer pesquisa tecnológica dentro do ensino

superior. Antes, tais pesquisas eram feitas em institutos como a Estação Experimental de Campinas (1887).

A universidade, fundada como foi, no Brasil, recebeu críticas dos diretores das faculdades, notadamente porque perdiam parte do poder, já que as instituições que dirigiam passavam a ser subordinadas a um reitor.(AZEVEDO, 1963).

Os argumentos utilizados no final do século XIX e início do século XX, para impedir a ampliação de vagas no ensino superior seriam mesmos utilizados pelos contrários à expansão, por motivos particulares e nunca pensando no bem daqueles que poderiam ter acesso à universidade, sempre que frentes se levantaram para criar mais instituições de ensino superior.

Segundo o documento intitulado *O problema Universitário Brasileiro,* resultante de inquérito realizado pela Associação Brasileira de Educadores (ABE) em 1928, contendo princípios, muitos dos quais seriam incluídos na Reforma Francisco Campos (1931), não há, no conceito de universidade que se desejava, nada que indique que uma instituição, se instalada em municípios menores, ou longe dos grandes centros, teria sua qualidade comprometida.

Fávero (1977) destaca algumas das idéias contidas no referido documento:

> a)criação de universidades localizadas nos diferentes pontos do país, que se preocupariam com a transmissão de conhecimentos, com a pesquisa e formação profissional, atendendo às necessidades do meio;
> b) rejeição à idéia de um modelo único de universidade;
> c) necessidade de formação de corpo docente tanto para o curso secundário, como para o curso superior;
> d) necessidade de integração das Universidades que fossem criadas com os institutos de pesquisa existentes no país;
> e) instituição do regime de tempo integral, como única forma de trabalho compatível com o trabalho universitário;
> f)a autonomia universitária como uma exigência acadêmica e administrativa. (apud FAVERO, 1977, p.32-3)

Algumas dessas idéias ainda não se concretizaram até a atualidade, como por exemplo, a questão da autonomia. Também o modelo de uma universidade, como mera justaposição de faculdades isoladas, rejeitado desde os primeiros projetos de criação de uma

Universidade no Brasil, e intensamente criticado quando, por esse processo, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, é algo ainda não superado.

Não seria empecilho para a universidade cumprir sua tríplice função - o ensino, a pesquisa e a extensão – conforme já mencionei, o fato de estar localizada em pequenas cidades do interior. Por outro lado, a localização em grandes centros não garantiu às universidades brasileiras o cumprimento satisfatório de sua tríplice função.

> Se por um lado, intelectuais e educadores propõem uma universidade que estimule a ciência e torne-se uma instituição orgânica viva, por outro lado, as ações governamentais vão caminhar no sentido de frear as [...] propostas. Com a Reforma Francisco Campos importava modernizar o sistema educacional, antecipando as estratégias que propiciassem a expansão da economia e a geração do progresso. Partia-se da crença no poder reformador para a formação das elites dirigentes, preparadas para desempenhar sua *natural* (grifo do autor) função condutora. (BRITO, 1999, p. 26).

Se era realizado um trabalho velado para a exclusão das massas rurais e operárias dos níveis de educação além do que aqueles a quem vendiam sua força de trabalho achassem necessário, quando se tratava da exclusão do ensino superior o empenho para a manutenção do *status quo* era muito mais forte, e forças governamentais para reservar o ensino superior para as elites dirigentes atuariam qualquer que fosse a posição geográfica da universidade.

A única justificativa para dificultar a criação de instituições, o que significava a ampliação da possibilidade de acesso a camadas antes excluídas do ensino superior, era o que vinha explícito no texto da Reforma Francisco Campos: que ele existia para as elites. Não havia, na lei, a previsão de socialização do acesso. Assim, políticas de segregação do ensino superior, amparadas pela lei, se estenderiam até o fim da ditadura Vargas. Com a Constituição Federal de 1946, é que se começou a falar em expansão do ensino superior.

Na prática, porém, esta política de exclusão perdurou por muito mais tempo, de tal forma que, ainda hoje se ouvem seus ecos, conforme se pode constatar pelos números recentes a seguir.

Em 2000, segundo números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IGBE) apenas 7.7% dos brasileiros com idade entre 18 e 24 anos estavam na universidade. Incluindo os que já passavam dessa idade, somavam-se apenas 13% freqüentando um curso superior, índice bem distante da meta de 30% estabelecida para 2010 pelo Plano Nacional de Educação.

Entre 1980 e 1994 o aumento de alunos matriculados no ensino superior foi de apenas 20,6%. De 1994 a 1999, houve uma expansão de 43,1% e, em apenas um ano (de 1999 a 2000) um aumento de 13,7% , mas isto se deve, principalmente, à expansão de vagas no ensino privado, pois, segundo o Censo do Ensino Superior, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), dentre as 1.180 instituições de ensino superior existentes no Brasil em 2000, 80% eram privadas.

Buscando-se a história da educação no Brasil, pode-se constatar que nenhum outro nível de ensino teve movimentos tão abertamente contrários à sua expansão como tem ocorrido com o superior.[6]

Assim, argumentos semelhantes aos utilizados historicamente e nos anos 50, quando da criação dos Institutos Isolados pelo Interior Paulista, foram utilizados, recentemente, por alguns professores da UNESP, quando unidades da instituição foram instaladas em cidades do interior paulista como Tupã e Dracena, o que dificultou o processo de abertura destas escolas.

[6] Na verdade, todos os argumentos utilizados ao longo da história são os mesmos: falta de verbas para manter os novos cursos, preocupação com a queda da qualidade. Em matéria de educação se todas as iniciativas fossem tomadas apenas depois de garantidas as condições ideais, nada teria acontecido no país.

Quaglio (2002), analisando o recente momento de expansão, declarou-se favorável a ele e justificou, lembrando que, no passado os movimentos pela expansão, apesar das forças contrárias, fizeram acontecer, mesmo as condições não sendo as ideais.

> Eu acho que a educação tem que expandir, mas o pessoal que é contra a expansão esquece o passado, porque está contratado em RDIDP (Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa). Os novos cursos do jeito que estão colocando, precisam de professores de outro campus ... eles acham que não têm que existir outros cursos ... dizem que tem objetivo político [...] independentemente da criação em 1959 com grande dificuldade, todos os institutos estão funcionado hoje [...] com a universidade, e melhoraram. Hoje também. Começa com dificuldade, mas da quantidade vem a qualidade.[7]

É possível perceber ao longo da história do ensino superior brasileiro, conforme aqui já expus, até a atualidade, mesmo que, nem sempre de forma explícita, uma intenção elitista de dificultar toda tentativa de expansão.

O mesmo discurso, a questão do número de habitantes, continua sendo utilizado recentemente, também, por aqueles que desejam manter o monopólio do ensino superior privado nas regiões do interior paulista, onde se estabeleceram por concessões do governo militar.[8]

---

[7] Entrevista oral concedida a Eunice Ladeia Guimarães Lima em 23/10/2002, em Marília-SP.

[8] É o que diz, por exemplo, Agripino de Oliveira Lima, um dos proprietários da UNOESTE, Presidente Prudente-SP ao ser indagado sobe a abertura das novas faculdades na região: Hoje até houve abuso da política desse governo. Criou escola de odontologia em Adamantina. ... então ... em Adamantina encostadinho aí ... sem condições de manter consultórios bons, gabinetes bons, são cidades pequenas ... e hoje, com o Paulo Renato, houve uma abertura escandalosa. Eles procuram avaliar as escolas particulares, mas esquecem que eles criaram um mundo de escolinhas praticamente comerciais em lugares pequenos que não têm professor e nem aluno. ... Hoje houve uma abertura muito grande, mas eles só procuram avaliar escola que dá *status* para eles, em cidades grandes. Em cidadezinhas pequenas, eles nem vão lá. (Entrevista oral concedida por Agripino de Oliveira Lima, no dia 04 de dezembro de 2002 , em Presidente Prudente, a Eunice Ladeia Guimarães Lima.)

2 CONTEXTO DE SURGIMENTO DOS INSTITUTOS ISOLADOS DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Constituição do Estado de São Paulo de 1947, inspirada na Constituição Federal, determinou a gratuidade e a criação de cursos superiores noturnos, e a Lei Estadual nº 161 de 24/09/48 dispôs sobre a criação de estabelecimentos públicos de ensino superior em cidades do interior do Estado de São Paulo. A criação de instituições públicas de ensino superior em cidades do interior do Estado, porém, apesar da lei aprovada em 1948, demoraria quase dez anos para se concretizar.

Se, durante todo o período monárquico e primeiras décadas da república, projetos para a criação de uma universidade foram protelados, surgindo a primeira universidade tardiamente, fruto de uma aglomeração de faculdades que continuariam isoladas, e não como idealizavam os educadores, também na década de 1950, em São Paulo, era grande a resistência para a criação de institutos geograficamente isolados pelo interior do Estado. Os contrários alegavam ser essa uma forma que dificultaria a produção de conhecimento conforme previa o ideal de universidade.

Apesar dessas alegações, Pastore (1968) constata, em pesquisa, que 80% das instituições de ensino superior do Estado de São Paulo, não faziam parte de nenhuma universidade, e que também a USP continuava com suas 17 faculdades "[...] operando isoladamente em sua maioria."(PASTORE,1868, p.16). Também não tinha sido contemplada, nos debates sobre a criação dos institutos isolados, a possibilidade de tais instituições serem a primeira semente de futuras universidades regionais, conforme ocorreria em outros estados, como, por exemplo, no Paraná.

Apesar da situação legal favorável, a criação dos Institutos Isolados de Ensino Superior (IIES) no interior do Estado de São Paulo, na década de 1950, sofreu fortes resistências, conforme historicamente ocorreu com iniciativas de ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior no país.

As críticas contra a expansão do ensino superior pelo interior do Estado de São Paulo eram feitas por intelectuais, sobretudo os membros do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo. Alegavam, repetindo discursos já vistos na história, que não havia quadros nem recursos materiais para que esta expansão ocorresse sem prejudicar a qualidade do ensino superior oficial.

Na verdade, estavam defendendo a manutenção do monopólio da Universidade de São Paulo e de sua Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, que permaneceria centralizando a renovação das elites dirigentes, contrariando a Lei Estadual nº 161 de 24/12/1948.

Em outras palavras, defendiam que o acesso ao ensino superior continuasse sendo para poucos, já que a USP não possuía vagas suficientes para a demanda existente em todo o estado e a maioria dos jovens do interior paulista que concluía o segundo ciclo secundário não tinha possibilidades de se deslocar para São Paulo, ou outro centro universitário, a fim de prosseguir estudos.

Estes intelectuais contrários à expansão parecem ter sido os herdeiros da tradicional tendência patriarcal de pensamento, que se desenvolveu ao longo do período colonial, o qual insistia em nos impregnar, que se arraigou e que se configurava nessas atitudes. De acordo com Faoro (1958), a perpetuação desse modelo foi se adaptando eficaz e perversamente, dificultando a mobilidade das massas. Isso se configurava na posição da intelectualidade ao dificultar a ascensão intelectual e quiçá social de contingentes de interioranos.

Brito (1999), em seu artigo intitulado *O Jornal Folha de São Paulo e a "Lista dos improdutivos da USP"*, teve como objetivo, depois de dez anos, analisar o que foi a seqüência de debates desencadeada em forma de matérias assinadas por docentes da USP (CATANI, GUTIERRES & FERRER, 1999.), em razão desta lista de professores chamados de *improdutivos* publicada pelo referido jornal, e refletir sobre o que é ser produtivo. Cita o que escreveu, o jornalista Matinas Suzuky Júnior, na Coluna Tendências/Debates, em 04 de março de 1988: "A USP acha que só ela é cultura no Brasil" (apud BRITO, 1999, p.85). O próprio Brito, na conclusão do artigo, reconhece que "[...] é impossível não enxergar entre os professores traços de um corporativismo excludente, elitista e conservador [...]"(p.86).

Esse mesmo elitismo de alguns professores, que continuava existindo em 1988, foi observado na década de 1950, quando se iniciou o processo de expansão de instituições de ensino superior pelo interior paulista.

De qualquer forma, só a partir da lei e dos debates, começou a surgir uma situação propícia para serem criados os Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo (IIES) e, mesmo com resistências por parte das elites econômica e intelectual, a expansão ocorreu. A julgar pelos registros sobre o ensino superior no Estado de São Paulo, parece não ter havido, até hoje, mais ousada iniciativa que a criação dos IIES, entres os quais, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente.

Alguns professores da USP declaravam ser um desperdício enviar tantos profissionais para o interior do Estado. O professor Enzo Del Carratore (1992 apud OLIVEIRA, 2002), que trabalhou no IIES de Assis, afirmou que muitos, por não verem com bons olhos a criação de institutos, chegaram a se recusar a trabalhar no interior, em razão de certo preconceito, descrença na iniciativa ou pelo desconforto evidente que poderia causar ter que se mudar com a família para regiões tão distantes da capital, em alguns aspectos, na década de 1950, inóspitas, ou viajar semanalmente.

O propósito de interiorização do desenvolvimento era uma das prioridades do governo estadual de Jânio Quadros, que entendia que com a

> [...] recuperação financeira do Estado [...] os municípios seriam valorizados, e, para tanto repassaria as verbas necessárias para promover o seu desenvolvimento, pois considerava que a salvação do Estado de São Paulo estaria na recuperação econômica do interior [...] através de medidas como a interiorização do desenvolvimento e a industrialização pesada. Para tanto a educação se mostrava estratégica. (VAIDERGORN, 2003,p.125-126).

Em razão das resistências uspianas, os IIES, inclusive o de Presidente Prudente, foram criados sem o apoio da maioria dos professores da Universidade de São Paulo, com exceção de alguns professores, entre eles Florestan Fernandes, que entendiam a expansão como "[...] necessidade reclamada pela população que precisava ser atendida [...]" (ABREU, 1989, p.90), que não fechavam os olhos para a realidade do magistério público secundário no estado, exercido, quase totalmente, não por professores mal formados, mas por professores sem formação superior nenhuma. Alguns desses professores uspianos, segundo Abreu (1989), mais lúcidos, aprovaram a criação dos institutos isolados, por estarem “[...] cientes de que a qualidade não se encontra pronta devendo ser uma construção permanente.”(ABREU,1989, p.90).

Sobre a posição do jornal *O Estado de São Paulo,* quanto à abertura de escolas superiores no interior paulista, eis o que disse Vaidergorn (2003):

> […] mesmo contando com uma disposição favorável de parte dos intelectuais “uspianos” para ampliar as bases de um ensino público e gratuito em expansão, esbarravam no rigor do Conselho Universitário da USP e no posicionamento do jornal *O estado de São Paulo,* que enfaticamente sustentavam os princípios com que a Universidade fora criada: ela deveria apenas renovar as elites dirigentes, e não ampliá-las. A rejeição às FFCL- IIES por parte do *O Estado de São Paulo* manteve o jornal permanentemente em uma posição editorial de crítica, sendo muitas vezes francamente hostil. Um exemplo claro é o texto *Abuso que tem que acabar*, nas Notas e Informações de 7 de abril de 1960, onde , à guisa de elogiar a FFCL de Assis, o editorialista-articulista desqualifica as demais.(VAIDERGORN, 2003, p.174)

Segundo Vaidergorn (2003) tais críticas, não se fundamentavam, pois os Institutos Isolados de Ensino Superior criados no Estado de São Paulo configuraram-se como um dos últimos frutos do "bandeirantismo cultural" do povo paulista. Pesquisa desenvolvida

por José Pastore (1968) sobre o ensino superior no Estado de São Paulo comprova que, de fato, não havia acontecido antes e nunca se repetiria a expansão de ensino superior público que se verificou com a criação dos IIES.

Apesar de contrários à criação dos institutos, os profissionais da USP é que elaborariam os planos de cursos para instalá-los no interior. Até a lista de livros, os impressos, vieram todos prontos da USP. (ABREU, 1989).

Essa dependência da USP é observada por Paschoal Quaglio (2002), aluno da quinta turma do curso de Pedagogia do IIES-FFCL de Presidente Prudente. Era difícil uma pessoa ser aceita parar lecionar no IIES-FFCL de Presidente Prudente se não fosse da USP. O professor Augusto Litholdo, que era formado em Pedagogia pelo Sagrado Coração, de Bauru, era professor no Instituto de Educação Fernando Costa, em Presidente Prudente, defendeu tese de doutorado, dava aula de História e Filosofia da Educação a Paschoal Quaglio. Contava que tinha sido difícil conseguir ser contratado como professor do IIES-FFCL de Presidente Prudente. “Dona Helena, que era da cidade, também teve que recorrer a meios políticos para ser aceita como professora. Ela sofreu na carne o problema e, mesmo depois de efetivada, sentia-se discriminada.” (QUAGLIO, 2002)[9]

Ainda segundo Quaglio (2002), se a pessoa tivesse um diploma da USP, as portas se abriam. “A Sumi, por exemplo, que auxiliava o professor Barata nas aulas de Psicologia, tinha saído recentemente da USP, mas foi recebida”. Essa preferência por professores da USP, segundo Quaglio, foi condição para que os institutos isolados fossem criados. A administração também ficava a cargo de professores formados na USP e os diretores só aceitavam professores lá formados.

Mesmo o Conselho Estadual de Ensino Superior (CEES), que deliberava sobre a organização dos IIES, presidido por Zeferino Vaz e do qual participavam os diretores

[9]. Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. Marília, 23/10/2002.

dos IIES, era subordinado ao Conselho Universitário da USP (CO-USP), sendo pejorativamente chamado de *conselhinho.* (ALEGRE, 2001).[10]

De 1950 a 1960, período em que foram criados os IIES de Rio Claro, Presidente Prudente, Araraquara, São José do Rio Preto, Marília e Assis, o número de estudantes universitários no Estado de São Paulo subiu de 12 mil para 26 mil. Para esse aumento, grande foi a contribuição dos institutos isolados, então as únicas instituições que ofereciam ensino superior no interior. Já o crescimento que se verificou de 1960 a 1968 – 85 mil estudantes matriculados, se deveu principalmente à abertura de escolas privadas, a maioria pelo interior do Estado. Em 1968, 67% dos estabelecimentos eram particulares, 20% estaduais, 12% municipais e 1 % federais.

Não foi por mero acaso, portanto, que a criação dos Institutos Isolados de Ensino Superior no Estado de São Paulo e, especificamente, a FFCL de Presidente Prudente, ocorreu na década de 1950, momento histórico de liberdade, após a Ditadura Vargas e antes da Ditadura Militar, pois os avanços educacionais nesse período, em todos os níveis, foram significativos, merecendo destaque os movimentos de educação popular.

As condições do momento, a dinâmica do jogo de forças sociais, definiram a criação dessas instituições. Foram criadas, no Estado de São Paulo também nesse período as escolas artesanais e escolas agrícolas, as quais foram posteriormente transformadas em Escolas Técnicas de Segundo Grau (ETESG) e Escolas Técnicas Agrícolas de Segundo Grau (ETAESG), hoje Escolas Técnicas Estaduais, pertencentes ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS).

[10] Entrevista concedida ao Projeto de Memória da Universidade em Presidente Prudente- 28/06/2001. Uma universidade *multicampi* no interior paulista. Memória e História da criação da UNESP e seus primeiros anos de funcionamento (1976-1984). Uma contribuição ao arquivo de história oral do CEDEM. Entrevistadoras Maria de Fátima Salum Moreira e Myrna Terezinha Rossi Rego. São Paulo: Centro de Documentação e Memória da UNESP- CEDEM /UNESP, 2001.

É interessante observar que as leis que garantiram esses avanços se deram durante o governo de Jânio Quadros que esteve no cenário político estadual de 1947 a 1958, alguns vindo a se concretizar no mandato seguinte, com Adhemar de Barros.

Os governadores eleitos pelo voto direto dependiam fundamentalmente dos votos que "[...] o interior não estava disposto a conceder senão em troca de benefícios tangíveis. Assim nas décadas de 50 e 60 são criadas várias unidades universitárias em diversas cidades paulistas."(ABREU,1989, p.88). Tais conquistas, portanto, foram resultado de reivindicações do setor que necessitava da mão de obra especializada, bem como dos municípios que entendiam tais escolas como um avanço. A tradição arraigada no país, de decidir tudo sobre educação por decreto, acabou, nos anos 50, por contribuir para que o ensino superior se expandisse pelo estado.[11]

É importante lembrar que a concretização da lei, criando instituições de ensino superior pelo interior do Estado, não alcançaria, no início, as camadas mais pobres da população paulista, pois, até então, nem mesmo o acesso ao grupo escolar era uma realidade para todos no Estado de São Paulo.

Mesmo entre aqueles que concluíam o primário[12] , uma porcentagem ínfima tinha acesso ao nível ginasial[13], que, público, praticamente não existia até o fim do Estado Novo, e os que existiam tinham número de vagas reduzido, as quais eram preenchidas, após exame de seleção (as provas de admissão, que só deixariam de existir a partir de 1971, com a Lei 5.692/71), sendo muito difícil para os que freqüentavam o primário, em condições desiguais, ingressar no ginasial. Segundo dados estatísticos do MEC, de mil crianças

[11] Jânio Quadros não tinha convicção de que fosse bom abrir faculdades pelo interior, pois também acreditava que não havendo professores preparados em número suficiente para trabalhar nessas novas escolas a qualidade cairia, porém por razões eleitoreiras é que as criava. (Oliveira, 2002)
Publicação de *Correio da Sorocabana*, de 20/01/195, página 4, na coluna *Um Cantinho para Você*, texto intitulado *Jânio não quer mais professores*, Nabuco Rotundo diz : "Em despacho último, o governo do Estado afirmou nas entrelinhas que há professores em demasia, não sendo, portanto, justo que o Estado pense tão empenhadamente em aumentar esse número. Tem razão, o inteligente Governador. Quanto mais se aprende a ler no Brasil, muito mais vão perdendo terreno os políticos demagogos e de clientela". Essa publicação vem confirmar o que informa Oliveira sobre haver apenas interesses eleitoreiros nas medidas do governo na educação.

[12] Equivalente às quatro séries iniciais do ensino fundamental – 1ª a 4ª.
[13] Equivalente às quatro séries finais do ensino fundamental - 5ª a 8ª. .

matriculadas na primeira série em 1960, no Estado de São Paulo, apenas 390 conseguiam chegar à quarta série e 258 conseguiam ingressar na primeira série ginasial. (CUNHA, 1980)

Com o fim do Estado Novo, quando também começou a caça ao voto e aqueles que tiveram acesso à escola primária reivindicavam o nível secundário, começaram a ser criadas, no Estado de São Paulo, escolas secundárias de primeiro ciclo e segundo ciclo até que, em meados da década de 1960, quase todos os municípios possuíam um ginásio estadual (BEISIEGEL, 1988).

Grande parte da população, ainda sem acesso ao primário, na década de 1950, portanto, não conseguia pleitear nem mesmo o ginasial. Conforme levantamento do Governo Carvalho Pinto, em 1958, havia vagas ociosas no ensino ginasial no interior do Estado de São Paulo, pois, por motivos eleitoreiros, elas haviam sido criadas, sem que houvesse uma preocupação em atender às necessidades mais prementes da população que era, ainda, o acesso a educação primária. Segundo o Censo Demográfico realizado em 1970, no Estado de São Paulo, 65,3 % das crianças de sete anos da zona urbana não estavam matriculadas na primeira série e, na zona rural eram 72,8%. As camadas mais pobres da sociedade, portanto, ainda lutavam para ter acesso à escola e concluir o primário, condição necessária para ocuparem as vagas ociosas do Ginasial.

Os que chegariam ao Ensino Superior, que se propunha a expandir, eram aqueles que haviam conseguido passar pelo rigoroso processo seletivo e excludente que era ter acesso e concluir o primário, ingressar no ginasial e concluí-lo, apesar de um sistema rigoroso de avaliação classificatória (exames de admissão), e ter acesso ao ensino propedêutico (científico e clássico), ou à escola normal. Muitos destes que almejavam o ingresso no ensino superior eram jovens que já haviam recorrido a colégios particulares para cursar o secundário no primeiro ciclo ou no segundo ciclo, conforme se pôde comprovar

observando a origem da maioria dos inscritos para os vestibulares do IIES-FFCL de Presidente Prudente em seus primeiros anos.

Com a expansão do ginasial, do propedêutico e da escola normal, os que iriam sentir a falta do ensino superior eram justamente os egressos desse nível de ensino, que desejavam ingressar na carreira docente secundária, que se havia tornado um grande mercado de trabalho: os ginásios estaduais que foram criados em todo o Estado e para os quais não havia professores licenciados em nível superior.

Essa expansão do ensino superior que se daria no interior paulista também fazia parte da modernização e industrialização que ocorreu no terceiro mundo e que, no Brasil, teria como agente o Presidente da República Juscelino Kubitschek (1956). A nova ordem mundial, com os Estados Unidos assumindo a hegemonia política mundial no pós-guerra, trouxe uma expectativa de progresso que foi assumida pelos povos que também vislumbravam mudança.

Mais que um interesse casuístico das forças locais das cidades do interior, ao reivindicarem escolas superiores, a criação destas escolas atendia a um clima que pairava sobre todos, a um desejo de progredir, enfim, sendo necessários, para a inserção do Brasil no modelo que se esboçava, alguns ícones. A faculdade era um deles.(CORRÊA, 1998).

Assim, em Presidente Prudente, não havia consenso sobre que faculdade era necessária para a cidade e a região, pois não se pensava, de fato, nas necessidades das camadas mais desfavorecidas: terem uma educação básica de qualidade, para o que eram necessários professores bem formados. Nos jornais locais, conforme apresento no Capítulo 4, viam-se reivindicações de faculdades de Direito, de Farmácia, de Odontologia, de Economia, de Administração e de Filosofia, de acordo com os mais variados interesses.Todos concordavam, porém, que a cidade precisava ter uma faculdade.

A industrialização visada pelas políticas em nível nacional, tendo como sinais as primeiras conquistas do desenvolvimentismo eufórico de JK, povoava o imaginário das regiões interioranas paulistas (BOVO, 1999). Os passos a serem dados eram, entre outros, a conquista de uma instituição de ensino superior.

Corrêa (1998) mostra, em sua pesquisa sobre a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, que a criação das faculdades representava a ação do Estado de promover a expansão cultural no interior paulista, pois se acreditava que, em contrapartida ao crescimento econômico que vinha acontecendo, uma faculdade provocaria mudanças ao permitir um acesso mais democrático ao conhecimento e possibilitaria uma transformação cultural mais profunda.

Como, no Estado de São Paulo, as condições de acesso à educação eram melhores que em outros estados do Brasil, muitos jovens do Paraná, Mato Grosso, estados da Região Nordeste, vinham morar com parentes, ou mesmo trabalhar em troca de moradia próxima a uma escola, para terem acesso ao ginasial, e principalmente à escola normal, o que lhes permitiria o ingresso na docência em suas cidades de origem, onde os professores, em sua grande maioria, eram leigos.

A expansão do ensino superior público no Estado de São Paulo era, portanto, vista com grande expectativa não só pelos paulistas do interior, mas também por esses jovens de outros estados.

Neste contexto é que o IIES-FFCL de Presidente Prudente seria criado

3 PRESIDENTE PRUDENTE E A FUNDAÇÃO DO IIES-FFCL DE PRESIDENTE PRUDENTE

O município de Presidente Prudente fica a 565 Km da Capital -São Paulo, a 86 Km do Estado de Mato Grosso do Sul (em 1959, Mato Grosso) e a 75 Km da divisa com o Estado do Paraná, no extremo-oeste do Estado de São Paulo. Fundado em 1917, com o nome de Vila Goulart, em homenagem ao fundador, Coronel Francisco de Paula Goulart, tornou-se emancipado em 1921, elevado a comarca em 1922. O município desenvolveu-se ao lado da Estrada de Ferro Sorocabana, que havia chegado à cidade em 1919, e ligava a região à capital e ao Mato Grosso. Os limites do município, na época de sua fundação, iam até o Rio Paraná, divisa com o então Estado de Mato Grosso, e até o Rio Paranapanema, divisa com o Estado do Paraná.

Presidente Prudente era, já na década de 1930, o pólo pioneiro de desenvolvimento da Região Alta Sorocabana e também da vizinha Nova Alta Paulista (de Parapuã a Panorama, seguindo o espigão entre os rios do Peixe e Aguapeí). Já era, também, caminho para integração entre os estados vizinhos — Paraná e Mato Grosso.

Em 1932, criou-se a Delegacia de Ensino de Presidente Prudente, órgão responsável pela educação pública de toda a região Alta Sorocabana e parte da Nova Alta Paulista — de Osvaldo Cruz a Panorama. O município já se concretizava como um centro regional de ensino oficial e capital da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo.

Em 1940, Presidente Prudente já era o quarto maior produtor de algodão, além de contar com 486 estabelecimentos comerciais varejistas, 152 empresas industriais e com 54.005 habitantes. Já considerado a Capital do Algodão, em 1959, ocupou o primeiro

lugar em movimento de aeroportos no interior, à frente de Ribeirão Preto, com a Empresa Real que fazia o transporte aéreo.

Foi nesse já importante centro regional que se instalou, em 1959, o Instituto Isolado de Ensino Superior — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente.

Apesar da euforia, o crescimento da produção rural não traria investimentos diretos no setor urbano na região de Presidente Prudente. A indústria não se instalaria na região a não ser as usinas de beneficiamento da produção agrícola e frigoríficos, indústrias de apoio aos setores rurais. A cidade manteria o caráter essencialmente comercial, administrativo e de prestação de serviços. (ABREU, 1972).

Presidente Prudente já possuía, também, considerável calendário cultural. Possuía um cinema, uma companhia de teatro, o Grupo Artístico Unido de Amadores (GRAUNA), três jornais, o *Correio da Sorocabana*, *A voz do Povo* e *O Imparcial*.

Na região oeste do Estado de São Paulo, a única instituição que oferecia curso de formação de professores em nível superior no início da década de 1950, era uma instituição privada, o Sagrado Coração, de Bauru, para onde iam os poucos que tinham concluído o propedêutico ou a escola normal e cujas famílias podiam mantê-los longe de casa.(SILVA JR., 2003).[14]

Apesar de Presidente Prudente, com uma população de cerca de 60 mil habitantes, ser um centro regional, não possuía escolas superiores para formar os quadros para o magistério secundário (ginasial, clássico, científico e normal), para o qual havia grande demanda na cidade e na região. O IIES-FFCL de Presidente Prudente constituiu, portanto, grande avanço para o ensino e a cultura regional, ultrapassando as fronteiras da Alta Sorocabana e do Estado de São Paulo.

---

[14] Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. Marília, 03/01/2003.

O prefeito de Presidente Prudente, então, era Antonio Sandoval Neto (11/07/ 1956 a 31/12/1959), que já havia sido prefeito duas vezes (de 08/01/1946 a 01/04/1947 e de 01/01/de 1952 a 22/05/1955) e voltaria a ser de 01/01/1969 a 31/01/1973. Antonio Sandoval Neto, portanto, foi chefe do executivo durante o período que antecedeu a criação do IIES-FFCL de Presidente Prudente e permaneceu como tal no primeiro ano de seu funcionamento. Segundo Marques (2003)[15], funcionário da IIES - FFCL de Presidente Prudente desde 1963 e que se aposentou em 2000, a razão de prefeitos de Presidente Prudente não se empenharem tanto na instalação da faculdade, conforme ocorria em outras cidades, é que eles eram, geralmente, fazendeiros, com terras fora do município, sem uma ligação particular direta com o crescimento da cidade, como, por exemplo, acontecia com a instalação do IIES de Marilia, cujo prefeito, então, era comerciante e empresário local. Segundo Leite (1972), realmente era significativo, na década de 1950, o número de grandes proprietários de terras que residiam em Presidente Prudente, mas tinham suas propriedades fora do município e mesmo fora da região Alta Sorocabana, ou do Estado de São Paulo.

Nessa época, Presidente Prudente tinha sérios problemas de falta de vagas para o Grupo Escolar. Escolas particulares, instaladas antes das estaduais na cidade, é que atendiam aos prudentinos, que viam nelas uma solução provisória, enquanto não se instalavam as tão almejadas escolas públicas.(ABREU, 1972 e RIBEIRO, 1999)[16]. A expansão da demanda para ingresso ao Grupo Escolar em Presidente Prudente, na década de 1950, em decorrência do crescimento populacional e da busca da escola por aqueles que a ela não tiveram acesso na idade adequada, provocou uma situação que foi denunciada pelo *Correio da Sorocabana*: as matrículas eram aceitas, mas não havia espaço físico para acomodação das turmas, porque os investimentos em ensino elementar eram os mesmos de 15

[15] Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. Presidente Prudente, 05/11/2003.

[16] O livro *Subsídios para a história da educação em Presidente Prudente: as primeiras instituições escolares"*, de Arilda Ines Miranda Ribeiro constitui obra rara regional de história da educação prudentina, que trata das origens do Grupo Escolar Arruda Mello, do Instituto de Educação Fernando Costa , do extinto Colégio São Paulo e do Colégio Cristo Rei.

anos atrás, o que havia levado ao desdobramento de horários de funcionamento das escolas, que passaram de dois turnos de cinco horas para cinco turnos de duas horas, e com classes superlotadas. Dessa forma, o egresso do Grupo Escolar dificilmente teria oportunidade de acesso ao ginásio, conforme denunciou o jornal: “Do exposto subentende-se logo que o ensino primário em Prudente não existe na prática, uma vez que não é possível alfabetizar um menino e aparelhá-lo para o ginásio dentro de quatro anos se a aula ministrada ao mesmo fica reduzida a pouco mais de uma e meia hora.”(4/8/1957, p.1).

Faculdades subsidiadas pelos prefeitos ou diretamente administradas pelo poder municipal seriam abertas na região apenas na década de 1960. Em Presidente Prudente seria criada, em 1961, a Instituição de Ensino “Antônio Eufrásio de Toledo”, particular, com a Faculdade de Direito de Presidente Prudente.

Levantamento sobre o ensino superior realizado em 1969 por José Ferrari Leite, então professor do IIES- FFCL de Presidente Prudente (LEITE, 1971), indica que as vagas existentes no ensino superior em Presidente Prudente, naquele ano, ainda eram insuficientes para o número de egressos do ensino secundário do próprio município. Além disso, a essas vagas concorriam também os egressos moradores dos municípios da região. Em 1969, 52,4% das vagas do ensino superior de Presidente Prudente eram ocupados por alunos de outros municípios da Alta Sorocabana, Média Sorocabana, Noroeste, Alta Paulista, Norte do Paraná, Sul do Mato Grosso e outras regiões.

Trabalho sobre a região, também de José Ferrari Leite (1972), constatou que, na 10ª Divisão Regional de Ensino (DRE) de Presidente Prudente, em 1971, apenas 35% dos professores que lecionavam no ensino secundário eram habilitados, e esse número era menor, quanto mais distante de Presidente Prudente estivesse o município.

Tais dados comprovam que era justificada, não só a instalação de uma faculdade de filosofia na região, em 1959, como também a posterior solicitação de abertura de

novos cursos, o que sempre foi um difícil processo, resultado de muito empenho dos professores e diretores do IIES-FFCL de Presidente Prudente.

Se o acesso ao ensino médio, atualmente, ainda não é uma realidade para todos no Estado de São Paulo, e se ainda faltam professores habilitados em alguns componentes curriculares, o IIES-FFCL de Presidente Prudente, já nos anos 60, contribuiria para a formação de professores do secundário para as escolas que funcionavam sem professores habilitados e para as que posteriormente seriam criadas.[17]

[17] Ouro Verde, por exemplo, um município, então com 9 mil habitantes, a 100 km de Presidente Prudente,conforme pude constatar, consultando documentos da EE Ferdinando Ieni, teria seu primeiro ginásio criado em 1966, com todos os professores sem formação de nível superior. Apenas em 1974 seria criado e ensino secundário, também com professores de vários componentes curriculares sem formação superior.

4 A FUNDAÇÃO DO IIES-FFCL DE PRESIDENTE PRUDENTE E A IMPRENSA LOCAL

Por meio de consulta a jornais que circularam em Presidente Prudente e região foi possível obter algumas informações sobre o que significou a criação de uma instituição de ensino superior para a região.

Na década de 1950, segundo Abreu (1972), era grande, na região, o número de pessoas analfabetas, ou semianalfabetas, resultado da falta de políticas públicas concretas. E as alfabetizadas que tinham o hábito de ler e poder aquisitivo para comprar jornais também eram pouquíssimas. Assim, a imparcialidade dos jornais era relativa, pois eles se mantinham principalmente como instrumento de propaganda política dos que estavam no poder ou de grupos antagônicos que o disputavam. Por outro lado, o jornal que estivesse do lado do poder municipal ganharia com os serviços de publicação dos editais, de atos oficiais, recursos imprescindíveis para sua sobrevivência.

Assim é que vários jornais que apareceram, desde a fundação de Presidente Prudente até 1940 (ABREU, 1972) - *A ordem, O Paranapanema, O progressista, O Município, O Republicano, O Presidente Prudente, A Cidade, Folha da Sorocabana, O Constitucionalista, O Jequitibá, Sorriso, O Grito, O apito, O Independente* - tiveram duração efêmera.

Na década de 1950, o *Correio da Sorocabana*, criado em 1922, circulava às quintas-feiras e aos domingos, *A voz do Povo* (1926) circulava aos domingos e *O Imparcial*, que iniciou sua circulação em 1939, circulava às terças-feiras , sábados e domingos, (único que existe atualmente, e circulando diariamente).

A empresa que editava o jornal *A voz do povo*, por exemplo, conforme apresenta Abreu (1972), mesmo tendo outras atividades de tipografia para sobreviver, sempre

dependeu de apoio financeiro que só grupos políticos podiam oferecer. Assim, ele foi não “a voz do povo”, mas “a voz do Coronel Marcondes”, um dos fundadores da cidade, depois “a voz do Partido Democrático”, depois “a voz do Partido Republicano Paulista” e enquadrou-se nos esquemas do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o Estado Novo.

Considerando estas características da imprensa local é que, a seguir, apresento informações sobre essas publicações[18] e delas faço interpretações, na busca de dar coesão ao que se apresentou, de forma fragmentada, nas várias publicações, e compreender o momento de criação do IIES-FFCL de Presidente Prudente.

Desde 1956, já se noticiava nos jornais locais a criação de uma faculdade em Presidente Prudente, porém as primeiras notícias não eram ainda sobre a Faculdade de Filosofia que viria a funcionar em 1959.

4.1 O Imparcial

Publicação de *O imparcial* de 25 de janeiro de 1956, página 3, com o título *Universidades*, informa que “A fim de estudarem as possibilidades de instalação de uma faculdade em Presidente Prudente, a Câmara Municipal local designou uma comissão composta de elementos que a compõem, para conjuntamente, darem o seu trabalho pró tão dignificante causa.”.

Em 31 de janeiro de 1956, página 3, em *Carta Aberta ao Sr Prefeito, Vereadores, Políticos, ao povo*, Helen Caldararo Nogueira defende a criação de uma faculdade na cidade, com uma escola politécnica, nos moldes do Mackenzie, e defende a necessidade de engenheiros para Presidente Prudente e para o Brasil.

> Permiti, senhores, que vos fale uma forasteira que ama esta Terra como a sua própria terra [...] Prudente tem um sonho, uma aspiração que deve se tornar realidade: uma Escola Superior.[...] Para nossas moças lutemos pela Faculdade de

[18] Nas citações foi mantida a grafia tal como consta dos originais, mesmo quando houve desvio da norma culta vigente na época.

> Filosofia. Ela abrirá às nossas meninas, as portas do ensino secundário, carreira mais adequada à mulher.

De fato, as mulheres, conforme apresento no Capítulo 5 seriam sempre a maioria entre os candidatos ao ingresso no IIES-FFCL de Presidente Prudente.

Em 03 de abril de1956, com o título *Movimentada reunião pró-faculdades,* informou que havia sido realizada no dia anterior uma reunião na qual organizou-se uma comissão para levantar dados estatísticos sobre Presidente Prudente e região para serem utilizados como argumento para se pleitear junto ao Governo do Estado uma faculdade de ciências econômicas. Para isso, acordaria com a prefeitura o compromisso de doar o terreno para as futuras instalações. Não há registros de como foi composta a comissão. Entre os presentes, segundo a lista publicada, estava o vereador Moacyr Rabello de Arruda, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Em 1 de setembro de 1956, página 3, na *Coluna do Ensino*, de Helena Lustri Peixoto, com título *Entrevistado o prof. David Serra congressista no 1º Congresso estadual de educação em Ribeirão Preto,* publica-se a entrevista, parte no dia 1 e parte no dia 2 , em que o professor fala das mudanças que foram propostas no congresso.

> Por exemplo, para corrigir as deficiências do atual professor primário, que sai de uma escola normal tudo menos professor, foi aprovada uma emenda apresentada por mim e pelo prof. Aquiles Archêro Jr. que mais ou menos diz o seguinte: "O professor de Prática das escolas normais será escolhido por concurso de provas e títulos entre os licenciados em Pedagogia por Faculdade de Filosofia, devendo, entretanto, além disso, haver exercido o magistério efetivamente durante três anos, no mínimo."(02/09, p. 10)

O que foi tratado no congresso indicava a necessidade de abertura de cursos de licenciatura em Pedagogia para habilitar professores a lecionar nas escolas normais que eram criadas.

No dia 14 de outubro de 1956, página 3, texto com o título *Pleiteada a Criação da Faculdade de Filosofia Municipal, solicitado ao Banco do Brasil para que construa prédio próprio, convocada sessão extraordinária, durou 7,35 minutos a movimentada sessão*, informou o que havia acontecido, no dia 11 de outubro, na sessão ordinária da câmara dos vereadores:

> No expediente com votação foram apresentadas as seguintes proposições [...] Ver. Joaquim Zeferino [...] apresentando projeto de lei instituindo uma comissão, pra estudar a criação nesta cidade da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Municipal [...] essas propostas foram todas aprovadas e quando o caso, enviadas para parecer, às comissões competentes.

Consultando a ata da sessão da Câmara Municipal de Presidente Prudente do dia 13 de outubro de 1956, constatei que Moacyr Rabello de Arruda estivera presente e nada dissera sobre a carta que havia enviado ao Deputado Vicente Botta em 05 de setembro, para que ele apresentasse à Assembléia Legislativa o projeto de criação de uma faculdade de filosofia em Presidente Prudente. O fato seria conhecido quando o deputado apresentou o projeto solicitado por Rabello em 18/11/1956, o que seria publicado no Diário Oficial do Estado.

Em 20 de novembro de 1956, página 2, a Coluna do Ensino, Direção de Helena Lustri Peixoto, com o título *A criação da faculdade de filosofia em Presidente Prudente constitui uma necessidade*, informou que o vereador Moacir Rabello (PTB) já havia enviado carta, em 5/09/56, ao deputado do PTB, Vicente Botta, e que este havia apresentado projeto de lei na Assembléia legislativa em 18/11 para criar, em Presidente Prudente, uma Faculdade de Filosofia.

O pedido de Rabello teria acontecido, portanto, antes da sessão de 11/10/1956, em que o vereador Zeferino propusera a formação de comissão para estudar a criação da faculdade.

O jornal transcreveu a carta de Rabello e, por meio dela, é possível entender o que havia acontecido.

> Consoante este órgão público em data de 18, tramita na Assembléia Legislativa Estadual, projeto de lei que visa criar para Presidente Prudente, uma Faculdade de Filosofia. O autor do referido projeto é o eminente deputado Vicente Botta, do PTB, atendendo pedido que lhe formulou o vereador Moacir Rabelo de Arruda, em carta que abaixo transcrevemos:
>
> "Presidente Prudente, em 5 de setembro de 1956.
>
> A s. Excia.
> Deputado Vicente Botta
> Palácio Nove de Julho

> Vereador que sou, pelo PTB, à Câmara local, tenho o prazer de me dirigir a V. Excia. Para expor o seguinte:
> Presidente Prudente luta, já há muitos anos por uma faculdade. Em 1950 ou 51 foi criada aqui a faculdade de Ciências Econômicas, na mesma época em que Bauru ganhou a de Direito e Sorocaba a de Medicina.
> A de Presidente Prudente, entretanto, não foi instalada até hoje. Muito se falou aqui a esse respeito, mas nada se conseguiu. Soube, agora, que vereadores locais, irão pleitear essa medida junto aos seus Deputados, mas se batendo por uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que é, realmente, a que mais nos convém.
> A criação da Faculdade de Filosofia é, entretanto, uma velha reivindicação do PTB local, razão por que não podemos, de maneira alguma, permitir que outros roubem nossa iniciativa.
> Dias atrás estive em S.Paulo à procura de Vossa Excelência, tendo sido infeliz.Como não tivemos oportunidade de nos encontrar pessoalmente, só nos resta faze-lo por carta, que é o que faço agora.
> Temos aqui 4 ginásios, 3 escolas normais, 3 escolas do comercio e 2 colégios (2º ciclo) além de termos o privilégio de sermos cidade centro de zona com um grande número de cidades caudatárias, somando a população de um milhão de habitantes.
> Vossa Excelência, com os anos de prática que já têm, saberá justificar amplamente o projeto que por certo apresentará à Assembléia nesse sentido, antecipando-se a outros Deputados.
> Na certeza de que Vassa Excelência verá o grande alcance da medida que estou sugerindo, quero, nesta oportunidade, antecipar meus agradecimentos e tornar presente, junto a Vossa Excelência, as minhas mais calorosas.
>
> Saudações Trabalhistas
>
> a) Moacir Rabello de Arruda”

A seguir, foi publicado o projeto de lei apresentado por Vicente Botta, em 13 de novembro de 1956, utilizando como argumentos o que Rabello apresentou em sua carta.

Pode-se interpretar nas atitudes de Rabello, a existência de outros interesses, além do benefício que a faculdade de filosofia poderia trazer à educação secundária da cidade e região. Pelo menos o interesse, caso a faculdade fosse criada, de tirar proveito para si nas próximas eleições, ou melhorar seus contatos com a cúpula do PTB, possivelmente existiu, pois, se assim não fosse, teria apresentado uma contraproposta na primeira reunião (02/09/56), utilizando os argumentos apresentados na carta ao deputado Vicente Botta. Assim, a carta poderia vir a ser como resultado de decisões da comissão e não de iniciativa individual. A atitude do vereador pode, ainda, ter tido como objetivo aumentar a popularidade do deputado e do próprio PTB, em Presidente Prudente.

Em 24 de novembro de 1956, página 1, com o título *Solicitado à Assembléia Estadual Apôio à Criação da Faculdade de Filosofia Nesta*, dá notícia da sessão da Câmara

Municipal, de 22/11/1956. “Entre os trabalhos apresentados, destacam-se os em epígrafe, que evidenciam o cuidado da nossa edilidade em não descuidar do valioso conseguimento tratado na Assembléia Legislativa Paulista da criação em nossa cidade da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, [...]”. A matéria não apresentou detalhes sobre a exposição e discussão do assunto na sessão.

Com o título *FACULDADE*!, em 11 de julho de 1957, página 1, a criação da faculdade volta a ser notícia. O texto se inicia assim: “As leis são perfeitas quando obedecem a vontade popular. Caso contrário são ineficazes e sempre contrariadas.” A seguir afirma que, se a Faculdade de Presidente Prudente ainda não existia, não era por culpa do povo, nem dos estudantes, nem das autoridades.

> “Porque então não temos uma faculdade? Propalou-se que Comissão Universitária, não concordaria em instalar faculdades no interior. Que o Estado passa por um forte regime de economia e precisa distribuir verbas somente para as causas imprescindíveis para o progresso de São Paulo. Contudo vemos diariamente, promessas de Faculdades para outras cidades. Bauru, terá funcionando para o ano vindouro sua Faculdade de Odontologia. Marilia recebe cinco milhões do Estado para instalar sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Botucatu recebe a promessa formal do Governador do Estado de conseguir sua Faculdade de Medicina. Assis, cidade próxima a Marilia, tem em caixa mais de dois milhões de cruzeiros para concorrer com as despesas da instalação da Faculdade de Filosofia, criada por força de lei votada pela Assembléia Legislativa e, Presidente Prudente? Legislar atendendo um povo é legislar para o povo. Ou a Assembléia Legislativa atende a reivindicação de P. Prudente ou confessa simplesmente que estamos esquecidos. Saberemos dar nosso revide nas eleições do ano vindouro, através de nossa união, que fará um deputado prudentino e este não esquecerá nossas necessidades mais prementes, o que não seria mais do que fazer justiça a cidade que mais prosperou na Alta Sorocabana, transformando-se em metrópole da região.

De fato, nas eleições de 1958 viria a ser eleito deputado estadual um morador de Presidente Prudente, desde 1927, o Dr. Domingos Leonardo Ceravolo[19].

Em 19 de julho de 1957, página 4, na coluna *Serviço de Estatística de Educação e Cultura*, com o título *Portadores de diplomas universitários no magistério de nível médio*, informou que 50% do corpo docente em exercício no ensino secundário no país

[19] Defendeu Tese de Doutorado, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1923 e participou como Major Médico do Batalhão Constitucionalista de Presidente Prudente, durante a revolução de 1932, tomando parte ativa na campanha até o término. Fundador da Santa Casa de Presidente Prudente, em 1962 ele não seria eleito.Voltaria a ser eleito, pela ARENA , em 1966. Foi o responsável pela criação do Colégio Estadual Tanel Abbud.

tinham formação superior. Sendo 7.748 licenciados em Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e 1472 em Educação Física. Os demais eram bacharéis não licenciados.

Estas informações confirmam que havia a necessidade de se criarem cursos de licenciatura para formar professores que atenderiam à demanda regional que, conforme Leite comprovaria em 1971, era mais deficitária que a média do país.

Em 20 de julho de 1957, página 1, com o título *EM ASSIS Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras,* informou que uma caravana que partiu de Assis havia ido a São Paulo e conseguido, junto ao governo, criação da faculdade.

Em 04 de agosto de 1957, página 1, com o título *Alerta-Estudantes Prudentinos,* eis o que disse o articulista Lincoln:

> Após longo tempo de observações, resolvi neste artigo sair do silêncio a fim de alertar os Srs. Estudantes e a população em geral de nossa querida Presidente Prudente.
> Como já está por demais intolerável as lutas desiguais e sem raciocínio dos partidos políticos, e principalmente individualismo vaidoso e ambicioso dos desejosos em galgar postos políticos, quero lembrar-lhes e propor-lhes alguma coisa que talvez ajude resolver a nossa situação aflitiva com referencia a muito falada FACULDADE.
> Já está provocando em nosso cérebro uma certa intolerância os artigos publicados nas imprensas locais, bem como os boletins distribuídos pela cidade e os clamores através das rádios, sob os títulos FACULDADES ou QUEREMOS FACULDADES, etc.... Digo intolerância porque não tem encontrado apoio junto às autoridades responsáveis pelo destino de nossa cidade, assim as idéias nascem e morrem por aqui mesmo, sem encontrar quem lhes de vida.
> Diante disso resolvi fugir neste meu modesto trabalho de manchetes em uso, afim de não cair na mesma seqüência de erros, esperando com isso encontrar guarida.
> Presidente Prudente, infelizmente, vem sofrendo desde longos anos um total abandono pelos partidos políticos locais, isto desde o falecimento dos nossos inesquecíveis prudentinos Marechal Felício Tarabay e Dr. José Foz.
> Como não possuímos representantes junto ao governador do Estado nas assembléias, segundo pude observar, nestes últimos artigos de nossas imprensas, venho neste caso propor-lhes uma idéia, a qual reputo como excelente do conhecimento de todos nós, que o prefeito da vizinha cidade de Regente Feijó, sr. José Antunes (o popular Zuza) , que é prudentino de coração goza de grande prestigio nos Campos Elisios, não só com o governador Exmo. Sr. Dr. Jânio Quadros, como também de todos os membros do palácio porque tive oportunidade de observar certa vez.
> Conversando com o Zuza, a questão de poucos dias, abordei êste tão debatido assunto solicitando-lhe intervenção, ao que êle respondeu ter muito prazer em trabalhar para isto, desde que Presidente Prudente lhe confiasse o pedido, acompanhado dos documentos necessários para tal.
> Assim alerto os estudantes bem como todos os interessados que solicitem aquele amigo de nossa cidade, uma audiência especial, para o estudo conjunto da questão e posteriormente pleitear junto ao governo do Estado os justos direitos que tem Presidente Prudente.

> Acredito eu, que se não lançarmos mãos desse recurso, jamais termos alguma coisa para nossa querida cidade. Verifiquemos pelas cidades iguais ou inferiores a nossa, conseguindo sempre o que pleiteiam e só sempre marcando passo.
> Alerta prudentinos! Já é hora de jogarmos fora o velho disco: Presidente Prudente cresce enquanto a população dorme.

O articulista denunciou a disputa daqueles que queriam tirar proveito próprio com a possível criação da faculdade. O segundo parágrafo do texto traz o pressuposto de que havia uma grande campanha por parte destes interesseiros, o que estava ficando intolerável. Denunciou também a inoperância das autoridades.

Em 15 de agosto de 1957, página 4, com o título *Faculdade de Filosofia* publicou-se:

> A nossa reportagem em palestra com o vereador José Leite foi informada de que o projeto de lei número 74, da autoria do deputado Marcio Porto, que visa criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Presidente Prudente, deverá ser apresentado ainda esta semana, em segunda discussão, havendo amplas possibilidades de ser aprovado. O referido projeto já passou pelas Comissões de Educação e Cultura, Finanças e Justiça recebendo parecer favorável. Desta maneira, a possibilidades de aprovação são bastante animadoras, segundo informou o vereador José leite.

Em 19 de setembro de 1957, o jornal apresentou, no alto da primeira página, a manchete *FACULDADE*!, informando que

> Dia 17 do mês em curso fomos finalmente surpreendidos com a grata notícia de que havia sido sancionada a lei, que cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Presidente Prudente.
> Chegamos a meio caminho de uma campanha, cujo fruto espelha um anseio da capital da Alta Sorocabana [...] O Governador do Estado, surpreendendo a toda a cidade, transformou o projeto em lei, criando destarte a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, o que deixou aforicos *(sic)* os prudentinos, provocando manifestações, principalmente dos estudantes do Instituto de Educação Dr. Fernando Costa, que após as aulas noturnas, tomando conhecimento do acontecido desfilaram pelas ruas centrais da cidade dando vivas ao governador do Estado e à Assembléia Legislativa, que atenderam a justa reivindicação que havíamos feito, através de concentrações em praças publicas e reuniões de Prefeitos Municipais, Vereadores e autoridades prudentinas.

A seguir, lembrou da necessidade do prédio, para que a faculdade se instalasse e que Presidente Prudente esperava ajuda do governador, como havia feito em Marília, para que no ano seguinte a faculdade funcionasse.

Em 20 de setembro de 1957, página 1, com o título *Instalação da Faculdade,* informou que, “Por dispositivo e força de lei, Presidente Prudente possui uma

faculdade. É portanto, uma conquista abstrata [...] Falta a concretização da ultima etapa, a INSTALAÇÃO DA FACULDADE, o que deverá causar maior preocupação para o prudentino." E conclamou a sociedade:

> Os prudentinos de nascimento e de coração têm uma oportunidade valiosa de demonstrar o quanto devotam de si para a comunidade. Os capitalistas poderão auxiliar com quantias maiores em dinheiro, os demais podem somar pequenas quantias e fazer uma grande , o que reverterá na grandeza da terra que tudo espera de seus filhos.

Em 22 de setembro de 1957, página 1, com o título *"Entrevistado" o Professor Luiz de Carvalho Gomes Sobre o Palpitante Assunto da Faculdade,* publicou-se parte da entrevista, que continua na página 6. É notável o entusiasmo do professor com a iminente instalação, na cidade, da faculdade criada recentemente pela Lei 4.131:

> Vê o professor alguma possibilidade do funcionamento da faculdade ainda em 1958?
> "Não só vejo possibilidades como posso afirmar que, a não ser que não façamos nada, nossa Faculdade funcionará em 1958. Esta afirmação eu baseio em vários fatores dos quais enumerarei os principais a) - se nosso governador sancionou a Lei nada poderá impedir a sua instalação desde que sejam atendidos os quesitos que o Art.2º daquele diploma legal prescreve qual seja o de que a municipalidade ou particulares façam doação ao estado do terreno e prédio para seu funcionamento; foi assim o nosso ginásio e menos de um ano foi edificado o atual prédio onde se acotovelam 1700 alunos e que se constitui hoje no maior Colégio Estadual do interior de São Paulo.b) – enquanto dependíamos da discussão do projeto de Lei, enquanto devíamos aguardar sua promulgação, enquanto não eramos capazes, de fazer algo mais que 'torcer' e pedir boa vontade aos nossos homens públicos lá em cima, era eu sempre quem dizia que muita coisa não se podia fazer se não esperar, agora que todos esses óbices foram superados, que a Lei trouxe 'no papel' nossa Faculdade, podemos nós torna-la realidade. É nossa vez de fazer força."
> Quais seriam então os passos iniciais mais urgentes nesta segunda fase?
> "Apresentar ao senhor governador 'já', um prédio onde possa a titulo precário funcionar algumas sessões da Faculdade, fazer doação 'imediata'de um terreno para sua futura construção e diante destes fatos concretos solicitar a nomeação do Diretor que, com os nossos Homens públicos cá da terra, poria mãos a obra de organização de currículos de tramite de papeis para o Rio, de outros assuntos mais urgentes. Levantamento cadastral de candidatos, orientação vocacional e enfim verificação de quais os cursos nos seriam mais necessários de inicio.".
> Acha então que já teremos exames vestibulares em Fevereiro?
> "Certamente e os que duvidem podem atender a um reclame que casualmente vi num papel desses que a faculdade de Assis distribuiu em Pres. Prudente; eram os seguintes os seus dizeres: O prof. Oswaldo Urban iniciará a partir de 16 deste um Curso de Preparatório para Neo Latinas, Anglo Germânicas e Pedagogia – Horário 19.30 - Informação Av. Rui Barbosa 677. Nesta.
> Não estou fazendo propaganda do Curso de Preparatórios, pois nem conheço o professor; apenas quero frizar que ninguem tem mais o direito de duvidar da instalação da nossa Faculdade. Para manter alguma duvida era preciso que eu não conhecesse os prudentinos e 21 anos de Prudente, dão-me direito de afirmar que conheço bem 'minha terra e minha gente' ."

Infelizmente, as previsões do professor não se concretizaram, pois a faculdade só viria a funcionar em maio de 1959 e não em 1958, conforme ele previra, e em condições precárias de instalação, em razão da demora das autoridades prudentinas em fazer sua parte no acordo firmado quando a lei criou a faculdade.

Em 03 de outubro de 1957, página 1, publicou-se o texto a seguir com o título *Precisam os Estudantes Unirem-se:*

> Em Presidente Prudente, graças aos esforços sadios e bem orientados do Sr. Prefeito Municipal, de nossa egrégia Câmara Municipal, autoridades e da população em geral, funcionará a partir do próximo ano a FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. Advem disto que a partir do ano de 1958, teremos estudantes de nível superior em nossa terra. Sem duvida alguma, virão de fora. Era necessário que estes estudantes que receberemos para o próximo ano, encontrassem em Presidente Prudente, um ambiente estudantil, organizado pela união de todos os estudantes da terra.
> Nossos jovens que freqüentam as escolas secundarias, agem como membros dispersos e desordenados, em motivo do que, tem muitas obrigações e deveres em relação à escola que freqüentam e não tem nenhum direito.
> É necessário que os estudantes se unam e pleiteiem direitos, que sem duvida alguma haverão de ter algum. Um diretor de nossas escolas secundárias nos informou taxativamente em certa ocasião:
> "Aluno só tem deveres e não tem direito."
> De fato, não tem, porque não o procura ou não tem força para faze-lo. Movimentos partidos de estudantes, "estudantadas", na expressão popular, tornam-se gratas tradições em centros de estudos mais desenvolvidos, mas, em Presidente Prudente, qualquer movimento é sustado por um ou outro diretor de estabelecimento que impede a união da classe usando para tanto uma autoridade ditatorial.
> É necessário que os estudantes unam-se e exterminem tal estado de cousas e sobretudo que elevem o nível de classe e dentro das normas da mais sadia civilização construam uma tradição para estudantes de Presidente Prudente.

Esta publicação deixa claro que não havia um movimento de estudantes pela criação da faculdade, e que também, em tempos de liberdade política, a escola continuava autoritária, conforme se pôde constatar pela atitude do diretor, saudosos do período ditatorial de Getúlio Vargas não acostumados à democracia e que seriam, certamente, os aliados naturais da ditadura militar, que se instalaria em breve.

Em 13 de outubro de 1957, página 1, com o título *OS ESTUDANTES E A FACULDADE*, o articulista reclamou que, depois do movimento pela faculdade, uma vez promulgada a Lei que a criou, os ânimos teriam se esfriado.

> [...] Vemos o tempo passar sem que nenhuma iniciativa concreta seja tomada no sentido de que nossa Faculdade funcione para o próximo ano. Apelos foram

> lançados às entidades de classe de Presidente Prudente, para que encabeçassem um movimento visando a instalação da Faculdade. O apelo caiu no esquecimento e nenhuma atitude objetiva chegou ao nosso conhecimento. Existe no entanto, uma classe que não pode emudecer a sua voz ante o iminente perigo de se perder uma conquista. São os estudantes.
>
> Esta voz jovem e ardorosa de nossa terra, precisa tomar posição e clamar pela concretização de nossa Faculdade. Com efeito, sabemos que se prepara um movimento neste sentido. Os Estudantes de nossas escolas secundárias estão arregimentando forças, para fazerem uma manifestação em praça pública, à nossas autoridades. Chegou ao nosso conhecimento, que uma massa considerável de estudantes pretende fazer um demonstração de confiança na atitude de nossos vereadores e do sr. Prefeito Municipal, no sentido de suas senhorias tomarem medidas prontas e imediatas que favoreçam o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, para o próximo ano.

O jornal, mais uma vez, denunciou a inércia das autoridades para que a faculdade fosse instalada.

No dia 7 de novembro de 1957, página 1, com o título *Urge Cuidar da Instalação da Faculdade* mais uma vez o jornal alerta para a inércia da população.

> [...] a modelo do que fazem outras cidades que foram brindadas com leis idênticas e lutaram para concretizar a conquista, nós não nos movemos. A conseqüência imediata deste descaso é que cidades vizinhas já têm seus projetos e está arrebatando alunos para o funcionamento da faculdade para o ano entrante, enquanto nós estamos ameaçados de em segundo plano, por falta de propaganda de nossa escola superior e da duvida de que ela funcione ou não.
>
> Tomando um primeiro passo objetivo neste sentido – o de conseguir o funcionamento da faculdade, viajou ontem para São Paulo, o Sr. Antonio Sandoval Netto, prefeito municipal, para reclamar medidas urgentes ao Sr. Governador do Estado.
>
> Concitamos aos prudentinos, para que cooperem com o chefe do executivo prudentino enviando telegramas ao Sr Jânio Quadros, no sentido de que sua excelência atenda nossas reivindicações. Se isto não ocorrer, certamente ficaremos olhando a mosca azul, sonhando com a faculdade.

Muito sutilmente, o jornal acusou o prefeito de demorar tanto, quase dois meses depois da promulgação da lei, a tomar o primeiro passo para instalação da faculdade.

Em 17 de novembro de 1957, com o título *Faculdade e férias*, página 1, o jornal reclamou, outra vez, a falta de atitude para instalação da faculdade.

> Isto quase foge ao âmbito jornalístico de comentar, incentivar e instruir, no entanto, cumpre mais uma vez voltar ao assunto. O ano escolar está para terminar. Já entraram os exames finais os estudantes de P. Prudente, os grandes líderes da Campanha pró Faculdades, iniciada a tantos anos e que teve o seu clímax no transcorrer de 1957. Este jornal que tem na classe estudantil, uma parcela poderosa e ladina, que sempre se juntou aos reclamos desses jovens, mormente nesta campanha brilhante de pleitear uma faculdade para nós, aqui está novamente, numa espécie de despedida àquela mocidade vibrante, que mais comentou o assunto dando-lhe impulso e realidade sonhadora.
>
> Nestas páginas, comentamos os dizeres das faixas: Queremos Faculdades!!!

> E é com certa tristeza, que vamos chegar ao fim, mais um ano de labutas escolares. Porque compreendemos que nos próximos meses, não ouviremos a movimentação tremenda, as passeatas os discursos, as promessas de quem for com Sombrinha a faculdade haverá de vir para Presidente Prudente.
> Período de férias que representa rebanhos tumultuosos e inflamados e que se apaga da memória dos homens públicos, a promessa feita anteriormente de lutar em favor da causa.
> Sentimos tudo isto bem de perto, porque em nosso meio de trabalho, isto ainda permanece em suspenso, como algo que não ficou esquecido, como qualquer coisa assim, que não desaparece com o ânimo partido e a campanha paralisada.
> Fica ainda a relacionar fatos antigos conseqüências das férias, o ano que passou (sem ideal conseguido) e tantas outras coisas como os inúmeros formandos que têm de partir às capitais, à procura de estudos, porque em sua cidade não há um estudo superior para se ingressar.
> A faculdade sonhada é uma ilusão paralítica do passado, mercê de um sono tranqüilo e improdutivo.
> Isto, quase foge ao âmbito jornalístico de comentar, incentivar, instruir.
> Entretanto, vimo-nos forçados a voltar ao assunto, para que ao menos as esperanças não morram.

O jornal constatou que a possibilidade de a faculdade funcionar em 1958 já estava descartada, em razão da inércia das autoridades. A cidade já havia vivido situação semelhante, quando uma faculdade de Ciências Médicas havia sido criada por lei e nunca seria instalada porque as autoridades locais não haviam tomado as atitudes necessárias.

Em 26 de março de 1958, página 1, com o título *Manifestação dos estudantes*, o jornal informou:

> Os estudantes, como é do conhecimento do público, promoveram uma manifestação junto à Câmara Municipal pedindo a constituição de uma comissão para tratar com o Governador da instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente. A respeito, pessoas ligadas ao ensino, ponderaram que é ao prefeito que devem ir os estudantes exigir do Sr. Sandoval o prédio para funcionamento da escola de nível superior, pois o sr. Jânio Quadros está ansioso para instalar a Faculdade, tendo mesmo , nesse sentido se dirigido à Reitoria da Universidade de São Paulo, no entanto isso ainda não foi feito por não ter a cidade doado o prédio, como estipula a lei que criou aquela faculdade.

Neste texto, o jornal deu ao leitor permissão para entender que o prefeito é que era o responsável pelo atraso na instalação da faculdade, pois não havia providenciado o prédio para que ela fosse instalada, confirmando o que disse Quaglio (2002) e Marques (2003).

Com a aprovação da Emenda Orçamentária nº 55 de 1958, de um milhão de cruzeiros, também de autoria do deputado Márcio Porto, é que os trabalhos de instalação da faculdade seriam iniciados.

Em 09 de abril de 1958, página 4, com o título *Aguarda-se a Chegada do Diretor da Faculdade*, o jornal informou que

> Aguarda-se para a próxima semana em nossa cidade a visita do sr. Joaquim Fonseca, recentemente nomeado diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente.
> O prof. Joaquim Fonseca avistar-se-á com o sr. Sandoval Netto, prefeito municipal, para tratar da instalação da escola de ensino superior na Capital da Alta Sorocabana.

Em 17 de maio de 1958, página 4, com o título *Faculdade de Filosofia com Ciências ou Letras?*, o professor David Serra defendeu que se criasse um curso de Ciências e não um de Letras na nova faculdade, embora considerasse que o ideal seria que tivesse os cursos de Filosofia, de Ciências e o de Letras. Como argumento, ele lembrou que a maioria dos alunos do ensino secundário - 2º ciclo cursavam o científico, o que indicava que um curso de Ciências era o que os estudantes mais desejavam. Alegou também ser por esta ordem as habilitações para as quais mais faltavam professores: Química, Física, História Natural, Matemática, Geografia, Ciências Sociais.

O fato de ter sido criado um curso de Geografia, o quinto na ordem de prioridade, segundo o professor David Serra, indicava, conforme Teixeira (2003) afirmou, que não haviam sido consideradas as necessidades da região para se decidir sobre os cursos a serem abertos.

Em 13 de junho de 1958, página 3, a publicação *Na 2ª quinzena de Junho será instalada oficialmente a Faculdade de Filosofia de Presidente Prudente*, com o subtítulo, *Será construído o prédio em terreno da Vila Liberdade – Elaboração de Estatutos – Ainda este mês estará novamente em Presidente Prudente o professor Joaquim Alfredo da Fonseca para a Instalação da sede provisória da Faculdade – Dados Históricos,* apresentou:

> Todos os pormenores [...] estão sendo cuidados com carinho pelos srs.Antonio Sandoval Netto e Luiz Ferraz Sampaio, presidente e vice-presidente da Associação dos Amigos da Faculdade de Filosofia. Ainda esta semana estiveram debatendo a questão relacionada com o terreno, sendo que ficou definitivamente escolhido o localizado a margem da estrada que leva ao cemitério n.o 2 [...] Ainda com relação à localização do grupo escolar [...] decidiu-se procurar a família Morishita, que doou os 24 mil metros quadrados para nele ser edificado nossa escola superior, a fim de se obter mais 10 mil, para o grupo escolar. Esta doação não foi possível, mas a Câmara Municipal em sua primeira reunião já conhecerá projeto de lei declarando de utilidade pública a área para posterior desapropriação.[...] A estrada do cemitério será calçada com paralelepípedos que sairão da a Avenida Brasil e esta será pavimentada. Igualmente será pavimentada uma rua transversal, para servir a faculdade de Filosofia.[...]
> A Faculdade de Filosofia será oficialmente instalada [...] devendo vir [...] seu diretor, o professor Joaquim Alfredo da Fonseca, que se fará acompanhar de dois professores do corpo docente da Faculdade, já escolhido.
> O diretor da faculdade [...] convidou o jornalista Silvio Roncador para reunir todos os elementos relacionados com a história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, destinados a servirem de base à história da faculdade, que será escrita em seguida.

Em 6 de maio de 1958, página 1, Luiz de Miranda Junior, Secretário da Escola de Jornalismo “Casper Líbero” escreveu artigo com o título *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em Presidente Prudente.* Tratou-se de texto em que exaltou a importância da faculdade para a cidade, elogiou a escolha do professor Fonseca para diretor pelo governador, exaltou a sua competência expôs seu currículo e disse que, com ele, a faculdade “[...] será uma das mais bem aparelhadas do Estado [...] Com os cursos já programados, elaborados que foram com o beneplácito das figuras mais representativas de Presidente Prudente, as famílias Prudentinas por certo foram atendidas em seu reclamo natural.”.

Conforme outras publicações e depoimentos orais, na verdade, a decisão sobre que cursos seriam inicialmente oferecidos, de fato, não levou em conta os interesses da comunidade local.

No mesmo dia, na mesma página, a matéria *A reunião da Comissão Pró Faculdade de Presidente Prudente,* informou que havia ocorrido uma reunião na Câmara dos Vereadores, em que o prof. Fonseca abriu os trabalhos para “... informar aos membros da Comissão que o seu relatório havia sido aprovado e que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente era uma realidade.”

Em 31 de julho de 1958, com o título *Tomadas as providências para a construção do edifício onde funcionará a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente,* informou que o prefeito assinaria um contrato com o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP) para construção do prédio provisório da faculdade, onde depois funcionaria um Grupo Escolar, na estrada do cemitério n.º 2. Informou que o diretor da faculdade era aguardado para marcar a data da inauguração da sede provisória, na ante-sala da presidência da Câmara Municipal.

Em 01 de janeiro de 1959, primeira página, com a reportagem *Quase pronta a nossa Faculdade,* dava a notícia do prédio que estava sendo construído, já na fase do madeiramento, na Vila Liberdade, e que o diretor Joaquim Alfredo da Fonseca estaria no dia seguinte na cidade para a aula inaugural do curso preparatório para os exames de habilitação que o Colégio São Paulo ofereceria, com 115 alunos já inscritos.

Em 11 de janeiro de 1959, página 1, o texto *Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente* apresentava um histórico do processo de instalação da faculdade e dados gerais - relatados pelo diretor Dr. Joaquim Alfredo da Fonseca. O mesmo texto seria publicado nos outros dois jornais, *A voz do Povo* e *Correio da Sorocabana*

Ele apresentou um histórico das fases da criação da faculdade, desde a aprovação do projeto do deputado Marcio Porto, a Lei 4.131 de 17/09/1957, procurando contemplar a todos que participaram do processo. Disse que o terreno para a instalação da faculdade tinha sido doado pela família Murishita e que, depois que a faculdade tivesse seu prédio, o que estava em construção seria uma escola de aplicação[20]. Disse que havia realizado tarefas de agosto a dezembro de 1958, enquanto na instalação de outros institutos o processo tinha durado um ano e meio. Disse esperar socorro financeiro da sociedade prudentina e que foi contando com esse apoio que tinha aceitado "[...] realizar, em tão curto prazo e com tão

[20] Entende-se, pelo discurso do diretor, que o prédio de grupo escolar, em construção no terreno doado pela prefeitura, seria utilizado provisoriamente pela faculdade e o prédio definitivo, o diretor pretendia que fosse, futuramente, construído ao lado deste, no terreno doado pela família Murishita, passando a ser o grupo escolar uma escola de aplicação, onde os alunos da faculdade realizariam seus estágios. Isso, porém nunca se concretizaria.

apoucados recursos financeiros oficiais, o sonho desta maravilhosa cidade e deste próspero município.”.

Alertou que para se iniciar o ano letivo de 1959 dependia da sociedade prudentina, comprometendo-se a mobilizar o processo para que o inspetor Cyro Ribeiro Marx, ao visitar a escola, ainda em janeiro de 1959, desse parecer favorável, fincando então na dependência do Presidente da República assinar a autorização. Ele disse acreditar que o inspetor daria parecer favorável, vendo o andamento das obras, dando dois meses para sua conclusão.

A seguir, deu informações sobre condições para inscrições no vestibular, quais os cursos, e esclareceu que não havia obrigatoriedade de curso preparatório e que não se responsabilizava pelo funcionamento deles, embora os visse com simpatia.

Nesta mesma publicação, o diretor apresentou a estrutura dos cursos de Pedagogia e Geografia, que abrangiam 22 cadeiras, isto é, 22 disciplinas diferentes ao longo dos cursos. Apresentou, por ordem alfabética, a composição da congregação, com breve currículo de cada professor, publicação que se completaria no dia seguinte -18/01/1959.

Interpreto essa publicação como uma forma que o diretor escolheu para prestar contas à comunidade prudentina de todo o seu trabalho até aquele momento e, também, para anunciar o que estava por vir, com a iminente inauguração da faculdade.

Informou, ainda, que, além da graduação que a faculdade ofereceria, poder-se-ia obter também o título de Doutor, “[...] com a defesa de tese sobre assunto científico de inegável valor e inédito.”(p.3)

Estava previsto, portanto, desde o início, o trabalho com pesquisa, ainda que não houvesse um programa específico de pós-graduação:

> FINALIDADE DOS CURSOS DA FACULDADE DE FILOSOFIA (Lei nº 1190 de 4-4-39)
>
> a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica;

> b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal;
> c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura que constituem objeto de seu ensino.(p.3)

Quanto à "ordem desinteressada", e o significado que a expressão carregava, no entanto, há que se fazer algumas reflexões que apresentarei no capítulo 10.

Na página 3, do mesmo dia, com o título *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, o jornal apresentou o texto da aula inaugural, ministrada, a convite, pelo Dr. Fonseca, no curso preparatório do Colégio São Paulo. Nesta aula, ele deu informações sobre todo o processo para que, enfim, a faculdade fosse autorizada, dizendo que esperava que as aulas pudessem começar em março. Alertou que sem a parte prudentina, o prédio pronto, a da Presidência da República não aconteceria. E disse que isso deveria acontecer

> [...] através das Autoridades Municipais e da Associação de Amigos da Faculdade [...] a palavra final depende, pois, das famílias prudentinas a quem a Faculdade irá beneficiar mais de imediato, já na formação cultural superior de seus filhos, já no aprimoramento da intelectualidade local.

Percebe-se, no discurso do diretor, uma forma de pressionar os jovens aspirantes para que eles pressionassem o Poder Público e a sociedade para agilização da construção do prédio onde a faculdade funcionaria.

A falta de interesse verdadeiro do poder executivo local pela faculdade conforme Quaglio (2002) e Marques (2003) observaram, parece ter-se configurado, mais uma vez no fato de o diretor ter que apelar para a população, embora não haja nenhum documento oficial em que, explicitamente, se constate este pouco interesse.[21]

Em 20 de fevereiro de 1959, página 2, *Início do ano acadêmico na faculdade de Filosofia*, informou que os exames vestibulares aconteceriam em quarenta dias e forneceu explicações para o atraso do funcionamento da faculdade: problemas pessoais que atrasaram a visita do inspetor federal, que chegaria à cidade no dia seguinte, 21 de fevereiro. Nesta publicação, o jornal procurou desfazer boatos de que o funcionamento da faculdade

[21] Publicação de 31/08/1958, do jornal *A voz do Povo*, apresentou informações que denunciam, explicitamente, esse desinteresse.

fora negligenciado pelas autoridades municipais e estaduais e criticou os que teriam afirmado isso.

> No período janeiro/fevereiro o snr. Diretor da Faculdade manteve repetidos contactos com as Autoridades do Governo Estadual, em S. Paulo, e com as da União, no Ministério da educação e Cultura, visando ao trato de questões pertinentes ao complexo funcionamento de nosso instituto de Estudos Superiores; em São Paulo, em reuniões com os professores convidados, com eles discutiu problemas ligados ao desenvolvimento dos respectivos programas a serem ministrados em 1959. Prevalecendo-se da ausência do snr Diretor, nesse período de janeiro-fevereiro (cerca de um mês e poucos dias), em nossa cidade, ausência aliás, motivada pelas tarefas por êle desenvolvidas no Rio de Janeiro e em São Paulo referentes aos interesses da Faculdade, alguns poucos elementos, em flagrante desdouro para nossa Sociedade, arrogaram-se o triste privilégio de alimentarem boatos tendenciosos apontando o funcionamento da Faculdade como negligenciado pelos responsáveis, já do Governo municipal, já da Sociedade dos Amigos da Faculdade, já do próprio Diretor que por sinal não tem medido esforços nem canseiras na execução desse acalentado desejo de nossa cidade; até a mesquinhez foi perpetrada, o que, infelizmente, só pode depor contra nossos foros de cultura e de educação social.
> O Diretor da Faculdade se encontra entre nós desde ontem ministrando um Curso de História para candidatos aos Vestibulares que se avizinham. O seu otimismo, a sua confiança, alicerçados no completo conhecimento de causa de sua nobre tarefa e as informações seguras que nos traz respeito ao início dos trabalhos letivos da Faculdade, são o mais pronto e mais formal repudio a essa onda de confusionismo e de má fé, alimentada por elementos que todos conhecem aqui, porque de longa data, contrariando os mais altos interesses de nossa coletividade, vêm agindo, com extremada ignorância e pobreza de espírito de fazer pena, no sentido de empanar uma glória que não é de grupo algum, de nenhum partido político, mas lídima conquista da população prudentina.
> Sábado, pelo avião da Real que deslocará de S. Paulo às 9 horas, deverá chegar ao nosso aeroporto o Dr. Cyro Ribeiro Marx, Inspetor Federal, cuja visita vem sendo aguardada com compreensível ansiedade.

Se houve a necessidade de desmentir, é porque existia quem falasse da falta de interesse.

Na verdade, o jornal *A voz do povo* realmente havia publicado, insistentemente, denúncias à falta de atenção das autoridades, conforme apresentarei ao tratar deste jornal. Pelo que se pôde perceber, pelo tom dos textos, *O Imparcial* tomava partido do poder e *A voz do povo*, da oposição.

Em 9 de abril de 1959, página 1 e 2, com o título *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente,* o jornal noticiou a autorização para funcionamento da faculdade, fazendo, mais uma vez, um retrospecto do processo para abertura da instituição. Informou que estavam aguardando a publicação da autorização para funcionamento da

faculdade. Informou também que estavam prevendo a publicação para aquela semana e que o Secretário da Educação já estava com tudo preparado para nomear os professores, tão logo a autorização fosse publicada. Deu, também, informações sobre número de vagas para os cursos de Geografia e Pedagogia e documentação necessária para inscrição nos exames vestibulares.

Em 01 de maio de 1959, primeira página, *Solene instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, informou que havia sido publicada a autorização da faculdade, haviam sido realizados os vestibulares, e que, no dia 04, a aula inaugural aconteceria, nas salas de aula da Escola Técnica do Comércio " Dr Joaquim Murtinho". Nada informou sobre o prédio que estava sendo construído. Foi publicado também o programa de solenidades da inauguração do IIES-FFCL de Presidente Prudente nos dias 2, 3 e 4 de maio:

> A prefeitura Municipal, a Câmara Municipal e a Diretoria da Faculdade elaboraram o seguinte programa de solenidade a ser cumprido nos dias 2, 3 e 4, quando então serão oficialmente instalados os cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente:
> Dia 2, sábado: às 8 horas, Missa do Espírito Santo, celebrada na Matriz de São Sebastião pelo Revmo. Pe. José Rodrigues do Amaral; às 15 horas, Recepção às Autoridades e Convidados; às 20 horas, Sessão Solene de instalação da Faculdade no Salão da Câmara Municipal.
> Dia 3, domingo: às 15 horas, Confraternização acadêmica, no Tênis Club.
> Dia 4, segunda-feira, às nove horas, Aula inaugural do Curso de Pedagogia ministrada pelo Prof. Waldemar Valle Martins; às 10 horas, Aula inaugural do Curso de Geografia ministrada pelo Prof. Joaquim Alfredo da Fonseca, tendo como local as Salas de aula da ETC " Dr. Joaquim Murtinho".

No dia 02 de junho de 1959, *Programa da Faculdade* deu a notícia que a faculdade mantinha um programa na Rádio Presidente Prudente, sob a direção do diretor, com o objetivo de divulgar o nome da instituição, "[...] caracterizado pela apresentação de trabalhos literários, palestras educativas, esquetes teatrais, etc., dentro de um bem elaborado programa.".

No dia 04 de junho de 1959, página 3, foi publicada a matéria *Uma carta e uma reconsideração*, informando que Moacyr Rabello de Arruda, então vereador licenciado, estudando em São Paulo, escrevera a um dos redatores de *O Imparcial*, falando de sua alegria

pela faculdade e lamentando que o nome de Vicente Botta não fora lembrado pelos jornais nas publicações sobre a inauguração, por ele ter sido o primeiro a entrar com projeto de lei, em 1956, para criar a faculdade.

O jornal transcreve um trecho da carta:

> - o outro assunto: FACULDADE DE FILOSOFIA.
>
> Sei que podes calcular o quanto me senti satisfeito por sabê-la FUNCIONANDO. Até que enfim nosso sonho cor-de-rosa se materializou e temos um Curso superior que tem real alcance e é efetivamente o que mais nos convem, pois: irá preparar melhores professores secundários; que prepararão melhores ginasianos e professores primários que por sua vez darão melhores candidatos para as demais faculdades e melhores mestres de primeiras letras. Resultado: maior aproveitamento no curso primário, no secundário e no superior. Não é maravilhoso? Nunca fui contra as outras faculdades. Mas sempre entendi que a primeira que deveríamos ter seria a de filosofia, Sinto-me, portanto, recompensado pelo pouco de esforço dispendido e convicto do pleno aproveitamento de parte da nossa mocidade.
> Houve, porém, um fato que me entristeceu bastante, pois o bom nome de Prudente e de sua gente acha-se comprometido: esqueceram-se completamente do deputado Vicente Botta que, indiscutivelmente , foi o primeiro a apresentar um projeto de lei a Assembléia visando a criação da Faculdade de Filosofia para Prudente. Nem uma palavra, nem um convite, nada ... NADA ABSOLUTAMENTE. O QUE HOUVE? Esquecimento? Ingratidão? Opino pela última hipótese, pois é difícil aceitar-se o esquecimento, depois de tôdas as publicações que os jornais daí fizeram em 1956 (2° semestre) com verdadeiras manchetes [...]

A seguir, explica-se:

> Esses os termos mais curiosos da carta [...] Denota, como vêem, uma certa mágoa pelo registro de um fato que realmente ocorreu.
> Apenas discordamos da opinião emitida de que o que houve, foi ingratidão para com o parlamentar Vicente Botta. E por uma simples razão. A cerimônia de inauguração da Faculdade foi feita em caráter muito simples, dispensando-se do acontecimento honrarias maiores, justamente visando não incorrer nas faltas de omitir uma ou outra pessoa cujo trabalho em prol desta conquista tivesse sido computado no rol das grandes colaborações. Muitos fizeram um pouco pela nossa faculdade, êsse sonho cor-de-rosa, como bem diz o caro missivista. E poucos fizeram muito também. Daí a restrição das solenidades para um sentido apenas simbólico. A própria imprensa, talvez, coubesse a culpa de não lembrar no tempo oportuno o trabalho daquele deputado.
> O registro desta carta deve valer como uma explicação. Apenas no tocante à palavra INGRATIDÃO é que procuramos ponderar.
> Enfim, são coisas que acontecem. E como nunca é tarde demais para se reconhecer serviços prestados, aqui estamos, nos penitenciando, e levando ao deputado Vicente Botta a palavra de amizade e de agradecimento de tôda a mocidade estudantil prudentina.

A carta de Rabello, de certa forma, o redimiu, também, de possíveis acusações que lhe foram feitas, quando enviou carta ao deputado Vicente Botta em 1956, pois no quarto parágrafo do trecho da carta acima transcrito ele defendeu com veemência a importância de uma faculdade com cursos de formação de professores.

Em 24 de novembro de 1959, página 4, com o título *Aquinhoada a Faculdade de Filosofia: Cr$ 3.550.000,00,* o jornal informou que o governo havia aberto créditos especiais para o ensino superior e o IIES-FFCL de Presidente Prudente receberia três milhões e quinhentos e cinqüenta mil cruzeiros, quantia maior que as destinadas às faculdades de São José do Rio Preto e de Ribeirão Preto.

Tal verba, segundo a lei, destinava-se a "[...] atender despesas com desapropriações, instalações, aquisição de equipamentos, livros e revistas destinadas às escolas e institutos de ensino superior do Estado e à construção da Cidade Universitária."(p. 04)

Em 05 de maio de 1960, página 3, com o título *Um ano de trabalho a serviço da cultura: Comemorou seu 1º aniversário, a Faculdade de Filosofia,* o jornal noticiou as festividades de aniversário do único Instituto de Ensino Superior que existia no oeste paulista, promovidas pelo Centro Acadêmico "3 de Maio". Apresentou a programação da solenidade e do show artístico de violões pelo Padre Antonio Mendes Barata, professor da faculdade, e o aluno Osmar Scucuglia; de violino, por Lair Alves de Lima ,e fechamento com coquetel e brincadeira dançante. A matéria não informa o local em que as festividades aconteceram, mas conforme depoimento de Perucci (2004), todas as solenidades, enquanto a escola não possuía instalações adequadas, ocorriam no Tênis Clube de Presidente Prudente, ou na APEA (Associação Prudentina de Esportes e Atletismo).

4.2 Correio da Sorocabana

O *Correio da Sorocabana,* em 04 de abril 1957, página 1, publicou, com o título *Movimento Pró-Faculdade*:

> No gabinete do Prefeito Municipal era intenso o movimento de pessoas representativas da cidade, no sentido da constituição de uma comissão chefiada pelo Prefeito, para m em São Paulo, pleitear junto ao governador a Faculdade de

> Filosofia, objeto de um projeto de lei, e que outras cidades da Sorocabana querem para si.
> Na ordem dos assuntos ventilados, veio à tona o ginásio que a criação do Instituto de Educação nos favorece e que está dependendo do governo do Estado.

Em 24 de abril de 1957, página 3, com o título *Formada comissão pró-Faculdade* noticiou que havia sido formada, no dia anterior, a Comissão pró-criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras.

Consta que participavam dessa comissão diretores de escolas públicas e particulares, representantes de repartições públicas regionais, ministros religiosos, representantes de clubes, de partidos políticos, de associações profissionais, de jornais, de rádios, vereadores, ex-prefeitos, perfeitos dos municípios da região e três alunos de cada estabelecimento de ensino do segundo ciclo secundário da cidade.

Pela data da reunião, conclui-se que não se tratava da mesma comissão formada em abril de 1956, que pleiteava uma faculdade de economia, conforme publicação de *O Imparcial*, nem tampouco a faculdade municipal de filosofia pleiteada pela comissão formada em outubro de 1956.

Com base na origem dos membros da comissão, é possível supor que era interesse de todos os segmentos da sociedade prudentina, bem como de municípios da região, que se criasse a faculdade.

Por outro lado, em texto de Gabriel Octavio de Souza, diretor do *Correio da Sorocabana*, de 16 e maio de 1957, intitulado *A Faculdade de Filosofia e a safra de perfilhadores*, percebe-se que havia articulação de alguns para serem “os pais da faculdade” que ainda era apenas um sonho, o que mostra que a reivindicação que se faria ao Governador do Estado, por essa comissão, também ocultava interesses pessoais e eleitoreiros. Assim, a reunião com a presença de representantes de segmentos da sociedade poderia tratar-se, antes de tudo, de uma forma de alguns se promoverem local e regionalmente.

O jornal reclamou, nessa mesma publicação, que o vereador Moacyr Rabello de Arruda não o havia mencionado na sua carta ao deputado Botta, de 05 de setembro de 1956, e conhecida por meio de publicação de *O Imparcial*, em 20 de novembro de 1956, solicitando a criação da faculdade à Assembléia Legislativa "[...] para inserir nos seus anais votos de reconhecimento aos jornais pelo que fizeram em favor da faculdade de Filosofia." (p.3). O jornal critica o vereador, alegando também que ele não sabia a quantas andavam as iniciativas para que a faculdade passasse de apenas uma discussão política, e acrescentou:

> Quando a Faculdade sair da fase político-partidaria e não constituir mais literatura de asfalto e de postes de ruas, e sua numerosa comissão fizer uma reunião pelo menos, para esquematizar o movimento, quando tivermos dado um passo para impressionar o Governo e lhe fazer ver que estamos cumprindo com o exigido para a criação de uma Faculdade, então saberemos, sem paixão, que o assunto não comporta explosões histéricas, nem brigas, nem campeonato de paternidade, trazer à faculdade a nossa sempre oportuna e patriótica colaboração.
> Voltaremos ao assunto, para apontar ao vereador Moacir o caminho por onde se chega à obtenção de uma Faculdade.(p.3)

Eis uma das muitas críticas que a comissão receberia por ser numerosa e pouco agir.

Em 25 de abril de 1957, página 1, publicou nota com o título *Aniversário do Instituto de Educação Fernando Costa*: "Festejou o Instituto de Educação Fernando Costa mais um aniversário, no dia 23 do andante. As comemorações cumularam numa passeata de estudantes, com estandartes pelas ruas reclamando as faculdades para Presidente Prudente.".

Ainda em 25 de abril de 1957, página 4, publicou o texto intitulado *O bom senso venceu:*

> Quando discordamos da idéia de uma faculdade de ciências econômicas, tínhamos razão.
> Esta escola, vindo preterir a de filosofia, ciências e letras, não deveria valer tanto para neutralizar os prejuízos da perda da última.
> A opinião unânime dos prudentinos incorporada à dos estudantes e dos professores endossou nossos conceitos.
> Agora a cidade vibra em torno da faculdade de Filosofia, quer a faculdade e a obterá, porque é ela agora um objeto comum dos prudentinos.
> Na reunião realizada na Câmara, ontem à noite, assentou-se de pedra e cal as bases para uma ação enérgica, pronta e ininterrupta naquele sentido.
> Depois da faculdade de Filosofia, como a vida é uma constante e pede ação e movimento, vamos nos bater pela de ciências econômicas, pela de Odontologia e farmácia, pela de medicina e assim por diante até transformarmos esta cidade num centro acadêmico de expressivo valor.

No terceiro parágrafo do trecho citado, o jornal procurou se justificar por seu envolvimento com a campanha, alegando que ela, naquele momento não era dos que brigavam pela paternidade da faculdade, mas de todos os prudentinos.

Em 19 de maio de 1957, página 1, com o título *Movimento em tôrno da Faculdade de Filosofia,* informou que o deputado Paulo de Camargo havia estado na cidade e conversado com pessoas ligadas à comissão pró-faculdade. Afirmou, em reunião, que era de sua autoria o projeto de lei para criar uma faculdade de farmácia e odontologia. Orientou a comissão para que deixasse apenas um pedido, o da faculdade de filosofia, pois com dois projetos na assembléia seria mais difícil a aprovação. Prometeu trabalhar pelos dois projetos.

Em 06 de julho de 1957, página 1, com o título *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras,* informou que:

> Esteve reunida a Comissão Técnica instituída para a instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.
> Nessa ocasião, vários assuntos foram tratados, inclusive deliberando enviar-se à Assembléia Legislativa um relatório contendo todos os dados referentes à Escola.
> Constará do relatório a número de alunos, o local da Faculdade, as dimensões do prédio e a situação de Presidente Prudente como centro geográfico de uma das mais vastas regiões do Estado.

O jornal volta a publicar, em 14 de junho de 1957, página 1, um artigo intitulado *A faculdade volta à estaca zero,* direcionado ao vereador Rabello. O texto sugeriu que, depois de todo o movimento, o governo teria dado um não definitivo.

Fez crítica às passeatas e manifestações planfetárias como forma de mobilização da sociedade para se conseguir a faculdade, bem como às "unhadas vermelhas" do vereador comunista que advogava "[...] a doutrina que nos quer reduzir a um amontoado de indivíduos sem ideal, recuados no plano da civilização, vocacionados para a miséria."(p.1)

Não encontrei publicações, seja nesse jornal, seja em *A Voz do Povo,* ou em *O Imparcial,* que dessem coerência para fato de o mesmo jornal que, em 24 de abril e em 6 de junho de 1957, elogiou a Comissão pró-criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras,

em 14 de julho de 1957, criticasse as manifestações planfetárias pró-faculdade e defendesse uma outra comissão, a que lutava pela faculdade de Direito.

> Agora vamos retomar o caminho, vamos tratar do assunto com legítimos prudentinos que vêem adiante o bem estar coletivo, nunca um objetivo eleitoral. Processar-se-á em breve, pois está fixada, uma reunião para o fim de obtermos uma faculdade de direito. E a obteremos se soubermos anular o conjunto de esforços que vamos empreender a pretensão política de quem quer que seja e o individualismo aldeão de certas pessoas [...], os caçadores de popularidade, os impertinentes caçadores de voto. (p. 1)

As palavras dirigidas ao vereador indicam que, naquele momento, a posição contrária do jornal à criação da faculdade de filosofia não era por princípio, pois a defendera em outros momentos, e sim pelo fato de o projeto ser de seu desafeto, o vereador Moacyr Rabello. A defesa da criação da faculdade de Direito possivelmente fosse decorrente da afinidade do jornal com o grupo que a pleiteava.

Fica claro que o que contava não era o bem estar coletivo, pois, na verdade, naquele momento, a faculdade de filosofia é que atenderia muito mais às necessidades da população da região, proporcionando a oportunidade de estudos a vários professores que lecionavam sem habilitação, conforme Leite (1971) comprovaria, o que resultaria em melhor qualidade a todo o sistema de ensino regional.

Arnaldo Pires Ramos na *Coluna estudantil* do mesmo *Correio da Sorocabana*, em 27 de julho de 1958, logo que se oficializou a abertura da faculdade de filosofia, também manifestaria ser essa a faculdade mais necessária:

> [...] o sonho de milhares de jovens será concretizado com o funcionamento da faculdade de filosofia [...] atualmente as mais procuradas pelos estudantes brasileiros.
> Muitos são os estudantes que possuem o certificado do 2ª ciclo e que agora [...] irão certamente continuar os estudos. [...] uma faculdade que muito contribuirá para o progresso do Brasil. (p. 1)

Além das resistências do Conselho Universitário da USP, portanto, os que reivindicavam a faculdade de filosofia tiveram que enfrentar o jogo de interesses de grupos do próprio município, conforme se pode constatar pela leitura das publicações locais.

De fato, a apresentação de vários pedidos para diferentes faculdades só dificultaria a processo para se conseguir uma faculdade. A concentração em um só pedido só foi conseguida, no entanto, por orientação do deputado Paulo de Camargo, que havia apresentado, na Assembléia Legislativa, projeto de lei para criação, em Presidente Prudente, de uma faculdade de odontologia e farmácia. Ele visitou a cidade, em 17 de maio de 1957, e sugeriu à Comissão pró-faculdade que pleiteasse a faculdade de filosofia, que ele se empenharia para atendimento, mas alertou que a presença de pedidos concomitantes dificultaria o atendimento. A comissão decidiu, como argumento para conseguir a faculdade, conforme publicação de *O Imparcial*, planejar uma campanha e oferecer garantias de que o município seria parceiro do estado no empreendimento.

Quando o deputado estadual João Hornos Filho esteve em Presidente Prudente, em 31 de julho de 1957, foram levados a ele, entre outros, os problemas da falta de prédios escolares para o grupo escolar e ginásio, e também o projeto de criação da faculdade. Ele prometeu empenhar-se para a ampliação de um grupo escolar, construção de outros três, construção de um ginásio e providenciar, junto ao governo, a criação da faculdade de filosofia e da faculdade de odontologia e farmácia.

Até março de 1958, não houve mais publicações do *Correio da Sorocabana* referindo-se à faculdade de filosofia.

Nesse jornal, havia uma coluna não assinada intitulada *Sugere-se ao Sr prefeito.* Entende-se que, nesta coluna, os responsáveis pelo jornal reportavam reivindicações da população, ou faziam críticas, de acordo com a visão o próprio jornal, em forma de sugestões. Em todos os números consultados, de 1957 a 1959, não houve nenhuma cobrança ao prefeito referente à criação de uma faculdade, mas eram muitas reclamações sobre água encanada, energia elétrica, pavimentação de ruas e sobre falta de vagas para o grupo escolar.

Tal fato remete-me a duas possíveis interpretações: o jornal entendia que a instalação de uma faculdade de filosofia não era mesmo importante, ou, na visão de seus proprietários, bem como de outros segmentos da sociedade, entre eles os assinantes do jornal, não havia, ainda, consciência da necessidade de melhorar a formação dos professores do município. É certo, porém, que a falta de vagas para o ensino primário era um problema muito mais sério e muito mais sentido pela população que a falta de uma faculdade.

Em 21 de março de 1958, já com a criação da faculdade aprovada em lei, publicou-se um artigo em nome de estudantes secundaristas, na coluna *Um tema em foco*, intitulado *Onde instalar-se a Faculdade de Filosofia.* O articulista, Permarand, depois de resumir o que tinha sido o movimento para que se criasse a faculdade - passeatas, lista, faixas nas ruas – apresentou o problema do momento: onde instalar a Faculdade de Filosofia de Presidente Prudente.

> Há certas medidas administrativas e políticas para cuja concretização requer-se um pouco mais de boa vontade, requer-se AÇÃO.[...] O povo alegrou-se. E o que se fez daí para cá?
> Discutiu-se a princípio. Seria no predio da Escola Artesanal. Mas como? Ponderavam os professores desta - que maneira remover pesadas máquinas ali imobilizadas ao solo? E a idéia ficou no ar. Nada mais se cogitou.
> Surgiu depois a hipótese da Faculdade ser instalada na Academia do Comercio Joaquim Murtinho. Ficou apenas em hipótese. Não houve sequer prós ou contras. Aventada esta colocaram-se por terra sem mais delongas.
> E continuamos assim! De quem a responsabilidade por esse atentado contra a juventude prudentina?
> Temos uma faculdade de filosofia criada por lei, onde se vê que cabe ao município instalá-la, mas ninguém sabe onde. Perguntem ao sr. Prefeito. Parece até que injunções políticas norteiam a inércia!
> Enquanto isso ocorre em detrimento de uma região que domina aproximadamente 500.000 habitantes e cuja importância foi cantada em prosa e verso, vemos que em Marilia funciona uma esplendida Faculdade de Economia. Em Bauru e Lins funcionam 4 faculdades: duas de Filosofia , de Direito e de Odontologia.
> E os nossos leitores iriam certamente argumentar. Por que, então, em Presidente Prudente, não conseguimos ver funcionar aquilo que reivindicamos com tanta veemência?
> A resposta não é fácil de ser dada. Infelizmente as grandes iniciativas prudentinas estão muito bem revestidas de demagogia e nenhuma AÇÃO.
> Sim, é isto mesmo que está faltando ao nosso prefeito e srs vereadores. Ação e benefício da coletividade, sem cogitar-se de nomes nem evidência, nem vaidades pessoais. E se isso é difícil, porque não há dinheiro, qual a razão impeditiva de um apelo ao povo? Seria nossa população tão mesquinha que não pudesse imitar Lins que num mês doou, para idêntico propósito mais Cr$ 3.000.000,00? Não cremos.
> Mas o propósito que me leva a bater a máquina estas considerações há de ser completo. Queremos dar às nossas autoridades um modo de concretizar-se aquilo que está no papel.

> P.Prudente conta com 10 mil casas. Se cada proprietário se propuser a concorrer com Cr$ 200,00 tão somente, em prol desta grande realização, teremos Cr$ 2.000.000,00 tirados do povo. E os Bancos, as Industriais, os pecuaristas, Agricultores, não concorreriam com parcelas apreciáveis? Mas quem levantará esse dinheiro? Nós os estudantes, eis a resposta.
> Aceitem as autoridades a idéia e nomeiem uma comissão de estudantes colegiais e professores e provaremos nosso ponto de vista. Há um exemplo aqui mesmo na cidade. A Academia de Comércio Joaquim Murtinho conseguiu Cr$ 350.000,00 do povo. Por que? Houve ação.
> Agora falaremos do famoso calcanhar de Aquiles, o pomo mestre da questão. A municipalidade não tem o prédio.
> Também vamos mostrar que para isso há solução.
> E o sr. Prefeito tome nota deste endereço: RUA DR. JOSÉ FOZ, 1378.
> Aí funcionava o antigo Cassino Balalaica. Prédio amplo, sólido, com todas as instalações sanitárias apropriáveis, vasto salão, etc.
> Façam nossas autoridades municipais uma vistoria aí. Levantem as vistas, os sr. Vereadores para essa propriedade e discutam a questão visando apenas o interesse da juventude prudentina. Desapropriem-no pagando-se o intrínseco valor da coisa e esperem que o povo prudentino lhes dará o numerário indispensável. Reformem-no entregando essa obra aos nossos engenheiros, façam enfim alguma coisa.
> O que não está certo é este marasmo que fala tão alto contra nossas poucas e frágeis tradições.
> E estaremos certos que o sr. Prefeito e os srs. vereadores trabalhando para a solução deste problema, ratificarão o mandato que lhes conferimos, alicerçando a tênue esperança que estes próprios buscam avidamente destruir.

O que se percebe é que, ou o jornal tomou consciência da importância da faculdade, ou os “pais da faculdade” passaram a ser afetos do jornal, ou, ainda, o povo, ou pelo menos os leitores, aprovaram a idéia, só restando ao jornal também aderir a ela. Por outro lado, quem assinou a matéria foi um estudante secundarista, que, possivelmente, se preocupava, verdadeiramente, com a instalação da faculdade, pois era um candidato em potencial ao ingresso no ensino superior.

O fato é que não se constatava unanimidade quanto ao interesse pela faculdade, entre os vários segmentos do município, e isso se refletiria no atraso da instalação da faculdade, que só ocorreria em 1959, sem que a construção do prédio próprio do IIES-FFCL de Presidente Prudente tivesse pelo menos sua planta e local definido para a construção.

O artigo exprimia a tensão em que, certamente, viviam os jovens que concluiriam o secundário em 1958, e que aguardavam, ansiosamente, pela instalação da faculdade para que pudessem ter acesso ao ensino superior.

Comprovava-se também nessa publicação, mais uma vez, a inércia das autoridades locais, conforme atestam Marques (2003) e Teixeira (2003), pois o articulista criticou, explicitamente a falta de ação do Poder Público e sugeriu, com tom de ironia, que as autoridades apenas deixassem os estudantes agirem, que fariam muito.

Segundo Quaglio (2002), em Marília tudo foi mais fácil porque havia maior unidade de interesses da população mariliense, das instituições, dos políticos locais, incentivadores da instalação da faculdade naquela cidade. Já em Presidente Prudente, os interesses se dividiam, razão pela qual o IIES- FFCL de Presidente Prudente funcionaria, por muito tempo, em instalações precárias.

Conforme acordado desde o início das reivindicações, o Poder Público municipal deveria doar o prédio para funcionamento da faculdade. O diretor, no entanto, decidiu declará-la oficialmente instalada, em 01/09/1958, para atender à parte burocrática, mesmo sem o prédio, para não atrasar mais ainda o projeto de iniciar as aulas em 1959. O prefeito, na solenidade de instalação, "[...] conjuntamente com a Câmara se pronunciou favorável à pronta iniciativa da construção do prédio que abrigará a Faculdade, para o que entendeu-se com os interessados a quem solicitou pareceres e com quem trocou idéias." (*CORREIO DA SOROCABANA*, 3/09/58, p.1). Isso só se concretizaria, porém, em 1967, e não com verbas municipais.

Em abril de 1958, o jornal *O Estado de São Paulo*, havia publicado uma matéria, manifestando-se contrário à instalação dos institutos isolados no interior paulista, sob a mesma alegação dos membros do Conselho Universitário da USP: a falta de corpo docente eficiente para lecionar nessas regiões. O professor Joaquim Alfredo Fonseca, diretor nomeado para instalar a faculdade em Presidente Prudente, ao ser indagado, em visita ao *Correio da Sorocabana*, conforme se publicou em 08 de setembro de 1958, página 3, sobre a posição de *O Estado de São Paulo* respondeu:

> Acho que o articulista foi precipitado em afirmar tal coisa, a menos que tencione lançar o descrédito na própria Universidade de São Paulo, de onde têm saído professores e em um número elevado.
> È evidente [...] que um corpo selecionado de catedráticos para uma escola padrão não se improvisa, nem se adquire na feira livre, mas se adquire no empório da cultura nacional, onde existem valores que ainda não foram aproveitados.
> Somos uma nação grande culturalmente desenvolvida, e a concordância desta afirmação é esta: onde há produção há seleiro. Não faltarão bons professores.

Sua afirmação, utilizando a figura do seleiro, confirmar-se-ia, pois a produção do IIES-FFCL de Presidente Prudente seria fecunda e, em seus seleiros, muitos, ainda hoje, vão buscar frutos daquela época, conforme será apresentado no Capítulo 5.

Quando o governador Jânio Quadros veio a Presidente Prudente, em junho de 1958, período de campanha eleitoral, o jornal publicou uma lista de realizações do governador para a cidade, entre elas, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A manchete do jornal no dia 29 de junho é "*EM P. PRUDENTE O SR. JÂNIO QUADROS : da compreensão recíproca entre governo que ora nos visita e o prefeito Antonio Sandoval resultou um montante de realizações como jamais se verificou.*

A aprovação do projeto de criação da faculdade ter acontecido em 1957, o início de sua instalação em 1958 e o funcionamento efetivo apenas em 1959, quando o governador já era Adhemar de Barros, são fatos que parecem ter acontecido nestas datas como estratégia eleitoreira. O governador Jânio Quadros alcançou seus objetivos ao ter aprovado a criação, em 1957 e início da instalação apenas em agosto de 1958: votos da região para os candidatos a quem apoiava, sem que, em seu mandato, arcasse com os gastos da instalação da faculdade. A seguir, com a faculdade recém - inaugurada, em 1959, alcançaria, outra vez, seus objetivos: votos para si próprio à presidência da república.

Em 28 de maio de 1958, o jornal apresentou a manchete *Jânio: O grande cabo eleitoral de Adhemar de Barros–governador e Auro Moura Andrade-Dep estadua*l. O título da matéria indicou que as estratégias eleitoreiras de Jânio Quadros, auxiliando os candidatos na concretização de seus intentos eram compreendidas pelo jornal.

A criação de uma faculdade de odontologia e farmácia em Presidente Prudente, cujo projeto de lei havia sido apresentado na Assembléia Legislativa pelo deputado Paulo de Camargo não se concretizaria. Em 04 de novembro de 1958, Projeto de Lei 1.833, do deputado José Santilli Sobrinho, propôs a criação dessa faculdade, porém em Assis. Sua justificativa para a instalação em Assis, conforme publicação no Diário Oficial do Estado, era que

> Assis, não há dúvida, é a capital de fato da Média e alta Sorocabana. Com uma população urbana beirando as 40.000 almas, já é sede de todas as repartições de âmbito regional. Assim é que tem suas sede em Assis as delegacias regionais de polícia, de ensino, da agricultura, de educação física, etc...
> Assim também é sede da 4ª divisão da E.F. Sorocabana, de Bispado, de Subdivisão do D.E.R., da Polícia Rodoviária, etc.
> Mas como argumento principal que aconselha sejam instaladas em Assis não apenas uma Faculdade de Odontologia e Farmácia, mas todas as faculdades que a região comportar, é de já estar funcionando com pleno êxito naquela cidade uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em alto nível e em linhas renovadoras. Assis, pois, já se delineou como principal candidata a ser a Cidade Universitária do Oeste Paulista. (apud CORREIO DA SOROCABANA, 13/11/58).

Essa notícia ecoou em Presidente Prudente, causando indignação. Segundo nota da redação do jornal,

> O deputado José Santilli ou é ignorante registrado entre os que desconhecem a geografia da sua terra, ou é um amuado de reações primárias que não aprendeu a respeitar o bom senso dos demais. Sim, é um amuado o senhor José Santilli porque só achou 17 prudentinos que ainda cometem o crime de valorizar com seu voto, representantes do povo que sabem menos das realidades do interior do que um feirante recém-chegado da Alagoas. Queria mais votos o homem que nuca vimos de perto, nem mais gordo, e por isto apresenta um projeto de lei, cujo conteúdo é mais prenhe de incoerências propositadas a respeito de Presidente Prudente, do que de propósitos a respeito de Assis. Sabe o deputado que projetos de lei deste estilo rolam por aí sem méritos e sem efeitos, porque se fácil é apresenta-los, mais fácil ainda é o governo manda-los à lata de lixo. Mas Santilli queria uma oportunidade para explodir contra esta terra que ainda conta no seu seio 17 tontos, para lhe dar votos.
> E explodiu, com esta cômica afirmação: “Assis, não há dúvida, é a capital da Média e Alta sorocabana. Com uma população beirando as 40 mil almas”, etc. É a justificativa do projeto.
> Ora sabemos que Assis [...] merece, muito mais [...] pode ser a capital da media Sorocabana, nunca da Alta Sorocabana, como pretende o deputado que talvez nunca tenha visto, para comparar, nem Presidente Prudente, nem Assis.

O que parece ter afrontado os prudentinos, mais que a perda da faculdade, foi o fato de o deputado declarar que Assis era a capital da Alta Sorocabana.

Esse episódio vem mostrar, mais uma vez, que o que regia as decisões sobre a criação de escolas, eram, em último lugar, as necessidades locais e em primeiro, os

interesses eleitoreiros. E o jornal tinha clareza de que assim era. Dessa forma foi que a faculdade de filosofia, pleiteada há tanto tempo, só começaria a ser instalada em 1958, ano de eleições.

Em 03 de julho de 1958, página 1, a nota *Instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras,* informou que a faculdade havia sido oficialmente instalada, embora ainda sem prédio, para atender a parte burocrática, sem o que a instalação definitiva atrasaria muito.

> O município, conforme expôs o prefeito da cidade deverá doar o prédio em que deverá ser de uma vez posta em função a escola. Os vereadores ali presentes foram unânimes em acertar a solução precária apresentada pelo Diretor da Escola, pois de outra maneira poderia ser prejudicada a sua criação que está condicionada a tais providências iniciais.

Em 27 de julho de 1958, página 1, na Coluna Estudantil, o articulista, Arnaldo Pires Ramos, expressou a alegria dos estudantes com a instalação da faculdade, com previsão de funcionamento para 1959.

> Nós, os estudantes de P. Prudente, já possuímos a nossa faculdade e se isso foi possível devemos a um grupo de homens lutadores e corajosos, que não mediram esforços em lutar por uma das causas mais justas e belas que é dotar o estudante prudentino de uma faculdade que muito contribuirá para o progresso do nosso Brasil.

Ramos, não poderia deixar de mencionar a grande conquista para os estudantes em sua coluna. Manteve-se, porém, reticente, não definindo os nomes destes homens a quem agradeceu. Possivelmente, não queria atribuir a conquista às autoridades, mas também não queria desagradá-las.

Em 10 de maio, de 1959, página 2, com o título *A instalação da Faculdade foi acontecimento de alta ressonância,* o jornal começou por exaltar o prefeito, justamente o que durante todo o processo de instalação da faculdade teve sua inércia denunciada neste mesmo jornal:

> O Prefeito Sandoval, a cujo empenho se deve a instalação da Fac. De Filosofia, em edifício provisório construído pelo Município, recebeu diversos telegramas que a seguir vão transcritos, positivando a associação moral de interesses entre as conquistas de Prudente e os homens que mais perto acompanham e acolitam o nosso desenvolvimento.

> Como é do conhecimento do público local, o Prefeito prudentino ajudado por pessoas ligadas diretamente à instalação da Faculdade, no meio das quais se destacavam o deputado Cerávolo, o diretor da faculdade, professores locais, e alguns políticos que não dormiram no ponto, não parou um só instante, desde o dia em que a idéia começou a tomar corpo até o em que foi a faculdade instalada.

A seguir, comentou o almoço do domingo, parte dos festejos de inauguração da faculdade e reproduziu os telegramas que o prefeito recebeu, com congratulações pela criação do IIES-FFCL de Presidente Prudente.

4.3. A Voz do Povo

Em 25 de março de 1956, uma nota na página 1:

> PRÓ-FACULDADES
>
> O sr. Rinardo Sandoval Lima, presidente da Comissão Interpartidária Pró-Faculdades, promoverá hoje, às 21 hs, reunião de elementos interessados na fundação de Faculdades em Presidente Prudente. Comunica aquele vereador que tem em seu poder, sobre o assunto, amplo material que exporá aos debates dos componentes da Comissão.

Em 29 de março de 1956, página 1, *Entrevista com sr. Rinardo Sandoval* . No subtítulo *Faculdade para Presidente Prudente* ele disse:

> Com referência a instalação de uma faculdade em Presidente Prudente, antiga aspiração do povo prudentino, principalmente dos setores de ensino local, temos a satisfação de comunicar ao nobre povo que tratamos com o Governador sobre as possibilidades e a viabilidade do empreendimento em foco. O snr. Governador afirmou que entre as cidades indicadas para a transferência e localização encontra-se Presidente Prudente, juntamente com as cidades de Barretos, Botucatu e Jabuticabal.

Em 06 de maio de 1956, página 1, matéria com o título *Importante reunião na prefeitura sobre a instalação de Faculdade em P. Prudente* informou havia sido realizada reunião na última sexta-feira para tratar da transferência da Faculdade de Medicina Veterinária. A matéria informou os nomes dos que estavam na reunião as comissões que foram formadas e, no final, uma opinião: [...] uma pequenina falha parece que houve: a não indicação do dr. Italo Lucchino para a presidência da Sub-comissão de política .[...] foi o dr.

Italo Lucchino quem chefiou na zona a campanha do atual governador, tendo alguma ascendência sobre ele."

Fica implícito, neste trecho, que para se conseguir uma faculdade dependia não da necessidade real local, mas da influência política dos que a solicitavam.

Em 13 de maio de 1956, página 2, em matéria intitulada *Faculdades e escolas Superiores*, o articulista defendeu que decisão sobre a instalação de faculdades no interior paulista devia considerar aspectos populacionais e geográficos, e que entre as cidades que comportavam uma faculdade estava Presidente Prudente. E acrescentou:

> Ocorreu-nos esse raciocinio porque de modo geral, o Governo do Estado de São Paulo tem localizado esses educandarios nas localidades que, ao bater do martelo, dão mais. Daí a anarquia, o caos, que outra coisa mais não é do que mera rotina administrativa.
> Paremos com essas farolagens e façamos aquilo que é necessário àqueles que realmente merecem e precisam.
> Presidente Prudente até hoje nada tem ...

Na verdade, o articulista, que não assinou a matéria, estava reclamando que Presidente Prudente, embora seus políticos não tivessem influência sobre o governador tinha mais condições de receber uma faculdade que outras cidades que ele via receberem.

Em 14 de outubro de 1956, página 1, *com o título FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PRES. PRUDENTE, será criada e custeada pelo municipio conforme proposta feita à câmara*, informou que a Câmara Municipal havia se reunido no dia 11 e tratado de vários assuntos, entre eles, da criação de uma comissão para "levar a efeito as diligencias para criação nesta cidade de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Municipal. O projeto foi encaminhado à comissão de justiça."

Em 07 de abril de 1957, página 3, uma nota:

> **Faculdade**
>
> O deputado Marcio Porto, do PR, apresentou à Assembléia projeto de lei criando uma Faculdade de Filosofia em Pres. Prudente. Tudo que se fizer nesse sentido tem nosso apoio. Portanto nosso presidente do PSP local telegrafou ao deputado Ciro Albuquerque, desse mesmo partido, pedindo-lhe que apóie aquele projeto. O apoio de todos está se fazendo sentir.

Em 28 de abril de 1957, página 1, com o título COLOCADA EM CONDIÇÕES REALIZÁVEIS A CAMPANHA PRÓ-FACULDADES, informou que na noite do sábado anterior, dia 24, o jornal havia reiniciado a campanha pró-faculdade com cartazes e faixas e uma concentração na câmara municipal, quando se organizou uma comissão com 4 sub-comissões para trabalhar pela instalação de uma Faculdade de Filosofia.

Em 29 de junho de 1957, página 6, publicou-se a matéria com o título *Não Queremos Faculdades*, a seguir.

> Já não é uníssono o grito prudentino pela consecução de faculdades. Uma lasquinha separou-se do granítico bloco formado pela consciência da gente que esta cidade habita. Tudo está errado proclama o ínfimo contra o ínfimo. Todos estão errados proclama o fariseu. A argumentação em que se estriba é realmente estúrdia. A criação de estabelecimentos de ensino superior no Brasil, é a principal fautora da miséria reinante e por esse motivo Presidente Prudente não deverá reivindicar, dando um exemplo para instaurar-se novo estado de ordem administrativa em prol da recuperação econômica do país, imposta pela restrição dos meios educacionais e instrutivos.
> O sr. Presidente da República não viu isso. O sr. Governador do Estado também não, pois, ainda ontem criou novas faculdades em diversas cidades do interior e dotou a de Marilia com cinco milhões de cruzeiros destinados à sua instalação.
> Iremos mais longe ainda entusiasmados pela pregação desse estranho apóstolo da ignorância. Invertemos a atual campanha pela extinção dos nossos ginásios, das nossas escolas normais, e de outros cursos que funcionam nos nossos parcos estabelecimentos secundários.
> Assim estaremos afetivamente colaborando para que o Estados e a União economizem, possibilitando aos srs. Deputados adquirirem Cadilacs pelo cambio oficial e para que recepções nababescas de setecentos milhões de cruzeiros possam ser promovidas.
> Aqueles que fizerem questão que seus filhos estudem um dia, e do que aprenderem possam governar, administrar, ensinar, elevar o nível cultural brasileiro, que se mudem de Presidente Prudente porque conscientes estaremos que o fato de estudar concorre para depauperamento do povo e para o declínio do valor aquisitivo do cruzeiro.
> Bastam cursos primários para alfabetizar o prudentino. Assim toscamente capacitado, ele está mais propenso a atividades produtivas, como por exemplo o empunhar do “guatanbú”ao invés da mecanização agrícola, que a mentalidade deste repudia e a do acadêmico aceita.
> Avante pela nova campanha. Demos um inédito exemplo em prol da extinção de todos os estabelecimentos do curso superior no Brasil, pois para alcançarmos o maravilhoso objetivo, necessário se torna sua completa amplitude. “Quem sabe viríamos, afinal, a ser imitados,” Quem sabe?

O tom irônico do texto, que não é assinado, parece ser uma crítica aos que queriam a faculdade não para atender às necessidades reais da população prudentina, que, no momento, clamava por vagas para seus filhos no grupo escolar, mas por interesses eleitoreiros próprios. Parece, também, ser crítica aos que se declaram contra a criação da faculdade. O

fato de um texto não ser assinado, normalmente indica que ele traz a opinião do jornal. Assim sendo, o "não queremos faculdade" só pode ser uma crítica àqueles para quem não interessava um povo instruído, os que exploravam a mão de obra barata. O vocabulário utilizado pelo articulista indica que ele, se não tinha idéias socialistas, pelo menos havia feito leituras de textos com esta orientação ideológica.

Dia 21 de julho de 1957, página 5, com o título *Comissão Pró-Faculdade,* Sergio de Almeida informou que alunos do Instituto de Educação Fernando Costa, no dia 23 de abril, haviam se reunido em frente à Câmara Municipal para, com faixas e cartazes, pressionar os vereadores e a comissão pró-faculdade, que havia sido organizada naquela data, para que reivindicassem uma faculdade para Presidente Prudente. Sobre os trabalhos da comissão o articulista disse:

> Nada fizeram, a fim de avistar-se com o Governador para tratar do assunto, esperaram que o Governador viesse a eles. A cidade de Marília, seguindo o exemplo da boa vontade e devotado esforço conseguiu verba de cinco milhões de cruzeiros para a instalação de sua Faculdade de Filosofia, isto é o que todos os senhores membros da comissão alegam; e eles ganharam, porque nós também não ganharemos? Sim, eles ganharam, conforme dizem, mas não só reivindicaram, eles pediram, insistiram, e conseguiram. Nós também, se tivéssemos feito o mesmo, ao invés de demagogias e reivindicações tolas a elementos da Assembléia Legislativa que nada têm a ver com nossos interesses, já teríamos conseguido a nossa faculdade, porque o direito que tem eles, temos nós. E qualquer outro.

A crítica indica que as pessoas da comissão ficavam disputando para que o projeto fosse dos deputados de seus partidos ao invés de procurarem, diretamente, o governador, que, segundo o articulista, traria resultados mais rápidos, pensando nos jovens da cidade.

Em 22 de setembro de 1957, página 10, com o título *Finalmente Criada a Faculdade de Filosofia de Presidente Prudente* e subtítulo *A sua instalação depende de terreno e edifício adequados ao seu funcionamento,* informou que o governador, "reparando flagrante injustiça a esta cidade", havia assinado a lei, criando a FFCL de Presidente Prudente. Lembrou que, conforme o artigo 2º, " 'A instalação da Faculdade ora criada fica condicionada à doação, ao Estado, de terreno e edifício adequados ao seu funcionamento'.[...] Assim sendo,

não devemos repousar sobre os louros dessa vitória, pois, se ela nos trouxe maiores responsabilidades e mais trabalho."

Em 29 de setembro de 1957, página 10, na coluna *O caso da Semana*, com o título *Faculdades,* Hugo Lacôrde Vitale, lembrou, que depois de muita luta, a faculdade, que era o "velho sonho entrou para o mundo da realidade.".

> A antiga aspiração prudentina, duramente obtida, não constitui veleidade e nem é fruto de *snobismo* dentro de terra rica e progressista. Está rigorosamente dentro da famosa marcha para o oeste, a respeito da qual tanto falam os homens que dirigem o país. E essa marcha implica na descentralização dos serviços públicos, no aproveitamento integral do interior.[...] Falta agora obter a instalação da nova Faculdade paulista. Não importa se poderá funcionar, de início, a todo pano, a todo vapor, com totalidade de suas secções e, se o prédio que há de abriga -la, tenha de ser novo ou adaptado. Que se instale de qualquer forma e ainda modestamente! Presidente Prudente também começou toscamente e era, no princípio, apenas uma clareira na floresta densa e copada. O exemplo é de ontem. E o funcionamento da Faculdade de Filosofia e Letras, possibilitará a formação de mestres do interior para alunos do interior, concorrerá para a crescente melhoria do aprendizado com fixação dos professores, acabando-se de vez com *as cabeças de ponte*, simples caminhos a serem percorridos até a meta final: São Paulo ou cidades circunvizinhas ...

Para as cidades do interior paulista vinha, todos os anos, professores da capital que, logo após se efetivarem, pleiteavam remoção para a capital ou para cidades mais próximas, ou ainda, suas cidades de origem. Assim a freqüente mudança de professores era um problema que comprometia a qualidade do ensino. O articulista previa que este problema iria acabar, pois, com uma faculdade na cidade, haveria oportunidade de professores da terra ali se formarem e ali se fixarem.

Em 27 de outubro de 1957, página 7, nota com o título *Pró-instalação da Faculdade*, informou que autoridades e entidades estavam conjugando esforços para providenciarem as instalações para a faculdade e que em reunião haviam decidido formar uma comissão de sete pessoas para junto ao prefeito solicitarem a cessão de um edifício provisório para instalar a faculdade.

Em 17 de outubro de1957, página 10, trouxe a nota:

E A FACULDADE?

> A campanha Pró Faculdades em Presidente Prudente, deverá ser transformada na CAMPANHA PRÓ-INSTALAÇÃO. O que têm feito as nossas autoridades? O que tem feito a Comissão? O povo aguarda o seu funcionamento para o próximo ano.

Em 22 de dezembro de 1957, página 3, na coluna *Redatorial*, com o título *Queremos Faculdades!*, o articulista disse que durante a campanha pela faculdade não faltaram os que se aproveitaram dela para

> [...] fazer demagogia e se projetarem no conceito do povo, como vanguardeiros das reivindicações prudentinas.
>
> Vitorioso o desiderato, foi como água na fervura. Ninguém mais se preocupou com a concretização da aspiração máxima da cidade. A nossa população esperava dos que lideram o movimento envidassem esforços para a instalação da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada poucos dias após o 40º aniversário da cidade como um presente do sr. Governador do Estado.

A seguir lamentou que, passados três meses, nada havia sido feito para que a faculdade funcionasse em 1958, enquanto a Assembléia Legislativa já tinha em discussão a criação de outra faculdade, a de Farmácia e Odontologia. Conclamou homens públicos e condutores da campanha pró-faculdades para que prezassem "[...] os efeitos do abandono em que se encontra a instalação desse valioso conseguimento sobre a disposição do Governo em aprovar a criação da Faculdade de Farmácia e odontologia. Se uma derrota houver, culpa cabe a essa criminosa incúria."

Nos três jornais da cidade, era unânime a constatação da inércia do poder público e das entidades, embora os autores das matérias fossem, uns mais agressivos, outros mais complacentes. A falta de ação, que tinha como conseqüência o atraso no início do funcionamento da faculdade, conforme Quaglio (2002) e Marques (2003) afirmaram, confirmar-se-ia na demora até que a faculdade tivesse seu prédio definitivo, conforme apresento no Capítulo 5.

Em 09 de março de 1958, página 3, no artigo intitulado *As Faculdades de Marília e Assis serão contempladas no "superavit" estadual*, o jornal criticou o fato de essas

duas cidades terem recebido verbas para instalação de faculdades e Presidente Prudente nada ter recebido. O jornal denunciou o desinteresse do Poder Público prudentino:

> Não é estranho a ninguém de nossa cidade, o desinteresse que reina por parte dos poderes públicos, sobre valiosos melhoramentos que venham beneficiar a nossa população em vários setores de sua vida [...] o mesmo não acontece quando se trata de questões pessoais, quando então a cidade se mobiliza para defender pontos de vistas que não coadunam com seus objetivos de desenvolvimento.

Alertou o povo para o desinteresse que, se continuasse, levaria a cidade ao caos da intolerância política, perdendo um prestígio que lhe valera no passado para efetivas reivindicações de melhoramentos que tanto contribuíram para seu progresso.

Em 26 de abril de 1958, na página 3, o jornal apresentou matéria com o título *Primeira Noite da Faculdade, c*onclamando os leitores a participarem do movimento na Praça 9 de julho no dia 03 de maio às 20:30, quando haveria uma passeata pela cidade e "[...] debates proferidos por estudantes e pessoas relacionadas com o ensino, versarão sobre a necessidade urgente da instalação da nossa Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras."

Em 11 de maio de 1958, página 1, a coluna *Redatorial*, de Paulo Peixoto, apresenta o artigo *Em meio da jornada a batalha pela faculdade.* Peixoto atribui ao jornal e aos estudantes, entre outros, mas não ao Poder Público, o fato de se ter conseguido a apresentação de projeto de lei pelo deputado Marcio Porto e aprovação pelo governo para instalação da faculdade.

> Após ingentes esforços em que se mobilizou quase toda a cidade, podemos contar com os indícios mais promissores da instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente.
> A reivindicação foi cercada de árdua luta, na qual se evidenciaram a imprensa, os estudantes, os professores, entidades de classe e poderes executivo e legislativo prudentinos.
> "A voz do Povo" integrou essa batalha como um dos seus principais vanguardeiros, bastando lembrar que não se limitou a ineditorias, mas também fazendo imprimir faixas alusivas ao conseguimento, com fixação, no ano transato, em todos os pontos movimentados da nossa urbe.
> Veio, em conseqüência dessa brilhante jornada, apresentação do projeto da lei pelo Deputado Marcio Porto, a sua aprovação pelo Governo Estadual e como fato auspicioso para a instalação, a nomeação, pelo sr. Jânio Quadros.. do ilustre Professor Joaquim Alfredo da Fonseca.
> Faz-se necessário ressaltar, que os estudantes prudentinos não dormiram sobre os louros das primeiras vitórias. Ainda na semana passada, em continuação à campanha que desenvolveram, foi promovido um comício na Praça 9 de julho

As autoridades municipais, recepcionando o coordenador dos trabalhos de instalação e futuro diretor do estabelecimento superior, promoveram intensos trabalhos, demonstrando a justeza da pleiteação, inclusive, levando-o a visitar os estabelecimentos de ensino locais, prédios propícios à adaptação da Faculdade e munindo-o de dados estatísticos, os quais, como relator, em muito poderão influir para o apressamento da definitiva aprovação pelo Governo Estadual.

Em mesa redonda, realizada na Câmara Municipal, segunda-feira última, foi resolvido ser mais racional a construção de um prédio para a instalação da faculdade, ao invés de adaptações. O professor Fonseca, nessa reunião, com uma objetividade que faltou a muitos oradores presentes, teceu ampla exposição como Prudente conseguiria ter no futuro, um estabelecimento com todos os seus cursos, começando por etapas, tanto na construção de dispendioso prédio, como na instalação dos seus inúmeros currículos de ensino.

O imóvel que lhe foi dado conhecer durante sua estadia nesta cidade, doado por progressista família da colônia nipo-brasileira,[22] situado ao lado esquerdo na necrópole local, preencheu, no dizer do Prof. Fonseca, os requisitos exigidos, o que constitue mais um indício de que a batalha pela Faculdade, encontra-se satisfatoriamente dirigida.

As apreensões ainda existem no que se concerne à construção do prédio, pois, computadas as verbas em disposição, tudo leva a crer que ela se prolongará no amealhamento de recursos financeiros, até integrar a importância necessária. Assim sendo, mister se faz encetar uma nova campanha pelos poderes municipais, a fim de que isso não venha a se constituir um entrave à instalação da Faculdade, cujas obras do edifício, poderão se prolongar não permitindo tempo para seu início no próximo ano. É verdade que o sr. Prefeito Municipal prometeu construir o edifício em apreço, mas também não é menos verdade que fez restrições quanto ao poder econômico da Prefeitura para levar avante um empreendimento de elevado custo. No entanto, julgamos que podemos confiar mais na população prudentina que se tem saído airosamente de outras importantes campanhas, isto porque confia mais em seus esforços do que nos dos poderes públicos, de quem se tem sentido sempre desamparada nas horas mais difíceis.

Notamos alguma decepção nos meios estudantis, quanto às criações dos primeiros cursos da nossa Faculdade. A diversidade de vocações na sua maioria voltada para ciências práticas, não encontrou satisfação na escolha das matérias Pedagogia, Geografia, História e Matemática, assim mesmo estas últimas duas, em probabilidade de redução. A maioria dos estudantes locais tendo predileção aos cursos de Química e Física, os quais foram deixados para as etapas seguintes em virtude de exigirem caros laboratórios, sentiram-se frustrados em suas pretensões. Não escapa ao conhecimento de ninguém que essa notada divergência, não provocará computando-se a reserva de mais de cinco mil estudantes que cursam os nossos estabelecimentos de ensino secundários, não contando dezenas de cidades desta região, reserva essa que alimentará não só os seus primeiros cursos, mas todos os que uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras possue, se possível pudessem ser instalados.

A de Presidente Prudente contará, como foi dito na mesa redonda em referência, com apenas sua secção de Ciências, isto porque, a de Assis, contará com a de Letras, dando oportunidade a estudantes de ambas as cidades satisfazerem suas preferências sem longa distancia de suas residências.

O prof. Joaquim Alfredo Fonseca deixou aos prudentinos, estimulantes palavras para prosseguimento nessa jornada, da qual depende a elevação cultural não só da nossa população, mas de inúmeras cidades da região em que sediamos. Como relator, prometeu interceder junto ao Governador do Estado, para a aprovação de suas e nossas proposições. Enquanto trabalha na Capital do estado, nós devemos não descurar dessa viva aspiração, para que não venhamos a obstruir um insano trabalho de quase dois anos.

[22] Trata-se de terreno próximo ao terreno onde hoje se encontra Escola Estadual Professora Francisca de Almeida Góes Brandão, ao qual a prefeitura acrescentaria mais uma parte, objetivando a construção da faculdade e do Grupo Escolar.

> A batalha da faculdade encontra-se na sua fase mais difícil, pois, enquanto somente dependia de formulações sobre o papel, ela pertencia aos poderes públicos estaduais, mas agora que passou a sua fase concreta, depende principalmente de todos os moradores desta cidade. Em meio dessa brilhante jornada, não cabe esmorecimentos. Se houver cooperação geral, se o sr. Prefeito Municipal cumprir o prometido, a instalação da Faculdade será um fato concreto no próximo ano de 1959.

O que Quaglio (2002) afirmou sobre a falta de empenho do Poder Público confirmou-se nesse trecho: "[...] podemos confiar na população prudentina que se tem saído airosamente de outras importantes campanhas, isto porque confia mais em seus esforços do que no dos poderes públicos, de quem se tem sentido sempre desamparada nas horas difíceis."

Em 18 de maio de 1958, página 1, uma matéria com o título *Bispado e Faculdade, duas campanhas de inegáveis méritos*, informou que

> [...] as últimas providências da instalação da Faculdade, voltam-se no sentido do aproveitamento do prédio do Grupo Escolar situado no Bairro do Bosque, em caráter provisório até a construção do seu prédio definitivo em terreno doado nas proximidades do cemitério novo. A prefeitura, em favor dessa medida, construiria quatro classes em terreno onde se localiza o 1º Grupo Escolar situado atrás da Igreja Matriz de São Sebastião, regularizando assim o período normal do horário de freqüência escolar, cujas aulas alcançam o absurdo de apenas duas horas e meia por dia, por falta de outras condições.(p.3)

É possível constatar, aqui, que o problema de vagas para alfabetização, ainda não resolvido em Presidente Prudente em 1958, teria atenção juntamente com a faculdade. Percebe-se, também, a falta de consenso sobre o local de instalação da faculdade.

Em 25 de maio de 1958, sob o título *A espada de Dâmocles paira sôbre a nossa faculdade*, o jornal, alegando que a cota da imprensa em todos os empreendimentos "[...] é a palavra de estímulo é a exaltação de sacrifícios, é a crítica construtiva [...]", principalmente quando sua voz sintetizava a voz da maioria, voltou a falar sobre o problema: "Se não houver prédio, a faculdade não começa a funcionar e essa parte compete ao poder público".

O problema, segundo a prefeitura, era que o terreno doado era pequeno, apenas uma quadra, e ficava distante do centro, região sem água encanada e sem rede elétrica,

e que a prefeitura só tinha "[...] a verba votada na Câmara Municipal de um milhão de cruzeiros, sendo necessário mais dinheiro para a construção."

O jornal denunciou também que o poder público não convocara a antiga Comissão pró-faculdade para auxiliar na campanha. Sugeriu, ainda, terrenos como um perto do aeroporto, que constava do mapa, como praça, ou o cemitério velho no final da Avenida Brasil.[23]

> Não se concebe, pois, diante dessas perspectivas, a letargia em que se encontram os responsáveis. Se quisermos uma faculdade em funcionamento, temos que envidar esforços e tomar providências, a fim de não decepcionarmos a mocidade estudiosa prudentina e não solapar mais um veículo de progresso para a nossa cidade.

O jornal sugeriu que o prefeito seguisse o exemplo do prefeito de Assis, que, com uma campanha de coleta de impostos futuros, com desconto, havia formado o fundo para a construção da faculdade. Ao final, o jornal pôs-se à disposição do prefeito para auxiliar na campanha.

Em 22 de junho de 1958, página 2, na matéria intitulada A *faculdade e os Estudantes de Prudente*, o jornal, mais uma vez, chamou a atenção para a "letargia do poder público", diferente do que ocorrera em outras cidades. Alertou, também, para o risco de se perder a faculdade, se no início do ano não houvesse local para sua instalação*:* "Prometido para iniciar as aulas para o início do ano vindouro, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras poderá ser anulada se não encontrar dependências para sua instalação."

Alertou, ainda, os estudantes, que lutaram até a aprovação do projeto:

> Estudantes prudentinos! Alertai-vos, pois que vossa luta e esforços poderão ter sido dispendidos em vão. Chegou a hora de voltar à praça pública a fazer cumprir o prometido. Se dormirdes sôbre os louros das primeiras vitórias, confiantes na palavra dos homens públicos, lembrai-vos que o tempo pede urgência e mais um ludibrio paira sobre vossas cabeças, pois, o silêncio em torno do prosseguimento de trabalhos que já deviam ter sido executados indica que a maior pleiteação prudentina está prestes a ser abandonada num atentado vergonhoso ao progresso desta nossa terra e numa subtração a um dos esteios que seria no amanhã a manancial do desenvolvimento cultural da nossa mocidade. (p.3)

[23] No local do cemitério encontra-se atualmente o terminal rodoviário interurbano, segundo comprovei comparando mapa urbano da época em estudo com mapa atual.

Em 29 de junho de 1958, página 4, o jornal publicou, na coluna *Cartas a Redação,* com o título *O governador e a Faculdade Prudentina*, uma carta do leitor Jaime Guilherme da Silva, em que demonstrou sua preocupação com a faculdade, elogiou o jornal e sugeriu que a faculdade fosse instalada junto ao Grupo Escolar do Bairro do Bosque, onde seriam construídas mais salas. O jornal transcreveu também trecho da publicação do Diário Oficial de 22 de junho, a qual justificava sua afirmação de que o governador estava mais empenhado do que o prefeito:

> Venho seguindo a campanha que esse jornal vem fazendo para que se efetue a instalação da nossa Faculdade. No inicio foi um dos seus mais ardorosos incentivadores e atualmente propugna pela instalação cobrando do sr. Prefeito Municipal a promessa que fez em virtude de lobrigar completo descaso em trôrno do assunto. Como de fato, existe entre nós uma confiança absoluta no caso, tanto que os melhoramentos conseguidos vêm mais em decorrência da boa vontade de Governador do Estado do que propriamente no esforço que desenvolvemos. Assim afirmo devido ter lido no "Diário Oficial" do Estado, em sua edição de 22 do corrente uma nota em que o Governador do Estado decidiu a instalação da Faculdade, de modo que vem garantir o seu funcionamento dentro de um tempo, o qual, deixasse por conta do sr. Prefeito Municipal, talvez , nunca viria a ser instalada. O sr. Governado do estado encontrou a solução provisória louvável sob todos os princípios, pois, ao par de garantir a nossa Faculdade, ainda dará a Presidente Prudente, mais um prédio para Grupo Escolar. Aproveitando-se no ensejo, faço uma sugestão quanto ao local onde deveria ser construído o novo prédio em vista de ser necessário, o Município fazer uma doação de terreno. Ao meu ver, o melhor local seria o Bairro do Bosque em continuação ao prédio do Grupo Escolar em recente funcionamento. A Prefeitura não precisaria fazer nova doação e o prédio seria aumentado em suas proporções como já se torna necessário. Na sua face construída funcionaria o Grupo Escolar e a nova a ser construída, provisoriamente, como é do intuito do sr. Governador do Estado, a faculdade. Os srs. leitores de "A Voz do Povo" poderão depreender outros conceitos lendo a nota do "Diário Oficial" anteriormente citada, para qual vai transcrita em seguida:
> "O Governador Jânio Quadros enviou telegrama ao prefeito municipal de Presidente Prudente, sr. Antonio Sandoval Neto, comunicando que, de acôrdo com entendimento que manteve com o diretor da faculdade de Filosofia, prof. Alfredo Fonseca, decidiu construir imediatamente naquela cidade um grupo escolar com cinco ou seis salas, que abrigará, em caráter provisório, aquele Instituto de ensino superior até a construção do edifício definitivo. Solicita o governador, em seu telegrama, a urgente doação pela prefeitura local, do terreno necessário, que deverá situar-se em local conveniente daquele município, ficando, desse modo a prefeitura autorizada a entrar em entendimentos com o IPESP para o empreendimento." (p.2)

Em 31 de agosto de 1958, página 1, a matéria *O inicio da construção do prédio provisório da nossa faculdade* informou:

> O prefeito Municipal sr. Antonio Sandoval, recebeu terça-feira última, do sr. Governador do estado, o primeiro pagamento do contrato de construção do prédio do grupo escolar onde funcionará em caráter precário a faculdade de Ciências de Presidente Prudente.

> Como já é de domínio publico, a localização do edifício da Faculdade, será num terreno doado existente nas proximidades da necrópole local, possuindo uma área de vinte e quatro mil metros quadrados, da qual foi separada uma parte de quatro mil metros quadrados onde será construído o prédio para o grupo escolar, em cujas dependências será instalado provisoriamente o nosso primeiro estabelecimento de ensino superior, com funcionamento aprazado para o próximo ano.
> O recebimento do pagamento inicial para essa construção, auspicia a concretização desse conseguimento, tudo indicando que as obras tenham início em breves dias.
> O cheque em referencia ao pagamento é da importância de cento e dez mil cruzeiros, obedecendo dispositivos contratuais de seis por cento do orçamento das obras.

No mesmo dia 31 de agosto de 1958, o texto *Inaugurada a Faculdade de Filosofia de Assis* informou que a inauguração havia ocorrido, já em prédio próprio. O jornal repetiu qual fora a receita para que isso se concretizasse em tão curto tempo e comparou a situação de Assis com a de Presidente Prudente: "Fazendo um paralelo com a nossa cidade, vamos encontrar uma situação bastante diferente. Funcionará a nossa Faculdade de Ciências, em prédio destinado a grupo escolar numa providencial solução do Sr. Governador do estado." (p.3). Alertou, mais uma vez, para a necessidade de se construir o prédio da faculdade, pois o grupo escolar precisaria do prédio, já que, no município, não havia vagas suficientes para a demanda do primário.

Segundo o jornal, havia também decepção dos estudantes de Presidente Prudente com relação aos cursos que seriam criados. Desejavam Química e Física e os cursos eram, inicialmente, Pedagogia, Geografia, e, possivelmente, Matemática e História. A justificativa para o não atendimento aos estudantes era que os cursos que eles pediam exigiam laboratórios caros, além do que a demanda para os cursos que seriam abertos também era muito grande,

> [...] computando-se a reserva de mais de cinco mil estudantes que cursam os nossos estabelecimentos de ensino secundários, não contando, dezenas de cidades desta região, reserva essa que alimentará, não só os seus primeiros cursos, mas todos os que uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras possui, se possível pudessem instalados.(p.3)

O texto diz, ainda, que o Curso de Letras não seria criado em Presidente Prudente porque já existia um em Assis. O argumento de Joaquim Alfredo Fonseca era que, criando cursos diferentes nas duas cidades, os jovens da região teriam mais opções.

Em 14 de setembro de 1958, Segundo Caderno, página 1, a matéria *Instalação provisória da Faculdade de Ciências*, informou a instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, em solenidade na Câmara Municipal**,** com grande número de estudantes e com conferência do prof. Joaquim Alfredo Fonseca.

> Presidida pelo seu diretor, Prof. Joaquim Alfredo Fonseca realizou-se sexta-feira ultima passada no recinto da Câmara Municipal, a solenidade da instalação provisória da Faculdade de Filosofia, ciências e Letras de Presidente Prudente.
> O fato que contou com a presença das nossas mais destacadas autoridades e de grande numero de estudantes, abrilhantou-se com a conferência proferida pelo Prof. Joaquim Alfredo Fonseca sobre planos do Ensino Superior em nossa cidade**.**

Em 16 de novembro de 1958, a *Coluna Estudantil*, de Sergio Almeida, informava que estava sendo organizado cursinho intensivo para ingresso na Faculdade de Filosofia da cidade, quais eram os requisitos para inscrição no Concurso de Habilitação e quais eram as disciplinas exigidas.

Tratava-se de cursinho que seria ministrado por professores do ensino secundário, de 2 de janeiro até as vésperas o exame, na segunda quinzena de fevereiro. O texto informou que já havia 83 matriculados. Não deu mais informações, porém, sobre local de inscrição e outras. Ao final da matéria, entre parênteses: "(Transcrito parcialmente do regimento da Faculdade de Filosofia "São Bento")"[24]. Informou, também, que poderia haver exame em segunda época, caso os aprovados não preenchessem as vagas oferecidas, o que não se concretizaria naquele ano, apesar de ter havido menos aprovados que o número de vagas.

O fato de um cursinho estar sendo organizado, bem como o número de já inscritos, indica que os estudantes estavam atentos à possibilidade de entrar para o curso superior.

Em 21 de dezembro de 1958, página 3, matéria intitulada *Em Pres. Prudente, o diretor da Faculdade* informou que o diretor chegaria no dia seguinte para

[24] A Faculdade de Filosofia São Bento, da PUCSP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) era onde o diretor do IIES-FFCL de Presidente Prudente trabalhava quando foi nomeado para instalar a instituição em Presidente Prudente

receber o "[...] Inspetor do Ministério da Educação para estudar as instalações da faculdade a fim de que, instruído o processo, seja por ato do Presidente da República autorizado o funcionamento daquele educandário." Informou que o prédio já estava em fase de cobertura, desde 19 de dezembro e que já havia 115 inscritos para o curso preparatório, no Colégio São Paulo.

No dia 15 de fevereiro de 1959, a Coluna Estudantil, de Sergio Almeida, com o título *Enterro dos "Coveiros" da Faculdade*, reclamou da inércia das autoridades para conclusão do prédio e reclamou a presença do diretor Joaquim Alfredo da Fonseca que havia prometido aulas intensivas no cursinho preparatório a partir de 1 de fevereiro e não cumpriu. Sérgio Almeida chamou a atitude do diretor de indiferente:

> Ante este deplorável estado de coisas que põe em "suspense" toda uma população ávida de possuir a sua faculdade de Filosofia aventa-se um "trote" sob a denominação "Enterro dos Coveiros da Faculdade", organizado pelos estudantes, cujo simbolismo visa apontar a incapacidade de trabalho de quem quer que esteja enfronhado na comissão Pró-Faculdade, caso nossa Faculdade de Filosofia , Ciências e Letras não possa funcionar neste ano.É bom que se coloquem as barbas de molho! (p.3)

Na verdade, a reclamação que se publicou não representava a voz de toda a população prudentina, que, conforme outras vezes os jornais denunciaram, ainda lutava pelo acesso ao ensino primário. Era a reclamação de uma elite que se sentia afrontada pelo fato de Dr. Fonseca não ter vindo dar aulas de História e Geografia para eles, conforme havia acertado. Eram pessoas que freqüentavam um curso preparatório em horário diurno e pago. Não se tratava, portanto, de pessoas do povo, mas de pessoas que tinham espaço nos jornais, que tinham voz.

Também na página 1 do dia 15 de fevereiro de 1959, com título *Ainda não concluído o prédio onde funcionará a título precário a Faculdade de Filosofia,* o jornal informou:

> Apesar da urgencia reclamada, constituindo ainda um dos fatores que põe em perigo o funcionamento do nosso primeiro estabelecimento de ensino superior proibindo

> para este ano o prédio onde funcionará a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, não se encontra concluído. Como se sabe, trata-se de obra de pequeno porte, destinada, no futuro, a abrigar um Grupo Escolar no bairro em formação nos altos da Vila Liberdade.
> Noticia-se, entretanto, que o Prof. Joaquim Alfredo da Fonseca, diretor do referido estabelecimento de ensino, em companhia do Dr. Ciro Marques (sic) , do Ministério da Educação, estarão nesta cidade, no próximo dia 17, ultimando providências para evitar entraves ao funcionamento da Faculdade ainda durante este ano. Entre essas providências, encontra-se o que diz respeito a uma vistoria naquele prédio, cuja construção oferece atualmente a fase de colocação de assoalhos, janelas etc., revelando um atrazo bastante comprometedor.

No último parágrafo, estava a razão pela qual o diretor não havia ministrado aulas no cursinho preparatório.

Em 18 de fevereiro de 1959, página 3, o texto *Respingos Universitários* informou que o prédio da faculdade já estava praticamente pronto, aguardando o inspetor federal.

Em 01 de março de 1959, página 2, foi publicada, com o título *Parecer favorável do Inspetor Federal sobre a Faculdade*, a notícia de que o Inspetor Federal Cyro Marx havia estado na cidade, vistoriando as obras de construção da Faculdade de Filosofia e informado que o prédio oferecia condições para funcionamento.

Em 29 de março de 1959, na primeira página, com o título *Diretor da Faculdade Chega a Presidente Prudente,* o jornal anunciou a chegada de Dr. Fonseca para tratar da realização dos exames vestibulares, faltando apenas a sanção do Presidente da República, informando que “O prédio desse estabelecimento de ensino superior está praticamente pronto”.

Neste mesmo dia 29 de março, na página 2, com o título *Reconhecida pelo Governo Federal a Faculdade de Filos. Ciências e Letras*, informou que “Teve repercussão bastante animadora nos meio estudantis, a notícia sobre o reconhecimento federal da nossa Faculdade.”.

Em 12 de abril de 1959, página 1, com o título *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente: Informações Úteis,* o jornal informou que Dr

Joaquim Alfredo da Fonseca tinha acompanhado pessoalmente a tramitação do processo na capital, deu detalhes de toda a tramitação e a promessa de que no dia 6 de abril o presidente do CFE teria assinado a autorização da faculdade. Informava também que

> O amplo minucioso e documentado Relatório elaborado pelo Diretor da Faculdade, Prof. Joaquim Alfredo da Fonseca, com vistas à autorização federal para funcionamento da faculdade, devidamente referendado pelo Inspetor Federal Dr. Cyro Ribeiro Marx, foi apresentado pessoalmente pelo Diretor da Faculdade à Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, em fins de fevereiro do corrente ano. Durante o mês de março, processou-se sua tramitação pelo Conselho Nacional de Educação, Comissões de Organização Pedagógica e Didática, de Regulamento e Regimento Internos, acompanhada pessoalmente o tempo todo pelo Prof. Alfredo da Fonseca.[...]
> O Snr. Diretor da Faculdade, Prof. Joaquim Alfredo da Fonseca teve o privilégio e a compreensível alegria de ouvir dos Snrs. Conselheiros opiniões elogiosas e alvissareiras referentes à oportunidade da novel Faculdade e a organização didática, pedagógica e científica que lhe imprimiu o Diretor, alias estribado em intenso tirocínio universitário, catedrático que é do Ensino Superior desde 1940. [...]
> No dia 3 de abril, terminada a Sessão Plenária do conselho, foi assegurado ao diretor da Faculdade que nos traz esta informação de viva voz hoje chegando a nossa cidade, pelo ilustre Secretario do Conselho , o Dr. Leitão e pelo Exmo. Sr. Diretor de Ensino Superior Dr. Jurandir Lodi, que na próxima 2ª feira , dia 6 de abril, os competentes ofícios referentes ao assunto seriam assinados pelo Presidente do Conselho[...]
> O Snr Presidente da Câmara Federal, Deputado Ranieri Mazzilli, respondendo por telegrama ao Snr Prefeito Municipal atendeu ao apelo que lhe foi feito pelo Snr Prefeito Municipal e pela Egrégia Câmara Municipal de Presidente Prudente.

O jornal continua a publicação do texto no próximo número, dia 19 de abril de 1959, pagina 2, e diz que

> Uma vez publicado no Diário Oficial o Decreto em apreço, a Diretoria da Faculdade expedirá Editais de Inscrição para os exames de habilitação. É de esperar-se brevidade nesta ultima fase da "operação faculdade", dado que o Snr. Diretor da Faculdade obteve pessoalmente a promessa de efetivo e direto interesse na questão, da parte dos Snrs, Deputado Ranieri Mazzilli, Nelson Omegna e do Diretor da Assessoria Técnica e Legislativa da Bancada Paulista na Câmara Federal.Deputado Ranieri Mazzilli, respondendo por telegrama ao Snr. Prefeito Municipal atendeu gentil e pressurosamente ao apelo que lhe foi feito pelo Snr. Prefeito Municipal e pela Egrégia Câmara Municipal de Presidente Prudente. Alem disso, o Snr Prefeito Municipal acaba de Telegrafar ao Sr Presidente da Republica ao Snr Ministro da Justiça, solicitando a SS. Excias. a rápida solução do Processo já aprovado pelo Conselho Nacional de Educação.

Na verdade, a autorização pelo CFE (Conselho Federal de Educação) e da presidência tinham acontecido nos dia 18/03 e 03/04 respectivamente, conforme constatei em documentos oficiais.

Percebe-se, nesta publicação, a intenção do articulista de destacar a participação do prefeito e dos vereadores. O texto, da forma como foi construído, permite ao

leitor inferir que a brevidade, segundo o autor do texto, só aconteceria a partir daquele momento, graças ao envolvimento do prefeito e dos verdores no processo.

Também no dia 19 de abril de 1959, página 2, a *Coluna Estudantil*, de Sérgio Almeida, informou que os professores do IIES-FFCL de Presidente Prudente seriam nomeados pelo governador tão logo fosse assinada a autorização de funcionamento da faculdade pelo Presidente da República. Apresentou informações sobre a época dos exames vestibulares, que documentos eram necessários para inscrição no vestibular, quais seriam as provas e programa dos exames.

No dia 24 de abril de 1959, o jornal publicou boletim completo sobre os vestibulares.

No dia 26 de abril de 1959, página 1, com o título *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de P. Prudente,* foi publicado o edital de Exames Vestibulares e, a seguir cronograma das festividades de inauguração da faculdade nos dias 2,3 e 4 de maio.

No dia 30 de abril de 1959, página 9, com o título *Inaugurados os cursos da Faculdade,* o jornal informou que no dia 28 de abril havia acontecido uma reunião na Câmara Municipal, em que a Associação de Amigos da Faculdade[25] esteve presente, quando o diretor fez um relato de todo o processo para instalação da faculdade.

> Disse mais o diretor que dentro de 30 dias far-se-á a instalação da faculdade no edifício para a mesma, em fase de acabamento, e que as primeiras aulas vão ser ministradas na Academia e Escola do Comercio Dr. Joaquim Murtinho, gentilmente cedida pela direção.
> O prefeito Sandoval falou também e solicitou das senhoras integrantes da comissão pró-faculdade a mesma colaboração, cujos resultados vinham sendo coroados de absoluto êxito.

No dia 30, outra vez, com o título *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, página 5, é publicado o cronograma de festividades da instalação do IIES-FFCL de Presidente Prudente:

[25] Esta associação não havia sido mencionada nos três jornais nenhuma vez. Possivelmente, o jornal estava se referindo à Comissão pró-faculdade.

> As solenidades da instalação da Faculdade de Filosofia, de que é Diretor o prof. dr. Joaquim Alfredo da Fonseca, obedecerão ao seguinte programa:
>
> DIA 2 DE MAIO:
> 8 horas - Missa do Espírito Santo, celebrada na Igreja Matriz de São Sebastião, pelo Rvmo. Pe. José Rodrigues do Amaral;
> 14 horas – Recepção às autoridades, corpo docente e convidados.
> 20 horas – Sessão solene. Local: Salão do Cine Phenix.
>
> DIA 3 DE MAIO:
>
> 12 horas – Banquete em homenagem às autoridades, ao corpo docente e aos convidados;
> 15 horas – Confraternização acadêmica. Local: Salões do Tênis Clube.
>
> DIA 4 DE MAIO:
>
> 14 horas – Aula inaugural para o curso de Pedagogia, ministrada pelo prof. Waldemar Valle Martins;
> 15 horas - Aula inaugural do Curso de Geografia, ministrada pelo prof. Joaquim Alfredo da Fonseca. Local: Salas de aula da E.T.C. DR. Joaquim Murtinho. (Academia)

No dia 03 de maio de 1959, data oficial da inauguração do IIES-FFCL de Presidente Prudente, o jornal publicou uma matéria com o título *Nas Festas da Faculdade também um nome deve ser lembrado: Marcio Porto,* iniciando com o seguinte parágrafo:

> Em 1957, "A Voz do Povo", tendo como diretor o jornalista e radialista Silvio Roncador, propugnava pela criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente. Foi decisiva a atuação do então deputado Marcio Porto, que atendendo solicitação do Diretório local do seu Partido e estribado na ardorosa campanha deste jornal, apresentou à Assembléia Legislativa do Estado o projeto de lei n.º 74/57 que convertido em lei , deu amparo legal à Faculdade que hoje se instala definitivamente em Presidente Prudente.

A seguir, publicou o discurso que o deputado fizera quando apresentou o projeto na Assembléia Legislativa:

> "Sr. Presidente, srs. Deputados, esta Assembléia vai agora, como de fato tem feito sempre, num edificante exemplo de sabedoria e justiça, demonstrar o seu alto descortinio, aprovando em primeira discussão o projeto de lei que ora é submetido e que dispõe sobre a criação da Escola de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, que é, sem a menor contestação o centro convergente de todas as atividades da opulenta região da Alta Sorocabana.
> A criação desta Escola de ensino superior na próspera e dinâmica cidade, sr. Presidente e srs. Deputados, representa indubitavelmente o meu companheiro um passo na solução do problema educacional naquela vasta zona de nosso Estado.
> A campanha que o vibrante órgão de imprensa daquela cidade "A Voz do Povo" empreende com ardor raro estará cercada de pleno êxito e também a iniciativa feliz e a luta persistente que o seu diretor responsável jornalista e radialista Silvio Roncador vem sustentando corajosamente, com o apôio unânime da grande família prudentina em prol da consecução deste magnífico objetivo.
> No mês de março último, sr. Presidente e srs. Deputados, fiz uma visita à cidade de Presidente Prudente onde presidi uma reunião de Republicanos dos Municípios adjacentes. Na oportunidade o meu companheiro de partido e membro da alta

> direção metropolitana do PR, major João Siqueira Campos que ali se encontrava coordenando os diferentes assuntos partidários a serem debatidos nas nossas concentrações programadas para a Alta Sorocabana, apresentou-me algumas das urgentes reivindicações do rico município, entre eles, com especial destaque, a da criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras naquela cidade. Na defesa dessa aspiração da mocidade estudiosa de Presidente Prudente, é que me encontro nesta tribuna para apelar aos meus nobres pares a aprovação desta proposição."

Apesar de o título dizer que Marcio Porto deveria ser lembrado, o jornal ao reproduzir o discurso do deputado, chamou o leitor para lembrar-se do próprio jornal, por meio das palavras elogiosas a ele que o deputado proferira em seu discurso. Chamou o leitor a lembrar, também, do vereador Silvio Roncador, o qual fora citado na matéria. Em outras palavras, o texto permite observar interesses de pessoas e instituições atribuírem a si a conquista da faculdade.

Na mesma página 1, de 03 de maio de 1959, pequena nota com o título *Solenidades da Instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*.

> Desde ontem vive a cidade sob a satisfação do brilhante êxito de uma das maiores campanhas desenvolvidas pela sua população, com especial referência aos círculos estudantis, culminando com a instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como fase concreta desse memorável movimento pleiteario.
> Continuando as festividades e atos solenes, iniciados no dia de ontem, teremos hoje, às 15 horas, no Tênis Clube, uma reunião de confraternização acadêmica, e amanhã, às 9 e às 10 hs. Na escola Técnica de Comércio "Dr. Joaquim Murtinho", aulas inaugurais do Curso de Pedagogia e do Curso de Geografia, ministradas pelo Prof. Joaquim Alfredo Fonseca.
> Sobre o discorrer de todos esses expressivos atos, daremos ampla reportagem em nossa próxima edição.

No dia 7 de maio de 1959, com o título *Faculdade de Filosofia e esse eterno esquecido - O povo,* que começa na página 1 e continua na página 10, texto que voltaria a ser publicado no dia 10 de maio, na página 2, o Professor David Serra disse:

> As festas realizadas por ocasião da instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras estiveram maravilhosas. Os discursos foram soberbos e o que os oradores disseram foi a expressão da realidade.Todavia, em toda a realidade há sempre duas faces. No caso específico da Faculdade a realidade é representada pelo fenômeno da sua criação. As duas faces desta realidade são as seguintes:
> Teria ela sido criada, afinal, por deliberação espontânea das autoridades municipais e estaduais ou teria sido criada por vontade e expressão do povo, que fazendo da idéia de sua criação uma espécie de imperativo categórico, exigiu das autoridades a sua criação?
> Dir-se-ão: O govêrno criou-a porque a quis criar.
> Se vivêssemos num regime totalitário, o raciocínio estaria certo, pois que o governo, nesse caso dirige ou planifica a economia.
> Nos regimes chamados democráticos, entretanto, a coisa é a seguinte: o povo, através de processos ordeiros e legítimos, apresenta as suas reivindicações, faz as

> suas exigências, pois que também credor do Estado – em vista dos impostos que paga – e do governo – em virtude dos votos com que sufraga. Portanto nos regimes democráticos, o binômio governo-povo constitui uma realidade interdependente. O povo precisa do governo, mas o governo também precisa do povo.
> Ora, o povo de Presidente Prudente, sabendo disto, lançou-se num movimento extraordinário pró-criação de Faculdades. Foi um movimento espontâneo, grandiloqüente, apoteótico. Nele não havia políticos nem autoridades, a princípio. Eram apenas estudantes, líderes do professorado e alguns populares. Depois é que vieram os políticos, as autoridades, os governantes. A própria Comissão Pró-Criação de Faculdades foi o resultado deste movimento popular liderado por professores e estudantes. Diga-se a verdade: as autoridades estavam apáticas no começo. Foi preciso que os estudantes as sacudissem por várias vezes, encostando-as na parede, como se diz em nossa gostosa gíria.
> E quem foram os legítimos líderes dêsse movimento? Dizem que o mais antigo foi o Brilhante jornalista Silvio Roncador, que alcandorou a idéia. O dínamo da campanha, todavia, diga-se a verdade foi o prof. Luiz Gonzaga dos Santos, que arrasou os moços e com suas próprias mãos confeccionou cartazes e passava as noites pelas ruas escrevendo "slogans" pelo chão. Ele eletrizou a mocidade, secundado pelo Moacir Rabelo, então presidente do Clube de Química. O prof. Machado, o prof. Luiz Carvalho Gomes, os profs. Camarini e Libanio também colaboraram, estimulando os alunos a que fossem à praça pública fazer reivindicações. Essa gente foi a verdadeira criadora da Faculdade. Sem ela não teria havido Faculdade em Presidente Prudente pois que os governos democráticos atendem antes de tudo aos reclamos do povo e se estes não se fazem sentir eles atendem a outros.
> Depois do movimento popular, veio o trabalho de cúpula, trabalho este realizado pelos políticos, pelas autoridades e pela Comissão, os quais nada mais fizeram do que cumprir o seu dever e – diga-se de passagem – todos cumpriram galhardamente. Posteriormente, houve críticas à maneira lenta como se estava caminhando para a instalação da Faculdade. Uma das pessoas mais atingidas por essas críticas foi o Prof. Joaquim da Fonseca, imerecidamente, pois que, agora, conhecedores de seu dinamismo, sabemos que êle não dormiu e que foi até muito além do dever no cumprimento de seu *desideratum*. Mas, essas críticas, se algumas irrefletidas, todas elas, no fundo, tinham um sentido construtivo – o zelo natural pela obra idealística que se queria criar. É que o povo já estava escaldado com situações semelhantes anteriormente e não quis desta vez deixar de "por continuamente água na fervura" a fim de que a idéia não se evaporasse.
> Também nessa campanha tive uma parcelazinha.
> Influí como pude para que a faculdade fosse de Filosofia e advoguei a idéia de que secções iniciais deviam ser Química, História Natural, Física, Matemática e Geografia, isto é, aquelas cuja especialidade havia menos professores secundários. Argumentavam que eram secções caras; respondia eu que ensino barato é caro.
> Na sociedade dinâmica em que vivemos o ensino não pode ser mais repetitivo, ornamental, formal, nihilístico. Tem de atender plenamente às necessidades da comunidade.
> Não sugeri também a secção de Ciências Sociais e Políticas (embora a considere importantíssima), por ser formado nessas ciências, e poderia parecer defesa de interesse pessoal.
> Glória, pois, aos lançadores do movimento pró - criação de faculdade, que eles foram os verdadeiros fundadores. Dê-se ao povo o que ao povo pertence!

De fato, o povo não esteve presente na inauguração, indicando ser a faculdade uma conquista que não o atingia. Quanto aos estudantes e professores, cuja ausência David Serra reclamou, eles realmente foram, conforme publicações aqui apresentadas, pessoas muito importantes de luta pela faculdade. É preciso que se tenha claro,

no entanto, que estudantes secundaristas, bem como professores, naquele período, eram, em sua maioria, classe média. O povo, então, conforme já mencionei, lutava pelas primeiras letras, e muitos teriam que esperar a faculdade se mudar do prédio de Grupo Escolar da Vila Liberdade para que aumentando as vagas, seus filhos tivessem acesso ao ensino elementar.

O discurso do Prof. Serra se configura como mais uma discussão sobre quem seriam os pais da faculdade: o povo, alguns professores, os alunos, o Moacir Rabello, ou os políticos locais?

No trecho em que alega que as críticas ao diretor foram imerecidas, é possível perceber um pedido de retratação do próprio Serra, pelas críticas que possivelmente fez ao diretor, neste momento em que vislumbrava a possibilidade de compor o quadro de docentes na nova faculdade[26].

Suas manifestações anteriores, em que reclamava que se deveria dar prioridade a Química e Física, posição que mantém nesta publicação, indicam que tinha visão das necessidades mais prementes de professores, que eram na área de Ciências Naturais. Além disso, os estudantes de Presidente Prudente tinham um importante clube de química, o que indicava que haveria demanda para este curso se ele fosse criado e o laboratório do clube poderia ser, inicialmente, utilizado pela faculdade.

Também no jornal de 10 de maio de 1959, na página 4, as notícias da inauguração da faculdade foram publicadas, com o título *Solenemente Inaugurada a faculdade de Presidente Prudente.* A matéria apresentou, ligeiramente, informações sobre o processo de criação e instalação da faculdade, transcrição do discurso do prefeito, notas sobre o entusiasmo dos calouros e sobre as aulas inaugurais. Apresentou, também, a relação dos primeiros alunos[27].

[26] Serra, por suas convicções que destoavam do pensamento da sociedade conservadora prudentina, por ser considerado comunista, conforme lembra Perucci (2004), era mal visto pela maioria conservadora. Seu artigo publicado em 28/02/1960, depois de inflamado artigo de Lucio Seabra Leal, confirma o que disse Perucci.

[27] Os nomes destes primeiros alunos estão apresentados no Capítulo 5.

Em 27 de julho de 1959, página 5, com o título *Comissão pro instalação de Faculdades na Alta Sorocabana,* foi publicada uma carta da referida comissão enviada a Antonio Eufrásio de Toledo, reitor da Faculdade de Direito de Bauru, assinada por Adauto Peretti, Juarez Nobre e Antonio Fioravante Menezes, membros da comissão, em que deram sua versão dos trabalhos pela conquista da faculdade:

Disseram que

> [...] para a criação, instalação e funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, hoje tão bem instalada pelo brilhante Professor Dr. Joaquim Alfredo da Fonseca, o Prefeito Antonio Sandoval Netto teve atuação destacada, e graças a seus esforços, conjuntamente com outros cidadãos, hoje a temos em pleno funcionamento.

A carta, também informou que um terreno de 12 mil metros quadrados seria, possivelmente, doado pela família Furquim, para construção de um centro universitário. Esta informação parece ter tido como objetivo buscar apoio do reitor da Faculdade de Direito de Bauru, para a criação de uma faculdade de Direito em Presidente Prudente.

Eis aqui uma prova de que o IIES-FFCL de Presidente Prudente já começava a colaborar para que outras instituições de ensino superior também fossem criadas até que a cidade se tornasse um grande centro universitário.

Em 15 de novembro de 1959, página 32, com o título *Precariedade do Ensino em nossa cidade,* na coluna *Redatorial,* o jornal fez críticas ao ensino primário e secundário do município pela precariedade das instalações e pelas vagas públicas insuficientes para a demanda. Acusou o Governo do Estado de apenas legislar, deixando ao município e à população a grande tarefa de concretizar as leis. Criticou a troca constante de professores do Instituto de Educação Fernando Costa, com disciplinas que chegavam a ter, num mesmo ano, dez professores diferentes, o que comprometia a qualidade do ensino.

Fez críticas também ao ensino superior:

> A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, apesar do grande número de "pais da criança", adveio, incontestavelmente, de impressionante movimento popular estudantil quando a emulação com a cidade de Assis, os brios prudentinos vieram à flor da pele. Assim mesmo, a desproporção entre aquela e a nossa cidade é

> enorme. Se a possuímos, devemos, ainda, a providencial resolução do Estado, que construiu pequeno prédio para o grupo escolar de uma das vilas, onde funciona a título precário, e ... ninguém mais fala em construir seu prédio próprio e adequado. Assim como o Instituto de Educação Fernando Costa, várias irregularidades vêm sendo apresentadas quanto ao seu corpo docente e funcional.

Não há detalhes sobre as irregularidades que o jornal denuncia, mas outras matérias publicadas, bem como depoimentos de professores, indicam a grande tensão entre diretor e os intelectuais da terra, a mesma observada por Oliveira (2002) em Assis.

Em 14/02/1960, página 2, Lucio Seabra Leal[28], num texto intitulado *A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente,* depois de elogiar a vitória na luta pela abertura da faculdade disse que a segunda fase, a da instalação, teria sido infelicíssima.

> È que - caso estranho porque o único no ensino superior oficial do estado de São Paulo - o diretor nomeado para a referida faculdade é professor de uma faculdade particular de São Paulo. Como tal, procurou ele não escolher para a composição de seu corpo docente, como foi feito nas demais faculdades recém-criadas no estado, grandes valores do magistério, valores esses que foram recrutados aqui e ali, independentemente de credo político, raça, filosofia, religião ou de faculdade em que se formaram ou a que pertenciam num são espírito democrático e de amor à cultura e à ciência.

Reclamou que a maioria dos professores contratados eram recém-formados da Faculdade São Bento e que o próprio diretor tinha sido indicado ao governador pelo Monsenhor Ortiz, Reitor da Pontifícia Universidade Católica, conforme o próprio monsenhor havia declarado na sessão solene de instalação, em 1958.

Leal disse estranhar que um reitor de uma universidade de confissão religiosa tivesse feito a indicação, quando o Estado de São Paulo possuía a sua própria universidade, uma das mais famosas do mundo, e sendo o estado leigo em matéria de religião.

Leal, pelo seu discurso, parecia desconhecer os desentendimentos entre o então governador Jânio Quadros e os uspianos e que, em razão de uma crise entre ele e o Prof. Amora, diretor do IIES de Assis, como represália, havia nomeado um professor de fora da USP.

---

[28] Não consegui mais nenhuma informação sobre este articulista, seja em jornais, seja por meio de entrevistas.

O que mais teria causado espanto em Leal era o fato de o professor Fonseca, ao chegar à cidade, não querer saber se havia na cidade professores competentes, mas a que credo eles pertenciam.

A seguir alguns trechos do protesto de Leal:

> Queremos aqui esclarecer que os idealizadores do movimento popular que culminou com a criação da Faculdade, não tinham em mira conseguir uma Faculdade qualquer para Presidente Prudente, mas, sim,[...] uma boa faculdade, moldada no princípios mais rigorosas das ultimas conquistas da ciência e da pedagogia e capaz de formar professores para suprir as necessidades de todo o Oeste Paulista sempre esfalfado de bons mestres. A idéia foi servir à cultura, ao ensino e à comunidade e não à demagogia ou interesses estranhos à educação. Escolas mesmo de grau superior, há muitas hoje no Estado. Porém, escolas atualizadas nos métodos e no conteúdo cientifico, são poucas. Quer nos parecer que sendo o ensino oficial no Brasil, laico e, em face do recém-publicado Novo manifesto dos educadores brasileiros[29], no qual se denuncia um movimento subterrâneo de amplitude nacional, no sentido de grupos particulares com interesses outros que não os educacionais, apoderarem do sistema escolar brasileiro, denunciamos, como gravíssimo, para testemunhar aquela denuncia, a entrega à Faculdade de Filosofia São Bento da Faculdade de Presidente Prudente, o que é tanto mais grave quando se sabe ser esta uma escola oficial.
>
> O resultado do domínio absoluto da Faculdade de Filosofia São Bento sobre a Faculdade de Presidente Prudente já se faz sentir num sentido profundamente reacionário, num verdadeiro atentado à evolução da ciência. Os professores da novel faculdade, na secção de pedagogia, por exemplo, apegando-se a um intimismo psicológico já superado por todas as escolas da Psicologia Experimental, nem citam psicólogos como Watson MacDougall, Pierre Janet, Freud, Dumas ou Pavlov, e quando os citam é somente para lhes fazerem restrições ou lhes condenarem as asserções, o que denota preocupação de reviverem a Psicologia Racional, cujas aplicações na Pedagogia foram nefastas para a educação e, portanto, para o progresso da humanidade.[30]
>
> Releva observar, ainda o contraste de nível cultural entre a Faculdade de Filosofia de Assis, que, superiormente dirigida pelo douto professor Antônio Soares Amora, é hoje a melhor do Brasil, na sua especialidade de Letras, e a de Presidente Prudente, sem expressão alguma no ensino superior do país.[31]
>
> Não se diga que uma faculdade do interior não pode ser boa pelo simples fato de se localizar numa cidade interiorana que esse tabu precisa ser quebrado, pois aí estão as Faculdades de Medicina de Ribeirão Preto; a de Engenharia Agrícola "Luiz de Queiroz" de Piracicaba e a Escola Técnica de Aviação de São José dos Campos, como as melhores do Brasil.
>
> Queremos, finalmente esclarecer que se a Universidade de São Paulo não possui no momento – o que não cremos – professores em condições de virem para a Faculdade, ainda assim, há aqui no Instituto de Educação "Fernando Costa" e em outros estabelecimentos oficiais da região professores catedráticos, com mais capacidade, com mais erudição e com mais objetividade para ministrarem aulas de acordo com os últimos progressos da ciência, muitos deles formados pela Universidade do Brasil e pela Universidade de São Paulo, as duas melhores universidades da América do Sul.

[29] Referia-se ao manifesto de 1 de julho de 1959, redigido por Fernando de Azevedo, publicado por *O Estado de São Paulo*, e pelo *Diário do Congresso Nacional*, e reproduzido por outros jornais. Nele são reafirmadas as idéias do manifesto de 1932, notadamente a defesa da escola laica face à reação das escolas confessionais católicas.

[30] Denota-se, nesse trecho, a argumentação fundamentada de Leal.

[31] Com as precárias instalações e um diretor sempre ausente, que ficava semanas sem vir a Presidente Prudente, e que também não nomeava um vice-diretor, não poderia ter sido diferente, segundo Bonilha (2001).

> Para bem da educação no Brasil e pelo futuro da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, precisamos acabar com esse proxenetismo[32] do espírito, de dogmatismos jesuíticos e de "igrejinhas intelectuais" a serviço de uma Idade Média obscura e odiosa, a não ser que queiramos perpetuar a ignorância e o servilismo e para isso erguemos como bandeira uma Faculdade oficial que deveria primar por seu acendrado amor à ciência, à independência, à tolerância e ao acendrado do espírito democrático.
> Onde há reação não há ciência, porque tôda a ciência é revolucionária, dinâmica e universal, e é a mesma nos Estados Unidos, na Rússia ou no Japão. Ser fiel a esse espírito científico, tal deve ser o espírito dominante em qualquer verdadeira faculdade superior, especialmente numa escola oficial. Quem, na direção de uma faculdade, como a nossa, contraria esse espírito e procura apenas servir interesses subalternos, está traindo a sua pátria, a geração dos jovens estudantes, o estado do qual recebe proventos e a sociedade.

As críticas de Lucio Seabra Leal parecem externar os desentendimentos que existiram, conforme já se pôde observar, durante o processo para criação da faculdade, para a construção do prédio e quando a faculdade foi inaugurada. O diretor, a julgar pelo que expôs Leal, era autoritário.

Segundo Abreu (1989), a interferência do clero local, nos primeiros anos, era bem visível. Também Teixeira (2003) observou que a presença de padres entre os docentes era marcante. De fato, havia três padres entre os primeiros professores, e apenas um não tinha passagem pela PUCSP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

Teixeira (2003)[33] que foi aluno do curso de Geografia, bem como Marcos Alegre (2001) que chegou à instituição em 1963, logo após a saída de Fonseca, confirmam que o diretor não considerou as necessidades da região ao decidir pela abertura de Geografia, mas o fez, porque Geografia era a sua área. Informam também que o primeiro professor escolhido foi seu parente, Prof. Fernando Fonseca Salgado, que depois se tornaria amigo de todos e abraçaria a causa da instituição até nos momentos mais difíceis.

Publicação de 28 de fevereiro de 1960, texto de David Serra, *A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Pres. Prudente*, também denunciou certo atraso científico na faculdade. Tratou-se de uma forma de responder a Lucio Seabra Leal, contestando-o na

[32] Fica claro nesse trecho o tom de revolta do articulista em represália ao diretor, que teria rejeitado professores não católicos, para formar o corpo docente. Não pude saber se Leal era de confissão não católica. O professor Augusto Litholdo, ministro metodista, é que teria sofrido, segundo Quaglio (2002), discriminação, mesmo depois de ser contratado pela faculdade.
[33] Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. Presidente Prudente, 15/01/2003.

maioria dos pontos. Serra informou ao leitor o que teria acontecido para levar Leal àquela denúncia pública. Houve uma discussão entre Fonseca e Leal, por esse último pleitear a vice-direção da faculdade, por intermédio do deputado Avalone Junior, do deputado Cunha Bueno e do secretário do governo, Marcio Porto. Segundo Serra, o artigo foi escrito em razão de, durante a discussão, quando Leal acusou verbalmente Fonseca, o diretor ter respondido a ele que fizesse as acusações por escrito.

Serra alegou que a opinião do povo sobre a capacidade de Fonseca não era a mesma de Leal. Informou ao leitor que oito dos professores eram formados da USP e que não havia discriminação na faculdade, " [...] uma vez que o ensino oficial no Brasil é laico e nem poderia ser diferente num país democrático como é o nosso." [34]

Concordou que o discurso do monsenhor Ortiz fez parecer que a faculdade era inspirada na Faculdade São Bento e que todos tiveram receio de a São Bento dirigir a faculdade, mas isso não estaria ocorrendo. Concordou também que a presença de beneditinos predispunha os independentes à prevenção, porque "[...] as escolas particulares confessionais não raro, sem nenhuma alusão à São Bento [...]", procuravam adaptar às suas conveniências doutrinárias, a ciência o que prejudica esta, desinteressada por sua própria natureza, mas argumentou que "Uma universidade particular pode ser livre e ter valores mais altos que uma oficial [...] Um exemplo é o Fonseca com seu currículo e os vários mestres que teve".

Serra ressalvou que era defensor da Universidade de São Paulo, mas não do seu monopólio de ensino e que "[...] é preciso dar oportunidade a quem desejar realizar sua obra de pesquisa e de criação reais dentro da cultura ou da ciência, não importa donde venha, o que importa é que sejam espíritos criadores.".

A seguir, confessou que dentro da USP, onde ele e Fonseca estudaram, também havia as *igrejinhas intelectuais*, com diferenças de linhas de um curso para outro.

[34] O objetivo desse trabalho não é discutir a laicidade da educação no Brasil, porém há que se lembrar que, naquele momento, alguns educadores tentavam fazer prevalecer a laicidade, sem ter conseguido, e o articulista, a julgar pelos conhecimentos que demonstrou, em outros aspectos, e pela sua formação, tinha conhecimento de que a laicidade, de fato, estava longe de existir.

Acrescentou ainda que os grupos religiosos que conspiravam não eram os católicos, mas os religiosos estrangeiros não católicos que tentavam se estabelecer com seu capital no Brasil, tão logo a LDB fosse aprovada, tal como estava redigida, usando o dispositivo das fundações.[35]

Ao falar da ausência de alguns teóricos, justificou, que não seria atraso, pois, segundo ele, os professores eram competentes, e seria a preferência que cada um tem por uma linha ou outra, como os da USP, ou porque o assunto do qual estavam tratando não teria sido abordado por determinado especialista uspiano. Deu como exemplo o padre Antonio Barata, um dos três padres que lecionavam na faculdade, e sua discordância sobre a relevância de São Tomás de Aquino, preferindo Santo Agostinho.

Deixou implícito que concordava que as atitudes de Fonseca eram autoritárias, quando sugeriu que ele dividisse

> [...] as responsabilidades com seus colegas de magistério na faculdade; dê força à congregação, dê força aos estudantes; não permita que quem quer que seja desrespeite o Estatuto ou Regimento Interno ou influa para que os estatutos do Grêmio, a serem elaborados, definitiva e democraticamente, pelos estudantes em assembléia extraordinária futura lhes dêem inteira autonomia, dentro, é claro, do espírito universitário.

Acrescentou que, como o diretor tinha que estar sempre despachando em São Paulo, que aceitasse o conselho, que era de Serra e do povo,

> [...] e verá, então, como, rapidamente, se formará uma mola imensa, gigantesca, a ajuda-lo, por todas as formas, por todos os meios, para que a sua, a nossa faculdade cresça prospere e logo se torne um marco da cultura mundial. Não seja S.Excia. tão zeloso de seu amor por ela; deixe que os outros também a amem e objetivem seu amor em ação. Nós prudentinos sabemos que ela é a menina de olhos verdes de S. Excia. Mas, também, é a nossa [...]

Serra pediu que Fonseca não quisesse mal ao professor Leal, pois graças ao artigo que este último escreveu é que o do próprio Serra teria sido escrito. Acrescentou que, após o artigo de Leal, teria havido expressões, na Câmara Municipal, do quanto o povo de Presidente Prudente gostava do diretor. [36]

---

[35] Há um alerta contra o imperialismo econômico norte-americano, que não era, então, percebido por muitos.

[36] O articulista utiliza o povo para uma causa que não era, ainda, do povo, mas resultante de disputas dentro da elite local.

O professor David Serra, conforme já mencionei, pretendia também compor o corpo docente da faculdade, pois, em publicação de 21 de junho de 1959, página 8, na Coluna Estudantil, com o título *Defenderá Tese para Catedrático da nossa Faculdade de Filosofia o Prof. David Serra,* Sergio Almeida informou que o professor "[...] está se preparando para defesa de tese a fim de conquistar cátedra na novel Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade.". A seguir, apresentou, em forma de elogio, o currículo do professor autor de *Os Amores de Abelardo e Heloísa*. Isso indica que seu discurso em defesa do diretor da faculdade pode ter ocultado outros interesses. De fato, em 1970, ele viria fazer parte do corpo docente da instituição, ficando por dois anos.

A 13 de março de 1960, o texto *Aula Inaugural da Faculdade de Filosofia* informou sobre a palestra apresentada no salão nobre da Câmara Municipal pelo professor Carlos Henrique Liberali, catedrático da USP e diretor da Faculdade de Odontologia de Piracicaba, com o tema *Alexandre Humboldt e a História da Ciência.*

Em 3 de abril de 1960, a Coluna Estudantil, com o texto *Qual é a faculdade?,* apresentou o resultado de pesquisa entre alunos formandos do Instituto de Educação Fernando Costa, mostrando que a maioria pretendia ingressar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, sem mencionar o curso. Apenas sete alunos entrevistados não pretendiam o curso superior e quatro pretendiam Direito.

Essa pesquisa veio confirmar que a abertura de cursos de licenciatura foi muito acertada, ao invés de Direito como queriam alguns, segundo notícias dos jornais. Mostrou também o interesse pela faculdade pública, independente do curso.

Neste mesmo dia, foi publicada a lista dos calouros de 1960: 19 de Pedagogia e 15 de Geografia. Todos foram aprovados no primeiro exame, sem que houvesse o segundo para preencher as vagas ociosas.

Em 05 de maio de 1960, página 1, com o título *Comemorando o 1º Aniversário da Faculdade de Filosofia*, uma nota informa que a comemoração do aniversário de a instituição, realizada pelo centro Acadêmico "3 de Maio" foi brilhante e contou com uma sessão cívica, um show artístico, coquetel e brincadeira dançante.

4. 4 Algumas Considerações

Lendo as notícias publicadas sobre a faculdade que se desejava instalar na cidade, ou constatando a falta dessas notícias, pode-se comprovar, conforme testemunhou Quaglio (2002), atual professor da UNESP de Marília, então morador de Alfredo Marcondes, município vizinho de Presidente Prudente, a falta de verdadeira vontade política dos que detinham o poder local, para lutar pela instalação da faculdade, situação bem diferente da que ocorria, por exemplo, em Assis, segundo Oliveira (2002).

O jornal *O Estado de São Paulo*, que havia se manifestado contrário à criação dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, não publicou sequer uma linha sobre a inauguração do IIES-FFCL de Presidente Prudente.

Com base nas publicações dos jornais locais nos anos que antecederam a instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente e durante seu primeiro ano, hipóteses levantadas anteriormente se confirmam.

A atenção dada pelos jornais à criação de uma faculdade reflete interesses dos grupos aos quais os jornais estavam ligados, mais que os interesses da população prudentina, já que, conforme depoimentos de alunos, como por exemplo, Josefa Aparecida Gonçalves Grigoli (1992)[37], a faculdade era, para a maioria da população, algo estranho e distante. Mesmo nos textos redigidos por estudantes e que eram publicados nos jornais,

[37] Entrevista concedida ao Projeto Memória da Universidade em Presidente Prudente- 29/10/1992. Institutos Isolados de Ensino Superior de São Paulo (1923-1976): memória e história. Entrevistadora Maria de Fátima Salum Moreira. São Paulo: Centro de Documentação e Memória da UNESP- CEDEM /UNESP, 1992.

percebe-se o elitismo desses, que tinham espaço nos jornais e falavam, não em nome da população, mas da classe média local, que, tendo alcançado a conclusão do ensino secundário - segundo ciclo[38], em sua maioria estudando em horário diurno, não trabalhava e poderia freqüentar o curso superior, também em horário diurno.

Outras informações dos mesmos jornais indicam que a preocupação do povo era a falta de vagas no grupo escolar, mas, apesar disso, os jornais se colocavam, freqüentemente, como porta-vozes do povo, para fazer elogios ou reclamações que, na verdade, eram a opinião dos próprios jornais, ou dos grupos políticos, ou das camadas sociais que representavam.

O deputado Domingos Leonardo Cerávolo, morador da cidade, em 1 de abril de 1959, havia apresentado um Projeto de Lei para criar um ginásio na Vila Marcondes, pois o único estabelecimento público que oferecia esse nível de ensino na cidade, até então, era apenas o Instituto de Educação Fernando Costa, que estava "afogado", com 2.300 alunos nos nove cursos que oferecia. Os argumentos utilizados pelo deputado para conseguir a obra comprovam que o povo não tinha acesso nem mesmo ao secundário, pois o Instituto de Educação Fernando Costa, com exame de seleção para ingresso ao primeiro ciclo e ao segundo ciclo, era a escola da elite.

Para o povo vir a se preocupar com o ensino superior, seriam necessárias políticas que lhe permitissem o acesso ao grupo escolar, e ao secundário que, conforme se vê pelo projeto de Cerávolo, estava longe de ser realidade.

A demora na construção do prédio provisório da faculdade, denunciada pelos jornais, e o início das aulas sem que o prédio estivesse pronto, vem comprovar o que se tem em depoimentos como o de Quaglio (2002): não havia um interesse verdadeiro do poder local pela faculdade que formava professores para o secundário que ia se democratizando.

[38] O segundo ciclo secundário é equivalente ao ensino médio atual.

As discussões públicas em forma de artigos como o de Leal e os de Serra denunciam, que a direção da faculdade enfrentava problemas por, numa atitude de superioridade e intransigência, não considerar os intelectuais locais no momento de formar a equipe de professores.

Por outro lado, publicações com manifestações desdenhosas contra o diretor, ou, a faculdade, ou, ainda, o silêncio de alguns professores e estudantes sobre a iminente criação de uma instituição de ensino superior na cidade, indicam que a sociedade local rejeitava uma instituição que não fosse dirigida pela elite local, numa antiga política de apadrinhamento arraigada na região.

À medida que as etapas para se conseguir a faculdade eram vencidas, percebe-se pelas publicações, que eram muitos os que procuravam ganhar prestígio, posicionando-se como pais da conquista.

5 O IIES - FFCL DE PRESIDENTE PRUDENTE

5-1 Consolidação

O IIES-FFCL de Presidente Prudente, bem como os demais institutos isolados no que se refere à sua situação legal, do vínculo empregatício, de hierarquia dentro do sistema de serviço público, viveu anos de indefinição até a sua extinção, em 1976.

Quando foi criado, perdeu o vínculo oficial com a USP. Foi criado, então, em 1959, o Sistema Administrativo dos Institutos Isolados (SAII), um departamento da Secretaria da Educação. Em 1963, para adequar-se à Lei de Diretrizes e Bases 4.024/61, foi criado o Conselho Estadual de Educação (CEE) e, dentro dele, a Câmara de Ensino Superior (CES), incorporando a documentação do antigo Conselho Estadual de Ensino Superior (CEES) e do SAII.

Em 1967, pelo Decreto 47.775, de 22 de fevereiro, foi criada a Coordenação da Administração do Sistema de Ensino Superior (CASES). Em 22 de janeiro de 1969, pelo Decreto 51.319, decorrência da reforma administrativa do governo Abreu Sodré que organizou a educação por níveis, é criada a Coordenação do Ensino Superior do Estado de São Paulo (CESESP), à qual os institutos passam a ser subordinados, assim permanecendo até a criação da UNESP, em 31 de Janeiro de 1976.

Instalado precariamente por quase dez anos, o IIES-FFCL de Presidente Prudente, moldou-se às condições existentes, e após a construção do primeiro prédio definitivo, as instalações foram adaptadas à medida que se conseguia ampliar a área construída. Também aos poucos a instituição estruturou-se, fortalecendo-se intelectualmente por meio da incansável busca dos professores por aprimorar sua qualificação.

Pereira (1997)[39], que foi professor no IIES-FFCL de Presidente Prudente de 1960 a 1963, diz que a biblioteca, nos primeiros anos, era uma pobreza, enquanto o IIES de Marília, já naqueles primeiros anos, possuía uma biblioteca invejável. Em razão disso, os professores iam a Marília pesquisar, mas era, muitas vezes, mais fácil ir a São Paulo. Quando o professor queria publicar um artigo, tinha que recorrer a revistas de fora, pois não havia um serviço de publicação na instituição.

A biblioteca iria melhorar quando foi instalada, no prédio novo, onde atualmente está Seção de Comunicações da UNESP-FCT de Presidente Prudente, até a construção do prédio atual, em 1973.

Quanto ao acervo, segundo Josefa Aparecida Gonçalves Grigoli (1992), que foi aluna e depois professora da instituição, a partir de 1970 já usufruiria uma biblioteca bem suprida, tanto para livros a serem usados na sala de aula, como para as pesquisas dos professores. Havia até perto de 30 exemplares de um mesmo livro para que os alunos pudessem usar em classe.

As dificuldades com pesquisa, segundo ela, eram maiores para os professores da área de biológicas, pois exigia equipamentos sofisticados e os laboratórios foram montados aos poucos, também à medida que se ampliava a área construída.

As máquinas de escrever eram manuais e antigas, não havia funcionários para datilografar teses de professores. Só mais adiante, seria criado o Grupo de Apoio Pedagógico, centralizado na administração, que ficava encarregado de datilografar teses de professores, versão final.

---

[39] Entrevista concedida ao Projeto Memória de Universidade em Presidente Prudente - 18/06/1997. Institutos Isolados de Ensino Superior de São Paulo (1923-1976): memória e história. Entrevistadora Anna Maria Martinez Corrêa. São Paulo: Centro de Documentação e Memória da UNESP- CEDEM /UNESP, 1997.

Professor Marcos Alegre (2001) conta as dificuldades pelas quais passou para realizar sua pesquisa de doutorado, num período em que não havia afastamento, para concluí-lo em 1967.

Defender tese de doutorado passaria a ser exigência da Lei Federal nº 5.540 de 1968, mas se o professor se ausentasse com objetivo de realizar sua pesquisa era criticado, até acusado de aproveitador, por funcionários estrategicamente colocados na instituição como *homens de confiança do sistema*. A única ajuda da faculdade para o seu doutorado, segundo Alegre foi emprestar o mimeógrafo.

> Fiz tudo de madrugada, usava uma bacia de água fria com os pés para não dormir. Essas dificuldades eram comuns a todos os professores que decidiram enfrentar o problema do doutoramento. [...] se hoje as coisas estão muito melhores, em parte se deve à luta e trabalho daqueles pioneiros que enfrentaram situações as mais adversas, e acreditaram no futuro das faculdades do interior, carregaram o bastão nesse revezamento que não tem fim.

Marcos Alegre (2001), professor do IIES-FFCL de Presidente Prudente, no "fim de mundo" que era, então, a região de Presidente Prudente, seria o primeiro doutor do Brasil na área de geocartografia, o que lhe rendeu prestígio junto à Sociedade Brasileira de Cartografia, muitos convites para palestras e aulas especiais em várias partes do país. Sem deixar, no entanto, todo o idealismo que o levou a aceitar trabalhar em região tão distante da capital, viria a ser chefe de departamento e vice-diretor da instituição.

Como os professores eram poucos, e a carga horária de 2.200 horas dos cursos era difícil de ser composta, completava-se, no curso de Geografia, com mais aulas de topografia e cartografia, sobrecarregando os professores.

> Saíamos eu e os alunos aí pelo mato, para fazer aula prática de cartografia e topografia, era uma forma de completar as horas que faltavam. Durante vários anos eu trabalhava com duas turmas uma no sábado e outra no domingo. Tornou-se necessária a aula aos domingos porque muitos alunos não podiam freqüentar as aulas no sábado. Que fazer então? A salvação era o domingo. O pessoal levava lanche porque a aula durava o dia inteiro. Por que isso? Porque não havia docentes para todas as disciplinas necessárias e alguns também tinham, como eu, o compromisso do doutorado e a obrigação de responder e ministrar aulas em mais de uma disciplina. Havia docentes, mesmo dos outros cursos, que respondiam por três, quatro disciplinas. O prof, Alvanir, por exemplo, chegou a ser responsável por cinco disciplinas.

Enquanto os professores se desdobravam para elevar a instituição, a USP criticava, imaginando que o professor ganhasse mais para fazer tudo isso, duvidando da qualidade dos cursos, alegando que os docentes, além de serem fracos, trabalhavam com várias disciplinas.

Professora Josefa Grigoli (1992), que foi contratada para dar aulas de Didática no curso de Licenciatura em Ciências, que se abriu em 1970, conta que o contrato em tempo parcial, como todos naquela época, era para doze horas semanais de aula, porém, segundo a professora, sempre se trabalhava muito mais que isso.

Segundo o professor Marcos Alegre (2001), nos primeiros anos, o pessoal vinha para Presidente Prudente e ia embora com freqüência porque era muito serviço e salário baixo, com contrato em tempo parcial. Era um salário equivalente a 70% do salário da USP. Só depois de um movimento reivindicatório os salários dos IIES foram equiparados.

Professor Diores dos Santos Abreu (1989) informa que a distância de bibliotecas, centros de documentação e laboratórios para que os professores desenvolvessem suas pesquisas também era fator que afastava o interesse e dificultava a fixação dos professores em Presidente Prudente.

> O tempo integral não foi concedido a todos e só ao longo dos anos, com muita dificuldade, foi sendo estendido a cada um dos professores. Com a estruturação da administração do ensino superior no estado e na própria Escola e com a superação das crises de direção a partir do quinto diretor, os professores começaram a ter os seus contratos regularizados para vigência de dois anos renováveis e remuneração igual à dos profissionais da USP. (p. 90)

Como parte da USP era contra os institutos isolados, Marcos Alegre (2001), lembra que os professores de Presidente Prudente se desdobravam para provar que tinham competência.

> Foi preciso a gente trabalhar muito, sobretudo na qualificação do corpo docente e realizar pesquisas para aos poucos vencer a resistência de alguns daqueles mais antigos que, aos poucos vão saindo de cena. A entrada de pessoal mais novo, com idéias mais arejadas, diferentes, foi mudando um pouco aquela situação, a ponto de a Universidade resistir menos, mas nunca a USP foi totalmente favorável.

Segundo Vaidergorn (2003), nos institutos isolados,

> [...] a influência estabelecida pela USP tinha como referência a dupla pauta de formação de licenciados (organização curricular) e de pesquisadores, cujo "modelo" foi seguido e superado. Não se pode esquecer que o projeto da USP já era conservador na época de sua criação , e que valorizava o cidadão como produtor , e não como indivíduo. (184)

Os professores contratados na condição de regente que, no prazo estabelecido de dois anos, após a lei 5.540/68, não realizassem seus doutoramentos ou livre docência, só poderiam, depois, obter seus títulos de mestre e doutor, freqüentando cursos regulares de pós-graduação, o que seria muito difícil para quem trabalhava em Presidente Prudente, pois havia poucos programas de pós-graduação no Brasil.

Quem obtinha o título de doutor, até então, não freqüentava cursos. Eles escolhiam um tema para pesquisar procuravam por conta própria um professor já com título de doutor que quisesse orientá-los na pesquisa e, quando o trabalho estivesse concluído, organizava-se a banca para a defesa da tese. Em razão disso é que não se dizia "Eu fiz doutorado", mas "Eu defendi tese de doutorado".

Mesmo assim, muitos professores, fizeram suas pesquisas e conseguiram seus títulos. Tinham que se preocupar com suas disciplinas, procurar um orientador e realizar a pesquisa. Tinham que viajar freqüentemente para São Paulo, Brasília ou Rio de Janeiro para encontros com os orientadores, ou coleta de dados, arcando com os gastos.

Segundo o professor José Fernando Martins Bonilha (2001)[40], em cinco anos de existência da faculdade as primeiras defesas de doutorados começam a ser realizadas. Myrthes da Fonseca Pinto,, segundo Paschoal Quaglio foi a primeira professora da instituição a defender tese de doutorado. Depois vieram Celso Volpe e Antonio de Assis Carvalho, de Matemática; depois os de Educação: Augusto Litholdo, José Fernando Martins Bonilha, tendo como orientador Florestan Fernandes. Depois foi Fernando Carlos da Fonseca Salgado,

[40] Entrevista concedida ao Projeto de Memória da Universidade em Presidente Prudente - 29/06/2001. Uma universidade *multicampi* no interior paulista. Memória e História da criação da UNESP e seus primeiros anos de funcionamento (1976-1984). Uma contribuição ao arquivo de história oral do CEDEM. Entrevistadoras Maria de Fátima Salum Moreira e Myrna Terezinha Rossi Rego. São Paulo: Centro de Documentação e Memória da UNESP- CEDEM /UNESP, 2001.

Marcos Alegre, Maria Conceição D'Incao, Maria Ângela D'Incao. Em outros institutos havia professores que faziam, direto, a livre-docência, como, por exemplo Jorge Nagle, em Araraquara, e Florestan Fernandes dizia aos professores de Presidente Prudente para também fazê-lo.

Após o Golpe Militar de 1964, coma lei 5540/68 quem estivesse há cinco anos contratado e tivesse doutorado era automaticamente elevado a professor titular. Assim, muitos que tinham os cinco anos, mas não tinham a titulação tiveram que se apressar para realizarem suas pesquisas e defenderem suas teses de doutorado.

Professor Jayro Gonçalves de Mello (1992)[41] relembra suas dificuldades para fazer o mestrado na USP, iniciado em 1973 e concluído em 1979, trabalhando em Presidente Prudente, sem afastamento para se dedicar apenas à pesquisa. Lembra que o professor Diores dos Santos Abreu, com quem desenvolveu grande amizade e um trabalho conjunto nos departamentos de Geografia e Ciências Sociais, permitiu-lhe grande salto qualitativo. Diferente dos primeiros professores, Mello (1992) lembra que, embora ele não tivesse afastamento remunerado para pesquisar, o salário já era melhor que nos primeiros anos, "[...] dava para sustentar-me, era possível viajar, era possível arcar com os gastos e desenvolver o trabalho.".

Maria Kimie Koyanagui Horimoto (2003)[42], funcionária administrativa, lembra que muitos dos professores que tinham o RDIDP (Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa) e nenhuma outra ajuda mais para realizar a pesquisa, arcando com os gastos das viagens, compra de livros, de materiais, diziam que eram "regiamente remunerados para custear seus estudos, seus trabalhos, suas pesquisas".

[41] Entrevista concedida ao Projeto Memória da Universidade em Presidente Prudente - 29/10/1992. Institutos Isolados de Ensino Superior de São Paulo (1923-1976): memória e história. Entrevistadora Maria de Fátima Salum Moreira. São Paulo: Centro de Documentação e Memória da UNESP - CEDEM /UNESP, 1992.

[42] Entrevista concedida a Eunice Ladeia Guimarães Lima, em Presidente Prudente, 08/01/2003.

Paschoal Quaglio (2002), lembra que embora seus professores não tivessem RDIDP, ofereciam muitos cursos de extensão cultural. Ele mesmo fez vários. E a pesquisa e a extensão aconteciam. Quaglio lembra que Myrthes da Fonseca Pinto, sua professora, fez sua pesquisa sobre a escola normal em Presidente Prudente e participaram se sua pesquisa os alunos da Escola Normal do Instituto de Educação Fernando Costa e alunos da Pedagogia. Eles faziam pesquisa também por conta da necessidade de publicar.

Os institutos estavam todos funcionando com as mesmas dificuldades pelas quais passava o de Presidente Prudente, mas o governador Carvalho Pinto tinha um plano de melhoria das condições de trabalho para os IIES-FFFCL.

> Esse plano apresentou como um os objetivos para o ensino superior o aumento ao máximo do número de vagas, mantendo a qualidade, ampliando e equipando os Institutos Isolados. Pretendia, também, criar Universidades Regionais que, de acordo com o Conselho Estadual de Educação, iria regular a criação de novas Faculdades. Além disso, propunha um incentivo aos cursos de especialização e pós-graduação como forma de arregimentar elementos para os quadros docentes e de pesquisadores da Universidade, garantindo também o nível para a expansão da rede dos IIES. (VAIDERGORN, 2003, p.203)

Infelizmente, o plano de Carvalho Pinto não se concretizaria, em razão das mudanças conseqüentes do Golpe militar de 1964.

Apesar de todas as dificuldades, a instituição foi se fortalecendo e tornou-se referência na cidade e região.

5.2 Instalações

A faculdade iniciou suas atividades sem que o prédio do futuro grupo escolar que começou a ser construído para ela ali se instalar, provisoriamente, estivesse pronto. Assim, a cerimônia de instalação aconteceu na Câmara Municipal e o ano letivo começou nas salas do prédio cedido do escola Técnica do Comércio “Dr. Joaquim Murtinho”.

Do prédio do Colégio Dr. Joaquim Murtinho (onde atualmente funciona o Colégio Objetivo - na Rua 15 de Novembro esquina com a Rua Desbravador Ceará), a faculdade mudou-se, em junho de 1959, para o prédio já pronto, construído pela prefeitura, com empréstimo de IPESP, para funcionar o Grupo Escolar da Vila Liberdade (onde atualmente é a Escola Estadual "Professora Francisca de Almeida Góes Brandão").

Como não havia ônibus que passasse por aquela região, foi criada uma linha que saía da Igreja Matriz, no centro da cidade, e levava os estudantes até lá. Era um prédio que logo precisaria ser desocupado, pois a falta de vagas para o grupo escolar era constantemente denunciada nos jornais. Era próximo ao Cemitério da Saudade, região, em 1959, bem afastada da cidade[43], mas já intitulada Cidade Universitária, desde que se aventou a construção do prédio da faculdade naquele bairro.

O anúncio pela imprensa de que o futuro prédio da faculdade seria próximo ao Cemitério da Saudade, terreno doado pela família Morishita, levou o comércio imobiliário a investir na região. Em 06 de dezembro de 1959, *A voz do povo* anunciou a venda de terrenos no loteamento denominado *Cidade Universitária*, alegando ser bem localizado, próximo à futura Faculdade de Filosofia.

O mesmo jornal, em 24 de novembro de 1959, ao noticiar que o governo abriria créditos especiais para o ensino superior, e o IIES-FFCL de Presidente Prudente receberia verba para atender despesas com desapropriações, instalações, aquisição de equipamentos, livros e revistas destinados às escolas e institutos de ensino superior do Estado e, também, para a construção da Cidade Universitária, contribuiu para valorizar mais os terrenos da região.

Havia um terreno da Avenida Brasil, do antigo cemitério no 1, que já havia sido cogitado como um bom local para se construir a faculdade.

[43] O prefeito Luiz Ferraz Sampaio alegava, conforme publicação de O imparcial (12/05/60), que a região onde a faculdade estava, provisoriamente, instalada era um bom lugar, pois já havia luz e telefone e ele asfaltaria a Avenida da Saudade e Rua Planalto, para facilitar o acesso à faculdade. Alegava ainda que a região, embora distante, tinha perspectivas de se tornar um bairro populoso.

Em 08 de maio de 1960, página 10, o Centro Acadêmico "3 de Maio" publicou um *Manifesto*, o mesmo que enviariam à Câmara dos Vereadores, demonstrando que era a vontade dos alunos que a faculdade fosse construída no terreno do cemitério nº 1:

> O centro Acadêmico "3 de Maio", órgão que congrega os alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, após debater o assunto "Mudança do Prédio da Faculdade", e verificar "in loco"as condições do terreno, vem a público manifestar-se a favor da construção do prédio definitivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente:
> 1º) – Por ser um local mais próximo ao centro urbano.
> 2º) – Por eliminar o problema da condução em virtude do local ser de fácil acesso.
> 3º) – Porque possibilita aos acadêmicos e à população em geral, o uso da biblioteca .nos diversos períodos e porque também disto adviria maior participação nas atividades recreativas e culturais.
> 4º)- Porque compreendemos ser necessário a localização do prédio num local ideal, o que beneficiaria não só a nós, mas também as outras gerações estudiosas desta progressiva região.
>
> Presidente Prudente, 30 de abril de 1960.
> Elly Roberto de Oliveira
> Presidente

Em sessão da Câmara dos Vereadores, de 23 de maio de 1960[44], o vereador Sandoval de Lima levantou o problema da distância e dificuldade de transporte para a faculdade, se ela fosse construída ao lado do Grupo Escolar de Vila Liberdade**.**

> [...] a verdade é que quando os proprietários do terreno fizeram adoção, eles visavam não somente servir à cidade, mas também elevar a valorização para os seus terrenos. A Câmara não pode deixar de levar em conta essa particularidade, que é muito importante. Não que eu seja contra a transferência da Faculdade para esse local que se pretende doar, mas acho que nós devemos estudar muito bem essa questão, pois é quase certo que vai haver recurso contra a mudança da Faculdade.[45]

As discussões na Câmara dos Vereadores eram acaloradas, e havia insinuações de um vereador para outro, como se tanto a permanência, quanto a mudança do local da faculdade fossem defendidas por interesses particulares.

O vereador Silvio Roncador, respondendo ao vereador Aurelino Alves Coutinho que disse se lembrar dos tempos do movimento pela criação da faculdade, disse:

> V. Excia está procurando fazer com que mudemos os rumos do nosso discurso: E se fôssemos mudar o rumo das nossas considerações, senhor Presidente, de certo iríamos trazer para esse plenário muita coisa que houve também naquele tempo em relação à Faculdade de Filosofia de Pres. Prudente. E não é interessante, nem para Faculdade num para V,Excia., e muito menos para certos políticos desta cidade, não é interessante que esses fatos sejam aqui rememorados. Nem mesmo os estudantes

[44] As xerocópias das atas das sessões da Câmara dos Vereadores que tratam da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente se encontram nas pastas de documentos históricos da biblioteca da UNESP -FCT de Presidente Prudente.
[45] Trechos transcritos da ata da sessão de 23 de maio de 1960.

> da faculdade desejariam que tais acontecimentos viessem a lume, em detrimento de grupos políticos e econômicos que desejavam manter em suas mãos o poder para orientar definitivamente a instalação e o funcionamento da Faculdade e de outras escolas superiores em Pres. Prudente. Se formos revelar aqui tudo o que aconteceu durante a organização da nossa Faculdade de Filosofia, senhor Presidente, então iremos talvez dividir as fôrças prudentinas [...]

A ameaça do vereador de trazer assuntos que não interessavam aos atuais políticos indica que, conforme os jornais algumas vezes mencionaram, havia um briga entre políticos, todos tentando trazer para si os louros da conquista, todos desejando ser "pais da faculdade", e essas brigas é que tinham provocado o atraso na conquista e na instalação da faculdade,

O vereador Silvio Roncador, sem dar aparte solicitado por vereador Aurelino Alves Coutinho, continuou sua defesa de que a faculdade devia se localizar em local mais próximo do centro da cidade.

> É por isso mesmo que eu desejo colocar em destaque aqui a verdadeira demonstração de desapego pessoal manifestada pelo nobre colega Ataliba Pires de Campos, que é proprietário de uma área de terra nas proximidades da Faculdade de Filosofia, e mesmo assim deu parecer favorável ao projeto de lei que visa transferir a Faculdade para outro local, com evidentes prejuízos para si. Essa demonstração de desapego, de altruísmo, senhor Presidente, merece ser registrado com carinho, porque mostra a atitude sensata de um vereador que vota pela aprovação de um projeto de lei contrário aos seus interesses pessoais. Merece o nobre colega Ataliba a nossa palavra de admiração, de respeito e a nossa homenagem.

O projeto de se instalar a faculdade no local do cemitério nº 1, na Avenida Brasil, havia sido aprovado pela Câmara dos Vereadores, mas os protestos que os vereadores previram, de fato, aconteceram. Afinal o Bairro Cidade Universitária já havia sido inaugurado, e com festa.

Do Grupo Escolar de Vila Liberdade, a faculdade mudou-se, em agosto de 1960, para o prédio do Ginásio de Vila Marcondes, o Colégio Tanel Abbud, na Rua Quintino Bocaiúva (hoje, em frente à Instituição Toledo de Ensino), lá permanecendo por cerca de um ano. A diretora da escola segundo publicações dos jornais, reclamava a necessidade de utilizar as salas então utilizadas pela faculdade, pois a demanda pelo ensino secundário crescia a cada ano.



Colégio Tanel Abbud, quando a FFCL lá estava instalada
(UNESP -FCT de Presidente Prudente)

Grave Crise envolve a Faculdade de Filosofia, texto do vereador Silvio Roncador, publicado em *A Voz do Povo,* em 13 de novembro de 1960, página 1, informa que era grave a situação da faculdade, razão pela qual teria trazido o problema a público. Além da crise com o diretor, apresentou a polêmica da localização da Faculdade:

> E para completar este quadro desolador [...] outro problema de suma gravidade, o de situar o prédio da Escola com mero motivo de valorização imobiliária. [...] movimentos ligados a negócios imobiliários procederam com evidente sutileza a oportunidade [...] Se bem engendraram melhor realizaram e a Faculdade tornou-se ponto de referência e atestado como testemunho do progresso do bairro.[...]
> Com muito sacrifício transferiu-se a escola provisoriamente para o Ginásio Estadual Tanel Abud . Hoje trava-se nos bastidores um movimento no sentido de obrigar o retorno do estabelecimento à Vila liberdade , como se a mesma fosse aqui instalada pelo Sr. Governador do Estado Jânio Quadros para atender a interesses de grupos dedicados à especulação imobiliária.

O projeto de instalação da faculdade no local do antigo cemitério, na Avenida Brasil, próximo à Vila Paraíso, tinha sido aprovado pela Câmara dos Vereadores em junho de 1960, atendendo a manifestações dos alunos.

Como o terreno da Avenida Brasil era pequeno para futuras ampliações da instituição e o tráfego era intenso, pois era acesso à Rodovia Raposo Tavares, o diretor, então o professor Bonilha, não concordou com a construção da faculdade naquele local.

O movimento para que a faculdade fosse instalada naquele local também atendia a outros interesses: que os imóveis daquela região antiga da cidade fossem valorizados. Houve problemas jurídicos com questões de túmulos perpétuos que dificultaram a liberação do terreno.

O jornal lamentou, também em razão da valorização dos imóveis vizinhos, que o terreno próximo ao campo do Corinthians, na Vila Nova, também não pôde ser desapropriado.

Um terreno, de 17.900 metros quadrados, pertencente à Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente, tinha sido declarado de utilidade pública pelo Decreto 40.220, de 12 de junho de 1962, a fim de ser desapropriado pela Reitoria da Universidade de São Paulo. Era um local denominado Granja Municipal, próximo à saída para Álvares Machado, onde se faziam exposições de animais, que a prefeitura já começava a chamar de Centro Educacional.[46]

Ainda em 1962, como o Colégio Tanel Abbud precisava do espaço então ocupado pela faculdade, cogitou-se a mudança do IIES-FFCL de Presidente Prudente para o prédio do Hospital São João, até a construção de seu prédio definitivo. Pelo que se publicou no jornal *O Imparcial*, é possível concluir que não ocorreu nem a reforma do hospital, nem a transferência da faculdade, porque o Governador Carvalho Pinto não aprovou a proposta.

Tomando conhecimento do terreno já doado, onde hoje está a UNESP, o diretor solicitou ao prefeito Luiz Ferraz de Sampaio, a construção de dois barracões. Essa solicitação foi atendida e, ao invés de ir para o Hospital São João, a faculdade foi, no segundo

[46] De fato, o local tornar-se-ia um centro educacional, pois, além do IIES- FFCL de Presidente Prudente, ali se instalaria a Faculdade Municipal de Educação Física, o Senac, o Sesi.

semestre de 1963, para o terreno da antiga Granja Municipal,onde foi construído um prédio de madeira, com janelas de vidro, forrado e com assoalho.



Terreno onde a faculdade seria construída (UNESP -FCT de Presidente Prudente)



Prédio de madeira construído no terreno definitivo (UNESP -FCT de Presidente Prudente)

Eram quatro salas de 40 metros quadrados. A administração funcionava em duas casas que existiam no terreno. Uma já não existe. A outra, preservada e recentemente

reformada, fica perto da biblioteca da UNESP. Nela funciona, atualmente, a livraria da FUNDACTE (Fundação da Ciência, Tecnologia e Ensino).



O prédio de madeira foi construído atrás das duas casas já existentes
A casa da esquerda ainda existe (UNESP -FCT de Presidente Prudente)



Interior de uma das salas de aula do prédio de madeira
(UNESP -FCT de Presidente Prudente)

Além de ser um local muito afastado da cidade, não havia asfalto, nem ruas abertas. Era necessário, para se chegar à faculdade, atravessar o Córrego do Veado, hoje canalizado, onde é o Parque do Povo.

A escola funcionou no prédio de madeira por algumas semanas. Carlos Perucci (2004), então aluno do curso de Pedagogia, lembra que o professor Soares Amora, diretor do IIES-FFCL de Assis, em visita ao prédio, não gostou das precárias condições em

que a faculdade se encontrava instalada e expressou, diante dos alunos, o desejo de articular uma saída. Com o novo diretor, José Fernando Martins Bonilha, a escola foi para o centro da cidade, num local onde atualmente está construída a agência do Banespa. Era um prédio de seis andares onde havia funcionado a loja de departamentos de Martins Fadiga, com a *Boite Ambassador* no último andar. A loja faliu e o estado ficou com o prédio. Ainda em 1963, por meio de Antonio Almeida Santos, comerciante da cidade que tinha relações com o governador, o diretor conseguiu autorização para ocupar o antigo prédio do Martins Fadiga, no centro da cidade, para lá se mudando pouco ante de deixar a direção.

O diretor, tendo autorização para ocupar o prédio, fez algumas divisões com madeira e mudou a faculdade para lá, ficando ali até a construção do primeiro bloco no seu endereço definitivo.

A falta de um endereço permanente e de um prédio que identificasse a faculdade foi fator que dificultou a construção de seu nome, de sua credibilidade nos primeiros anos.

Marques (2003), motorista da faculdade, lembra que até para fazer compras a prazo em nome da faculdade era difícil. Muitas vezes, para comprar, funcionários utilizavam o seu próprio nome.“Uma vez a gente ia viajar e eu fui comprar pneus novos, mas disseram que só vendiam a vista. Então, não pudemos viajar no sábado. Tivemos que esperar até a segunda-feira para comprar e pagar.”. Afirma que a situação só mudou depois que a faculdade construiu seu próprio prédio, que passou a ter uma identidade.

Lembra, também, que os professores visitantes, que ele ia buscar em Marília, Assis, ou outros institutos, ao chegarem a Presidente Prudente estranhavam as horríveis instalações da faculdade. O elevador vivia enguiçando e era necessário fazê-lo funcionar a mão. Lembra-se, também, das dificuldades dos alunos, sem lugar para fazer a formatura.

Professor Marcos Alegre (2001) lembra que falavam da faculdade até com tom depreciativo, em razão das precárias instalações. “Ali, no último andar do prédio, havia funcionado uma *boite*, então havia gente que, jocosamente, comparava a Faculdade com a *boite*.”.

O compromisso que o poder público municipal assumira, de dar o prédio para a instalação da faculdade, condição para sua aprovação, ainda não havia sido cumprido depois de vários anos, e a faculdade corria o risco de ter seus cursos transferidos para Assis.

Enfim, com o terreno, a faculdade dependeria de verbas estaduais para que o prédio fosse construído. O jornal *O imparcial* (31/01/1964) informou que, depois de viver constantemente mudando de um lado para outro, dependendo de favores, o diretor da faculdade, Hygino Aliandro, havia conseguido cem milhões de cruzeiros do governo do estado para construção do prédio próprio. Em sua gestão, porém, a construção não se realizaria.

Havia um projeto para o prédio, de autoria do mesmo engenheiro que projetara o IIES- FFCL de Assis, Jorge Fidelino de Figueiredo, mas para que a construção fosse iniciada, dependia da liberação das citadas verbas pelo governo estadual.

Em julho de 1964, foi aberta a concorrência para a construção do prédio da faculdade, com verba inicial de nove milhões de cruzeiros, tendo comparecido apenas uma firma.

O prédio que se pretendia construir já tinha nome: Edifício Adhemar Pereira de Barros. A comissão da Secretaria de Obras Públicas do Estado de São Paulo trouxe, em abril de 1965, um projeto pronto, de cinco mil metros quadrados de construção, em dois andares. Esse projeto, porém, não sairia do papel. Só em 1967, quando o diretor era o professor José Ferrari Leite é que outro projeto mais modesto seria iniciado.

Marques (2003), que, como motorista, ouvia muitas conversas sobre a construção, conta que o Professor José Ferrari Leite procurou a planta aprovada em 1964, para solicitar ao governo verbas para a construção, mas foi aconselhado, em São Paulo, a não



Prédio onde funcionou o IIES-FFCL de Presidente Prudente Rua Coronel Mafei, esquina com Rua Major Felício Tarabai, para onde a faculdade se mudou, vindo do barracão de madeira, e de onde só sairia em 1969, para o prédio próprio, de alvenaria. No local, hoje, no calçadão, está construído o prédio do Banespa. (*O IMPARCIAL* - 14/04/92 p.26).

pedir uma construção daquele tamanho, pois dificilmente seria aprovada, mas que pedisse um prédio menor.

Assim, foi construído, inicialmente, um prédio, onde se pretendia, depois que outros pavilhões fossem construídos, instalar o ginásio de aplicação, para os alunos de licenciaturas realizarem os estágios e desenvolvimento de pesquisas em educação. Em agosto de 1968 a faculdade mudou-se para seu endereço definitivo. O ginásio de aplicação nunca chegou a funcionar, pois toda a faculdade foi para lá, ocupando todo o prédio e a área construída seria ampliada sempre para melhor instalar a faculdade.

Marques (2003) conta que a prefeitura não auxiliou nem na terraplanagem dos terrenos onde a faculdade construiu seu primeiro prédio. Teria sido a empresa que construiria o prédio que cedeu um trator velho. A prefeitura só colaboraria mais tarde, asfaltando a Avenida Manoel Goulart até perto da escola.

Além das dificuldades decorrentes da omissão dos prefeitos, a interferência de grupos de interesses quanto à localização do futuro prédio, a mudança freqüente de diretores contribuiu para a demora da construção do prédio que seria, enfim, inaugurado dez anos após a criação da faculdade.

Segundo Grigoli (1992), a mudança da faculdade do centro da cidade para o novo endereço teria proporcionado um distanciamento físico e também de relacionamento da comunidade prudentina com a instituição.

Em 1965, ainda tendo como diretor o interventor Sylvio Fernando Paes de Barros, foram construídos nove metros quadrados onde seria, em 1968, instalada a estação meteorológica, recurso imprescindível para o curso de Geografia.



Cerimônia de início simbólico da construção do primeiro prédio
(UNESP -FCT de Presidente Prudente)



Sala de aula do prédio novo
O mobiliário era o mesmo (UNESP -FCT de Presidente Prudente)



Alunos na biblioteca do novo prédio (onde atualmente funciona a Seção de Comunicações) (UNESP -FCT de Presidente Prudente)



Saguão do novo prédio (UNESP -FCT de Presidente Prudente)



O saguão visto de outro ângulo (UNESP -FCT de Presidente Prudente)



Secretaria (UNESP -FCT de Presidente Prudente)

Em 1985, em entrevista ao jornal *O Imparcial*, de 28 de abril, o professor Augusto Litholdo falou sobre a conquista do terreno que a UNESP *herdara* do IIES-FFCL de Presidente Prudente.

> Em 1973 já eram erca de 900 alunos matriculados nos períodos da manhã, tarde e noite. Dadas as necessidades da região, a escola tendia a acomodar 2, 3 ou 4 mil

> alunos, com a instalação de cursos novos, mas não havia espaço. A faculdade estava confinada em nada mais que um alqueire, 15.130 metros quadrados de terras. [...] Para construção da biblioteca que hoje existe, por exemplo, foi necessário deslocar o campo de esportes. [...] O terreno vizinho, que foi adquirido pela FAFI, era propriedade particular e estava à venda para ser loteado. Ou a FAFI adquiria naquela época ou nunca mais [...] A problemática era tão evidente que a Câmara Municipal veio ao nosso encontro e declarou o terreno de utilidade pública. Assim, no decorrer daquela gestão foi possível adquirir o terreno por pouco mais de dois milhões de cruzeiros. Foi só o que o estado gastou [...] se quisesse abrir mão de um único daqueles alqueires adquiridos, para loteamento, cobriria tudo o que investiu com juros e correção monetária e ainda ficaria com o restante completamente gratuito. (p.1)

Com a compra da chácara, o terreno da faculdade totalizou 12 alqueires e 6.522,50 metros quadrados.

Quanto ao processo para aquisição desse terreno, Marques (2003) conta que um dos proprietários das duas chácaras, vinha resistindo em dar preço para o terreno ao diretor, que, então, conversou com o poder público municipal, para acertar a desapropriação, impedindo o loteamento e resultando na compra do terreno pelo IIES, com verba da CESESP (Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo).



Ao fundo, casa de madeira da antiga chácara (UNESP -FCT de Presidente Prudente)

Iniciando em 1967, o primeiro pavilhão, com 1.472 metros quadrados, seria concluído em 1968. Em 1969 foram construídos o Diretório Acadêmico, o Laboratório I e a

Cantina (418 metros quadrados); em 1970, o prédio da Administração e Anexos (1.560 metros quadrados); em 1971, o Docente I e Laboratórios II (1.320 metros quadrados); em 1973, o Docente II a Biblioteca e Documentação (2.911 metros quadrados).



A primeira cantina (UNESP -FCT de Presidente Prudente)



A cantina vista de fora (UNESP -FCT de Presidente Prudente)

Segundo Bovo (1999) o fato de o governador concordar com a construção do prédio da faculdade, tanto a de Presidente Prudente, quanto de outras cidades, em local tão afastado, geograficamente, da zona urbana atendia a intenções carregadas de forte componente político-ideológico do governo golpista. Alguns IIES-FFCL que possuíam prédios centrais seriam, para eles, construídas novas instalações fora da zona urbana longe do contato com a população.



Laboratório de ciências (UNESP -FCT de Presidente Prudente)

> Era preciso isolar a comunidade acadêmica do convívio com a sociedade, evitando que esta fosse "contaminada" pelas idéias que, no discurso oficial, pretendiam subverter a ordem estabelecida, por meio da substituição do regime capitalista pelo comunista. Foram então construídos os campus universitários que, no Brasil, de modo geral, localizam-se fora da zona urbana das cidades. [...] Estava concluído o processo de confinamento das comunidades acadêmicas, distanciando-as do convívio com as sociedades locais. Assim, ao longo do período, foi construído um 'muro'separando-as, o que contribuiu para aumentar as desconfianças mútuas e aguçar a rivalidade entre elas.(BOVO,1999, p. 22)



Em 1980, a cidade ainda não havia chegado à faculdade, localizada em região com características rurais (UNESP -FCT de Presidente Prudente)

Além da aquisição de vasto terreno, 7.690 metros quadrados de toda a área construída, atualmente, no campus da UNESP de Presidente Prudente foi realização do tempo do IIES-FFCL.

5.3 Cursos oferecidos

5.3.1 Pedagogia e Geografia

Os primeiros cursos que a faculdade ofereceu — Pedagogia e Geografia — eram bacharelado, de três anos, podendo o aluno fazer, em mais um ano, o curso de Didática (autorizado em 13 de novembro de 1962 pelo CEE - Parecer 333/62), para se obter licenciatura. Os cursos de Letras e Filosofia, embora presentes no nome da instituição, nunca seriam criados.

Quando a faculdade foi criada, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4.024/ 1961 estava sendo aguardada, já que seu o projeto de lei estava tramitando no Congresso Nacional desde 1948, demorando treze anos para ser votado.

A referida lei determinava, em seu artigo 9º, alínea *b,* que competia ao Conselho Federal de Educação (CFE) decidir sobre reconhecimento de estabelecimentos isolados de ensino superior, depois de um prazo de funcionamento de, no mínimo dois anos. O artigo 15 determinava que os estados que mantivessem por 5 anos uma universidade com funcionamento regular teriam poderes para decidir sobre seu reconhecimento por meio dos Conselhos Estaduais de Educação, isto é, as atribuições do CFE determinadas no artigo 9º alínea *b* seriam transferidas para os estados.

Antes que a lei aprovada, que tratava também do ensino superior, fosse regulamentada, os cursos do IIES-FFCL de Presidente Prudente já tinham dois anos. O CFE

não havia, depois de dois anos, utilizado sua competência, para reconhecer os cursos. Em 1963 já com cinco anos funcionando, caberia ao Estado de São Paulo fazer o reconhecimento, porém, por serem cursos criados antes da vigência da Lei 4.024/1961, estabelecia-se o impasse sobre que órgão teria a competência de reconhecê-los. Veio o Golpe Militar, iniciando-se uma discussão sobre a reforma universitária que resultaria na Lei 5.540/1968.

Nesse contexto de mudanças, os cursos de Pedagogia e Geografia, que foram autorizados em 13/04/ 1959 pelo Decreto 45.755, do Presidente da República, demoraram a ser reconhecidos, o que causou problemas para a credibilidade da instituição, pois os formandos queriam lecionar e seus diplomas não eram expedidos.

Apenas em 16 de fevereiro de 1965, já com sete anos, é que seriam reconhecidos os cursos de Geografia e Pedagogia, pelo Decreto Estadual 44.527, assinado pelo governador Adhemar de Barros e o Secretário da Educação José Carlos de Ataliba Nogueira.

Em 1962, Parecer 292 de 14/11 do CFE tratou do currículo dos cursos de licenciatura, que deveriam ter, além das disciplinas do bacharelado, Psicologia da Educação: Adolescência e Aprendizagem; Elementos de Administração Escolar; Didática; Prática de Ensino, sob forma de estágio supervisionado.

Parecer 412, do CFE, de 19/12/1962 tratou da habilitação única e licenciatura de Geografia, estabelecendo o currículo mínimo de 2200 horas com integralização a ser feita em, no mínimo, três e, no máximo, sete anos. As disciplinas estabelecidas para o curso foram: I- Geografia Física, Geografia Biológica ou Biogeografia, Geografia Humana, Geografia Regional, Geografia do Brasil, Cartografia; II - Duas matérias escolhidas dentre as seguintes: Antropologia Cultural, Sociologia, História Econômica Geral e do Brasil, Etnologia e Etnografia do Brasil, Fundamentos de Petrologia, Geologia, Mineralogia, Botânica.

A partir de 1970, por determinação da Resolução CFE 2, de 12/05/1969, e da Resolução CFE 9, de 10/10/1969, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente passaria a oferecer em Pedagogia as Habilitações em Orientação Educacional, Administração Escolar de 1º e 2º graus, Supervisão Escolar para exercício nas Escolas de 1º e 2º graus, Inspeção Escolar para exercício nas Escolas de 1º e 2º graus, Ensino das disciplinas e atividades práticas dos cursos normais, com duração mínima de 2.200 horas - 3 a 7 anos , e as habilitações Administração escolar para exercício na escola de 1º grau, Supervisão escolar para exercício na escola de 1º grau, Inspeção escolar para exercício na escola de 1º grau, com duração mínima de 1200 horas - um ano e meio a quatro anos.

Os cursos constariam de uma Parte Comum (Sociologia Geral, Sociologia da Educação, Psicologia da educação, História da Educação, Filosofia da Educação, Didática) e uma Parte Diversificada, de acordo com a habilitação: a) Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau, b) Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau, c) Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior, d) Princípios e Métodos de Orientação Educacional, e) Princípios e Métodos de Administração Escolar, f) Administração da Escola de 1º grau, g) Princípios e Métodos de Supervisão Escolar, h) Supervisão da Escola de 1º grau, i) Princípios e Métodos de Inspeção Escolar, j) Inspeção da Escola de 1º grau, l) Estatística aplicada à Educação, m) Legislação do Ensino, n) Orientação Vocacional, o) Medidas educacionais, p) Currículos e Programas, q) Metodologia do Ensino de 1º grau, r) Prática de Ensino na Escola de 1º grau.

Para todos os cursos era exigido estágio supervisionado e, para Administração e Orientação, exigia-se também experiência no magistério. Cada curso poderia dar até duas habilitações no tempo normal, podendo o aluno complementar para obter outras habilitações.

A partir de 1970, a instituição receberia, além dos candidatos ao curso de Pedagogia de quatro anos, candidatos às habilitações, que eram os que já tinham Pedagogia e desejavam obter mais habilitações.

Com a mudança na lei, exigindo formação em nível superior para funções que antes podiam ser exercidas apenas com o curso normal, de nível médio, e um curso de aperfeiçoamento, foi grande a demanda de diretores de escolas e supervisores para as habilitações, além de professores que lecionavam, sem a devida habilitação, nas escolas normais.

5.3. 2 Matemática

A administração do IIES-FFCL de Presidente Prudente encaminhou ao consultor de Matemática do CEE parecer justificando a necessidade de se criar o curso de Matemática, em 1961. Em 27/12/62, pelo Parecer 354 do CEES (Conselho Estadual de Ensino Superior), o curso de Matemática foi autorizado e começou a funcionar em 1963. As disciplinas para esse curso, segundo o Parecer CFE 295 de 14 de novembro de 1962, eram Desenho Geométrico e Geometria Descritiva, Fundamentos de Matemática Elementar, Física Geral, Cálculo Diferencial e Integral, Geometria Analítica, Álgebra, Cálculo Numérico, além das matérias pedagógicas de acordo com parecer 292 de 04/11/1962. A carga horária era, no mínimo, 2.200 horas, em, no mínimo, 3 anos e, no máximo,7 anos.

Pelo Decreto 49.973 de 12/07/68 do governador Roberto Costa de Abreu Sodré o curso seria reconhecido.

5.3.3 Ciências Sociais

Em 10/09/1962, pelo Processo 20.879/62, o diretor do IIES-FFCL de Presidente Prudente, professor Bonilha, solicitou a autorização ao CEES para a criação do curso de Ciências Sociais. O Parecer 354/62 do CEES, de 13/11/62, autorizou a criação e o curso começou a funcionar a partir de 1963. As disciplinas do curso eram: 1º ano - Sociologia Geral, Antropologia, Etnologia Geral, Geografia Humana e Econômica, História Econômica, Política e Social (Geral), Complementos de Matemática, Fundamentos Filosóficos das Ciências Sociais; 2º ano - Sociologia, Antropologia, Etnolingüística, Economia Política, Filosofia das Ciências, Psicologia Geral e Social, Estatística Geral, Política (Introdução e História das idéias); 3º ano - Sociologia, Antropologia, Etnografia do Brasil, História Econômica, Política e Social (Brasil), Metodologia e Técnica de Pesquisas, História das Doutrinas Econômicas, Estatística Aplicada, Política (Instituições Políticas Brasileiras); 4º ano, duas disciplinas optativas para bacharelado e disciplinas obrigatórias do Curso de Didática, para as licenciaturas..

O curso foi reconhecido em 12/06//1968, pelo mesmo Decreto Estadual 49.973/68 que reconheceu o curso de Matemática.

5.3.4 Ciências

Pelo Decreto Estadual 50.479 de 2/10/1968, o Governador Abreu Sodré autorizou o curso de Licenciatura em Ciências 1º ciclo. A primeira turma iniciou suas aulas em 28 de março de 1969. Era um curso de três anos de duração, em regime semestral, com vestibular duas vezes ao ano.

O reconhecimento aconteceria pelo Decreto Federal 73.451 de 14/01/1974 do Presidente da República Emílio G. Médici e Ministro da Educação Jarbas Passarinho.

Em 1975, a Resolução - CFE 37 de 14/02 determinou que fossem criados cursos de habilitação em Ciências para lecionar no 1º grau, com, no mínimo, 1800 horas - dois a quatro anos e habilitações específicas em Matemática, Química, Física, e Biologia para o 2º grau , com mais 1000 horas. Determinou, pela Resolução - CFE 30/74, que as licenciaturas únicas fossem transformadas. Determinou, ainda, que a instituição submetesse a alteração ao conselho competente.

Por determinação legal, o IIES—FFCL de Presidente Prudente, que tinha licenciatura única de Matemática, transformou-a, criando habilitação em Matemática, 2º grau, com 1.000 horas de duração, para quem já tivesse Licenciatura em Ciências para 1º ciclo, o que, ao final, daria os mesmos quatro anos anteriores, porém com mais de uma habilitação, ampliando o campo de trabalho do licenciado. O currículo mínimo para esses cursos de complementação, segundo Portaria 46 de 26/02/65, seria Matemática, Física experimental e geral, Química (geral, inorgânica, analítica, orgânica), Ciências Biológicas (Biologia geral, Zoologia, Botânica), Elementos de Geologia, Desenho Geométrico e matérias pedagógicas, de acordo com o Parecer CFE 292/62.

Parecer 1.046/75 da CGT (Comissão Geral de Trabalho), Conselheira Amélia Americano Domingues de Castro, publicado no Diário Oficial da União 5/04/75, aprovou a reestruturação dos cursos: Ciências, com habilitação em Ciências e Matemática para o 1º grau. Determinou que a conversão de Ciências e Matemática fosse de acordo com a Indicação do CFE 51/74.

A instituição solicitou autorização para criar o curso de Ciências no período noturno. A autorização foi dada em 15 de 01 de 1975, para uma turma de 40 alunos, condicionando o funcionamento ao não aumento de despesas. Em outras palavras, os professores, que eram contratados por jornada teriam uma parte maior de sua jornada dedicada à docência pelo mesmo salário. E eles aceitaram.

Com a reestruturação, o aluno faria a licenciatura curta e, se desejasse prosseguir estudos, faria a complementação, com apostilamento no próprio diploma.

Na IIES-FFCL de Presidente Prudente, porém optou-se pela expedição de diplomas separados. Assim, quem fazia Licenciatura em Ciências teria um diploma e, se complementasse com Matemática, teria outro.

Segundo o professor Augusto Litholdo (1985), havia planos de se criarem cursos de Química, Física e Biologia, Agronomia, planos interrompidos com a criação da UNESP, em 1976.

5.3.5 Estudos Sociais

O curso de Estudos Sociais, licenciatura para o 1º grau, com três anos de duração, também em regime semestral, foi autorizado em publicação da Portaria CESESP (Coordenadoria de Ensino Superior do Estado de São Paulo) nº 1 de 15/01/75, e Parecer CEE 1.046/75 no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 15/01/1975.

Tal autorização estava fundamentada no Comunicado CFE 45 de 03 de abril de 1968, que dispunha sobre o currículo para Licenciatura em Estudos Sociais 1º ciclo. Esse comunicado determinava também que, enquanto não houvesse professores com licenciatura plena de História e Geografia em número suficiente e, sempre que se registrasse a falta deles, os habilitados em Estudos Sociais poderiam, com autorização, ministrar essas aulas no 2º ciclo.

Em razão desse comunicado, e pela falta de professores habilitados, a demanda era grande, o que justificava a criação desse curso no IIES-FFCL de Presidente Prudente, que começou em 1975.

Decreto Federal nº 83.022, de 11 de janeiro de 1979, assinado pelo Presidente da República Ernesto Geisel, reconheceu o curso de Estudos Sociais da ex-Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente, já integrada à UNESP.

Parecer CFE 1046/75 da CGT, Conselheira Amélia Americano Domingues de Castro, publicado no Diário Oficial 5/04/75, que aprovou a reestruturação dos cursos de Ciências e Matemática para o 1º grau, aprovou também a transformação dos cursos de licenciatura única de Geografia e Ciências Sociais que existiam.

Tal transformação vinha atender totalmente determinação da Indicação CFE 51/74. Com a criação do curso de Estudos Sociais, o formado nesta licenciatura poderia prosseguir estudos, fazendo licenciatura para o 2º grau em Geografia ou em Ciências Sociais, no próprio IIES - FFCL de Presidente Prudente, ou História, em outra instituição que oferecesse esse curso.

5.3.6 Outros cursos

Além dos cursos regulares, o IIES-FFCL de Presidente Prudente ofereceu vários cursos de extensão cultural que eram divulgados na imprensa e que tinham grande procura por professores da rede pública estadual de ensino.

Os CADES (Curso de Aperfeiçoamento de Docentes do Ensino Secundário)[47] foram oferecidos pela instituição, conforme lembra Maria Kimie Koyanagui Horimoto (2003). Havia necessidade de professores para o ensino secundário e os que as faculdades iam formando não eram suficientes para suprir a falta de professores para as muitas escolas que, a partir da década de 1960, eram abertas. Com um curso, de dois meses de duração, em que o aluno tinha que demonstrar pelo menos domínio dos conteúdos, ele recebia

[47] Era um curso que durava dois meses oferecido pelas FFCL, com o objetivo de expedir um certificado com o qual o professor não habilitado poderia, em caráter precário, lecionar no ensino secundário, quando não houvesse professores habilitados, o que, conforme Leite (1972), na região chegava perto de 70%.

um certificado com o qual teria autorização para lecionar, na falta de professor habilitado. Segundo Horimoto (2003), o exame final desse curso era muito difícil. Muitos não conseguiam a aprovação. Muitos alunos não conseguiam fazer o curso todo, e as provas mensais, que eram obrigatórias, eliminavam muitos. Quem conseguiu fazer esses cursos até o final, segundo Horimoto (2003) demonstraria ter muito conhecimento, uma formação sólida.

Esses cursos extracurriculares serviam para a faculdade se projetar no meio educacional. Com base nisso é que o professor Bonilha (2001), avalia o conhecimento e a aceitação da instituição pela comunidade:

> Aqueles cursos de extensão universitária que foram realizados aqui durante o período em que eu fui responsável pela direção da escola, eles contaram com uma influência, uma audiência extraordinária, eram quinhentas pessoas, duzentas pessoas, que se inscreviam naqueles cursos, precisava abrir os salões na Prefeitura para abrigar tanta gente, não é? E movimentavam palestras, conferências, sempre com grande audiência, acho que eles nunca viram tantos cursos ao mesmo tempo aqui e a região toda tomava parte, participando nessa efervescência cultural.

Os jornais informavam a realização desses cursos de extensão com muita freqüência, e não só nos primeiros anos, mas até 1975, o que indica que era grande o interesse dos professores por eles.

5.4 Administradores

Durante sua existência, o IIES-FFCL de Presidente Prudente teve sete diretores, conforme pude comprovar em arquivos oficiais da UNESP-FCT de Presidente Prudente. Eles, conforme publicações da imprensa local, e do Diário Oficial do Estado de São Paulo, eram nomeados por decreto pelo governador do Estado. Segundo Teixeira (2003) o critério para a escolha de quem seria nomeado era a indicação por professores que tinham influência sobre o governo. Mesmo o professor José Ferrari Leite, que tinha a aprovação da maioria dos professores locais, dependeu de indicação do diretor anterior.

Outra característica que todos os diretores tinham, durante o período de ditadura, segundo Teixeira (2003), era a formação na Escola Superior de Guerra[48].

5.*4.1 Joaquim Alfredo da Fonseca*



(UNESP-FCT de Presidente Prudente)

Em abril de 1958, o governador Jânio Quadros designou o Prof. Dr. Joaquim Alfredo da Fonseca, catedrático da PUC de São Paulo, formado na USP, para verificar as condições para instalação do IIES-FFCL de Presidente Prudente.

Nomeado em 03 de agosto de 1958, por ato do governador Jânio Quadros publicado em 06 /08/1958, Joaquim Alfredo da Fonseca foi o diretor que teve o grande mérito de instalar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente, em tempo exíguo, sem que o município tivesse cumprido sua parte: doar o terreno e o prédio para que a faculdade funcionasse. Seu período na direção foi de 6 de agosto de 1958 a 20 de março de 1962.

Segundo Abreu (1989), o fato de, diferente dos demais IIES do Estado de São Paulo, o de Presidente Prudente ter sido instalado por um professor da PUC e não por um professor da USP, em razão de desentendimentos do governador Jânio Quadros com os uspianos, resultou num começo desfavorável para a escola.

[48] De 11 a 25 de janeiro de 1971, Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra realizou um simpósio durante o ciclo de conferências promovido pela no IIES-FFCL de Presidente Prudente. Houve, também participação do Exército no Congresso Nacional de Geógrafos, em 1972.

Depoimentos de professores (PEREIRA, 1997) e alunos (PERUCCI, 2004)[49] confirmam o autoritarismo do diretor, que dificultava o cotidiano da faculdade.

O Governador Jânio Quadros indispôs-se, várias vezes com uspianos que opinavam contra os IIES-FFCL. Em dezembro de 1957, o professor Mario Schemberg que teceu considerações sobre a falta de verbas para a pesquisa, foi repreendido publicamente, resultando o atrito na entrega de cargos, entre eles, Antonio Augusto Soares Amora, já nomeado diretor do IIES-FFCL de Assis. Em fevereiro de 1958 o governador reconduziria todos os diretores. Foi neste momento de crise, quando ainda não tinha nomeado nenhum diretor para Presidente Prudente, que o governador decidiu por alguém que não era da USP, "[...] mas da PUC de São Paulo, de grande presença nos meios católicos, mas pouco adequado administrativamente ao sistema das IIES."(VAIDERGORN 2003, p.178), conforme seria comprovado. Segundo Abreu (1989), dentro da faculdade havia dissensões entre professores e diretor, aliando-se uns e outros a facções da comunidade, não faltando a participação do clero local. Isso teria agravado os problemas da busca de instalações da faculdade e do fortalecimento da instituição no contexto social prudentino. Além disso, não era fácil para o diretor esquivar-se dos que, com apadrinhamento político, por serem considerados intelectuais da terra, pretendiam compor o corpo docente da escola.

Uma sindicância instaurada na instituição, envolvendo o diretor Joaquim Alfredo da Fonseca, segundo Bonilha (2001) o teria levado a pedir demissão, desligando-se do IIES-FFCL de Presidente Prudente em 20 de março de 1962.

Pelos jornais da época, tem-se conhecimento de que alunos e direção não se entendiam bem. Em *O Imparcial* de 10/11/1960, página 03, o vereador Ivan Nogueira de Almeida denunciou "[...] atos ilegais que estariam sendo praticados pelo diretor da Faculdade de Filosofia, prof. Joaquim Alfredo da Fonseca.".

[49] Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima., Presidente Prudente, 03 /03/2004.

Nota de *O Imparcial,* de 12 de novembro de 1960, informou que os alunos haviam se reunido na sede da Associação Comercial e Industrial onde expuseram os problemas "[...] que os afligiam e a A.C.I. hipotecou 'inteiro apoio aos estudantes universitários ameaçados agora pela desorganização que campeia na Faculdade de Filosofia.'".

No jornal *A Voz do Povo,* de 13 de novembro de 1960, Silvio Roncador, com o artigo *Grave Crise envolve a Faculdade de Filosofia,* informou que era grave a situação da faculdade, razão pela qual trazia o problema a público:

> A historia merece a abertura de um novo capítulo que retratasse a vileza de espíritos mercenários que para satisfação de ambições pessoais não hesitam em prejudicar a vida de uma entidade que representa uma das mais acalentadas aspirações de Presidente Prudente.
>
> **Curso especial Sobre "Como não Administrar"**
>
> A basear-se nas informações prestadas pela acadêmica Lucile Elias a nossa Faculdade tem estado acéfala durante seu maior tempo de existência. As irregularidades começam pelo acumulo de cargos por professores. Preocupados com suas disciplinas das quais são especialistas alguns professores, por imposição da direção do estabelecimento são obrigados a tomar outras cadeiras sob sua responsabilidade.
> Para situar bem o clima de desorganização imperante basta informar que a maioria das provas realizadas pelos alunos no mês de junho encontra-se até agora sem resultado. [...]
> O diretor [...] pouco comparece à sua Escola, chegando a permanecer ausente dela por um período de 27 dias seguidos.[...]
> Por indicação da direção muitos professores efetivos em outros estabelecimentos encontram-se ministrando aulas na Faculdade em flagrante irregularidade.
> E agora, para envilecer ainda mais a administração denuncia a representante do Centro Acadêmico "3 de Maio" que teve início a onda de empreguismo na Escola com o preenchimento de cargos por elementos considerados incapazes para os mesmos e sob critério incompatível com a importância de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.[...] Joaquim Alfredo da Fonseca nomeou vice-diretor o prof. Max Boudin, mas em contrapartida não lhe ofereceu a mínima condição de trabalho. Tudo está enfaixado nas mãos do diretor e os menores problemas surgidos na sua prolongada ausência não podem ser solucionados sem a sua rara presença. [...] E para servir de marionete não teve escrúpulos a direção, escolhendo um mestre da estatura do prof. Max Boudin, que evidentemente, não desempenhou o papel.
> A inamadosidade (sic) entre os lentes é deplorável, segundo informações que colhemos alhures. Não há clima de respeito. Até os mestres trocam ofensas que fariam corar um frade de pedra.
> Reina [...] um diz-que-diz-que incompatível com o prestigio da escola de cultura universitária.
> Pede-se a cabeça exclusivamente do diretor da faculdade, que é sem dúvida o responsável por essa situação, mas na análise fria do caso [...] outros igualmente contribuíram para o desprestigio da nossa escola.

O desentendimento entre o Centro Acadêmico “3 de Maio”, e a administração da faculdade, que resultaria em sindicância, com pedido de demissão do diretor e nomeação provisória do professor José Fernandes Martins Bonilha em 21/03/1962, teria como causa principal era sua intransigência e resistência em nomear um vice-diretor, para suprir suas ausências constantes, o que acabou tomando proporções que alcançou os jornais (*O IMPARCIAL*,12/11/1960).

Marcos Alegre (2001) informou, também, que, antes de ele vir para Presidente Prudente, no período de crise que resultou na demissão do diretor, “Chegou a haver um momento aí de um professor puxar o revólver para querer atirar no outro. Era uma época bastante complicada.”.

Nos arquivos da UNESP-FCT de Presidente Prudente, há cópias de correspondência assinada pelo diretor Joaquim Alfredo da Fonseca, de 16 de dezembro de 1961, dirigia ao Senhor Auditor da Secretaria da Fazenda, em resposta à informação 1/61, de 31.08.61. Nela o diretor fez um histórico das verbas que recebeu para instalação da faculdade, quem foram os funcionários que cuidavam das finanças e esclareceu as razões da emissão de empenhos[50] *a posteriori.*

Com base em publicações dos jornais, foi possível saber que o padre Antonio Barata havia se pronunciado a favor do diretor em uma questão e, segundo o regulamento da instituição, nenhum professor ou funcionário podia se manifestar, fosse contra ou a favor em questões que envolvessem a direção.

Segundo Bonilha (2001), a crise teria se avolumado, quando, depois de terem sido nomeados o primeiro e o segundo professor-assistente [51], Manoel Lelo Bellotto e

[50] Todo pagamento que uma instituição pública realiza deve, legalmente, ter o seguinte procedimento: o fornecedor ou prestador de serviço apresenta a nota fiscal ou recibo, o contador faz o empenho, com a mesma data da nota ou recibo, este empenho é enviado à tesouraria, que efetua o pagamento.

[51]Professor assistente era o professor auxiliar e substituto de outro professor. No caso do IIES-FFCL de Presidente Prudente, o diretor, que também era professor, era, freqüentemente, substituído por seu assistente.

Petrônio de Mattos Coutinho, o diretor nomeou o terceiro assistente, o padre Antônio Barata, professor de Psicologia ligado à PUC.

Um médico de Presidente Prudente, pretendendo ser nomeado assistente, teria iniciado um movimento para desestabilizar o padre Antonio Barata, em cumplicidade com o aluno presidente do Centro Acadêmico, em troca da promessa de conseguir tratamento nos Estados Unidos para seu filho doente. A situação tornou-se insustentável, vindo o presidente do Centro Acadêmico a demitir-se do cargo. O Conselho Estadual de Educação enviou para Presidente Prudente uma comissão para apurar o caso, resultando na demissão do professor, segundo depoimento de Bonilha (2001). Essa crise é que teria levado o diretor a demitir-se, visto que o processo todo levou à desmoralização do corpo docente.[52]

Segundo O Imparcial, de 20 de novembro de 1960, página 3, o problema doméstico ganhou as ruas porque os alunos haviam rejeitado tratar do assunto com o presidente do Centro Acadêmico e também porque o diretor raramente estava presente, pois devia "[...] obrigatoriamente, integrar o corpo docente de uma universidade na Capital, pois seus vencimentos como diretor eram praticamente simbólicos."

Segundo Teixeira (2003), havia sempre vários padres compondo o corpo docente da instituição e tinham uma influência marcante. Quando começaram a entrar professores não ligados a correntes religiosas, teriam começado a surgir conflitos internos. Alguns ficavam satisfeitos e outros, insatisfeitos dependendo da ala a que pertenciam.

Segundo Pereira (1997), que era professor na instituição na época, o IIES - FFCL de Presidente Prudente, em razão do desentendimento de Jânio Quadros com o pessoal da USP, foi o filho espúrio. Improvisou tudo "[...] mandou para lá como diretor o Fonseca que, por sua vez, leva consigo seus ex-alunos e dois padres e com isso formou a Faculdade.".

[52] Bonilha informa que o processo resultou em prisão de um professor. Não encontrei mais informações sobre esse fato. Nos primeiros anos, o médico que compunha o corpo docente era Luiz Ferraz Sampaio, o mesmo que era prefeito em 1960. Não pude saber se o médico envolvido era ele.

Ainda segundo Pereira (1997), por ser muito arbitrário e difícil de lidar, seria difícil Fonseca se manter à frente da instituição. Preferiu demitir-se.

Durante sua gestão, em março de 1962, começou a funcionar o curso de Didática, complementação para os que concluíam o terceiro ano de Pedagogia ou Geografia e desejavam ser licenciados.

5.4. 2 José Fernando Martins Bonilha



(UNESP-FCT de Presidente Prudente)

Professor José Fernando Martins Bonilha, contratado pelo diretor Joaquim Alfredo da Fonseca, em 1961, assumiu a direção da escola em 21 de março de 1962, até que novo diretor fosse nomeado pelo governador, ficando na direção até 12 de Junho de 1963.

A preocupação de Bonilha, segundo suas próprias palavras e segundo depoimentos dos que trabalharam na instituição neste período, era dirimir aqueles conflitos existentes entre alunos e direção, agilizar o reconhecimento da faculdade para dar legalidade aos cursos existentes e aos que seriam criados e definir a localização definitiva da faculdade.

Foi durante sua gestão que se realizou um projeto de divulgação dos cursos oferecidos pelos Institutos Isolados de Ensino Superior, ao qual Carlos Perucci (2004), ex-aluno da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente, então aluno do Instituto Estadual de Educação Fernando Costa se referiu. Tratou-se de uma campanha

realizada em conjunto pelos IIES de Presidente Prudente, Marília e Assis, em toda a Alta Sorocaba, Média Sorocabana e Alta Paulista,

> [...] durante seis meses levando às escolas primárias, às escolas secundárias [...] os objetivos de nossa escola, o que nossa escola oferecia para os alunos. Então houve uma afluência muito grande e ela cresceu bastante. Esse processo todo de democratização do ensino superior foi cortado com a implantação do regime discricionário.[53] (BONILHA, 2001).

Observando o número de inscritos nos exames vestibulares de 1963 [54]em diante é possível comprovar um significativo aumento da demanda, resultado da campanha feita pelos três diretores.

Em 29 de janeiro de 1963, pelo Decreto 41.595, durante sua gestão, foi aprovado, pelo governador, o regulamento da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente.

Segundo Bonilha, ele deixou de ser diretor porque quis, pois havia rompido com o então governador Adhemar de Barros.

5.4.3.Hygino Aliandro



(UNESP-FCT de Presidente Prudente)

O professor Hygino Aliandro, lingüista, era cunhado do diretor do Instituto Isolado de Ensino Superior de Assis, professor Antonio Augusto Soares Amora, que o teria indicado para diretor do IIES-FFCL de Presidente Prudente. Por decreto de 12 de junho de

---

Todas as vezes em que Bonilha se referiu ao período de repressão, denominou-o discricionário, arbitrário.

[54] No Capítulo 6 encontram-se dados sobre a demanda nos 17 anos de existência do IIES-FFCL de Presidente Prudente

1963, o governador o designou diretor. Assumiu a direção em 13 de junho de 1963, ficando até 02 de agosto de 1964.

As mudanças que Hygino Aliandro operaria segundo Teixeira (2002) seriam superficiais. Agia com prepotência, sustentada pela importância de seu dicionário de inglês-português/ português-inglês.

Como ele continuaria dando aulas na USP, tendo que viajar sempre, às vezes só era encontrado na faculdade nos finais de semana. Sua primeira medida, segundo Teixeira (2003) foi designar seu filho para tomar conta da faculdade. Ele fazia o que queria, não tinha a medida do que é público e do que é privado, usava o carro da faculdade para assuntos particulares, causando comentários na cidade, provocando problemas de relacionamento com a comunidade, conforme Teixeira (2003) e Carlos Perucci (2004).

Pereira (1997) que foi professor no IIES-FFCL de Presidente Prudente de 1960 até meados de 1963, disse que um dos motivos pelos quais aceitou o convite do prof. Schaden, seu antigo orientador, para voltar a suas pesquisas em São Paulo, o que precipitou sua decisão de sair de Presidente Prudente foi Hygino Aliandro, que provocava um clima terrível na instituição com sua arbitrariedade. Pereira alega que não estava disposto a suportar outro diretor igual ao Fonseca.

O grande apoio de Aliandro na cidade era o representante de Adhemar de Barros, Antonio Almeida Santos, um comerciante. Tudo que acontecia na escola tinha que passar por ele. A ala da igreja parecia demonstrar aceitação.

Ainda segundo Teixeira (2003), que, então, era presidente do Centro Acadêmico “3 de maio”, os alunos e também alguns professores faziam resistência à direção. Lembra que quando a polícia quis invadir o Centro Acadêmico, o diretor Hygino Aliandro não permitiu que a polícia subisse ao 4° andar, onde ele funcionava. Tão arbitrário como era,

não ficaria bem se permitisse que a instituição que ele dirigia fosse invadida. Assim, não permitiu que a polícia tivesse acesso a

> [...] uma série de coisas que tinha ali no C.A. que às vistas da polícia era uma coisa horrorosa [...] Eu acho que nisso ele foi bom, foi positivo, mas no resto o Hygino não fez nada. Ele até me deu um aviso para tirar os cartazes da reforma agrária, da luta contra a repressão.

Segundo Horimoto (2003), funcionária da instituição desde junho de 1962, havia três processos que entidades da cidade, uma dela o Tênis Clube, moviam contra o diretor Hygino Aliandro. O teor de tais processos ela nunca soube, mas, segundo ela, era em decorrência da forma rígida de conduzir a instituição e de ter rompido com aqueles que queriam interferir nos destinos da escola, por ser muito autoritário.

Ainda segundo Horimoto (2003), professor Hygino Aliandro regularizou o contrato de professores e funcionários, inclusive o dela, quanto a apagamentos atrasados, e deu-lhe o cargo de auxiliar de secretário.

Segundo publicação de *O Correio da Sorocabana,* edição comemorativa do Cinqüentenário de Presidente Prudente, em 1967, o diretor Hygino Aliandro baixou, em 19 de agosto de 1963, logo que assumiu a escola, a portaria 42/63, Regulando Atribuições de Funcionários Administrativos.

Segundo os jornais, o diretor Hygino Aliandro se desentendeu com o padre Antonio Barata e chegou a afirmar que enquanto ele fosse diretor, Barata não entraria na faculdade.

Quaglio (2002) afirma que o padre Antonio Barata, seu professor, um homem sério, já com mais de cinqüenta anos, dizia, na sala de aula, que ele “[...] era da cozinha do governador Adhemar de Barros”, querendo dizer que era íntimo dele. Antonio Barata morava em Presidente Prudente, mas tinha vindo de São Paulo. O fato é que padre Barata continuaria na instituição até 1966. Já o professor Hygino Aliandro seria demitido.

5.4.4 Sylvio Fernando Paes de Barros



(UNESP-FCT de Presidente Prudente)

Para "[...] restabelecer o clima de ordem e disciplina [...]"(CORREIO DA SOROCABANA, 1967) da faculdade, o governador, por ato de 07 de agosto de 1964, nomeou um interventor[55], Sylvio Fernando Paes de Barros, Juiz de Direito da Primeira Vara da Comarca de Presidente Prudente, que assumiu , em 3 de agosto, a direção da escola, onde assumiu também uma cadeira.[56] Ficaria na direção até 22 de novembro de 1966.

Segundo Teixeira (2003), então aluno do curso de Geografia, o Dr. Sylvio, mais sensato que o diretor anterior, foi acalmando os ânimos, articulando as várias forças e ajudando a andar as pesquisas, melhorou o acervo e a organização da biblioteca. As brigas que se travavam com a comunidade, especialmente com os pais, foram diminuindo.

Ao falar sobre esse diretor, Marcos Alegre (2001) diz:

> [...] este cidadão, Juiz de Direito, cidadão boníssimo, formidável, não parecia interventor. Na verdade, ele teve que aceitar o cargo que lhe foi imposto, mas ele trouxe consigo, como homem de confiança, o secretário, que foi nomeado pelo próprio governador do estado para o cargo. Ele era o único elemento estável dentro da faculdade, então, na verdade, era ele quem dirigia a Faculdade, e fazia isso como se os professores fossem inimigos, e a faculdade, uma escola primária.

Segundo Alegre (2001), esse funcionário, secretário geral, é que dificultava, emperrava mesmo, o cotidiano da faculdade envolvendo-se em questões

---

[55] A nomeação de interventores foi uma prática muito freqüente nos períodos de ditadura. Era um representante de confiança do governo golpista, que era posto em posições de comando em repartições públicas, sendo afastados os que tinham o comando antes do golpe, tratava-se, sempre de uma função provisória, até que a ordem, do ponto de vista do regime ditatorial, fosse restabelecida. O papel do interventor era intervir na organização até que ela se enquadrasse aos moldes que desejava o Poder Central.

[56] Paschoal Quaglio, que então era aluno, afirma que o que se ouvia como razão para a intervenção era que teria havido ali um problema de funcionário, desvio de verba. Não consegui mais informações sobre isso.

pedagógicas que não eram da sua alçada. E o juiz, ainda segundo Alegre (2001) só acreditava no que João Batista Camargo[57] dizia.

Muitas vezes o diretor ia para São Paulo, pois tinha que despachar junto ao Conselho Estadual, tratar dos problemas da escola. Como também tinha que ir ao Palácio da Justiça para tratar de assuntos do seu cargo de juiz, às vezes, voltava sem ter ido ao Conselho Estadual de Educação. Foi, também, um período difícil que durou até novembro de 1966 quando o professor José Ferrari Leite foi nomeado diretor.

Segundo Quaglio (2002) os funcionários tinham que levar ao fórum a papelada para o diretor assinar, ou ele aparecia na faculdade sempre no fim da tarde. Marques (2003), que era motorista da faculdade, diz que, com a mudança de diretor, as coisas melhoraram, pois com o vice-diretor que o juiz nomeou, o professor José Ferrari Leite, ele assumia algumas funções. “Todo mundo pensava que eu era motorista do Fórum, porque eu estava sempre com o juiz. Chegamos a ficar de segunda a sexta sem ir à faculdade.”, acrescenta Marques.

Na opinião de Teixeira (2003), então aluno, mesmo exercendo dupla função Sylvio Fernando Paes de Barros foi bom, pois respeitava o movimento estudantil, respeitava os professores.

Ele adquiriu um Laboratório de Física importado da Suíça e iniciou a construção da Estação Meteorológica.

Segundo *O Correio da Sorocabana,* “Com a casa perfeitamente em ordem, solicitou exoneração do cargo”. Tinha, então, que escolher um nome para ser o próximo diretor. Segundo Teixeira (2003), o diretor deu oportunidade para que os grupos mais críticos de professores e alunos se manifestassem, para decidir sobre o nome do diretor que ele indicaria.

[57] Em 1973, João Batista Camargo comporia o corpo docente do IIES-FFCL de Presidente Prudente. Não consegui saber por que caminhos eles chegou à docência.

5.4.5 José Ferrari Leite



(UNESP-FCT de Presidente Prudente)

Por decreto de 23 de novembro de 1966, assumiria a direção da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras e ficaria até 13 de agosto de 1971.

Com a entrada do professor José Ferrai Leite, a faculdade *deslanchou*, disse Marques (2003). Também Marcos Alegre (2001), que foi nomeado vice-diretor de Ferrari, diz que com ele as coisas começaram a melhorar. Também Abreu (1989), tratando das relações da faculdade com a comunidade, fala que "[...] a partir do quinto diretor, com uma postura mais isenta é que as relações melhoraram".

Alegre (2001) lembra as dificuldades de Ferrari com o secretário geral, João Batista Camargo, *herança* do juiz.

> O Ferrari era muito ativo, talhado para o cargo, mas teve que amargar a presença do secretário que ficou porque era estável. Mas o novo diretor cortou um pouco as asas dele, e, com isso, arranjou um ferrenho adversário. Todo documento nosso passava pelo Conselho, às vezes até para discutir questões de recursos. O Ferrari conseguiu resolver muitos problemas deixados pelo diretor anterior, sobretudo, aqueles referentes ao pessoal docente ou administrativo. E mesmo de instalações. Eu não sei bem porque, mas havia muita desconfiança, em especial em termos de gastos. Nós íamos à Secretaria da Fazenda, mas o que faziam de interrogatório, para ver onde a gente colocava o dinheiro, "precisa mesmo"? Eles pegavam lá na Secretaria da Fazenda, a ficha, "vocês têm tantos professores, tantos alunos, portanto, o que vocês pedem é muito".

Segundo Horimoto (2003), professor José Ferrari Leite destituiria Camargo da função, e a designaria secretária.

Marques (2003) diz que funcionários *passavam um cortado* na mão do Ferrari. Ela era muito exigente com eles. Diz, ainda, que a faculdade deve tudo a ele, pois foi ele quem garantiu, com a construção do prédio, o nome da faculdade na cidade.

Segundo Vaidergorn (2003), o fato de os diretores despacharem diretamente junto ao governador, dava-lhes uma aparência de poder, mas era "[...] uma dependência mendicante [...] em relação aos governantes a fim de se conseguir qualquer coisa, principalmente verbas." (p.231).

De fato, o que José Ferrari Leite conseguiu - de toda a área de 7.690 metros quadrados construída durante a existência do IIES - FFCL de Presidente Prudente, 4.770 foram construídos durante a sua gestão. Dependeu de muita insistência junto ao governo, que sempre atendia a uma solicitação como se fosse uma dádiva, um favor ao povo prudentino e não função de Estado.

Marcio Teixeira (2003) lembra que José Ferrari Leite tinha apoio dos colegas, pois um grupo do qual fez parte Manoel Lelo Bellotto, Marcos Alegre, Tereza Marini, Alvanir de Figueiredo, Jairo Candido de Mello entre outros, ajudaram bastante, somaram num movimento para melhoria da faculdade e apoiaram a indicação do novo diretor. Foi, portanto, mais ou menos consensual a indicação do professor José Ferrari Leite para a direção da escola.

Também o problema de abastecimento de água para a instituição foi resolvido durante sua gestão, com a perfuração de um poço semi-artesiano, em 1969.

Durante sua administração, Leite fez contatos com a Secretaria da Educação para que a ginásio de aplicação fosse instalado junto à faculdade, onde os universitários das licenciaturas aplicariam os métodos didáticos mais modernos, dos quais tomariam conhecimento nas aulas teóricas, promovendo, assim, aos alunos um ensino aprimorado,

dentro das mais recentes descobertas didático-padagógicas. Infelizmente esse ginásio nunca seria instalado.

Os projetos para a faculdade, comungados por todos e pelos quais Leite lutou, ainda conforme boletim informativo de agosto de 1970, eram criar e instalar o curso de Letras, equipar os laboratórios, prosseguir no programa de construções e publicar e divulgar os trabalhos científicos realizados na instituição.

Márcio Teixeira (2003) informa que sua turma de Geografia havia feito uma excursão a Campo Grande e, quando chegou, o professor José Ferrari Leite tinha sido demitido da função de diretor[58] e, em seu lugar, havia sido nomeado o professor Augusto Litholdo. Os alunos nunca souberam a razão da demissão e Marcio Teixeira, mesmo depois, também, não saberia.

5.4. 6 Augusto Litholdo



(UNESP-FCT de Presidente Prudente)

O professor Augusto Litholdo, formado em Teologia, em seminário protestante, conforme depoimento Teixeira e Marques (2003), e em Filosofia, lecionava Filosofia e História da Educação no IIES-FFCL de Presidente Prudente. Assumiu a direção da instituição em 14 de agosto de 1971, ficando até 12 de agosto de 1975. Durante sua gestão,

[58] Segundo a legislação, o máximo permitido para o mandato de diretor seriam quatro anos, e Leite já tinha mais de quatro anos na função.

construiria, em 1973, o prédio Docente II e o prédio da Biblioteca e Documentação, uma área de 2.911 metros quadrados.

Foi em sua gestão que, com a compra da chácara vizinha do prédio da instituição, o terreno totalizou 12 alqueires e 6.522,50 metros quadrados.

Marques (2003), que conviveu com Litholdo, disse que ele não tinha iniciativa como o diretor anterior. Também Teixeira (2003) diz que ele era muito reticente diante dos constantes problemas que enfrentavam, naqueles anos de repressão.

Aluna Magaly João da Silva (2004)[59], que foi sua estagiária, também se lembra da forma introspectiva de ser do diretor, que nunca alterava a voz. Só se percebia que estava preocupado, porque nessas ocasiões, ficava caminhando, em círculo, em volta do prédio.[60]

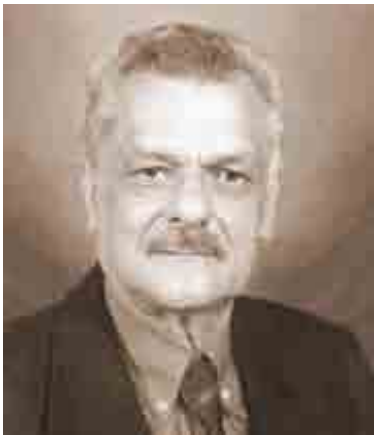
Foi durante a gestão de Litholdo que o IIES-FFCL de Presidente Prudente organizou o Primeiro Encontro Nacional de Geógrafos pela Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB), ao qual compareceram cerca de 800 pessoas, vindo geógrafos estrangeiros, e participação do Exército, a Marinha e a Aeronáutica como expositores.

Foi durante sua gestão que foi reconhecido o curso de Estudos Sociais e o quadro de funcionários foi ampliado, passando de 41, em 1971, para 79, em 1975.

Em seu discurso, na posse do diretor Alvanir de Figueiredo, fez um retrospecto de sua gestão. “Foi uma fase de implantação de estrutura, que se completou com a construção do 2º bloco do corpo docente, biblioteca e várias reformas no conjunto já existente.” (*O Imparcial* 14/08/1976. p. 1)

[59] Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima, 20/07/2004.
[60] O período em que ele foi diretor foi também o período sobre o qual as pessoas entrevistadas menos falaram.

5.4. 7 Alvanir de Figueiredo



(UNESP-FCT de Presidente Prudente)

O professor Alvanir de Figueiredo assumiu a direção da faculdade em momento crucial, quando já se falava em mudanças que viriam, embora ninguém soubesse quais seriam. Foram apenas cinco meses de gestão no IIES -FFCL de Presidente Prudente, pois assumiu a direção em 13 de agosto de 1975 e, em 31 de janeiro de 1976, seria criada a UNESP. Continuaria como diretor da unidade da UNESP até 5 de agosto de 1979.

Teixeira (2003), então professor, lembra do papel fundamental de Figueiredo na construção no campo das idéias, pessoa brilhante que foi à frente da instituição no doloroso período após a criação da UNESP.

Marques (2003) sobre ele diz, “Esse era um pai. Arrumava tudo”, referindo-se à preocupação e atenção do diretor a todos os detalhes.

Alegre (2001), então vice-diretor da instituição, lembra-se das lutas para conseguir verbas para a unidade:

> Duas vezes fomos conversar, por exemplo, diretamente com o Sodré, que era governador na época, quando nós compramos o terreno no qual se expande hoje a nossa escola. [...] Mas foi preciso muito trabalho, muita política, como sempre acontecia na época, tudo era muito complicado.

Sobre ele, Alegre (2001) diz também:

> Alvanir, com jeito assim meio desligado, grande colega e amigo sempre teve grandes idéias, foi, e continua sendo muito útil [...] Ele foi também um grande colocador de panos quentes nas coisas que aconteceram aqui, para não deixar ferver.

> O Alvanir é uma das grandes cabeças da universidade, uma cultura humanística invejável.

O diretor, segundo depoimentos de Alegre (2001) e Silva Júnior (2003), não teve participação na decisão sobre a criação da universidade, pois nas reuniões de que participava falava-se na criação de uma federação de faculdades. Conforme atestam Myrna Terezinha Rossi Rego e Maria de Fátima Salum Moreira (In ALEGRE, 2001), nenhum dos diretores dos demais institutos teria tido participação nessa decisão.

Segundo Mauro Bragato (2002)[61], ex-aluno do IIES-FFCL de Presidente Prudente, "O diretor Alvanir de Figueiredo teve presença bastante interessante. Era uma pessoa muito aberta, professor liberal, que possibilitou o crescimento e a efervescência dos anos de 1974, 1975."

Na solenidade de sua posse, Figueiredo afirmou:

> Até aqui se verificou o seu crescimento físico, a sua infra-estrutura. Esse era o trabalho que precisava ser feito. Agora nossa preocupação deve voltar-se para uma produção científica de envergadura, quer implantando os cursos de pós-graduação quer incentivando as iniciativas no campo da pesquisa. O produto final desta Faculdade deve ser a Docência e a Pesquisa e este é o programa que esperamos realizar com apoio que nunca tem faltado, de todos" (*O IMPARCIAL*, 14/08/1975, p. 1)

Suas palavras indicam que, de fato, não tinha, naquele momento, conhecimento dos cortes que a faculdade sofrearia no ano seguinte.

5.5 Professores

5.5.1 O primeiro corpo docente

Os primeiros professores, convidados pelo diretor Joaquim Alfredo da Fonseca e contratados pela Secretaria de Estado da Educação eram oito, além dele próprio, que também exerceria a função docente.

[61] Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. Presidente Prudente, 14/10/2002.

Por meio de pesquisa nos jornais de abril de 1959 foi possível conhecer, além dos nomes, informações sobre a vida acadêmica desses primeiros professores, a seguir, apresentados por ordem alfabética:

Antonio Mendes Barata, professor de Psicologia Educacional: licenciado e bacharel em Pedagogia pela PUCSP, curso superior do Seminário Maior da Guarda (Portugal), professor da Faculdade de Filosofia São Bento (História da Filosofia e Filosofia da Educação), cursos de extensão em Caracteriologia do prof. Láburu, da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, de Psicologia Profunda, do Prof. Igor Caruso; de Ceno Teste, da profª Stap, da Universidade de Berlim; de História da Filosofia Medieval, do prof. Etiene Gilson, de Louvain –Bélgica; de Filosofia Axiológica de Monsenhor Derisi, da Universidade Católica da Argentina; de Filosofia Educacional, do prof. Kreikman da Universidade de Louvain; de Hipnose Médica, do dr. Morais Passos , da PUCSP; cursos desenvolvidos na PUCSP, viagens de estudos pela França, Itália, Inglaterra, Terra Nova, Groelândia, Canadá e Estados Unidos. Trabalhos publicados em Portugal e no Brasil.

Carlos Alberto Garcia Calliolli, professor de Estatística Educacional e Complementos de Matemática: bacharel e licenciado em Matemática pela PUCSP, contador pela Escola de Contabilidade Graça Aranha de São Paulo, professor efetivo, por concurso, do Colégio São Luiz e do Sagrado Coração de Jesus (São Paulo), membro de bancas examinadoras dos exames vestibulares da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, professor de Estatística Educacional na Faculdade de Filosofia de S.Bento da PUCSP e de Matemática na Faculdade de Engenharia Industrial da PUCSP. Colaborador do Conselho Nacional de Pesquisas, do qual obteve duas bolsas de estudos, uma para São Paulo e outra para os Estados Unidos.

Fernando Carlos Fonseca Salgado, assistente da Cadeira de Geografia: bacharel e licenciado em História e Geografia pela Faculdade de Filosofia da São Bento

(PUCSP), assistente de Geografia Física do prof. Joaquim Alfredo da Fonseca na PUCSP, professor em colégios de grau médio em São Paulo, participante de Assembléias de estudos geográficos no Espírito Santo e em São Paulo, membro do Congresso Internacional de Geografia realizado no Rio de Janeiro em 1956, pesquisas no Recôncavo Baiano, no Brasil Meridional, nos litorais norte e sul de São Paulo e na bacia sedimentar do Paraná, antigo presidente do Centro de Estudos Geográficos do Departamento de Geografia da PUCSP, monitor de Práticas de Geografia no Curso do Prof. Joaquim Alfredo da Fonseca.

Joaquim Alfredo da Fonseca, professor de Geografia Física: perito contador pela Escola do Comércio Álvares Penteado (São Paulo), bacharel em Direito (Ciências Jurídicas e Sociais) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, licenciado em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, professor catedrático de Geografia Física da Faculdade de Filosofia de São Bento da PUCSP. Membro permanente da Comissão Nacional da União Geográfica Internacional, membro titular do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, membro da Associação dos Geógrafos do Brasil e da National Geographic Society (Estados Unidos), professor de Geografia Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas São Luis (São Paulo) e da Escola de Administração de Negócios da PUCSP. Pesquisas de campo em São Paulo (litorais norte e sul, zona açucareira, bacia sedimentar do Paraná), Bahia (zona petrolífera e zona cacaueira, sítio urbano de Salvador), Brasil Meridional (patamares do sul, vale do Itajaí e sítios urbanos de várias cidades), região platina (estuário) e sítios urbanos de Montevidéu, Buenos Aires, e La Plata. Delegado do Brasil no 18º Congresso Internacional de Geografia (Rio de Janeiro: 1956). Trabalhos publicados no Brasil (São Paulo Paraná, Minas Gerais e Bahia) e em Portugal.

Luiz Ferraz Sampaio, professor de Biologia Educacional: formado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, com atividade científica

desenvolvida nas cidades de Santa Cruz das Palmeiras, Santo Anastácio e Presidente Prudente e com tirocínio como Chefe do Posto de Profilaxia da Malária da Cia. Agrícola S. Martinho, como Diretor Médico da Endoquímica S. A. e do Instituto Organoterápico Brasileiro e como Médico Chefe do Centro de Saúde de Presidente Prudente e do Laboratório Regional do Instituto Adolfo Lutz de Presidente Prudente. Tem ainda o Curso da Escola Normal Secundária de São Carlos. Trabalhos publicados sobre temas de Medicina, Higiene, Etnografia Cultural e Literatura em Sorocaba, São Paulo, São Vicente e Rio de Janeiro. Participou do Congresso Municipalista de São Vicente em 1952.

Myrthes Del Cristia, professora de Sociologia Educacional: bacharel e licenciada pela PUCSP, assistente do professor Enzo Azzi, Diretor do Instituto de Psicologia da PUCSP. Professora de Psicologia da Personalidade no Instituto de Serviço Social da PUCSP, de Sociologia Geral e Educacional na Escola Normal do Colégio Vera Cruz (São Paulo) e de Psicologia da Personalidade no Curso de Formação Sabará (São Paulo). Curso de extensão cultural do Professor Igor Caruzo em Psicologia Profunda da Personalidade. Encarregada de pesquisas de interesse sociológico e psicológico do instituto de Psicologia da PUCSP.

Reynaldo Waldomiro Gabriel, professor de Geografia Humana: licenciado em Geografia e História pela PUCSP, assistente de Geografia Regional da Faculdade de Filosofia São Bento (PUCSP), sob orientação do professor Joaquim Alfredo da Fonseca. Pesquisas de campo na Bahia, São Paulo, Sul do Brasil e região platina, em colaboração com catedráticos da Faculdade de Filosofia São Bento. Curso de especialização em Práticas de Geografia, Geografia do Saara, Geomorfologia do Brasil e História de São Paulo. Participação em seminários de estudos no Departamento de Geografia da PUCSP.

Waldemar Valle Martins, professor de História e de Filosofia: licenciado em Teologia e Bacharel em Filosofia “summa cum laude” pela Pontifícia Universidade

Gregoriana de Roma, Docens Adjutor da Faculdade Teológica da PUCSP, professor das Faculdades de Filosofia e de Direito de Santos (Filosofia, Teologia, Sociologia, Economia) da Escola de Jornalismo de Santos e da escola de Enfermagem de Santos, Estudos e Seminários na PUCSP.

Wilhelm Saake, professor de Antropologia: licenciado em teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, doutor em filosofia pela Universidade de Friburgo (Suíça), professor de Língua Hebraica e de Língua Inglesa, em Fuerstenfeld (Áustria) e de Antropologia na Pontifícia Universidade de São Paulo (F.F.C.L.S. Bento) e no Seminário do Espírito Santo em São Paulo.Viagens e pesquisas em Mato Grosso (Kalapatos, Bororós, Bakairis), Goiás (Xavantes), Rondônia e Amazônia (Rio Negro e Içana), Brasil Meridional (zonas de colonização japonesa e alemã) e Paraguai Oriental (Guaranis) – Participação nos Congressos Americanos de Paris (1947), São Paulo (1954), Copenhague (1956) e San José da Costa Rica (1958). Trabalhos publicados no Brasil, na Alemanha, na Suíça e na Dinamarca.

Pode-se observar, pelos currículos, que eram professores com formação e experiência em pesquisa, porém nem todos tinham experiência na docência.

Além desses nove, professores apresentados pela imprensa local, compôs o corpo docente também o professor Max Henri Boudin, cujo currículo não foi publicado, por ocasião da inauguração da instituição, pois ele chegaria a Presidente Prudente e seria contratado depois que o ano letivo já havia começado.

Pereira (1997) informa que Boudin veio para o Brasil contratado pelo Serviço de Proteção ao Índio, para trabalhar com Darcy Ribeiro, com quem teve, depois de algum tempo, desentendimentos. Então um amigo seu o indicou ao diretor da faculdade. Em meio aos professores de Geografia, sendo lingüista e antropólogo, Boudin ficaria sem

interlocução, inicialmente, mas assumiu a instituição, foi criando contatos e nela continuaria trabalhando por décadas.

Max Henry Boudin e Fernando Carlos Fonseca Salgado são os professores que compuseram o primeiro corpo docente, em 1959 e continuavam a compô-lo em 1975, quando foi criada a UNESP.



Professor Max Henri Boudin
(UNESP -FCT de Pres. Prudente)

5.5.2 O corpo docente de 1960 a 1975

Em 1960 eram, ainda, dez os professores. Haviam saído Carlos Alberto Garcia Calliolli e Myrthes Del Cristia e foram contratados Ede Di Tolla Sanches e João Ceribelli Pacca.

Em 1961, Ede di Tolla Sanches, Luiz Ferraz Sampaio, Waldemar Vale Martins e Wilhelm Saake já não faziam parte do corpo docente e haviam sido contratados Alvanir de Figueiredo, Augusto Humberto Vaire Titarelli, Augusto Litholdo, João Batista Borges Pereira; José Fernando Martins Bonilha, Layde Lina Tralde, Manoel Lelo Bellotto, Myrthes da Fonseca Pinto. Eram, portanto, catorze professores.

Em 1962, já eram 17 professores. Saiu Joaquim Alfredo da Fonseca e foram contratados Aída Osthoff F. de Barros, Irene Inocentini, Linton Ferreira de Barros, Petrônio de Mattos Coutinho.

Em 1963, eram 20 os professores trabalhando na instituição. Três dos contratados do ano anterior, Aída Osthoff F. de Barros, Irene Inocentini, Linton Ferreira de Barros, saíram e foram contratados outros seis: Abrahão Timoner, Antônio Assiz de Carvalho, Celso Laet de Toledo César, Celso Volpe, Marcos Alegre, Ronaldo Ulisses Pauli.

Em 1964, eram 23 professores. Saíram Abrahão Timoner, Augusto Humberto Vaire Titarelli, João Batista Borges Pereira, Lady Lina Traldi, Manoel Lelo Bellotto e Ronaldo Ulisses Pauli. É recontratado Ede Di Tolla Sanches e são contratados Anwar Damha, Diores Santos de Abreu, Eikite Tengnon, Helena Maria de Barros, Jairo Candido de Mello, José Ferrari Leite, Sumi Butusgan e Valdemir Gambale.

Em 1965, eram 29 professores, com a contratação de mais seis: Antonio Estanislau Iankauskas, Maria Conceição D'Incao e Mello, Reynaldo Mazarelli, Rina Norma Posello Goulart, Silvio Fernando Paes de Barros (também diretor da instituição) e Thereza Marini.

Em 1966, saíram seis professores: Antonio Mendes Barata, Anwar Damha, Celso Laet de Toledo César, João Ceribelli Taca, Petrônio de Mattos Coutinho, Reynaldo Mazarelli. Foram contratados outros seis: José Luiz Archanjo, José Martins Suarez (o professor Pepe), Luiz Guilherme de Oliveira, Maria Ângela D'Incao, Paulo Adão Monteiro e Vera Maria Rodrigues.

Em 1967 o número de professores subiu para 37. Saíram José Luiz Archanjo, Reynaldo Waldomiro Gabriel e Vera Maria Rodrigues e foram contratados Armando Garms, Benedito Guilherme Recander, Fransico José Peixoto da Costa Félix, Jiron Matui, Marlene Carneiro Pereira, Maria Aparecida Leal Bernardi, Miho Dobashi Ebisui,

Octávio Montesanti, Paulo Roberto de Almeida, Ruth Kunzli e Tertuliano Miguel de Arêa Leão.



Professor Antônio de Assiz Carvalho, que seria,
depois diretor da UNESP-FCT de Presidente Prudente
(UNESP -FCT de Pres. Prudente)



Professor Marcos Alegre (UNESP -FCT de Pres. Prudente)

Em 1968 eram quarenta professores. Saíram cinco: Ede Di Tolla Sanches, Celso Volpe, Eikite Tengnom, Paulo Adão Monteiro e Silvio Fernando Paes de Barros. Voltou o professor Celso Laet de Toledo César. Foram contratados Célia Galvão Ribeiro,

Hideo Sudo, Luiz Fernando de Souza Aranha, Newton César Balzan, Silvia Silverio da Costa, Wilma Jamile Jorge e Maria Izabel Munia Tavarez.

Em 1969, eram 43 professores. Saíram Luiz Fernando Aranha, Celso Laet de Toledo César, Jiron Matui e Newton Cesar Balzan. Foram contratados Armen Mamigonian, João Carlos Grigoli, José Aranda Varela, Luiz Fernando Galante, Orizete Santa Fávero, Rosilux Paques de Barros Pacheco e Wilson de Faria.

Em 1970, eram 53 professores. Saíram Maria Izabel Munia Tavarez, Marlene Carneiro Ferreira e Silvia Silvério da Costa. Foram contratados Antonio Geraldo Violin, Carlos Wagner Sandeville dos Santos, David Fonseca Serra, Hernani Nobre, João Augusto Frayze Pereira, João Cardoso Palma Filho, Josefa Aparecida Gonçalves, Marcia Antonia de Almeida, Maria de Lourdes Ferreira Lins, Mario Ortoni, Munif Gebara, Raul Spera, Manoel de Souza.

Em 1971, eram 62 professores. Haviam saído, Jairo Candido de Mello, Wilma Jamile Jorge, Antonio Estanislau Iankauskas, Antonio Geraldo Violine, Orizete Santa Fávero e Manoel de Souza. Foram contratados Ana Maria Corral de Arêa Leão, Antonia Marini, Carmen Diana Rodrigues Doré, Celestino Alves da Silva Junior, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, Ilka Sebastiana de Bastos Piolla, Lucia Maria Gomes Corrêa, Lucille Elias, Maria Amália Pereira Barreto, Marcio Antonio Teixeira, Marilza de Souza Castro, Nelson Buck, Nelson Galante, Paulo Ishimine, Plínio Dias da Silva Junior.

Em 1972, eram 64 professores. Saíram Benedito Guilherme Roncador, David Fonseca Serra, Luiz Guilherme de Oliveira, Márcia Antonia de Almeida Grandis, Plínio Dias da Silva Junior e Nanif Gebara. Foram contratados Carlo Ceriani, Clayton de Angelis, Clóvis José, Décio Pacheco, Jayro Gonçalves Mello, Maria Elisa Quissak Ferreira Martins, Olímpio Beleza Martins e Tereza Irie.

Em 1973, eram 61 professores. Saíram Carlos Wagner Sandeville dos Santos, Célia Galvão Ribeiro, João Cardoso Palma Filho e Hernani Nobre. Foi contratado João Batista Camargo.

Em 1974, subiu para 72 o número de professores. Saíram Clayton de Angelis, Clóvis José, Décio Pacheco, Maria Elisa Quissak Ferreira Martins e Nelson Buck. Foram contratados Carlos Antonio Monteiro, Amália Rodrigues de Faia, Eduardo Hiroshi Sakuray, Francisco Teotônio Simões Netto, Glauce Ruiz, Ivo Machado da Costa, José Carlos João, Maria Cecília Amendola, Marilia Matsuko Higa, Mauro José Tiziano, Messias Modesto dos Passos, Neuranildes Martins da Costa Zaina, Sônia Maria Tauk, Tereza Higashi, Tereza se Jesus Ferreira Scheide e Yolanda de Castro Souza.

Em 1975 eram 83 professores. Saiu José Carlos João. Foram contratados Adalberto Leister, Claude Lepine, Jair Carlos Romano, José Carlos Tartaglia, Jussara Machado, Maria Rita de Menconça Sarti, Rafael Campos Bezerra, Rubens Cruz, Silvio Carlos Bray, Tsutaka Watanabe, Wanderlei Pedro Tadei e Yoshie Ussami.

Em 1976, ano em que a instituição foi encampada pela UNESP, cinco professores sairiam: Ivo Machado Costa, José Roberto Fernandes, Jussara Machado, Maria Cecília Amendola da Motta e Fransisco José Peixoto da Costa Félix. Dois seriam contratados: Carlos Alberto Penatti e Maria Cristina Amendola de Almeida.

Abreu (1989) lembra que não era fácil atrair profissionais com qualidade e carreira consolidada para morar em Presidente Prudente, nos primeiros anos, ainda sem muitos recursos e distante de São Paulo. Assim, havia muitos professores principiantes e as substituições eram freqüentes, pois os professores iam embora assim que encontravam outra oportunidade em local mais próximo da capital, ou se a família não se acostumava à vida pacata da cidade.

Observando o movimento de professores no IIES-FFCL de Presidente Prudente durante os anos em estudo, percebe-se que, embora houvesse mudanças freqüentes de professores, ia sendo construída uma cultura de, uma vez em Presidente Prudente, ali se criarem vínculos. Além disso, à medida que a própria instituição ia formando licenciados, muitos desses, da cidade e da região, ingressavam como professores, conforme também observaram, Tiziano (2004)[62], Spósito (2003)[63] e Horimoto (2003), Marques (2003), Teixeira (2003) Silva Júnior (2002).

Quanto ao número de professores, percebe-se um aumento mais significativo a partir de 1969, quando teve início o curso de Licenciatura em Ciências e, em 1970, quando a instituição começou a oferecer as habilitações. Outro aumento significativo foi em 1975, com a criação do curso de Estudos Sociais.

Trinta dos professores que compuseram o corpo docente ao longo dos anos do IIES-FFCL de Presidente Prudente foram professores formados na própria instituição: Ana Maria Corral de Arêa Leão, Antonio Estanislau Iankauskas, Arnaldo Garms, Carmen Diana Rodrigues Daré, Hideo Sudo, Ilka Sebastiana de Bastos Piolla, José Martins Suarez, Josefa Aparecida Gonçalves Grigoli, Lucille Elias, Luiz Fernandes Galante, Marcio Antonio Teixeira, Maria Cristina Amendola de Almeida, Marlene Carneiro Pereira, Mauro José Tiziano, Messias Modesto dos Passos, Nelson Galante, Neuranildes Martins da Costa Zaina, Olímpio Beleza Martins, Paulo Roberto de Almeida, Plínio Dias da Silva Junior, Ruth Kunzli, Tsutaka Watanabe, Vera Maria Rodrigues, Yolanda de Castro Souza, Yoshie Ussami (Leite), Raul Spera, Carlos Alberto Penatti, Carlos Antonio Monteiro, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker e Tertuliano Miguel de Arêa Leão.

[62] Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. Presidente Prudente, 03 /03/2004.
[63] Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. Presidente Prudente, 14 /10/2003.



Márcio Antônio Teixeira, aluno de Geografia, depois professor do departamento de Geografia, seria diretor da FCT-UNESP- Presidente Prudente de 1990 a 1994
(UNESP -FCT de Pres. Prudente)



Professor Antonio de Assiz Carvalho (1º) Prefeito Antonio Sandoval Neto (em pé)
Professor José Ferrari Leite e professor Luiz Gonzaga dos Santos (Lugo)
(UNESP -FCT de Pres. Prudente)

Alguns que também se formaram em outros institutos isolados viriam a compor o quadro de docentes do IIES-FFCL de Presidente Prudente, como, por exemplo, Jayro Gonçalves Mello, que se formou em História no IIES-FFCL de Assis. Outros, ainda, formados em Presidente Prudente, iriam compor o quadro docente de outros institutos isolados.

São muitos também os que se formaram na IIES-FFCL de Presidente Prudente e hoje são professores da UNESP, no campus de Presidente Prudente e em outros.

Com o fechamento de quatro cursos e com o fim das habilitações, professores seriam reaproveitados nos cursos de Geografia e Matemática, ou Engenharia Cartográfica, que seria posteriormente criado, ou transferidos, ou, ainda, demitidos, à medida que as turmas dos cursos extintos iam se formando.

5.5.3 Forma de contratação de professores

As primeiras contratações de professores para trabalhar no IIES-FFCL de Presidente Prudente foram realizadas por meio de convite do diretor. Pode-se observar que eram professores cujo trabalho o diretor conhecia e, portanto, de sua confiança, razão pela qual muitos deles tinham passagem pela PUCSP, onde ele trabalhava antes de ser nomeado diretor pelo governador Jânio Quadros.

Foram pessoas que, bem encaminhadas profissionalmente, aceitaram se deslocar para Presidente Prudente e iniciar a construção de um sonho, morando na cidade, ou viajando semanalmente de São Paulo, num percurso que durava 12 horas de ônibus e 15 horas de trem.

João Batista Borges Pereira (1997) informou que, sabendo por uma colega, que o Padre Saake, que dava aulas de Antropologia em Presidente Prudente estava voltando

para a Áustria, encontrou-se com o diretor Joaquim Alfredo da Fonseca, em São Paulo, obteve informações sobre a faculdade e a cidade e apresentou-lhe seu currículo.

> A praxe previa carta de recomendação do candidato por um docente da USP. A minha carta foi da cadeira de Antropologia assinada pelo prof. Schaden. Ao ler a carta, o Prof. Fonseca me disse: "Eu só vou aceitá-lo se você me trouxer uma carta do Florestan". Consultado, Florestan mandou a carta [...] assinada também por Octavio Ianni e pelo Fernando Henrique Cardoso, referendando o meu nome. Ele falou: "Bom, agora tudo bem, agora você está contratado".

Seria contratado, ficando de 1960 a meados de 1963. O primeiro ano foi em tempo parcial, pois continuava lecionando na USP.

Segundo Pereira (1997), depois ficaria sabendo que o diretor, habilidoso, tinha interesse em compor o quadro com parte dos professores ligados à esquerda, para contrabalançar o quadro de professores, em sua maioria da PUC, e de direita, que ele havia composto em 1959. Queria garantir-se numa possível vitória da esquerda e, pela mesma razão, segundo Pereira, havia contratado os professores Alvanir de Figueiredo, Humberto Tiratelli, Lady Lina Traldi, Petrônio de Matos Coutinho, Myrthes da Fonseca Pinto, todos formados na USP.

O professor José Fernando Martins Bonilha, que era professor efetivo da rede pública estadual de ensino em São Carlos, segundo suplente de deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro (o partido de Carvalho Pinto) começou a trabalhar no IIES-FFCL de Presidente Prudente em 19 de março de 1961, nomeado pelo diretor, o professor Joaquim Alfredo da Fonseca, por indicação do sociólogo Douglas Monteiro, da USP, para assumir as cadeiras de Sociologia Geral e Sociologia da Educação.

Bonilha (2001) informa que, quando diretor, nas reuniões mensais do Conselho Estadual de Ensino Superior (CEES) eram apreciados os currículos para contratação de professores, renovação de contratos. A apreciação do relator era enviada ao Secretário da Educação que despachava junto ao governador.

Durante seu período na direção foram contratados Antonio de Assiz Carvalho e Celso Volpe, ambos de Matemática.

Professor Marcos Alegre (2001), formado pela USP em 1957, curso noturno, que chegou para trabalhar em Presidente Prudente em 1963, conta como foi contratado.

Foi indicado pelo professor Augusto Vaire Titarelli, que foi seu colega, dando aula na PUCSP, para suprir as faltas decorrentes da saída do professor Linton Ferreira de Barros e sua esposa, Aída Osthoff de Barros**.** Foi entrevistado pelo prof. Bonilha, que respondia pela direção. Segundo Alegre, Titarelli o indicou porque acreditava que ele seria capaz e por ser tranqüilo, um temperamento necessário para aqueles momentos de atritos, inclusive entre professores, após a sindicância e demissão do diretor Joaquim Alfredo da Fonseca.

Os professores podiam ser contratados como regentes ou como instrutores, dependendo do seu currículo, e do parecer de um professor examinador que, em geral, era da USP, conforme observara Quaglio (2002). As funções eram as mesmas para regente ou para instrutor, porém a remuneração era maior para regente. O professor examinador dava seu parecer, que poderia ser contrário ou favorável à contratação. O CEES decidia, quase sempre, endossando o parecer do professor examinador. O CEES, segundo Alegre (2001) era muito exigente, pois muitos candidatos eram rejeitados, ou aceitos apenas como instrutores[64].

Quando os professores eram funcionários de outras secretarias de estado, eram afastados em comissionamento. Marcos Alegre, que era funcionário do DER (Departamento de Estradas de Rodagem), era comissionado na faculdade.

Josefa Aparecida Gonçalves Grigoli (1992), para lecionar Didática no novo curso de Ciências, que começou em 1970, prestou um concurso que constava de análise de currículo e entrevista.

[64] Com a lei 5.540/68, as formas de contratação seriam alteradas.

Professor Jairo Gonçalves de Mello (1992), formado em Assis, em História, em 1971, começou a trabalhar no IIES-FFCL de Presidente em 1972 e conta como foi sua contratação:

> Participei de um concurso para seleção aqui, no departamento de Ciências Sociais [...] Era um concurso de títulos, era o concurso do currículo do candidato. Fui convidado a participar, portanto, do corpo de professores, como auxiliar de ensino em tempo parcial. [...] A partir de abril de 74, passei ao regime de tempo integral, dedicação integral à docência e à pesquisa, como auxiliar de ensino.

Com base nessas informações que consegui obter, concluí que a forma de contratação de professores sofreu algumas alterações ao longo dos anos, mas conforme Silva Jr.(2002) mantêm-se basicamente o mesmo critério atualmente adotado pela UNESP. A diferença maior é que hoje o departamento da unidade local não tem que submeter o resultado à aprovação de um conselho central.

5.5.4 O Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP

A contratação de professores para trabalhar no IIE-FFCL de Presidente Prudente em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) foi algo que se conquistou ao longo dos anos, fruto de reivindicação dos próprios professores.

Esta forma de contratação, que os professores do IIES de Assis já haviam conseguido anteriormente, exigia que o professor se dedicasse integralmente à instituição, sem ter outros vínculos empregatícios e se comprometia a, além da docência, desenvolver pesquisas científicas. Por este contrato passava a ter o dobro do salário de um contratado em regime parcial.

De 1959 a 1965 todos os professores eram contratados em regime parcial, o que significa dizer que tinham que assumir outras atividades para complementarem a renda, razão pela qual muitos trabalhavam em Presidente Prudente e continuavam trabalhando também em São Paulo. Além disso, ganhavam 70% do que ganhavam os professores da USP.

Apenas em 1966, sete dos vinte e dois professores da instituição iriam conseguir o RDIDP. Eles, porém, não esperaram o RDIDP para se dedicarem à pesquisa. Antes dessa data pesquisas de mestrado e doutorado já iam sendo desenvolvidas, de forma que várias defesas ocorreram em 1967.

Em todos os IIES, a inserção na vida acadêmica não era fácil. Não se criavam cargos e funções docentes (carreira universitária), tal como se dava na USP.

> Os docentes eram nomeados professores regentes (com remuneração equivalente à de Catedráticos) ou Instrutores. Não havia também estatuto autárquico para os funcionários. [...] o Tempo Integral era uma vantagem que só era concedida para compensar o salário menor que o da USP.(VAIDERGORN, 2003, p.203)

Marcos Alegre (2001) conta que trabalhou por um ano e meio com contrato parcial, tendo que trabalhar também em outras instituições. Em 1965 passa a tempo integral, deixando as outras instituições. Foi quando se mudou definitivamente para Presidente Prudente. O salário ficou mais baixo, mas queria se dedicar à pesquisa, deixando de viajar tanto e fazer carreira. Só viria a receber a diferença de salário pelo novo contrato em 1966.

Sobre esse período, eis o que diz Abreu (1989):

> A remuneração era inferior aos docentes da USP. O tempo integral não foi concedido a todos e só ao longo dos anos, com muita dificuldade, foi sendo estendido a cada um dos professores. Com a estruturação da administração do ensino superior no estado e na própria Escola e com a superação das crises de direção a partir do quinto diretor, os professores começaram a ter os seus contratos regularizados para vigência de dois anos renováveis e remuneração igual à dos profissionais da USP.(93)

Segundo a professora Josefa Gonçalves Grigoli (1992), contratada em 1970, quando 22 dos 32 professores tinham RDIDP, o trabalho por tempo integral demorava, depois de solicitado, de dois a três anos, como se fosse decorrência de um merecimento do professor, em função de seu desempenho, não uma opção contratual, não como condição, por princípio, para que se desenvolvesse um trabalho de qualidade.

Era preciso fazer um projeto de pesquisa para pleiteá-lo. Esse projeto era avaliado, aprovado em instâncias superiores o que, geralmente, demorava muito. O rigor para aprovação era muito grande. O projeto ia e voltava várias vezes e o professor não tinha a

chance de aproveitar o projeto da pós-graduação, que tinha sido feito com o auxílio de um orientador, para obter o RDIDP.

Os professores também não esperaram que a lei da Reforma Universitária, a Lei Federal nº 5.540 de 1968, exigisse titulação de professores universitários para pleitearem o RDIDP, isto é, para se dedicarem à pesquisa. Exigiam-no como condição para realizarem um bom trabalho, para o que a pesquisa era imprescindível, como, de fato, aconteceria. Antes de 1968 vários professores já haviam concluído pesquisas.

Em 1974, dos setenta e dois professores que trabalhavam no IIES-FFCL de Presidente Prudente, quarenta e dois tinham RDIDP (Spósito, 1976).

5.5.5 Pesquisas de mestrado[65], doutorado

Apesar de não haver, até meados da década de 1970, lei que regulamentasse os programas de pós-graduação nas instituições de ensino superior do país, os professores do IIE-FFCL de Presidente Prudente assumiam, em seu contrato de trabalho, o compromisso de defender dissertação de mestrado e tese de doutorado. Foi, portanto, significativa a produção científica realizada pelos professores do IIES-FFCL de Presidente Prudente durante a sua existência. Muitos desses trabalhos foram fonte de informações, para realização da presente pesquisa.

Até 1974, 86 professores do IIES-FFCL de Presidente Prudente tinham defendido tese de doutorado ou dissertação de mestrado.

A seguir, apresento informações sobre algumas dessas dissertações e teses.

[65] Á medida que os programas de pós-graduação eram criados, os professores neles se matriculavam regularmente, freqüentando e desenvolvendo as pesquisas de mestrado, depois doutorado e depois livre-docência.

Em 1967, o professor Augusto Litholdo defendeu sua tese de doutorado, no IIES-FFCL de de Presidente Prudente, com a tese *A unidade do pensamento de J.J.Rousseau na perspectiva de seu testemunho.*

Em 1968, o professor Antonio Assiz de Carvalho defendeu sua tese de doutorado no IIES-FFCL de Presidente Prudente com o título *Estrutura algébrica de certos planos projetivos.*

Também em 1968, o professor Alvanir de Figueiredo defendeu, no IIES-FFCL de Presidente Prudente, sua tese de doutorado intitulada *A presença geoeconômica da atividade ervateira: com destaque na zona ervateira do estado do Mato Grosso - tomada como referência.*

Em 1970, o professor José Fernando Martins Bonilha, também no IIES-FFCL de Presidente Prudente, defendeu sua tese de doutorado *Organização social e educação escolarizada numa comunidade de imigrantes italianos,* orientado por Florestan Fernandes. Tratou-se de pesquisa que teve como campo a escola da colônia de italianos localizada em Pedrinhas - região próxima a Assis - no período de 1953 a 1967.

Também em 1970, o professor Dióres Santos de Abreu defendeu sua tese doutorado no IIES-FFCL de Presidente Prudente, intitulada *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente.* Este trabalho é obra de referência para outras pesquisas sobre a região de Presidente Prudente, bem como seu trabalho de Livre-Docência, *Poder político no populismo: Presidente Prudente (SP) 1928-1959,* de 1982, defendido na UNESP de Presidente Prudente.

Foi também em 1970, que o professor José Ferrari Leite defendeu sua tese de doutorado, no IIES-FFCL de Presidente Prudente, intitulada *A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente*, uma outra importante obra de referência para pesquisas

sobre a região e sobre a dinâmica de ocupação do espaço das regiões brasileiras no século XX.

Em 1970, o professor Marcos Alegre defendeu sua tese de doutorado, no IIES-FFCL de Presidente Prudente, intitulada *Aspectos urbanos no Brasil: análise quantitativa pelo método cartográfico.*

Em 1971, o professor Fernando Carlos Fonseca Salgado, que lecionava na instituição desde a sua criação, defendeu a tese de doutorado *As colônias Bastos e Pedrinhas: estudo comparativo de geografia agrária,* no IIES-FFCL de Presidente Prudente. Tratou-se, também, de pesquisa de campo na região.

Em 1972, Maria de Lourdes Ferreira Lins defendeu sua dissertação de mestrado *A força expedicionária brasileira: uma tentativa de interpretação,* na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Em 1972, o professor Raul Audi defendeu, na ESALQ (Escola Superior de Agronomia Armando de Queiroz)- USP, em Piracicaba a tese de doutorado *Fotointerpretação de atributos dos canais de drenagem em solos da região noroeste do Estado de São Paulo.*

Em 1973, José Martin Suarez defendeu, no IIES-FFCL de Presidente Prudente, a tese de doutorado *Contribuição à geologia do extremo oeste de São Paulo,* pesquisa de campo desenvolvida na região de Presidente Prudente.

Thereza Marini também defendeu, em 1973, sua tese de doutorado *Um estudo de situação didática sob diferentes estilos de liderança,* no IIES-FFCL de Presidente Prudente.Tratou-se de pesquisa desenvolvida na própria faculdade com alunos de quarto ano durante três anos (1969 a 1971).

O "Bóia –Fria" na Alta Sorocabana, de Maria Conceição D'Incao, 1973, tese de doutoramento apresentada ao IIES-FFCL de Presidente Prudente, que depois seria publicada em livro, foi marco na história da pesquisa em Presidente Prudente. Tratando do

êxodo rural na região, o excedente de mão de obra e a conseqüente depreciação dos salários pagos à força de trabalho, um delicado problema que a pesquisadora denunciou, incomodou o coronelismo local. Com base teórica de Marx e Angels, além de outros teóricos *proibidos* pela Ditadura Militar, os exemplares de seu livro que cabiam à faculdade, uma das parceiras na publicação, distribuir seriam recolhidos da biblioteca da faculdade e queimados, salvando-se alguns exemplares porque funcionários, intencionalmente, os esconderam[66].

Em 1974, Lúcia Maria Gomes Correa Ferri defendeu sua dissertação de mestrado *A atuação do diretor de escola no desenvolvimento de currículo* na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Tratou-se de pesquisa desenvolvida em escolas de Presidente Prudente, sob orientação da Dra. Myrtes da Fonseca Pinto.

Também em 1974, o professor Olímpio Beleza Martins defendeu, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, a dissertação de mestrado *O uso do solo no município de Presidente Bernardes.* Tratou-se de pesquisa de campo desenvolvida em um município vizinho de Presidente Prudente.

Em 1974, também a professora Tsutaka Watanabe defendeu, na Universidade Federal de Santa Maria-RS, a dissertação de mestrado *O planejamento das habilitações profissionais nas escolas de 2º grau e a satisfação da clientela,* também pesquisa desenvolvida em escolas de Presidente Prudente.

Em 1975, a professora Helena Faria de Barros defendeu, na Universidade Federal de Santa Maria (RS), sua Livre-Docência com *Fatores que interferem na eficiência da alfabetização na escola de 1º grau.*

Em 1975, também a professora Neuranildes Martins da Costa Zaina defendeu, na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, a dissertação de

[66] Wilson Marques conseguiu esconder na roupa dois exemplares que depois seriam lidos por várias pessoas a quem ele emprestava.

mestrado *A reintegração do delinqüente infanto-juvenil e a atuação de um abrigo de menores.*

Ainda em 1975, a professora Yoshie Ussami também defendeu, na Universidade Federal de Santa Maria (RS), sua dissertação de mestrado *Atuação da supervisão no desempenho das atividades dos docentes de 2º grau.*

Algumas dissertações em andamento, em 1975, seriam concluídas em 1976. A professora Carmen Diana Rodrigues Dare concluiu sua dissertação de mestrado *Valores de não transversalidade,* no Instituto de Ciências Matemáticas da USP/São Carlos. A professora Marília Barros Aguiar concluiu seu mestrado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP com a dissertação intitulada *O relevo e a estrutura na região de Dona Catarina-SP*. A professora Marília Gomes Campos Libório também concluiu, seu mestrado, com a dissertação *Situação atual do mercado de trabalho em Presidente Prudente: desequilíbrio entre formação e absorção da mão de obra* na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Outros professores, ainda, com pesquisas em andamento em 1975, concluiriam mestrado e doutorado nos anos seguintes, fazendo parte da história da pesquisa na UNESP.[67]

5.5.6 Outras produções

Além da produção de dissertações de mestrado e teses de doutorado, outras produções importantes foram publicadas, ou ainda mimeografadas, em razão das dificuldades

[67] O que aqui apresento não é tudo o que se realizou em pesquisas no IIES-FFCL de Presidente Prudente, mas alguns trabalhos, com o objetivo de comprovar a existência de um trabalho de produção científica significativa. TRISOGLIO, M. José e DEGASPARI, Silvia Dias.(Orgs.) **Produção científica: Catálogo de dissertações e teses defendidas.** Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1999, trazem informações sobre dissertações e trese defendidas até a 1999.

para se publicar, quando ainda não existiam as editoras universitárias, sendo valiosas contribuições até para outras pesquisas do IIES-FFCL de Presidente Prudente, outros IIES e, depois, da UNESP.

Em 1971, José Ferrari Leite publicou, pela FFCL de Presidente Prudente, *Alguns aspectos de Presidente Prudente entre 1960-1970*, trabalho em que apresenta dados sobre a movimentação de passageiros e aeronaves pelo aeroporto de Presidente Prudente (1965-1970); o movimento migratório (1967-1970), através do movimento de emissão de passes pelo Centro de Migração de Presidente Prudente; o movimento de passageiros pela Estrada de Ferro Sorocabana (1966-1970); o número de reses abatidas no Frigorífico Bordon de Presidente Prudente de 1966 a 1970; informações, de 1960 a 1970, sobre os orçamentos municipais de Presidente Prudente; o consumo de eletricidade em Presidente Prudente e região, o número de veículos licenciados em Presidente Prudente; a situação da agricultura em Presidente Prudente, a produção de balcões frigoríficos, o transporte de mercadorias pela Estrada de Ferro Sorocabana. Não apresenta, simplesmente, os dados, mas os interpreta.

Dois capítulos intitulados *Distribuição de professores de Geografia na 10ª Regional de Presidente Prudente* e *Mercado de trabalho para professores de Física, Química e Biologia,* com dados minuciosos, permitem a observação da carência de professores formados nessas áreas para atender à demanda regional de trabalho com as séries finais do então denominado primeiro grau e do segundo grau.

O exemplar consultado, datilografado, contém tabelas comparativas que constituem importante documento para outros pesquisadores. Tratou-se, portanto, de um trabalho científico de geografia regional de significativa relevância, o que demonstra a dedicação desse professor, tanto à docência no IIES-FFCL de Presidente Prudente, quanto à leitura e interpretação da região.

Leite organizou também, em 1971, tendo como relator o professor Alvanir de Figueiredo, o relatório *Educação urbana em Presidente Prudente*, texto resultante do Simpósio realizado durante o ciclo de conferências promovido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, no IIES-FFCL de Presidente Prudente, de 11 a 25 de janeiro de 1971.

Em 1976, Eliseu Savério Spósito, concluinte de Geografia em 1974, então cartógrafo da instituição, concluiu o trabalho intitulado *Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente: Evolução 1959-1975*, em que apresenta, com gráficos, tabelas e mapas, a evolução da instituição em todos os aspectos, desde a ampliação da área construída, à titulação dos professores. Tratou-se de importante documento para nortear as buscas que possibilitaram a realização da presente pesquisa. A existência desse trabalho indica que os professores já iniciavam os alunos no trabalho científico.

O professor João Batista Borges Pereira, depois de sair do IIES-FFCL de Presidente Prudente, continuaria suas pesquisas sobre os imigrantes italianos da região de Presidente Prudente. Foi à Itália pesquisar nos locais de origem desses imigrantes, o que resultou em sua livre-docência na USP, com a qual ganhou o prêmio "Governador do Estado" em 1968. Publicou artigos na França, juntamente com Max Henri Boudin. Publicou também na *Revista de Antropologia* e na Revista *Sociologia*. Enfim, dadas as dificuldades em Presidente Prudente, publicavam nas revistas de fora da instituição.

Max Henri Boudin produziu o *Dicionário de Tupi Moderno*, do tupi para o português e do português para o tupi, baseado no dialeto Tembéénêtéhar dos índios Tembé do Alto Rio Jurupi. Escreveu e publicou, em Presidente Prudente, um livro sobre a visão de mundo e a questão lingüística, intitulado *O simbolismo verbal primitivo: análise estrutural de um dicionário tupi.*

Boletim informativo que o diretor José Ferrari Leite utilizava para divulgar as realizações do IIES-FFCL de Presidente Prudente, intitulado Notícias da Faculdade de Filosofia, de agosto de 1971 informou:

> No que respeita a pesquisa científica, tem-se a destacar [...] Fósseis têm sido descobertos na região e estudados pelo Departamento de Geografia. Os sedimentos dos rios têm sido retirados, pesados, analisados e catalogados. As colônias estrangeiras têm sido estudadas por sociólogos e antropólogos da Faculdade. O clima tem sido analisado. A evaporação da água do solo medida. A estrutura da malha fundiária regional levantada, bem como a rêde urbana; a composição e movimentos da população; economia regional.
> Alguns dêstes trabalhos têm sido publicados em Boletins e livros. Porém muitos aguardam oportunidade para serem divulgados, estando expostos na Biblioteca da Faculdade, à disposição dos interessados.

As dificuldades para se publicar, nas décadas de 1960 e 1970, principalmente no interior do Estado, impediram-me de, durante o desenvolvimento deste trabalho, conhecer grande parte da produção que era divulgada, precariamente, em cópias mimeografadas, e atualmente se encontra em arquivos pessoais, aos quais, não tive acesso.

5.6 O Corpo Discente.

Os cursos, no IIES-FFCL de Presidente Prudente, inicialmente, eram em período integral: aulas das 8:00 às 11:30 e das 14:00 às 17:30. Esse era um fator que naturalmente eliminava o jovem trabalhador que porventura tivesse conseguido chegar ao final do segundo ciclo secundário e conseguisse passar no vestibular, pois teria que optar por trabalhar ou estudar.

Grigoli (1992) lembra que, antes de entrar na faculdade, não tinha nenhum contato com ela, em razão de sua origem socioeconômica. Sabia que ela existia, mas a imagem que passava era de algo muito sofisticado para os de seu nível social. Afinal, quem estava na faculdade eram os nomes importantes da cidade, pessoas bem nascidas, aquelas

cujos pais, ou avós, seriam nomes de ruas, conforme observa Neusa Maria Alves[68], aluna de Estudos Sociais, turma de 1975, atualmente funcionária da Seção de Comunicações da UNESP-FCT de Presidente Prudente, funcionária que conhece, pelos sobrenomes, os candidatos dos anos anteriores.

As hipóteses de Grigoli (1992), segundo seu depoimento, se confirmariam, pois, quando entrou na faculdade, constatou que os alunos eram, em sua maioria, de classe média e de elite. Só por volta de 1970, segundo ela, é que esse perfil foi mudando. Pessoas de baixa renda conseguiriam ingressar na instituição, porque o ensino secundário já estava mais acessível e em razão dos vestibulares classificatórios, pelo qual não ficavam vagas ociosas.

Mauro Bragato (2002), que foi aluno de Ciências Sociais, turma de 1973, relembra que os alunos de sua turma eram a maioria de classe média, todos egressos de escola pública. Ele observa que a escola pública de ensino secundário, que, então tinha uma clientela de classe média, não se ocupava com a orientação e encaminhamento dos alunos para a faculdade. Não se lembra de ter havido divulgação institucional, nem de seus professores o orientarem para os cursos do IIES-FFCL de Presidente Prudente ou qualquer outra instituição. Informa que sabia da existência da faculdade na cidade, porque ela era bastante conhecida, pela tradição da escola, da qualidade e de sua presença na comunidade. Quando se decidiu pela área de humanas, optou por Ciências Sociais, porque era, dentre os cursos que a faculdade oferecia[69], aquele com o qual mais se identificava.

Eliseu Savério Spósito (2003), atualmente professor da UNESP, que foi aluno do curso de Geografia, relembra o processo seletivo eliminatório. Em sua opinião, foi bom ter acabado com o vestibular eliminatório porque pelo menos democratizou o acesso,

[68] ALVES, Neusa Maria. Depoimento oral concedido a Eunice.Ladeia Guimarães Lima. Presidente Prudente, 08/10/2003.

[69] Para este, que se enveredaria pela militância estudantil e depois para a política partidária, a existência da instituição na cidade também foi decisiva. Segundo Mamigonian (2005) o Clube de Cinema, atividade desenvolvida pelo Diretório Acadêmico, onde alunos e jovens da comunidade assistiam a filmes e , a seguir debatiam sobre seus temas, foi a plataforma para Bragato, como vereador e, depois, como deputado estadual.

ainda que muitos entrem na faculdade e não consigam chegar ao fim do curso pelo baixo nível de sua formação anterior, pois antes havia cursos que começavam com dez e terminavam com dois alunos. "Eu tive colegas que desistiram somente por falta de leitura mesmo [...] Eu mesmo não estaria aqui hoje, se não fosse o vestibular classificatório, pois meu pai não teria dinheiro para pagar uma escola particular.".

O professor reconhece que atualmente há mais alunos com menor condição econômica na UNESP - FCT de Presidente Prudente que em sua época. "Para dizer a verdade, hoje em Geografia, há alunos mais carentes do que antes. Antes se dizia pobre, mas tinham perspectivas, as exigências eram menores. No meu tempo, carente assim não tinha, porque naquele tempo os carentes nem se alfabetizaram.".

Marques (2003), que sempre conduzia as turmas nos trabalhos de campo, relembra as características dos alunos dos primeiros anos:

> Os alunos eram mais unidos, não eram ricos, mas eram de situação melhor que os de agora.
> [...] Uma vez levei uns alunos para Vila Velha e chegando a Ponta Grossa, que fica a uns seis quilômetros, fomos almoçar, e as alunas procuraram um lugar para trocar de roupa, para conhecer Vila Velha. Puseram sapato bem alto daqueles de salto fino.
> Lá não tem jeito de andar de salto.Nem de tênis não é fácil, que é pura pedra ... Foi muito engraçado... Esse pessoal que hoje é professor... o Márcio a Tereza Marini a Yoshie ... eles queriam se mostrar bem vestidos, bem arrumados. Mesmo no DA dava gosto de ver. Tinham um padrão.

Grigoli (1992) lembra que os alunos, nos primeiros anos, antes que ela fosse aluna, diferente dos professores, que tinham hábitos avançados para a interiorana Presidente Prudente, eram de famílias de classe média mais abastada, com costumes conservadores. Só por volta de 1967, 1968 é que os alunos apresentariam comportamentos contestadores, uma tendência mundial e que atingiria toda a comunidade prudentina, que já não estranhava tanto os comportamentos.

Em 1959, ingressaram 33 alunos da seção de Pedagogia: Álvaro de Souza Gomes, Amélia Miyoko Yoshio, Antonia Marini, Antonio Gomes, Belizia Barbosa Liborio, Benedicta Furtina, Dilma de Moura Camargo, Elza Maria Canhetti, Fleury de Oiliveira, Hisae

Suguisawa, Hosana Barbosa Alencar, José Erasmo Campêllo, Kasuko Inoue, Lygia Pinheiro, Lucille Elias, Lucio de Carvalho Marques, Maria Aparecida Fraga Felício, Maria Aparecida Zapparoli Struchel, Maria Celeste de Moura Berthe, Maria Ignes Joffre Tamus, Maria Kazuko Nagano, Marie Ishikawa, Marielna Gonzaga César, Márcia Maria Ferreira Coutinho, Nerva Gerbi Magrini, Nola Ugadin, Osmar Scucuglia, Regina Helena Hayden Martins, Tamiko Iha Kuniochi, Tereza Marini, Wilma Fontes, Yvette Aparecida de Castro Pinheiro e Zélia Denari.

Para a secção de Geografia ingressaram vinte alunos: Adilson Apparecido Dias, Alcedina Moreno Munhoz, Elly Roberto de Oliveira, Elza Lygia Silva, Eny Corral Martins, Fioravante Colnago, Ignez das Neves Campos, Irene Barrios, Isloda Bosso, Lair Alves de Lima, Latife Jacob, Lídio Dalefi, Lucinda Fernandes Pereira, Mafalda Martins, Maria José Louzada Barreto, Marlene Carneiro Pereira, Ruth Kunszi, Silvia Maria Ávila, Vera Maria Rodrigues , Yoshio Koyanagi.



Primeira formatura do IIES-FFCL de Presidente Prudente
(Foto Reportagens Pachá, arquivo pessoal Marcio Antonio Teixeira)

Em 1960, o número de aprovados no exame de habilitação seria bem menor. Eram 19 matriculados em Pedagogia e 15 em Geografia.

Quaglio (2002), da turma de 1963, informa que em sua turma de Pedagogia a metade era de fora de Presidente Prudente, das cidades vizinhas, e havia uma do Paraná. Dos 22 alunos da turma, talvez houvesse cerca de seis sem experiência no magistério, e quem não tinha formação na escola normal tinha uma dificuldade muito grande para acompanhar o curso. Lembra que, da primeira turma de Matemática, apenas dois terminaram o curso no tempo adequado, sem reprova. Esses dois seriam contratados pela própria faculdade para dar aulas. Muitos abandonavam o curso.

> Era necessário tirar uma nota durante o semestre de, no mínimo cinco, para fazer exame em junho. Depois tinha que ter uma nota - no mínimo cinco – no segundo semestre pra fazer o exame de novembro. Se nos dois exames o aluno não tivesse, no mínimo, 7, teria que fazer exame oral, podendo ficar para Segunda Época. No final, eram muitas as chances. Havia alunos de Geografia, de Matemática, e mesmo no de Pedagogia, que já davam aulas no secundário e estavam na faculdade para, com o diploma poderem prestar concurso, obter estabilidade. A secretaria punha as notas no quadro a apareciam as notas desses alunos ... notas baixas, muitos de Matemática ficavam com zero.Tanto é que muitos saíam por uma ou duas disciplinas, ou ficavam devendo até o último ano e aí iam terminar em Jacarezinho, por exemplo, onde tinha um curso de Matemática mantido pelo governo do Paraná.

Consultando os arquivos de prontuários de alunos foi possível confirmar o que disse Quaglio (2002) sobre as notas dos alunos e suas transferências. Eram, de fato, muito freqüentes as transferências para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, no Paraná.

Verifiquei que um aluno de Matemática, turma 1963, por exemplo, reprovou no terceiro ano, em 1965. Em 1966 ele se matriculou e, a seguir, pediu transferência para a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Jacarezinho-PR. Tratava-se de aluno que havia freqüentado o CADES, pois há, em seu prontuário, o pedido de um atestado para esse fim, o que indica, também, que pleiteava lecionar no secundário, sem habilitação.

Com a criação de faculdades de filosofia particulares em Dracena-SP, Tupã-SP, Adamantina-SP, Presidente Venceslau-SP muitas transferências dos cursos de Matemática e Pedagogia seriam para elas.



A predominância de mulheres pode ser constatada na turma de Pedagogia-1962
(Foto Reportagens Pachá, arquivo pessoal de Carlos Perucci, primeiro à esquerda)



Formandos de Pedagogia , turma de 1963, também com predominância de mulheres
(Foto Reportagens Pachá, arquivo pessoal de Paschoal Quaglio, à direita)



Paschoal Quaglio, Pedagogia , turma de 1963, colando grau



5ª turma de Pedagogia e Geografia e 1ª de Matemática e Ciências Sociais(1967)



Formatura da 5º turma de Pedagogia e Geografia e 1º turma de Matemática e Ciências Sociais – 31/03/1967. A solenidade foi realizada no salão da APEA (Foto Reportagens Pachá-UNESP -FCT de Pres. Prudente)

Havia, também, pedidos de transferências de alunos para a USP. Segundo Quaglio (2002) em razão do preconceito contra os institutos isolados [70]e o diploma da USP ser mais valorizado, os alunos que podiam, transferiam-se para lá e depois voltavam como professores dos IIES. Eny Corral Martins, por exemplo, da primeira turma de Geografia, transferiu-se, no quarto ano, para a USP.

Dos trinta e três alunos de Pedagogia que iniciaram o curso em 1959, apenas treze concluíram em 1962; dos vinte de Geografia, apenas doze. Os demais ou reprovaram, vindo a se formar nos anos seguintes, ou transferiram para outra instituição, ou, ainda, abandonaram o curso.

O sistema de avaliação, composto de duas provas parciais, e, dependendo do resultado que o aluno tivesse uma prova final escrita, ou oral, ou então ir direto para o exame de segunda época, só iria mudar com a introdução dos cursos parcelados semestrais.

[70] No Capítulo 8, apresento a fala de Esther de Figueiredo Ferraz, publicada pelo jornal O Estado de São Paulo, em que ela declarou, explicitamente, que os institutos isolados não teriam condições de recuperar a defasagem de formação dos ingressantes.

Era freqüente, também, alunos que iam mal no curso em que estavam, ou que não estavam gostando do curso, transferirem-se, com adaptações , para outro curso da própria instituição. Consultando os prontuários, encontrei um grande número dessas transferências.

Quaglio (2002) diz que quem fazia Pedagogia, tendo feito, antes, a escola normal, ainda conseguia estudar e trabalhar, mas para quem fazia Matemática ou Geografia era muito difícil conciliar estudo e trabalho.

As razões do abandono de curso, segundo Horimoto (2003), que trabalhou com a vida escolar, durante anos, eram várias: falta de recursos pra se manter na cidade, quando a família era de fora, pois no início não havia moradia de estudantes; necessidade de trabalhar e por não conseguir, pelas exigências dos cursos, conciliar trabalho e estudo. Muitos professores achavam que o nível dos alunos teria que ser de excelência, então entendiam que não podiam "facilitar" para os alunos trabalhadores, sem prejuízo para a formação.

Por outro lado, era freqüente, também, alunos virem transferidos de instituições privadas, ou, algumas vezes, de instituições públicas, para o IIES-FFCL de Presidente Prudente. Entre os formandos de Pedagogia da primeira turma, 1962, havia dois, que não iniciaram o curso na instituição e entre os de Geografia havia, também, dois.

Para o aluno de outra instituição ser aceito, era feita uma análise de equivalência de currículo, quanto às disciplinas, carga horária e os conteúdos. Não havendo equivalência de conteúdos, o aluno se submetia a uma prova, tendo que obter resultado satisfatório para ser aceito.[71] Não havendo equivalência nas disciplinas, o aluno era aceito, tendo que fazer adaptação, isto é, cursar as disciplinas ainda não cursadas, contanto que houvesse compatibilidade de horários.

Houve casos em que o aluno foi aceito, porém teve que se matricular no mesmo ano que já havia cursado na faculdade de origem, em razão da diferença de currículo.

[71] Essas provas, bem como toda a documentação do processo, estão anexadas aos prontuários dos alunos que requereram transferência.

Os pedidos de transferências eram analisados por uma comissão de professores, que realizavam todo o processo e davam o parecer, para o diretor da instituição dar a decisão final. Em todas as transferências que constam dos arquivos consultados, o diretor sempre acatou o parecer da comissão.

Lívia Maria de Queiroz Telez Gomes, por exemplo, já havia feito o curso de Física na PUC de São Paulo e solicitou matrícula no segundo ano de Matemática em 1964, com aproveitamento de disciplinas. Foi aceita, com adaptação, concluindo Matemática em 1966.

Tissato Tsubono, aluna que cursou o primeiro ano de Matemática na FFCL de Tupã, solicitou, em 1971, transferência para o IIES. Sua transferência foi aceita, contanto que fizesse as disciplinas Cálculo I e Álgebra I, como dependência do primeiro ano. A aluna transferiu-se e concluiu o curso em 1973.

Quando um aluno não concordava com a nota atribuída a ele pelo professor, tinha o direito de requerer revisão de provas. Esses requerimentos, a prova revisada e o parecer do professor constam dos prontuários dos alunos. Era muito freqüente o pedido de revisão, e muito rara a mudança da nota inicial.

Em 1970, quando a instituição começou a oferecer os cursos de Habilitação em Orientação Educacional, Administração Escolar de 1º e 2º graus, Supervisão Escolar para exercício nas Escolas de 1º e 2º graus, Inspeção Escolar para exercício nas Escolas de 1º e 2º graus, Ensino das disciplinas e atividades práticas dos cursos normais, Administração Escolar para exercício na escola de 1º grau, Supervisão Escolar para exercício na escola de 1º grau e Inspeção Escolar para exercício na escola de 1º grau, o perfil de alunos do IIES-FFCL de Presidente Prudente foi alterado. Era um grande número de pessoas com mais de 30 anos, notadamente, muitas mulheres, buscando essas habilitações.

Não era fácil, porém, ser aprovado no exame de seleção, que constava de uma prova com questões dissertativas sobre tópicos de educação. Vários candidatos, formados em Pedagogia em outras instituições requeriam inscrição, realizavam a prova, mas não conseguiam ingressar, pois obtinham notas muito baixas, as quais estão registradas nos prontuários.

5.6.1 Graduados pelo IIES-FFCL de Presidente Prudente

Depois que uma instituição privada foi aberta na cidade, a Faculdade de Ciências, Letras Educação de Presidente Prudente (APEC -Associação Prudentina de Educação e Cultura), em 1973, oferecendo alguns dos cursos que o IIES- FFCL de Presidente Prudente também oferecia, começaram a ocorrer transferências também para ela, notadamente as licenciaturas em Ciências e Estudos Sociais, pois, na nova faculdade, esses cursos tinham menor duração: dois anos. Apesar disso, a demanda para os cursos do IIES-FFCL de Presidente Prudente continuou grande, pois a qualidade do curso era superior, em razão de uma carga horária maior, e também porque não era pago.

Segundo notícia do jornal O Estado de São Paulo (26 /06/1975, p. 14) a reprova no concurso para professores de ensino primário da Secretaria da Educação, naquele ano, foi de 95%. Enquanto isso, os alunos que concluíram Licenciatura em Ciências no IIES-FFCL de Presidente Prudente e prestaram o concurso público para professores, obtiveram alto índice de aprovação, conforme lembra Horimoto (2003), que também afirma que os alunos da faculdade se destacavam dos demais concorrentes em todos os concursos. Nos resultados publicados no Diário Oficial, segundo Horimoto (2003), eles apareciam bem classificados, e também em concursos do Estado do Paraná, do Estado do Mato Grosso.

Alunos que concluíam Licenciatura em Ciências e iam para a outra instituição cursar complementação em Biologia, ou que transferiam para lá, porque tinham que trabalhar durante o dia, sentiam o quanto estavam adiante dos demais alunos.

Boletim informativo, um documento mimeografado de três páginas intitulado *Notícias da Faculdade de Filosofia*, de agosto de 1970, informa:

> No respeito ao ensino, sua qualidade pode ser medida pelo último concurso estadual para ingresso no magistério médio oficial, em que quase 10% dos candidatos aprovados são ex-alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente. Efetivamente, nada menos de 56 professôres (sic) aprovados formados pela Faculdade.

Magaly João da Silva (2004), aluna do curso de Pedagogia no IIES-FFCL de Presidente Prudente, turma de 1973, em razão de começar a trabalhar, teve que se transferir para a outra instituição, que oferecia curso noturno. Ela conta que os professores eram muito bons, a bibliografia era boa, porém, como muitos alunos só compareciam nos dias de provas, estas eram sempre com consulta. Assim, aqueles alunos que não eram responsáveis, eram aprovados sem ter aprendido o mínimo.



Maria Kimie Koyanagui Horimoto, secretária da seção de alunos.
(UNESP -FCT de Pres. Prudente)

Quanto ao curso Ciências Sociais, Mauro Bragato (2002) diz que:

> Na verdade o curso de Ciências Sociais de Presidente Prudente não era um curso antigo, como era o da USP, o da UNICAMP, mas era um curso muito bom, com professores de alta qualidade. Eu particularmente aprendi muito e era gente da melhor qualidade, formada fora do país, muito bem preparada ... então eu diria que

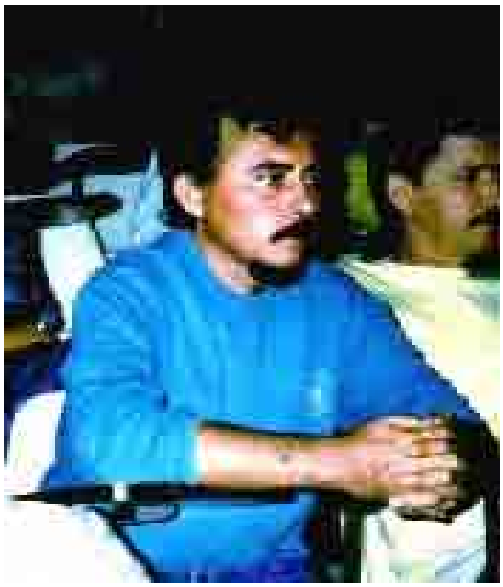
> o meu curso era de excelente nível. Tanto que terminei o curso aqui e, em seguida entrei no mestrado, na UNICAMP.

Marques (2003), conta que, por onde viajava, levando professores para visitar escolas, encontrava professores e diretores que estudaram no IIES-FFCL de Presidente Prudente.

> Tem muita gente por aí que se formou lá.Tem gente no Banco do Brasil ... os que passavam nesses concursos, podia ver que eram de lá. Só dava aluno de lá nos concursos ... porque saíam bem preparados ... e tem muitos dando aula lá no Agripino ... na APEC ... o Ageu , a Lúcia Ferri, João Carlos Grigolri, a Josefa, a Maria Libório, ... o Chamé, que faleceu esses dias, dava aula na Toledo. ... o professor que estudou lá ... a gente vê pelo que a meninada fala .. é diferenciado. Lá, ou estudava ou ... quantos alunos eu vi chorando por meio ponto ... e com os professores não tinha acordo não [...]

Abreu (1989) ao mencionar os alunos formados no IIES-FFCL de Presidente Prudente também afirma que

> Na docência dezenas de profissionais formados pelos cursos de graduação ingressavam por concurso público no magistério público oficial de 1º e 2º graus, na administração escolar, nas universidades públicas e particulares e nos quadros técnicos de órgãos públicos ou de empresas privadas.(p.93).



José Caetano da Silva, ex-aluno de Ciências Sociais,
atualmente vereador (PT) e professor da
UNESP- FCT –Presidente Prudente
(UNESP -FCT de Pres. Prudente)

Quando o IIES-FFCL de Presidente Prudente foi encampado pela UNESP, em 1976, e teve os cursos de Pedagogia e Habilitações, de Ciências Sociais, de Estudos Sociais e de Licenciatura em Ciências fechados, eles, na verdade, duraram até que todos os alunos neles matriculados se formassem. Pedagogia e Ciências Sociais encerram as atividades em 1979; Habilitações, em 1977; Licenciatura em Ciências e Estudos Sociais, em 1980.



Formandos – 2ª época – Ciências Sociais – 1975
(UNESP -FCT de Pres. Prudente)

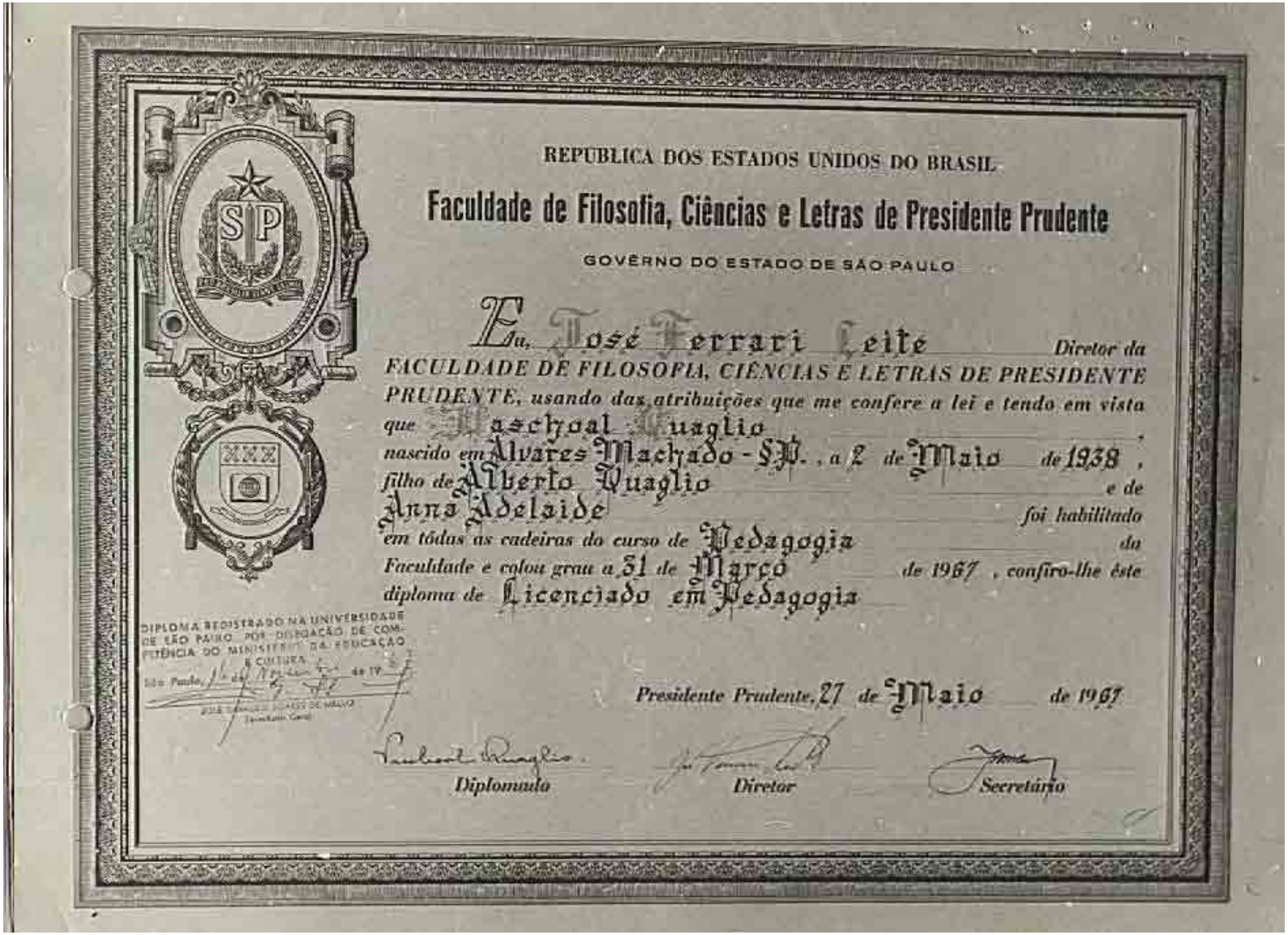
Durante a existência do IIES-FFCL de Presidente Prudente, foram 381 os graduados em Pedagogia; 180, em Ciências Sociais; 418, em Licenciatura em Ciências; 105, em Estudos Sociais e 294, em Habilitações.

O curso de Geografia com bacharelado e licenciatura, que foi oferecido até 1976, formou, até 1979, 299 graduados. A partir de 1976, o curso passou a ter Bacharelado e Licenciatura separados.



Augusto José Muchiuti, ex-aluno de Geografia,
atualmente funcionário da UNESP
(UNESP -FCT de Pres. Prudente)

O curso de Matemática, desde a sua primeira turma, em 1963, até sua última turma ingressante do IIES-FFCL de Presidente Prudente, em 1976, que concluiu o curso em 1979, formou 273 graduados.



REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente

GOVÊRNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Eu, José Ferrari Leite Diretor da FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PRESIDENTE PRUDENTE, usando das atribuições que me confere a lei e tendo em vista que Paschoal Quaglio, nascido em Alvares Machado - S.P., a 2 de Maio de 1938, filho de Alberto Quaglio e de Anna Adelaide foi habilitado em tôdas as cadeiras do curso de Pedagogia da Faculdade e colou grau a 31 de Março de 1967, confiro-lhe êste diploma de Licenciado em Pedagogia

DIPLOMA REGISTRADO NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

São Paulo, 1º de Abril de 19 67 as 17

Presidente Prudente, 27 de Maio de 1967

Paschoal Quaglio
Diplomando

Diretor

Secretário

Diploma de Licenciado em Pedagogia - Paschoal Quaglio

6- CANDIDATOS AOS CURSOS DO IIES-FFCL DE PRESIDENTE PRUDENTE

As informações sobre o primeiro vestibular foram publicadas nos jornais de Presidente Prudente antes mesmo que a autorização para funcionamento da faculdade tivesse sido assinada pelo Presidente da República, tal era a ansiedade de todos para que o ano letivo se iniciasse e tal, também, a certeza de que os cursos seriam autorizados.

Foram criadas 40 vagas para o curso de Geografia e 40, para Pedagogia, porém só ingressariam os que fossem aprovados no vestibular, que era eliminatório. Assim, o número de candidatos podia ser muito grande e as vagas, ainda assim, não serem todas preenchidas. E isso aconteceria por anos seguidos, até que o vestibular passasse a ser classificatório, pelo Decreto 68.908 de 13 de junho de 1971, quando então todas as vagas seriam preenchidas.

Era considerado habilitado o candidato que fosse aprovado com nota, no mínimo, igual a quatro por disciplina. O programa dos exames eram os conteúdos oficiais do ensino secundário. Para Pedagogia: Línguas (Português e uma língua estrangeira — Inglês, Francês, ou Alemão), História Geral e do Brasil, Psicologia e Lógica. Para Geografia: Línguas (Português e uma língua estrangeira — Inglês, Francês, ou Alemão), Geografia Geral e do Brasil, História Geral e do Brasil. Eram dois exames para cada componente, um escrito e um oral, e a nota final era a média de ambos.

Quaglio (2002) lembra como era o vestibular:

> [...] era de uma semana mais ou menos: prova escrita de Historia Geral e uma entrevista; uma prova escrita de História do Brasil e uma entrevista, uma prova de Lógica e Psicologia e uma entrevista, uma prova de Língua Estrangeira- optei por francês- e uma entrevista; uma prova de Português- a parte de gramática e a parte de literatura. Então você tinha que se preparar mesmo para o vestibular. Não importava que eram 40 vagas. Só entrava quem passava, por isso minha turma tinha 22.

No primeiro e no segundo ano, houve apenas um exame de habilitação, conforme eram chamados os vestibulares. A partir do terceiro ano seriam realizados até três

exames para preencher as vagas e, muitas vezes, não eram preenchidas. Quaglio (2002) atribui esse fato ao desnível entre a formação que muitos candidatos possuíam e o que se exigia nos exames.

O processo seletivo eliminatório dava legalidade para a exclusão social, pois as poucas pessoas oriundas de estratos sociais mais baixos, que já haviam estudado em condições adversas até o secundário, tinham muito poucas chances de conseguir ingressar no ensino superior.

Para se inscreverem nos exames vestibulares, os candidatos tinham que preencher um requerimento dirigido ao diretor da instituição, com firma reconhecida, apresentar atestado de idoneidade moral, em que pessoas como ex-professores declaravam que o candidato gozava de boa conduta; atestado de sanidade física e mental emitido pelo Centro de Saúde; recibo de pagamento da taxa de inscrição, que, em 1959, era de 150 cruzeiros; prova de estar em dia com o serviço militar (quando homem, brasileiro e maior de 18 anos); fotografia ¾ recente; cópia da certidão de nascimento, da carteira de identidade, do título de eleitor, comprovando ter votado nas últimas eleições, duas cópias do histórico escolar do ensino secundário - primeiro e segundo ciclo - devidamente autenticadas pelo inspetor federal do estabelecimento de origem.

Os gastos com fotocópias de documentos, além da taxa de inscrição, eram fatores que dificultavam a inscrição para candidatos de baixa renda e, portanto, mais um fator de exclusão. Esses documentos, no entanto, podiam ser retirados, caso o candidato não fosse aprovado. Havia candidatos que se inscreviam para os dois exames de habilitação, ou para os três, se houvesse, tal era o desejo de ingressar na universidade.

Alguns candidatos reprovados requeriam revisão de suas notas. As provas eram analisadas por uma comissão de professores. Todos os recursos protocolados, de 1959 a

1975, constantes dos prontuários consultados por mim, tiveram como resultado final a manutenção da nota inicial.

Mesmo para as habilitações, criadas a partir de 1970, era rigoroso o processo para ingresso.

Resultado de pesquisa feita entre alunos formandos do Instituto de Educação Fernando Costa, publicado pelo jornal *A voz do Povo*, em 04 de abril de 1959, já apresentado, neste trabalho, no Capítulo 4, mostra o grande interesse dos alunos por ingressar no IIES-FFCL de Presidente Prudente.

Quem conseguia chegar ao ensino médio, então, geralmente fazia Escola Normal pela manhã, ou Técnico em Contabilidade à noite, porque não havia cursos à tarde. Quem desejava fazer curso superior, se tivesse o curso normal, poderia cursar Pedagogia, mas quem desejasse fazer outro curso teria que cursar o científico ou o clássico em um período e o normal em outro, se desejasse ser também professor primário. Só após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4.024/61 é que haveria oportunidade para todos, independentemente da modalidade do curso secundário que tivesse feito. Era, porém, difícil para um aluno que tinha cursado o normal, com uma carga horária de formação geral muito pequena, ser aprovado nos exames de habilitação para determinados cursos. Assim, o curso secundário também era fator que fechava o leque de oportunidades de acesso ao ensino superior àqueles que por trabalharem durante o dia, cursavam apenas o normal, com vistas ao ingresso no magistério primário. Quaglio (2002), por exemplo, depois de concluir o normal foi trabalhar e só depois de quatro anos, é que ingressou no ensino superior, tendo, em 1962, assistido a aulas no curso de Pedagogia, como ouvinte, o que era permitido a quem pretendia se preparar para o ingresso.

Conforme Josefa Aparecida Gonçalves Grigoli (1992), aluna do curso de Pedagogia, turma de 1965, os concluintes do ensino secundário procuravam a faculdade por

opção, ou por falta de opção. O fato é que a maioria dos egressos do secundário viam na instituição pública instalada na cidade a possibilidade de acesso ao ensino superior. Ela própria, em 1965, se inscreveu para Pedagogia (num concurso em que concorreram cerca de 100 candidatos para quarenta vagas e apenas nove foram aprovados) sem convicção, por influência das colegas, pois sua família não teria condições financeiras para mantê-la fora de Presidente Prudente se quisesse fazer outro curso. Depois, já cursando Pedagogia, é que tomaria gosto pelo curso.

Dentre os ex-alunos entrevistados, apenas Carlos Perucci (2004), da turma de Pedagogia de 1962, lembra-se de um trabalho de divulgação, na escola em que estudava o segundo ciclo secundário, dos cursos oferecidos nos IIES - FFCL de Presidente Prudente, Marília e de Assis. Foram visitas realizadas nas escolas pelos professores dos três IIES, conforme informou o professor Bonilha, uma campanha, visitando escolas, divulgando os cursos, já que a população tinha pouco conhecimento deles. Essa divulgação era muito importante para que os três institutos se firmassem como instituições de importância regional. Não se tratou, porém, de uma atividade rotineira, mas de algo que aconteceu, de forma planejada, apenas naquele ano.

Segundo o professor Bonilha (2001), essa ação foi resultado de um plano apresentado ao CEES pelos diretores de Assis, Marília e Presidente Prudente para levar ao conhecimento da população que ela dispunha de escolas superiores públicas gratuitas e precisava fazer uso delas.

Consultei, nos arquivos da UNESP-FCT de Presidente Prudente, os prontuários disponíveis de candidatos que se inscreveram para os vestibulares de 1959 a 1975. Os gráficos que apresento a seguir foram elaborados a partir de informações coletadas nesses prontuários. Eles retratam o perfil dos que procuraram o IIES-FFCL de Presidente Prudente

com o objetivo de ingressar em um de seus cursos. São o retrato da demanda ao longo desses anos.

Constatei que muitos dos inscritos chegaram a prestar o exame de habilitação até cinco vezes para, enfim, serem aprovados.

Embora os moradores de Presidente Prudente sempre tenham representado a parcela maior dos inscritos nos vestibulares em relação a cada uma das demais cidades de origem, como, por exemplo, 1967 (GRÁFICO 1), a soma dos inscritos de fora da cidade era sempre muito significativa.

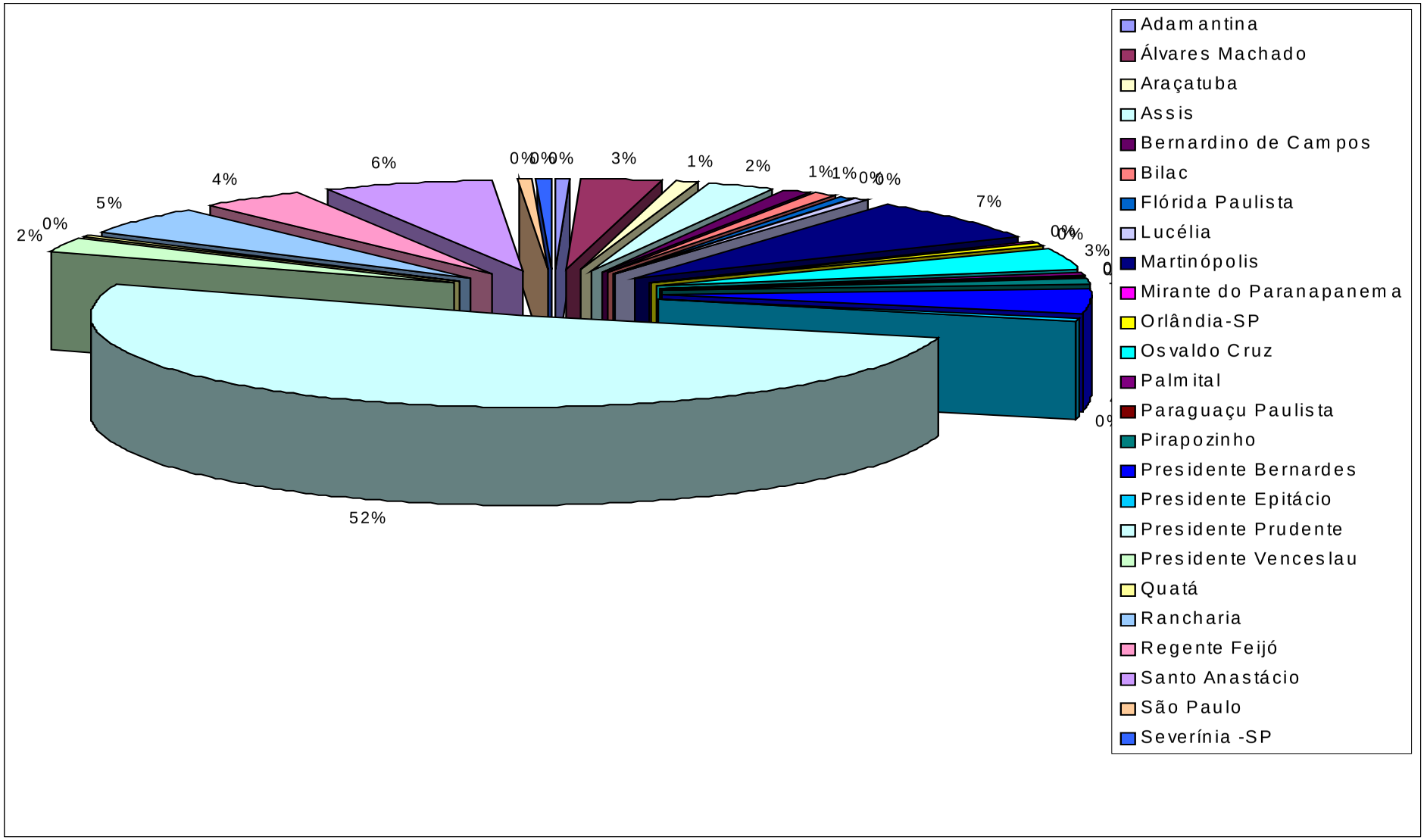
Segundo informações sobre a origem dos inscritos nos vestibulares de 1959 a 1975, constantes dos prontuários disponíveis nos arquivos da UNESP-FCT de Presidente Prudente, os números são os seguintes, também apresentados em gráfico (GRÁFICO 2):

ANO	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
PRESIDENTE PRUDENTE	30	29	33	24	56	82	57	92	104	108	180	211	133	136	123	157	191
OUTROS MUNCÍPIOS	11	2	4	5	33	34	29	64	97	97	187	167	108	107	116	68	102

Nos primeiros anos a instituição era pouco conhecida, por isso quem a procurava, predominantemente, eram candidatos de Presidente Prudente. Pelos números apresentados é possível observar a evolução da procura da instituição por pessoas de outros municípios.

A partir de 1963 houve um aumento significativo de candidatos, inclusive de outras cidades, o que pode ser resultado da campanha de divulgação realizada por iniciativa do professor Bonilha.

A partir de 1970, com a oferta de vagas àqueles que já possuíam o curso de Pedagogia, para obter outras habilitações, também houve um aumento importante de candidatos número, de Presidente Prudente e de outras cidades.



GRÁGICO 1- Origem dos inscritos nos vestibulares do IIES-FFCL de Presidente Prudente em 1967

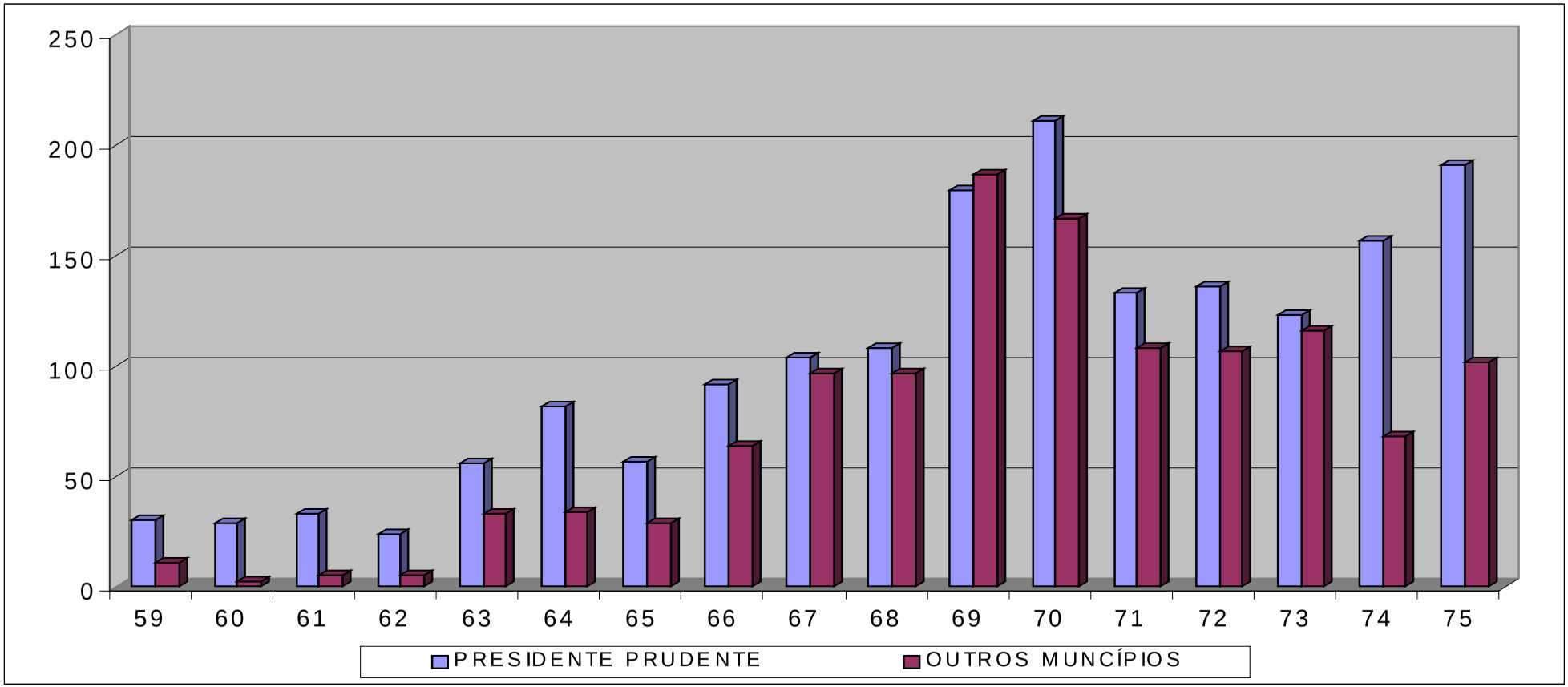


GRÁFICO 2- Origem dos inscritos nos vestibulares do IIES-FFCL de Presidente Prudente de 1959 a 1975

Do total de vestibulandos que tentaram o ingresso na instituição, ao longo desses anos, cerca de 50% moravam fora de Presidente Prudente (GRÁFICO 3). Isso indica que o IIE-FFCL de Presidente Prudente foi uma instituição de grande importância regional.

Por meio de consulta a documentos apresentados pelos inscritos - Carteira de Identidade, Título de Eleitor e Histórico Escolar - conclui-se que muitos dos que apresentavam endereço de Presidente Prudente haviam se mudado para a cidade justamente para ingresso na faculdade, o que era compreensível, visto que os meios de transporte, na época ainda eram precários.

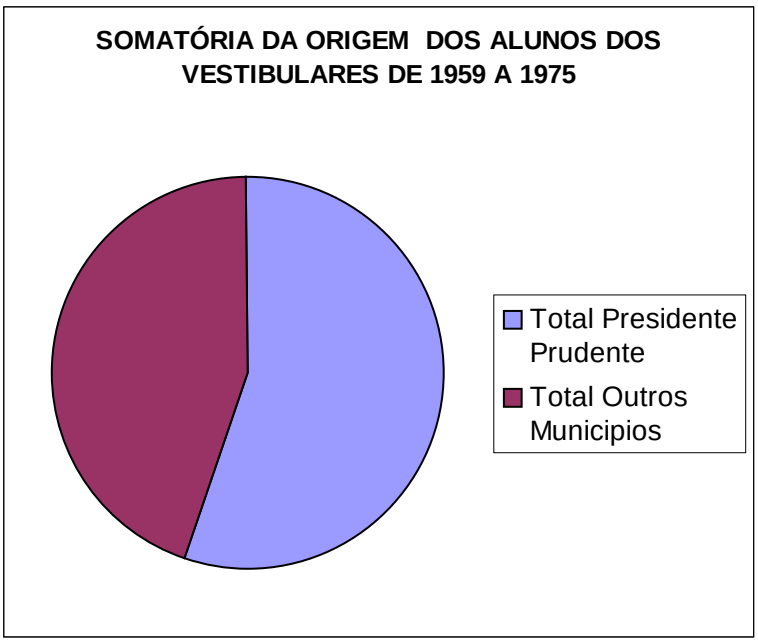


GRÁFICO 3

À medida que as estradas foram pavimentadas e os meios de transporte melhoraram, um número cada vez maior de pessoas que residiam em outros municípios começaram a procurar a faculdade. Esse crescimento da procura da instituição por pessoas de fora de Presidente Prudente indica também que a faculdade tornava-se, a cada ano, mais conhecida.

Os prontuários dos candidatos não trazem informações sobre o nível socioeconômico dos inscritos ao longo dos anos. Informações fornecidas por Eliseu Spósito,

que já fazia levantamentos estatísticos sobre a instituição (aluno do curso de Geografia formado em 1974, cartógrafo da instituição e atualmente professor da UNESP de Presidente Prudente), Grigoli (aluna de Pedagogia nos anos 60 e depois professora), Mauro Bragato (aluno de Ciências Sociais da turma de 1973) e Marques (motorista do IIES desde 1963) indicam que, a cada ano, mais pessoas de menor poder aquisitivo tinham acesso ao ensino superior na instituição. Eles constataram isso também pela forma como os alunos se vestiam, pela forma de chegar à escola (cada vez mais alunos a pé), pelas dificuldades para comprar livros, dificuldades para financiar as viagens nos estudos de campo.

Essas informações indicam que a instituição foi, a cada ano, se democratizando e contribuindo com a ampliação do acesso ao ensino superior, tanto em razão da mudança nos vestibulares que passaram a ser classificatórios, quanto em razão de o ensino secundário-segundo ciclo estar mais acessível a estratos sociais mais baixos em razão da expansão da oferta de vagas e com todas as modalidades permitindo acesso ao ensino superior (Lei 4.024/61) .

Mauro José Tiziano (2004), atualmente diretor de escola na Diretoria de Ensino Região de Presidente Prudente e professor de Física na Escola Estadual Fernando Costa, formado em Matemática pelo IIES-FFCL de Presidente Prudente, turma de 1970, e que seria professor na instituição de 1974 a 1976, diz que só pôde fazer um curso superior porque existia uma instituição pública na cidade, pois fazia o secundário à noite e trabalhava como lavrador nas plantações de amendoim e algodão dos arredores da cidade.

Pesquisas aos prontuários permitiram-me observar um número significativo de mulheres entre os inscritos nos vestibulares, indicando que a instituição significou a oportunidade para que mulheres, ainda reprimidas por pais e esposos quanto ao ingresso na faculdade, tivessem a oportunidade de prosseguir seus estudos, nos cursos de formação de professores oferecidos pela instituição e ingressar no magistério, profissão *aceitável* pelas

famílias (GRIGOLI, 1993)[72]. A instituição significou, portanto, oportunidade para a mulher inserir-se no magistério secundário e nas funções administrativas, não só o IIES FFCL de Presidente Prudente, mas todas que foram criados no interior paulista.

Em entrevistas, ex-alunas dos institutos isolados afirmaram "[...] que as famílias viam com alívio a criação de FFCL em suas cidades, pois evitava que suas filhas tivessem que estudar em São Paulo."(VAIDERGORN,2003, p.183)

Professor Reis Filho (1984 apud VAIDERGORN, 2003) informa que quando chegou a São José do Rio Preto, em 1955, o movimento por uma faculdade havia começado e todos preferiam uma Faculdade de Filosofia, porque assim as meninas poderiam estudar sem sair da cidade, sem "se perder"em São Paulo.

O gráfico (GRÁFICO 4) nos permite visualizar o que significou para as mulheres da região a criação dessa instituição.

Percebe-se uma evolução da porcentagem de mulheres a partir de 1964, o que é reflexo de lei 4.024/61. A maioria das mulheres que cursavam o ensino secundário - segundo ciclo faziam o curso normal. Com a mudança da lei, poderiam ingressar em qualquer dos cursos que a instituição oferecia, e não mais apenas Pedagogia.

O jornal *O Imparcial*, em 14 de abril de 1963, publicou *Faculdade de Filosofia: mais alunas que rapazes.* Informa que se matricularam naquele ano 148 moças e 108 rapazes. Era, portanto, grande número de mulheres não só entre os candidatos, mas também entre os ingressantes.

Em 1968 e 1969 há uma evolução masculina de inscritos, resultado do curso de licenciatura curta em Ciência, muito procurado por homens.

[72] Entrevista concedida ao Projeto Memória de Universidade em Presidente Prudente – 30/03/1993. Institutos Isolados de Ensino Superior de São Paulo (1923-1976): memória e história. Entrevistadora Maria de Fátima Salum Moreira São Paulo: Centro de Documentação e Memória da UNESP- CEDEM /UNESP, 1993.

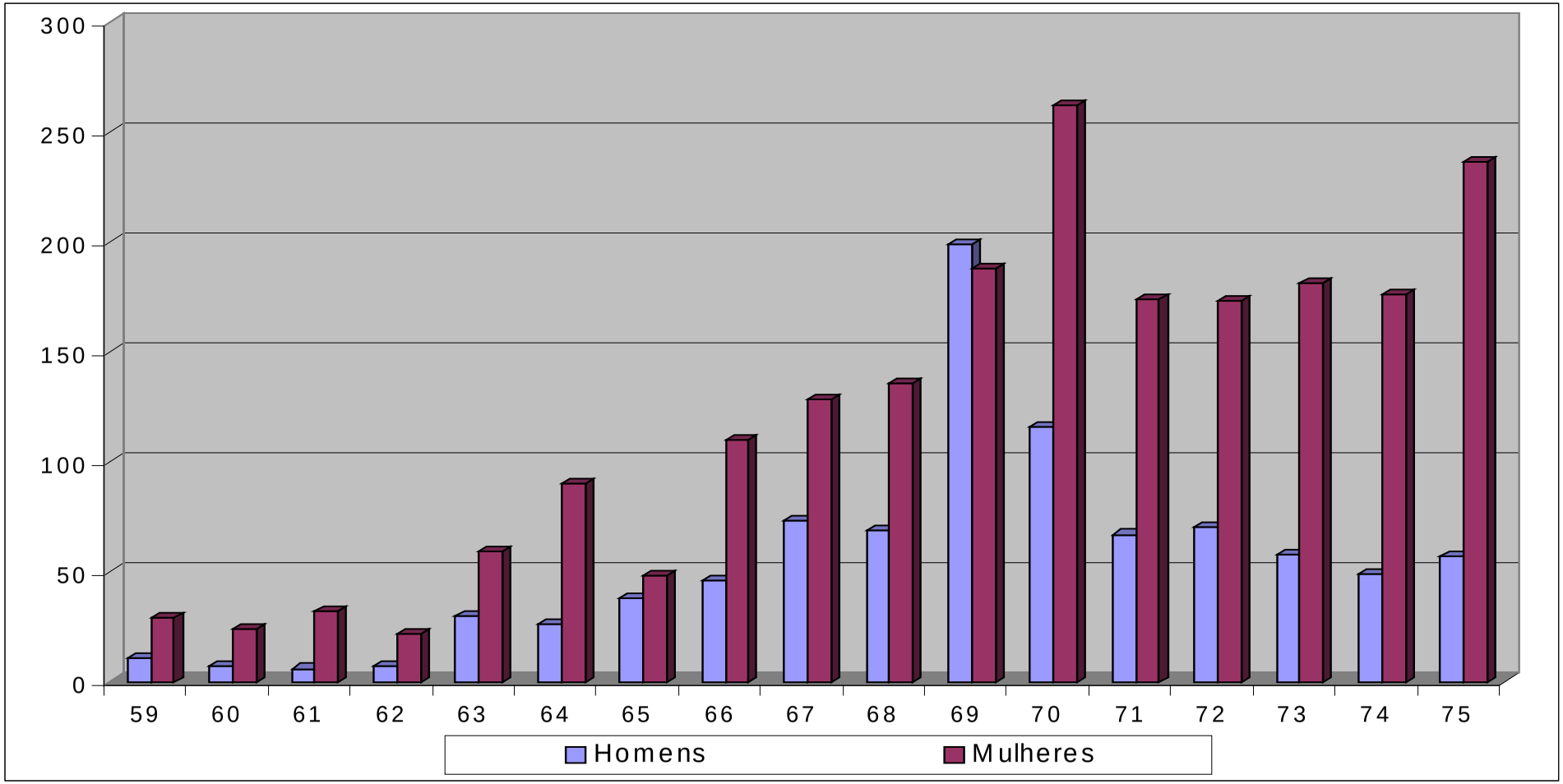


GRÁFICO 4- - Sexo dos inscritos nos vestibulares do IIES-FFCL de Presidente Prudente de 1959 a 1975

Em 1970, novamente a evolução do número de mulheres, principalmente procurando pelos cursos de habilitações que lhes abriam a campo de trabalho nas escolas normais e na administração de escolas.

Em 1959, 65% dos candidatos tinham mais de 20 anos, isto é, pessoas que haviam interrompido seus estudos e voltavam a buscar a escola, com a oportunidade proporcionada por uma escola superior pública e próxima ao local em que moravam. Foi o que constatei analisando informações dos prontuários dos candidatos inscritos. Eram pessoas que há anos tinham concluído o ensino secundário segundo ciclo. Quaglio (2002) informa que foi assim com ele e com muitos de seus colegas. Em sua turma, a de 1963, a maioria eram pessoas que já estavam trabalhando e também os de Geografia eram muitos que tinham apenas o Normal e lecionavam Geografia sem habilitação. A faculdade significou a oportunidade de se habilitarem para poderem prestar concursos. Eis uma indicação que o IIES - FFCL de Presidente Prudente significou, de fato, a ampliação do acesso ao ensino superior para a cidade e região.

Por meio do gráfico (GRÁFICO 5), pode-se observar que a porcentagem de candidatos com idade entre 21 e 30 anos era mais alta que a dos que tinham até de 20 anos em quase todos os anos, até 1970, o que indica que pessoas, mesmo com alguns anos de atraso, decorrentes dos mais variados fatores, ansiavam por ingressar no ensino superior e o faziam, quando surgia a oportunidade, e a criação do IIES-FFCL de Presidente Prudente foi decisiva para isso.

Um aumento significativo de pessoas com mais de trinta anos procurando a instituição, de 1970 a 1973, se verifica em razão dos cursos de habilitação criados na instituição por determinação de lei federal que exigia habilitação específica para professores dos componentes curriculares pedagógicos do curso normal, para diretores de escola, supervisores de ensino, orientadores educacionais. Vinham pessoas de várias regiões do

Estado e de outros estados para tentarem ingressar nessas habilitações, conforme pude observar, pelas informações nos prontuários dos candidatos. Era a escola, mais uma vez, contribuindo com a educação básica da região, do Estado e de outros estados, pois essas pessoas vinham em busca de habilitação principalmente para lecionar nos cursos de formação de professores de séries iniciais.

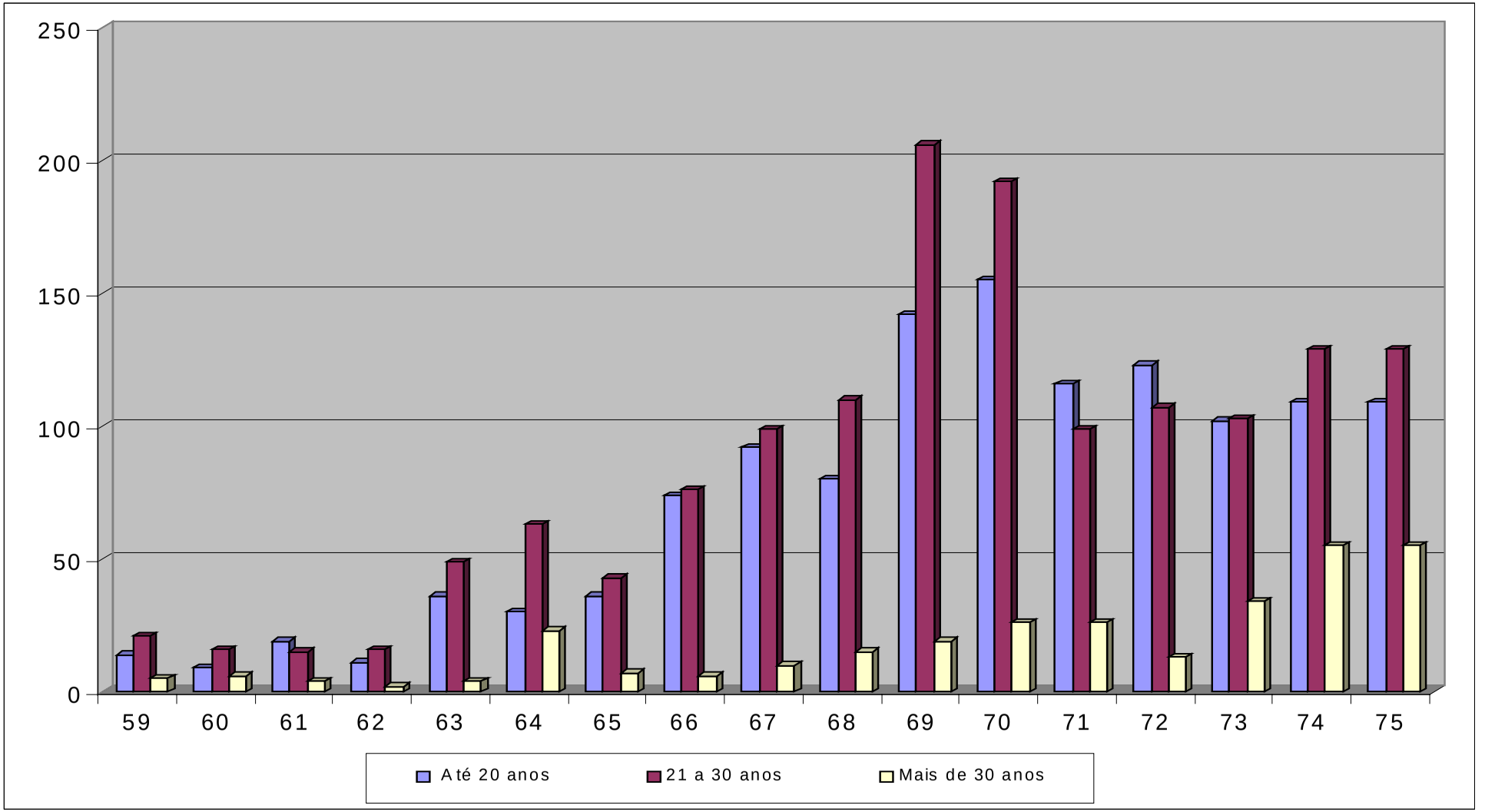


GRÁFICO 5 – Idade dos inscritos nos vestibulares do IIES-FFCL de Presidente Prudente de 1959 a 1975

7 O IIES-FFCL DE PRESIDENTE PRUDENTE E A DITADURA MILITAR

Dos 17 anos de existência do IIES-FFCL de Presidente Prudente, doze foram sob o regime de ditadura militar. Assim, os rumos oficiais da instituição estão quase todos inseridos nesse contexto ditatorial.

Também as lembranças do cotidiano escolar estão impregnadas do clima de repressão. Tais informações, ausentes nos documentos institucionais, só puderam ser resgatadas por meio de depoimentos orais, alguns deles já transcritos, compondo os arquivos do CEDEM.

Em se tratando de um período de repressão, da falta de liberdade de imprensa, em que só os donos do poder decidiam sobre os fatos que seriam divulgados, muitas informações preciosas deixaram, intencionalmente, de ser registradas. Por essa razão, foi importante recorrer a informações por meio da história oral, que "[...] tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas nos arquivos." (THOMPSON, 2002, p.16).

Assim, este capítulo foi construído, predominantemente, por meio de informações coletadas em depoimentos orais, pois eles é que permitiram a recuperação de fatos do cotidiano do IIES-FFCL de Presidente importantes para os professores e os alunos e que deixaram de ser documentados porque tais registros interessavam ao regime militar.

Com base nas informações que consegui, é possível perceber que o cotidiano da instituição, com a tomada do poder no Brasil pelos Militares em 1964, conforme atestam Cunha e Góes (1985), não foi coisa de amadores,

> O Estado que se organizava optou pela coerção (no sentido usado por Gramsci) como caminho para difundir a sua concepção de mundo. A chamada "limpeza de área" – na linguagem dos IPMs (Inquérito Policial Militar)- foi dirigida contra

> setores mais progressistas que, no governo anterior, tentaram alcançar hegemonia em sintonia com as classes populares/subordinadas, no bojo das campanhas das Reformas de Base. No campo da educação houve um corte profundo, pois, aos olhos do novo sistema, a educação *com* só poderia ser "subversão". Como fazer o controle do sistema educacional, através de técnicas que facilitassem a divulgação da nova ideologia condizente com os interesses do capitalismo?
>
> Novos mecanismos foram desencadeados: a repressão se abateu sobre os intelectuais comprometidos com as reformas, e o Estado foi buscar meios de criar novos quadros. Não precisou procurar muito. À mão estava a sua fonte de poder: a Aliança para o Progresso. A USAID[73], agência confiável, desincumbiu-se da missão. (CUNHA e GÓES, 1985, p.32)

Em relato oral, o professor Marcos Alegre (2001), que já trabalhava na instituição desde 1963, lembra que a faculdade, depois dos primeiros anos tumultuosos já estava caminhado para sua solidificação quando aconteceu o Golpe de 1964, que, para a instituição, seria fator dificultador.

O interventor, o diretor Sylvio Fernando Paes de Barros, que era Juiz de Direito na cidade, tinha, conforme já mencionei no Capítulo 5, um representante da repressão dentro da instituição: João Batista Camargo.

Tendo como base o fato de um diretor-interventor nomeado para dirigir o IIES-FFCL de Presidente Prudente, é possível calcular a crise que a faculdade sofreria na sua relativa autonomia a partir de 1964. Era uma autonomia apenas embrionária que ia se esboçando na sociedade brasileira com os primeiros *intelectuais orgânicos* e que a repressão ditatorial tentaria aniquilar, ou dos quais conseguiria a cooptação (MICELI, 2001).

A propalada reforma universitária, que viria com a Lei 5.540/68, tratando da autonomia da universidade, manteve, no texto legal,

> [...] o princípio da autonomia administrativa e financeira, apenas alterando a expressão autonomia didática para o didático-científico. Contudo, no dia-a-dia, não funcionou, pois a intimidação constante, a criação de assessorias de segurança dentro das universidades, a cassação de direitos políticos, a edição do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e o Decreto 477 de fevereiro de 1969, comprometiam um regime de natureza autônoma. (ALVIM, 1995 p. 20)

Neste ambiente repressor viveu Alegre (2001), também, em Presidente Prudente. Se dois professores trocassem o dia de dar suas aulas, mesmo que para melhor

[73] United States Agency of International Development

resultado pedagógico, eram advertidos. Lembra que certa vez solicitou uma sala para que pudesse realizar seus estudos, e a resposta foi “Como o senhor precisa de local para estudar? O senhor não é formado?”. Outra vez, quando o professor solicitou dois estereoscópios de espelho para aquisição de fotos aéreas, ele recusou o pedido alegando que era absurdo um professor fazer dois pedidos ao mesmo tempo.

Como havia vários professores comissionados, da rede pública estadual, era preciso renovar o comissionamento todos os anos. Houve um ano em que esse secretário não fez a renovação. Engavetou os documentos por oito meses, e, em razão disso o professor Bonilha, por exemplo, teve que voltar para seu cargo, o que lhe causaria, posteriormente, prejuízos para a aposentadoria.

Certa vez, o professor de Cartografia, e Topografia, cujo nome não foi mencionado por Alegre, adiantou, no sábado, as aulas que daria na semana seguinte, dia 10 de junho de 1966, uma sexta-feira após um feriado de Corpus Christi, para que os alunos que moravam fora pudessem viajar sem prejuízo do dia letivo. Segundo Alegre (2001) se o professor não fizesse isso, os alunos, de qualquer modo, não compareceriam na sexta-feira. Dariam falta coletiva.

O secretário pôs falta para o professor, sob a alegação de que seu ato visava “[...] implantar a desorganização na esfera administrativa dessa faculdade.”. O professor requereu efetivo exercício ao diretor da escola. O diretor solicitou informação sobre o assunto ao Coordenador do curso, Marcos Alegre. Tive acesso ao manuscrito de cinco laudas, com data de 12 de setembro de 1966, assinado por Marcos Alegre, em que respondeu ao diretor em um ofício.

O professor Alegre (1966)[74], explicou ao diretor que o professor havia aproveitado os dias de feriado prolongado para

[74] Ofício manuscrito dirigido ao diretor do IIES-FFCL de Presidente Prudente,

> [...] viagem à região de influência de P. Prudente. Como não possui condução própria fica na dependência de oportunidades que surgem, a mais das vezes, inesperadamente , razão pela qual não houve tempo hábil para solicitação anterior. Nestas condições o pedido Só poderia ser “a posteriori”.

Explicou que não houve prejuízo das aulas que tinham sido repostas antecipadamente.

Alegre (1966) argumentou que

> Este foi um fato normal, corriqueiro em qualquer Faculdade em que se façam estudos de Geografia, mas que provocou aqui um drama de transcendental importância, capaz mesmo de “ implantar a desorganização na esfera administrativa desta Faculdade”
> Ora, Senhor Diretor, já em meu tempo de acadêmico cheguei a assistir a aulas em domingos e feriados de modo a liberar dias úteis necessários a pesquisas de professores e alunos. Era comum haver trocas, permutas, agrupamentos antecipações, adiamentos de aulas, tudo no interesse do ensino e da pesquisa. E esta prática, nociva no entender de alguns, ocorria, como ainda ocorre na Universidade de São Paulo e nunca se falou ali em desorganização administrativa e nunca se soube, por ser absolutamente inadmissível que a secretaria da Faculdade interferisse nos trabalhos docentes.

A seguir, Alegre expôs as peculiaridades do curso de Geografia e a necessidade de observações *in loco* e que conhecia bem outras universidades e em nenhuma delas se falava em desorganização administrativa decorrente das trocas e permutas, em função da própria pesquisa.

Argumentou, ainda, que o fato de os alunos, ao invés de simplesmente faltarem, preferirem antecipar as aulas indicava o grande interesse que eles tinham pelo estudo.

Não tive acesso a informações sobre as razões do secretário para sua atitude, mas pelo manuscrito de Alegre, infere-se que o secretário alegou a falta de registros no diário do professor.

> [...] quanto à conduta do professor no que diz respeito às anotações de aula na caderneta de classe. Deixa de faze-lo, pelo menos por enquanto, levando à conta do excesso de zelo e desconhecimento, por certo, por parte do Senhor Secretário, de certas particularidades próprias do ensino superior e inerentes mesmo ao funcionamento de uma Faculdade de Filosofia.

Pode-se inferir, também, que era hábito desse funcionário interferir nos trabalhos docentes. Ao final, Alegre perguntou: “Os altos interesses do ensino e da pesquisa estarão acima ou abaixo dos interesses da Secretaria?”.

Essa seqüência de fatos nos dá a medida da interferência burocrática, típica do período de repressão, a emperrar o trabalho pedagógico, a criar um clima de insegurança no ambiente escolar.

Configurou-se localmente o mesmo mecanismo que Cunha e Góes (1985) constataram em sua analise dos efeitos do golpe na educação do país:

> Professores e estudantes universitários foram expulsos das instituições onde lecionavam ou estudavam. A denúncia de professores às comissões de investigação passou a ser um instrumento a mais de política universitária. A Universidade de São Paulo, das mais antigas, a maior e a mais conceituada das universidades brasileiras, foi palco dessa tenebrosa prática. O reitor Luis Antônio da Gama e Silva, Ministro da Justiça e da Educação nos primeiros dias do governo golpista, aproveitou o período de caça às bruxas para demitir professores que lhes faziam aposição e consolidar seu poder na universidade. (CUNHA e GÖES, 1985, p 37)

O professor Marcos Alegre (2001) lembra ainda que tudo era motivo para se rotular professores e alunos, estando livres disso apenas os professores que eram padres, que tinham vindo da PUC, com o primeiro diretor:

> Todo professor da Faculdade de Filosofia, com uma ou outra exceção, quase que por definição, era comunista. Essa idéia que esse pessoal tinha, então nós vivíamos sempre ali, pisando em ovos [...] um determinado professor nosso [...] lá embaixo da rua apontava para o prédio e dizia “esse antro de comunistas vai acabar, vai acabar, porque a redentora chegou”, a redentora era a revolução. Então vivíamos num clima assim.

Vaidergorn (2003), analisando a relação das FFCL do interior com a comunidade nestes tempos de repressão, constata o mesmo que se verificava em Presidente Prudente

> [...] surgiu um fosso entre professores vindos “de fora” da cidade, com seu comprometimento agressivo, questionador mesmo de relações sociais e familiares de uma cidade conservadora, provinciana e semi-rural, e os componentes dos poderes políticos e sociais locais, ameaçados em sua autoridade pela renovação que a FFCL poderia representar para esse grupo do poder local. Traduzindo um sentimento comum a outras FFCL-IIES, a Faculdade não correspondia à sua aspiração de classe. Seu desejo era ter uma escola superior para ilustração de suas filhas casadoiras como uma marca de classe e não para questionar o sistema de valores predominantes nem formar trabalhadores intelectuais. Mesmo o argumento usado para convencer as elites locais, de que era necessária uma FFCL na cidade para que suas filhas não fossem obrigadas a conviver com os marxistas e positivistas da USP, terminou entrando em contradição [...] (VAIDERGORN, 2003, p.194-195)

Os professores do IIES-FFCL de Presidente Prudente que, no início eram, a maioria da PUC de São Paulo, trazidos por Fonseca, foram, gradativamente, saindo e entrando professores da USP, discípulos de Florestan Fernandes, por exemplo, um intelectual também perseguido pelo regime militar.

Até do carro da faculdade falavam, por ser vermelho, que era comunista. De 1964 a 1968, período em que houve, segundo Alegre (2001), Marques (2003) e Teixeira (2003), cerca de dez vistorias da polícia militar, diretor e professores ficaram amigos do delegado. Assim, ele ligava para a faculdade quando recebia telegramas com ordens de fazer vistoria no campus, informou Alegre (2001).

Quando a polícia vinha,

> [...] vasculhava sala, vasculhava biblioteca, procurava livro, não sei o que, muita coisa a gente escondeu. Livro que tinha capa vermelha era suspeito, mesmo que fosse a bíblia. A gente, dentro da ciência, tem de analisar tudo o que se refere à ideologia e políticas [...], mas falar em marxismo era pecado mortal e, por isso, sobretudo o pessoal das áreas de humanas, “andava pisando em ovos”. (ALEGRE, 2001)

Em 1968, ocorreu o movimento estudantil francês, a *Revolução de Maio*. Naturalmente, como chegou a outros lugares, esse movimento chegou ao Brasil. Se, segundo Jacques Baynac, “Maio de 68 não foi provocado pela penúria, mas pela abundância”. (apud MATOS, 1981, p.8), no Brasil, o movimento estudantil, que vinha desde 1964, em reação à repressão do governo golpista, aderiu aos lemas dos franceses, contra a situação em que se vivia , na época, sob a ditadura militar, nitidamente de direita.

A França havia sofrido uma explosão demográfica de 1946 a 1968, tendo aumentado dez vezes o número de jovens em idade universitária. O movimento de jovens estudantes, para quem é comum contestar valores de sua sociedade, em todos os tempos e em todos os países, seria, naquele contexto, de grande peso, chegando a custar o enfraquecimento do General De Gaulle, e seria referência para outros movimentos estudantis em outros países.

O movimento teria começado porque o reitor da Universidade de Nanterre, onde havia 12 mil alunos, proibiu os rapazes de visitarem as moças em seus apartamentos, num momento em que os jovens vinham protestando contra a segregação sexual. Liderados por Daniel Cohn-Bendit, um judeu-alemão bolsista, Dani le Rouge (por seu cabelo vermelho), o movimento tomou proporções que resultou em confronto entre estudantes e a tropa de choque, com estudantes jogando paralelepípedos arrancados das ruas a e polícia lançando gás lacrimogêneo, com 596 prisões , 350 policiais feridos, em 40 barricadas erguidas na margem esquerda do rio Sena que deixariam Paris em chamas nas noites de 10 e 24 de maio.

Aos brados pela revolução sexual, juntaram *Aqui termina a liberdade!; Nem Mestre nem Deus!; O Vietcongue vencerá! Amemo-nos uns sobre os outros; Somos todos raivosos; Corre, camarada, o velho mundo está atrás de ti!; Mesmo se Deus existisse, seria preciso suprimi-lo; Abaixo os jornalistas e aqueles que querem manejá-los; Os sindicatos são bordéis; A liberdade é o crime que encerra todos os crimes; Aqueles que fazem as revoluções pela metade nada mais fazem do que cavar seu túmulo; De Gaulle, demissão* e, destacando-se dos demais, o que ficou como marca registrada do movimento: *É proibido proibir*.

Com o silêncio da *Office de la Radio Télévison Française,* (ORTF, estatal), os franceses teriam ficado sabendo da situação por meio de rádios de Luxemburgo e de Monte Carlo, que mantinham unidades móveis em Paris. Os funcionários da rádio oficial, constrangidos, envergonhados e revoltados declararam-se em greve geral em prol da liberdade de informação.

Aa universidades foram invadidas e as aulas, suspensas. A União dos Estudantes da França (UNESF) e o Sindicato Nacional de Ensino Superior (SNESUP) convocaram greve por tempo indeterminado. Greves gerais, não só de universitários, estouraram por toda a França.

O General de Gaulle, vitorioso da segundo guerra, figura histórica consagrada, que parecia resistir a tudo e todos, abalou-se com Revolta Estudantil de Maio de 1968. Fez um apelo dramático ao exército, que aceitou apóia-lo e, sentindo-se vencedor, anunciou, pelo rádio e televisão, a dissolução da Assembléia Nacional e disse que não renunciaria. Convocou eleições gerais, que foram realizadas em dois turnos, a 23 e 30 de junho de 1968, saindo vitorioso, porém sem poder absoluto anterior à Revolta Estudantil.

> Os dias de Maio assistiram a uma "contestação permanente" que incentivou a imaginação, golpeando ao mesmo tempo o conformismo burguês e o conservadorismo revolucionário.[...] Todos os mitos revolucionários, da Revolução Francesa ao "romantismo revolucionário de um Rimbaud – morto nas selvas da África traficando armas – ou de um Che Guevara. [...] uma ação revolucionária conjunta, que recusou a organização de um partido, mas aceitou livremente a adesão na ação de todas as correntes revolucionárias. (MATOS, 1981, p.67)

O significado do movimento na França foi predominantemente cultural. As primeiras manifestações dos jovens brasileiros também ocorreriam culturalmente, na USP, propagando-se pelo interior do Estado, mas carregado de protestos políticos, contra a repressão militar.

> Começa uma movimentação danada, estudantes revoltados contra tudo e contra todos. Era um período de grande efervescência nos meios acadêmicos. Mas era também uma forma de combater a ditadura. De permeio o movimento feminista. [...] O movimento podia ser puro, politicamente esquerdista e em luta contra a ditadura, mas foi totalmente desvirtuado por muita gente que nem sabia o que era esquerda ou direita. [...] Foi um "deus nos acuda" isto aqui. Reuniões pela manhã, à tarde e à noite quase todos os dias. Havia professores que apoiavam e outros que eram contra e viam no movimento apenas uma forma dos alunos fugirem das aulas. Havia também o receio da ação policial, já que o país vivia numa ditadura. Eram muitos os protestos e reivindicações do corpo discente."(ALEGRE, 2001)

Os alunos de Presidente Prudente recebiam orientações dos alunos da USP para o movimento. Os representantes do diretório acadêmico vinham a Presidente Prudente, traziam apostilas e documentação de caráter marxista.

A polícia, que estava sempre vigiando a instituição e o movimento de alunos e professores, certa vez foi fazer uma vistoria no Centro Acadêmico, que ficava no quarto andar do prédio onde estava instalada a instituição, a procura de material subversivo.

Tiziano (2004) lembra que era dia de eleição da UNE (União Nacional dos Estudantes), entidade que se mantinha na clandestinidade, e a polícia tentava pegar os estudantes votando em flagrante. Marques (2003) conta que, vendo, da janela, que os policiais estavam chegando, esperou alguns minutos, o tempo para que eles fizessem a vistoria no pavimento térreo, e jogou os papéis e a urna no buraco do elevador, que não funcionava, de forma que a polícia não encontrou nada no quarto andar.

Outra vez, invadiram o Centro Acadêmico e encontraram uma apostila cujo conteúdo discorria sobre o marxismo e os ideais do socialismo. Vários alunos foram presos, afirma Alegre (2001) e, em seguida, liberados com recomendações intimidatórias. A idéia, segundo Teixeira (2003) e Spósito (2003), era mesmo amedrontar os alunos. Várias vezes o diretor e o vice- diretor foram, de madrugada, “tirar alunos da cadeia”.

Segundo Sanfelice (1986), como parte do movimento, “[...] estudantes de diferentes locais ocuparam os prédios das faculdades, contando com o apoio, em muitos casos, de professores solidários que programavam cursos livres.”(SANFELICE, 1986, p.147).

Em Presidente Prudente, também, os alunos do centro acadêmico, por instrução dos alunos da USP, reivindicavam aos professores estudos sobre marxismo. Segundo Abreu (1989), pressionaram professores e direção para a realização de um curso-piloto. Depois de várias reuniões, o diretor concordou em fazê-lo.

> Eu mesmo dei aula nesse Curso Piloto falando sobre comunismo na China. Lembro-me que os alunos não gostaram muito quando eu falei que lá não havia férias escolares como aqui quando o pessoal ia à praia, porque, no período de férias, os alunos das universidades da China tinham que trabalhar na lavoura. (ALEGRE, 2001)

O diretor José Ferrari Leite, segundo Alegre (2001) e Teixeira (2003), teve muita habilidade para contornar a situação do movimento dos alunos. Assim, não houve muitos problemas de natureza física, propriamente, como acontecia na USP, onde havia confrontos com a cavalaria da Polícia Militar.

O *nefasto* secretário, conforme Alegre (2001) a ele se refere, que não tinha sido avisado do curso-piloto, entrou com uma representação[75] contra o diretor no Conselho Estadual de Ensino Superior (CEES), alegando que ele era conivente com o movimento. O diretor, José Ferrari Leite, e o vice-diretor, Marcos Alegre, foram chamados no CEES e os conselheiros exigiram que eles fossem mais duros com os alunos. Segundo Alegre (2001), sua resposta, "[...] se tivesse que dar aula com soldado na porta, não daria aula porque eu não considerava os alunos meus inimigos.", foi motivo para ser hostilizado várias vezes quando ia tratar de alguns problemas no CEES.

> Havia os líderes que abraçavam ideologia de esquerda e pretendiam lutar contra a ditadura e o *Status quo.* Sob muitos aspectos eles tinham razão, porque o ensino era ruim[76]. Era época de transformações. Em certos cursos, como Geografia, por exemplo, estava mais ou menos fechada em si mesmo, quase toda a bibliografia era em língua estrangeira e havia muita dificuldade para o aluno estudar[...] (ALEGRE, 2001)

Foram formadas comissões de professores e alunos para organizar um grande debate que implicasse na remodelação da estrutura universitária, dos currículos e programas, dos métodos de ensino, a fim de adequar a escola à realidade nacional. A essa movimentação, segundo Abreu (1989), logo aderiu uma parcela de professores, ficando, porém, a maioria reticente e uma minoria abertamente contra. Aconteceram inúmeras reuniões plenárias e de estudos, conforme os jornais locais registraram.

Segundo Abreu (1989) a formação de um alunado crítico, objetivo importante da instituição, ficou patente nas participações deles, verificando-se, muitas vezes, melhor preparo de alguns alunos do que de alguns professores para repensar criticamente a situação nacional e escolar.

Para evitar que professores com este perfil ingressassem na universidade,

> Todos os professores ou candidatos ao magistério eram considerados suspeitos de subversão, até que mostrassem o contrário. Tinham de provar que sobre eles não

[75] Não consegui encontrar registros, entre os documentos arquivados na FCT de Presidente Prudente, que comprovam que esta representação aconteceu. Isso é compreensível, pois os registros, no período de repressão, eram sigilosos.

[76] A dificuldade para se importar livros era sentida pelos alunos, pois não tinham acesso a muitos autores importantes para sua formação.

> recaía culpa de subversão. [...] passaram a exigir dos candidatos ao magistério, mesmo à precária categoria de colaborador, a apresentação do "atestado de ideologia", emitido pelas delegacias de ordem política e social das secretarias estaduais de segurança pública.(CUNHA e GÓES, 1984, p.39)

Segundo Alegre (2001)[77], os professores realmente de linha radical, logo iriam embora da instituição, o que significou grandes perdas para o corpo docente, porque não tinham ambiente para trabalhar com o secretário João Batista Camargo, sempre vigiando e denunciando.

Certa vez, quando Marcos Alegre substituía o diretor, a Polícia Militar chegou à escola.

> Ficamos na diretoria conversando. Num momento pedi licença para ir ao banheiro e, por sorte passou um professor, o colega Márcio Teixeira, "Márcio, avisa o pessoal lá que a polícia está aqui" mandei trazer café , e ficamos conversando amenidades; o campus estava muito bonito, a faculdade estava progredindo, nós estávamos de parabéns não fosse o problema com os alunos etc e tal. A conversa durou uns 45 minutos e disse depois o capitão; " Bom, professor, eu tenho a impressão que os alunos já limparam tudo lá, no centro acadêmico. Podemos ir, não é? (ALEGRE, 2001)

A irreverência, típica de alunos, segundo Alegre (2001), muitas vezes dificultava as negociações da direção com a polícia.

> Certa vez a polícia chegou. Eram uns 20 homens da Polícia Militar na rua, enfileirados, e aí nós telefonamos para vários professores que podíamos avisar. Então veio o Fernando, veio o Reinaldo, já falecido, o Armen, que trabalhava conosco na época, o Bonilha, o Dióres e mais alguns [...] fizemos uma espécie de parede entre os soldados e os alunos e fazendo negociação [...] Aí alguns alunos mais irreverentes se põem a xingar os soldados , "Meganha fdp etc" ... "Bom gente, nessas condições nós vamos embora", disse eu. "Assim não dá para negociar." (ALEGRE, 2001)

No final, o capitão acabou rindo muito e mandou o pessoal ir embora. Alegre (2001) entendia que a polícia fazia as *batidas* por que era a ordem que recebia, mas estava mais do lado deles que do golpe.

Spósito (2003) confirma o que disse Alegre (2001). Ele lembra que o diretor foi, muitas vezes, chamado na polícia, para saberem o que estava acontecendo na faculdade. Ele procurava proteger a faculdade.

[77]Abreu, em todo o seu texto não cita nomes. Mesmo quando se refere José Ferrari Leite, a quem elogia, diz "o quinto diretor"

> Quando a polícia chegava, ele mandava limpar tudo. Isso aconteceu várias vezes. Em 72 teve o encontro nacional da AGB de nível nacional. Veio uma estrangeira, uma francesa, e outra não sei de onde. Portanto, foi um evento muito grande, mais de 800 pessoas e a grande discussão daquele momento sabe o que foi? Os projetos militares. Todo dia, o diretor [...] tinha que ir a polícia dizer o que aconteceu. Ele tinha que chegar lá e perguntar "O que vocês querem saber? Aconteceu isso, isso e isso." Porque havia estes projetos gigantescos, Ponte Rio - Niterói, Transamazônica. O pessoal dizia que era gastar muito dinheiro pra nada. Na verdade a Transamazônica deu em nada, mesmo. (SPÓSITO, 2003)

Segundo Abreu (1989), em denúncia feita pelo secretário, ele teria levado às autoridades documentos nos quais as Forças Armadas eram criticadas, resultando uma comissão de inquérito montada pela Secretaria da Educação, razão pela qual o diretor e vice-diretor foram chamados.

Outros professores também foram chamados, triste momento, segundo Abreu (1989), pois

> A devassa foi uma triste oportunidade para revelar a fraqueza de caráter de alguns professores diante da repressão e que haviam se posicionado como dos mais radicais durante o episódio. O processo acabou penalizando principalmente o quinto diretor da Escola, acusado de conivente por omissão.
> Acredito que a compensação moral foi o depoimento de grande número de professores que testemunhou a sua correção, equilíbrio e bom senso na administração de uma situação delicada para a Faculdade e para nós.(ABREU, 1989, 89).

O professor Bonilha (2001) lembra que, no período de repressão, quando havia concursos, não se sabia qual era o mecanismo para as instâncias superiores decidirem sobre a contratação, ou não, de um professor, pois tudo era sigiloso. Se um professor fazia perguntas sobre o processo de contratação, ou a razão de sua demissão, e a coordenação, ou a direção ia indagar, a resposta era "não podemos informar". O professor nem podia se defender, porque não sabia por que razão não estava sendo aceito, em caso de contratação, ou demitido, ou acusado, em caso de professores já contratados, porque não havia a acusação.

Também se configurou em Presidente Prudente na seleção de professores a serem contratados o que, segundo Cunha e Góes (1985), acontecia na USP:

> Até mesmo a competição propriamente acadêmica passou a ter mediação da repressão política. Em 1964, Florestan Fernandes, o grande sociólogo da USP, preparava-se para disputar uma cátedra de sociologia naquela universidade. Para isso, tinha uma brilhante tese sobre a integração do negro na sociedade de classes, que veio a receber, posteriormente, importante prêmio internacional. Seu oponente,

> ao contrário, era uma pessoa cuja bibliografia a história da universidade não registra. Tinha, entretanto cacife de ser amigo do governador golpista Adhemar de Barros. Pois bem, por interferência do governador, Florestan Fernandes foi preso às vésperas do concurso, o que deixava sem competidor o obscuro pretendente. Mas, como nos primeiros tempos do período do governo autoritário ainda havia algumas áreas de liberdade, a opinião pública reivindicou a imediata libertação de Florestan Fernandes. Solto a tempo, frustrou-se a conspiração policial-acadêmica, e Florestan Fernandes conquistou a merecida cátedra.
>
> Pouco tempo, porém, nela permaneceu, pois a onda repressiva acionada pelo Ato Institucional nº 5 aposentou-o, retirando da USP e do meio universitário brasileiro um dos mais férteis de seus cientistas sociais. [...] Funcionários do MEC, das secretarias estaduais e municipais de educação, e simples professores também foram demitidos ou, se mantidos em seus cargos, ameaçados constantemente, na tentativa de se obter, pelo medo, seu consentimento ao novo regime.(CUNHA e GÓES, 1985, p. 38)

Diferente do caso de Florestan Fernandes, porém, em Presidente Prudente, as razões de determinados professores não serem contratados nunca foram conhecidas.

Eliseu Savério Spósito (2003), então aluno, conta que a Delegacia de Ensino agia com preconceito em relação aos formados pelo IIES-FFCL de Presidente Prudente, notadamente, os de Ciências Sociais, e tinha privilégio quem fazia Geografia na APEC. A data da atribuição de aulas não era divulgada. Eles tinham que passar todos os dias na delegacia para saber quando ia ser a atribuição, quem deixava de ir lá um dia, quando voltava, ficava sabendo que a atribuição já tinha acontecido. Os alunos entendiam que o que contava não era a competência, mas a indicação. Isso que eles sofriam, denunciavam no jornal do Diretório Acadêmico “3 de Maio”, o *Carcará*, inspirado no Jornal *Movimento*, do partido de oposição, MDB (Movimento Democrático Brasileiro), órgão informativo que teve seu primeiro número em março de 1976.

Segundo Spósito (2003), todo aluno era considerado comunista, mas, na verdade, nas manifestações não havia nenhuma conotação partidária tão grande como o pessoal falava, eram muito poucos. A maioria eram jovens sonhadores procurando uma maneira de sobreviver, pois eram tempos difíceis, em que para se conseguir um emprego, depois de formado, para poder lecionar, era necessário atestado de antecedentes criminais, como se o aluno fosse um criminoso.

Uma vez o Delegado de Ensino convocou o pessoal do Diretório Acadêmico que produzia o *Carcará* para deporem na Delegacia de Ensino. Eles não atenderam à convocação.[78]

Spósito conta que em cada sala de aula do IIES-FFCL de Presidente Prudente havia um militar, matriculado como aluno. Na sua turma havia um policial rodoviário e um telegrafista; na turma de Encarnação Spósito, hoje sua esposa, havia dois policiais militares da infantaria; na turma de Mauro Bragato havia um delegado. Em cada ponto, havia alguém ligado a alguma corporação.

Segundo Spósito, eram alunos fracos. Não se compreendia como tinham sido aprovados no vestibular. O lado negativo, segundo Spósito, era que os alunos sentiam essa "paranóia", eles querendo vigiar todos, e todos se sentindo vigiados.

Spósito (2003), porém, entende que o fato de estes espias estarem matriculados, convivendo com os alunos resultou, também, em algo positivo, que ajudou os próprios alunos a não terem problemas com a polícia. Como conseqüência do convívio, eles tornavam-se amigos da turma, jogavam futebol juntos, comprovando, muitas vezes, que não havia nada de subversivo nas atitudes dos alunos. Com isso acabavam prevenindo-os, avisando-os quando tinha algum problema.

Pelos prontuários, foi possível confirmar o que disse Spósito. Havia um aluno matriculado, em 1972, no curso de Ciências Sociais, que tem, no histórico, foto com uniforme militar. Tratava-se de um jovem de 27 anos que freqüentou regularmente, durante o ano, apenas as aulas de Política, reprovando em todas as outras disciplinas e abandoando o curso**.** (ANEXO A)[79]

---

[78] A atitude do delegado de ensino, hoje totalmente absurda, não era naquela época, em que todos os cargos de direção, de confiança, eram ocupados por , interventores " comparsas da ditadura" , conforme afirmou Spósito.

[79] Os históricos escolares e requerimentos aqui apresentados foram xerocopiados com autorização da administração da UNESP-FCT de Presidente Prudente , desde que p reservada a identidade dos alunos.

Outro aluno de 35 anos, de nome Anésio, requereu, em 1970, matrícula, sem vestibular, no 3º não de Ciências Sociais, por ser formado em Direito pela PUC de Campinas. Declarou-se Delegado de Polícia lotado em uma Delegacia de Polícia da região Presidente Prudente. Freqüentou, durante o ano, apenas as aulas de Antropologia Cultural e abandonou o curso.(ANEXO B)

Outro aluno, também delegado de polícia, de 32 anos, matriculou-se, em 1973, no curso de Ciências Sociais e freqüentou-o, de modo irregular, até 1977, sem concluir o curso. (ANEXO C)

Entre os prontuários, encontram-se outros alunos com mais de 30 anos, que freqüentavam somente algumas disciplinas do quadro de Ciências Sociais, pois, nas demais disciplinas, tinham quase 100% de ausência e não tinham notas. Nenhum destes concluía os cursos.

Eles, que vinham com a função de vigiar, passaram, segundo Spósito (2003), a ter uma forma de intermediação e os alunos começaram a se beneficiar disso. De vez em quando eles falavam que alguém ia aparecer, para os alunos não fazerem nada que pudesse ser avaliado como subversivo. Havia um desses policiais chamado Hugo, hoje com cerca de 70 anos de idade, que, segundo Spósito, tornou-se “grande pai” da turma.

Quanto a desaparecimentos de alunos, Spósito (2003), afirma não se lembrar de nenhum caso, pois viajava para São Paulo, para as manifestações e não tinha problema algum. Lembra-se, porém, que antes de entrar na faculdade, o seu professor, Rafael Campos Bezerra, de Pirapozinho-SP, que também dava aula no IIES-FFCL de Presidente Prudente falava de alunos desaparecidos. Eram turmas de 1967, 1971, 1972, que *pegavam pesado*. Falavam em alunos que tinham fugido, ou desaparecido. Carlos Perucci (2004) lembra-se que um de seus colegas de turma, Dionísio, que foi presidente do Centro Acadêmico “3 de Maio”, teve que desaparecer da cidade por algum tempo.

Spósito, que era sócio da AGB (Associação dos Geógrafos do Brasil), conta que, nos encontros da associação, o professor Roberto Benjamim, de Osvaldo Cruz –SP, que conhecia todos os associados, avisava aos alunos quem era estranho, provavelmente espião, para eles conversarem com estas pessoas à vontade, mas não falarem em política. Além disso, os alunos procuravam andar todos juntos para se protegerem.

> Mas essa efervescência era em todos os lugares, era um pouco de vontade para estar na jogada. Em 64 eu fazia o 1º Científico. Naquele tempo tinha Sociologia e Filosofia. O professor era Adilson, que depois seria vice-prefeito aqui. Eu fiz uma prova e escrevi sobre os Estados Unidos, que havia um domínio e que eu era contra este tipo de domínio. Ele me chamou depois que todos alunos receberam a prova, eu fui o último, e me orientou para não escrever mais naquela linha crítica. (SPÓSITO, 2003)

Horimoto (2003) lembra-se do episódio do livro da professora Maria da Conceição D'Incao:

> Era um livro muito requisitado pelos alunos, depois determinaram a queima, tudo isso muito escondido. *O Capital*, de Karl Marx; *Os dois Brasis*, de Lambert, *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, também eram muito procurados pelos alunos. Era uma lista de espera enorme na biblioteca, para retirada destes livros, mesmo durante a ditadura, e a instituição se arriscando para isso.

Alegre (2001), ao falar da perseguição a professores, entre eles a Maria da Conceição D'Incao, lembra que, por duas vezes, a faculdade tentou contratar Milton Santos, também perseguido, sem conseguir. O processo voltava, sem ter sido escrito nada, sem explicar nada, simplesmente as coisas não aconteciam.

> O caso da Conceição, por exemplo, é o mais visível. Ela terminou a tese de doutorado sobre os problemas do campo e os contrastes com a vida urbana. Nessa época, fins da década de sessenta e início da década de setenta havia uma movimentação muito grande na agricultura. Sobretudo, os pequenos agricultores, parceiros e assalariados viviam fase de angústia com os problemas surgidos com as mudanças advindas ou conseqüências da chamada modernização da agricultura. Gente perdendo emprego, vendendo as propriedades migrando para outras regiões ou para a cidade. As pesquisas da Conceição mostraram a realidade dos fatos, colocando em evidência a figura do bóia-fria. Como socióloga ela procurava estudar estes fatos trazer à luz os problemas. Sua tese foi transformada em livro, falando da acumulação e miséria. Aquilo foi um furor na época, e começou numa reunião da SBPC em Belo Horizonte, e era um libelo contra o governo. A tese foi transformada em livro publicado pela Editora Vozes em co-edição com a nossa faculdade. O livro teve grande repercussão, e creio que incomodou o governo. O diretor aqui era o professor Litholdo, o Alvanir era o vice, e o Alvanir endossou e assinou o convênio da co-edição. Nós recebemos aqui, para venda, 800 exemplares desse livro. E recebemos ordem para encaminhar todos a CESESP [...] para destruição.[...] foi um tremendo retrocesso. Era de fato a ditadura. Eu escondi uns 10 exemplares que distribuí para alguns amigos. E a Conceição foi aconselhada a ficar quietinha no seu canto para evitar problemas. Então o Alvanir recebeu as pauladas em forma de

> recriminação do coordenador, que se propôs a defendê-lo perante as autoridades. Não entenderam, ou precederam ou quem sabe, não puderam entender que a publicação de uma obra com a repercussão que ela teve serviria para engrandecer a faculdade.[...] esse era o retrato da época ditatorial, então as vezes não dá para a gente criticar alguns que fizeram esse papel porque era uma questão de sobrevivência. (ALEGRE, 2001)

Spósito (2003) também lembra que Marx era proibido, mas, mesmo assim, eles liam. Dentro da faculdade, ele só iria ler Marx em 1977, mas se a polícia aparecesse, os livros seriam apreendidos e os alunos, presos.

Sobre as leituras no período em que foi aluno do IIES-FFCL de Presidente Prudente, Bragato (2002) diz:

> Com o professor da área de política, nós fazíamos leituras de todas as escolas, na área de economia [...] eu fiz uma disciplina no curso. Optei por Economia Política e era um curso todo sobre O Capital. Na verdade, o conteúdo do currículo de nossa escola era diversificado. Não era uma orientação marxista, não tinha essa... até porque , na época tínhamos dificuldades de ter literatura. Estudávamos tudo. Foi um aprendizado muito grande no curso de Ciências Sociais. O primeiro ensinamento importante é que você tem que ler tudo para você poder ter opinião própria.Você tem que ler tudo, não sendo dogmático, porque em tese, você vai ser um cientista social, então, eu, em particular, tive uma experiência muito importante.

Certos livros, como, por exemplo, *Educação e luta de classe*, de Aníbal Ponce, que estavam disponíveis quando Grigoli (1993) era aluna, haviam sido recolhidos e proibidos quando ela voltou como professora, em 1970. O acesso a essas obras só ocorria clandestinamente. Também não havia obras de Bordieu e Passeron, Althsuer, Sniders e Stablet disponíveis na biblioteca.

Silva Jr. (2003) lembra que no tempo em que trabalhou no IIES-FFCL de Presidente Prudente, liam Antonio Cândido, Luiz Pereira. Paulo Freire, só seria lido nos anos 80, na UNESP.

Horimoto (2003) lembra que muitos alunos, em razão de sua participação nos movimentos, foram muito prejudicados.

> O Cirton Genaro fez o curso de Ciências Sociais, mas “cortaram” o diploma dele. Ele não podia lecionar, não podia exercer qualquer atividade pública, justamente porque ele foi apanhado lá ... em congressos dos alunos o que era proibido. Está

> certo que ele sofreu bastante, mas ... pra ele foi ótimo .... graças a Deus, ele achou uma saída ... e hoje ele é um ótimo artista plástico.

De fato, Cirton Genaro já se destacava como artista plástico na década de 1970, conforme publicação de o Imparcial, na *Coluna Universitária* de 18 de março de 1975, página 4:

> Especialista em retratos e arte mural, podemos encontrar os trabalhos de Cirton Genaro em diversos locais da cidade e região. Um trabalho que está sendo bastante comentado é o que se encontra na Maternidade do Dr. Hiamada, e realmente deve ser visto pelo público prudentino.
> A exposição deverá permanecer ainda por um bom tempo na nossa cidade visando inclusive a divulgação da cultura prudentina.

Cirton Genaro (2004)[80] confirma o que disse Horimoto:

> Concluí meu curso de Ciências Sociais em 1970, na verdade fiz, em 1970, uma disciplina na qual tinha reprovado por falta, a disciplina do Armen, Geografia Humana. As aulas dele eram sempre as primeiras, às sete da manhã, e como ficávamos até de madrugada fazendo os trabalhos do Centro Acadêmico, por que só nesses horários é que dava, a primeira aula , eu sempre perdia.
> O Armen era exigente, e em se tratando de mim, presidente do Centro Acadêmico, uma pessoa em evidência, ele nem poderia facilitar, pois o Camargo, que via tudo, poderia criar problemas.
> Mas quando ia tentar dar aula nas escolas estaduais, os diretores não me aceitavam. A solução para mim foi lecionar em escola particular ... no Colégio Esquema que existe ainda hoje. Eu fui o primeiro professor de História quando o colégio foi criado. Depois veio o Caetano, a Dulce Whitaker. O Caetano, que entrou dois anos depois de mim, era meu calouro, ele tinha admiração por mim me lembro bem. Depois fui para São Paulo, onde iniciei a pós-graduação em Sociologia da Arte, na USP, mas não terminei, porque os professores do curso foram todos exilados ... o Florestan, o Weffort[81]... , cassados pelos AI-5.
> Eu já trabalhava com arte em Presidente Prudente. Com todas essas dificuldades acabei me enveredando por esse caminho e ... vivo de arte.

Ao ser indagado sobre nomes de professores ou alunos que fossem delatores, Genaro alega que, se existiam, ele não os conheceu.

> A hegemonia dos que eram contra o regime era tão grande que, dos cerca de 400 alunos da faculdade, pelo menos 300 eram engajados conscientes, embora nem todos fossem militantes. Não encontrávamos “dedo-duro” no meio dos alunos, nem de professores, nem de funcionários, a não ser o Camargo. E quanto a professores, o único de que me lembro que era cauteloso era um de Matemática, o Assiz. Ele nos aconselhava, tinha preocupação conosco, pedia que tomássemos cuidado, para não sermos pegos. Nunca soubemos, porém, de nenhum professor “dedo-duro”. Se existiram nunca soubemos nem percebemos atitudes suspeitas neles.
> Os caras fecharam o cerco, no tempo do Abreu Sodré, em 66, 67,68 e em 4 de novembro de 69, com a morte de Carlos Marighella[82]. O auge foi com a comissão

[80] Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. São Paulo, 09/12/2004.
[81] Trata-se de Florestan Fernandes e Francisco Weffort, ambos compulsoriamente aposentados e exilados durante a ditadura militar e que só retornariam ao Brasil após a anistia, em 1979.
[82] Nascido em 1911, Carlos Marighella, militante do Partido Comunista desde da década de 1930, sendo, por isso, preso várias vezes, em 1966 desligou-se do PCB e fundou a ALN (Aliança Libertadora Nacional), com o objetivo de enfrentar o regime militar. Com o

> paritária[83], que deixou o Camargo louco ... mas quem sofria maior pressão era o diretor , para nos entregar. Eles nunca subiram para nos cercar. Eram pela discrição, acredito que não queriam uma invasão da faculdade, como acontecia em São Paulo, pois isso chamaria a atenção da população local, o que não era interessante para eles.(GENARO, 2004)

Perseguiam os alunos e professores também. Muitos professores foram perseguidos e, a informação, era simplesmente essa, "Informações sigilosas", segundo Alegre (2001). Por essa informação sigilosa o professor era banido da instituição. E os alunos perseguidos. Mesmo formados, perdiam o direito de lecionar. Assim ocorreu com Cirton Genaro.

> Uma vez aconteceu, ainda lá no centro. Havia eleição da UNE. Os agentes estavam lá, porque , como estava previsto, era dia de eleição... porque era um sobrado... Nós víamos todos os policiais à paisana ... a gente sabia que era policial porque ... eles ficavam com o jornal na mão todos de paletó e gravata , davam a entender que eram policiais ... aquele monte de policiais. Em cada esquina ficava, assim, aquele grupo. E os alunos fazendo a eleição, só que eles não conseguiram pegar nada. Só em ... acho que em Birigui , no congresso é que eles conseguiram ... Que apesar de tudo isso, né, o pessoal conseguia, vamos dizer, elevar o nível de ensino. (HORIMOTO, 2003)

Eis o que disse Cirton Genaro (2004) sobre sua participação no Congresso da UNE, sua prisão e sua dificuldade para lecionar:

> Fui preso várias vezes. Em 1968 no Congresso em Ibiúna, eu era presidente do Centro Acadêmico "3 de Maio", mas fui preso na condição de estudante participante e não como líder. Fiquei preso três meses, condenado a quatro anos, depois me soltaram , beneficiado pela Sursis[84], mas respondi processo por esses quatro anos, até 1972, tendo que ir, todos os meses, a São Paulo, no Segundo Exército, assinar um documento de que era um cidadão de bem, que não tinha saído do país.
> Fui várias vezes, também, prestar depoimento na polícia, mas quando eles vinham me chamar para isso diziam: "Por favor, gostaríamos que você fosse até a delegacia prestar depoimento, porque temos ordens, temos que mandar relatórios para São Paulo."
> Fui preso também, em Presidente Prudente, ficando dois dias, para prestar depoimento. Fui preso também no Segundo Exercito de Lins, por quatro meses, por atividades de liderança em Presidente Prudente. Além de mim foi o Aristides .... e o ... senhor do correio ... o Romera. (GENARO, 2004)

---

endurecimento do regime, Marighella seria duramente perseguido, apontado como I*nimigo Público Número Um.* Costumava marcar um ponto com os freis dominicanos Ivo e Fernando, seus companheiros de luta, na Alameda Casa Branca em frente ao número 800, em São Paulo. Os freis, naquela noite de 4 de novembro, só chegariam ao ponto de encontro depois da oito horas, para ali levados por policiais após terem sido presos e torturados.Caindo na emboscada sob o comando do delegado Sergio Fleury e 29 agentes, enquanto se dirigia ao carro onde estavam seus companheiros, foi fuzilado. Sua morte tornou-se o símbolo da dureza do regime militar.(www.carlos.marighella.com.br. Acesso em 20/11/2004 17:03:20)

[83] Eram debates pela reformulação dos currículos dos cursos, os quais são citados por Abreu (1989) e Alegre (2001), que chegou a ministrar cursos piloto sobre Marxismo.

[84] Suspensão condicional da pena sob certas condições.

Informações coletadas nos prontuários dos alunos vêm confirmar a existência desta perseguição.

No prontuário de Cirton Genaro, que foi aluno de Ciências Sociais da turma de 1966, e concluinte em 1970, está anexada uma prova de Política, na qual o aluno obteve nota 9,0. (ANEXO D). A questão 1 da prova - Relações da política com a sociologia- em que o aluno dissertou sobre formas de governo, há trechos que teriam motivado a apreensão da prova. Na sua prova, como em todas as outras provas anexadas a prontuários e aqui citadas, há sinais de grampo enferrujado, o que indica que o documento esteve em outro arquivo. A data da anexação ao prontuário é de 1982, após a ditadura[85]. No prontuário de Aparecido Kumio Hirata (ANEXO E), a mesma prova.

Cirton Genaro (2004), ao ser indagado sobre o destino das provas dos alunos as quais só foram anexadas aos prontuários em 1982 disse:

> Acredito que as provas iam para a reitoria, porque havia uma tentativa muito grande de pressionar o diretor Ferrari para que ele entregasse os alunos, principalmente depois de 1968, quando nós anulamos a congregação, isto é, a congregação não decidia mais nada, só existia no papel, e nós criamos, organizamos uma comissão paritária, que decidiu sobre o currículo, que professores daria que disciplinas. Foi um projeto piloto, que o Ferrari decidiu implantar, atendendo nossas reivindicações. Então o Ferrari era pressionado e o funcionário, o Camargo é que ia juntando tudo e mandando para a reitoria. Porque o Ferrari estava sempre tentando nos proteger.

No prontuário de José Fernando de Melo Bonilha, filho do professor Bonilha, que foi diretor da instituição, aluno de Ciências Sociais, turma de 1965, formando-se em 1970, há uma prova de Política (ANEXO F), em que ele teve nota dez. Ao escrever sobre a teoria platônica de governo diz:

> Só adentram essa categoria quando estão conscientes do que os espera e do posto importante que ocuparão. Ideal platônico – nada incompatível com o ideal democrático (como o entendem os ocidentais, EUA e outros com governos semelhantes), ou socialista. É governo de técnicos (Platão diz: filósofos) para tal formados bem antes do I milênio a. C.

A palavra *socialista* seria a causa da apreensão da prova. Estranhamente, o professor Bonilha,do curso de Ciências Sociais, que foi diretor da instituição de 21 de março

[85] Estes são indícios de que eles eram investigados como subversivos.

de 1962 até 12 de junho de 1963, não foi mencionado na Edição Comemorativa do Cinqüentenário de Presidente Prudente, em 1967, publicação do *Correio da Sorocabana*, no texto *HISTÓRIA DA FACULDADE*, que menciona os demais diretores da instituição. Como o texto publicado contém datas e números de leis, entende-se que foi escrito mediante consulta a documentos. A omissão do nome de José Fernando Martins Bonilha, portanto, só pode ter sido intencional, e coincide com a época em que a prova de seu filho foi apreendida.

Também estão anexadas as provas de História Política do Brasil, com duas questões — 1- As capitanias hereditárias: solução ou problema? e 2- A formação do município no Brasil. — nos prontuários de Yvone Rumiko (ANEXO G), Dimas Dal Fabro (ANEXO H), Vera Lúcia Sambaqui (ANEXO I), a qual disserta em cinco páginas de papel almaço, tendo anotações do professor.

A apreensão desses documentos indica que havia um trabalho de investigação muito mais intenso do que os alunos e, notadamente, funcionários podiam perceber.

Magaly João da Silva (2004), por exemplo, aluna de Pedagogia, turma de 1972 e estagiária do diretor Augusto Lithodo, ao ser indagada sobre o clima de repressão, respondeu que nunca viu nada, nunca percebeu nada. “Se o diretor tinha algum problema desse tipo, ele resolvia de forma reservada, pois nunca percebi nenhum movimento diferente na diretoria.”.

Todos os alunos do curso de Ciências Sociais que assinaram um requerimento, solicitando o direito de não terem formatura (concluintes de 1969) tiveram em seus prontuários incluída a Ficha de Informação n° 50, processo 3/03/69. (ANEXO J)

No pedido de dispensa da formatura não há nada de comprometedor. Pode-se ter inferido, porém, algo de *subversivo* nessa atitude: não queriam participar da cerimônia de formatura, com todos os símbolos da ditadura presentes.

O curso de Ciências Sociais tinha sido criado em 1963 no IIES-FFCL de Presidente Prudente, num momento fértil que antecipou o golpe de 1964. Segundo Vaidergorn (2003), os cursos incluíam "[...] leituras de Hegel, Marx, Sartre, bem como elementos de Economia, esta com duplo intento: atualizar a formação geral (que se assemelhava à da USP) a entender melhor a realidade brasileira."(p.202)

Discutir a realidade brasileira pressupunha discutir as condições de vida relações de trabalho da realidade local, da cidade e região onde se encontravam os IIES, o que, em Presidente Prudente, significava questionar estruturas conservadoras da região, o que fazia dos alunos de Ciências Sociais, aos olhos da sociedade prudentina, subversivos por princípio.

Spósito, membro ativo do Diretório Acadêmico, formado em 1974, produzia informativos, que vinham sem assinatura e eram jogados embaixo das portas, às escondidas. Mesmo depois de se formar, como funcionário no setor de Cartografia, auxiliaria na produção do *Carcará* .

> Como eu era funcionário aqui eu tinha acesso, naquele tempo, era máquina elétrica, e a gente fazia a matéria do jornal, depois tirava xerox, ou batia no estêncil, mas nós queríamos mesmo fazer na base do xerox. A gente montava direitinho e depois grampeava as folhas. A gente usava a faculdade à noite escondido, com o objetivo de divulgar as idéias. O estudante tinha esta vontade de mudar o mundo ... a gente trazia as matérias chamadas sérias e brincadeiras e também discutia coisas, sobre atribuição de aulas. Assim foi por um ano e meio. (SPÓSITO, 2003)

Quando aconteceu o Primeiro Encontro Nacional de Geógrafos, realizado no IIES-FFCL de Presidente Prudente, em 1972, ao qual compareceram a Marinha, a Aeronáutica e o Exército, como expositores, foram apresentados trabalhos criticando a construção da Estrada Transamazônica. Como criticar ações do governo era crime, depois de alguns dias, três agentes do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) levaram o professor Marcos Alegre, então coordenador do curso de Geografia, para explicações. "Foram cinco horas de interrogatório e um processo contra mim. Uma alta patente do

exército, também ligado à SBPC, testemunhou a meu favor e a coisa ficou por aí. Foi um sufoco. Sem querer me metia em encrenca." (ALEGRE, 2001)

As informações obtidas nos permitem concluir que, embora de forma mais branda que nos grandes centros, a ditadura se fez ativa dentro do IIES-FFCL de Presidente Prudente e deixou marcas em professores e alunos.

Trechos dos depoimentos realizados nos permitem entender que havia os que ajudavam a instituição (alunos, professores, demais funcionários) a se livrar de problemas com o regime, mas havia também alguns que, por variados motivos, acabaram sendo cooptados pelo regime e prestando serviços a ele.

Nomes de pessoas que resistiram foram mencionados pelos entrevistados, já os nomes dos que foram cooptados, que delataram colegas e alunos, não foram informados, exceto o do senhor João Batista Camargo e do aluno com quem professor Armen se desentendeu: Horimoto (2003) informou que seu nome é Alexandre Ávila e é, atualmente, cartógrafo da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente.[86] Teixeira (2003) também confirmou ser ele.

O receio de ser enquadrado, tanto de professores quanto de alunos e funcionários, era muito grande, pois Decreto Lei 477/69, decorrente do Ato Institucional nº 5, dizia que

> Se o infrator fosse professor ou funcionário, seria demitido (ou dispensado) e proibido de ser nomeado (ou admitido ou contratado) por qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de cinco anos. Se fosse estudante, seria desligado do curso, e proibido de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino por três anos. *(*CUNHA e GÓES, 1984, p. 39)

O diretor da instituição, portanto, era o mais visado, e se não abrisse o processo e não proferisse decisão em 48 horas em caso de detectar ato subversivo, ficaria sujeito às penalidades do próprio decreto.

[86] Procurei Alexandre Ávila para entrevistá-lo sobre os acontecimentos que envolveram o de fechamento de cursos, sobre o clima que se instalou na faculdade em decorrência deste fechamento, mas ele alegou que não se lembra de nada porque entrou na faculdade em 1977, quando já era UNESP, no curso de Engenharia Cartográfica. Possivelmente, hoje, depois de uma análise dos fatos, tenha reavaliado suas ações e prefira não falar sobre eles.

Diante da situação dos diretores e professores, que, muitas vezes protegiam os membros da instituição, correndo o risco de serem enquadrados,

> Impossível é avaliar, com certeza, a eficácia dessa norma repressiva sobre professores, mesmo sabendo-se que poucos foram expulsos com base nela ou na versão assimilada pelos estatutos de universidades e de faculdades. Seu "bom comportamento", a aceitação amarga da autocensura, foi a face escondida do tenebroso sucesso desse ato arbitrário.[...] Desespero e apatia foram os dois componentes do efeito da repressão nas escolas e nas universidades. O desespero de uns levou ao abandono do magistério[...] A apatia de outros resultou no desleixo para com o ensino, no cinismo docente, tendo como contrapartida o desinteresse para com o estudo, expresso pela atitude estudantil de repetir o que o professor espera, mesmo o absurdo e o injusto, desde que a promoção estivesse assegurada.
> Entre o desespero e a apatia, caminhavam com dificuldade professores e estudantes que buscavam resguardar a dignidade de sua situação, só possível num ambiente de liberdades democráticas. A história mostrou que esses resistentes tinham razão, e, progressivamente, os desesperados e os apáticos voltaram a reunir-se a eles nas lutas pela democratização do ensino no país.(CUNHA e GÓES, 1984: 39-41)

Matéria publicada em *O Estado de São Paulo* (24/05/1975, p.14) intitulada *Presidente condena ação política em estudantes,* traz palavras do Presidente da República Ernesto Geisel que sintetizam o cotidiano do IIES-FFCL de Presidente Prudente e de outras instituições de ensino superior do país, naqueles anos.

Em conversa com formandos da Universidade de Santa Maria–RS, o presidente criticou a ação política dentro das universidades, alegando que escola era lugar de estudar e que lugar de fazer política era nos partidos e cada um que procurasse o seu — ARENA (Aliança Renovadora Nacional, o partido da situação) ou MDB.

Mais adiante, o jornal transcreveu o que o presidente disse: "O que eu acho errado é que muitos querem levar a política para dentro das universidades, aproveitando o idealismo dos jovens como frente de pressão, para fins sempre espúrios".(Estado de São Paulo, 24/05/1975, p.14).

Como nas escolas superiores havia uma grande concentração de jovens inteligentes, pensantes, os olhares repressores também estavam voltados para elas. Calar as idéias era preciso, para que o st*atus quo* se mantivesse.

O que o presidente chamou de *fins sempre espúrios* eram, na verdade, os mais legítimos objetivos pelos quais os jovens lutavam: o fim da repressão, a liberdade de pensar, a liberdade de expressão, a democratização do ensino superior.

A aceitação amarga de terem que se calar é, possivelmente, a razão de muitos não quererem falar sobre o assunto, sobre o amargo período, muitas vezes, de aparente cooptação.

8 A IMPRENSA E O FIM DO IIES-FFCL DE PRESIDENTE PRUDENTE

Diferentemente do processo de criação do IIES-FFCL de Presidente Prudente, que ficou restrito à imprensa local, o fim dos institutos isolados de ensino superior do Estado de São Paulo, e principalmente os conseqüentes cortes que sofreram, tiveram cobertura da imprensa local e também pelos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*.

Estes grandes jornais, porém, não destacaram o sentimento de apreensão da comunidade local, quanto ao anunciado fechamento de cursos que, de fato, ocorreria. O espaço, principalmente em *O Estado de São Paulo*, é ocupado para noticiar a criação da terceira universidade do Estado, com a unificação dos institutos isolados.

È possível perceber, pelo que se publicou nos jornais, que os debates sobre a qualidade do ensino superior, a necessidade de modernizar a administração e de otimizar o ensino superior na realização de uma das suas funções, a pesquisa, são preâmbulos do que aconteceria em 1976: a unificação dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, resultando na criação da UNESP, processo acompanhado do fechamento de vários cursos. No caso de Presidente Prudente, de seis cursos ficariam apenas dois.

8.1 Folha de São Paulo

Em 17 de agosto de 1972, matéria com o título O *universitário não deve ser apenas o profissional técnico, e limitado,* informou que, em reunião do Conselho de Reitores das Universidades ocorrida no dia anterior, Magda Soares, da Universidade Minas Gerais falara da necessidade de a universidade formar o homem completo. Sendo quatro as missões da universidade:

> [...] formar homens cultos, com ampla visão do mundo e em condições de preservar o acervo cultural do país, dentro de um espírito critico e criativo, formar profissionais, mão-de-obra para atender às necessidades socioeconômicas do País: pesquisadores, que produzam novos conhecimentos e novas técnicas; homens sociais, voltados para a realidade de seu País e dispostos a por-se a serviço dela [...]
> Na aferição da produtividade de uma instituição – frisou – deve-se incluir o número, a quantidade e a significação social ou econômica das pesquisas realizadas ou em realização, a quantidade e a qualidade dos serviços de extensão prestados à comunidade, bem como o número de pessoas atendidas por esses serviços [....]
> Segundo a expositora, um dos fatores que contribuem para a má produtividade do ensino superior tem sido o tipo de aluno que está vindo do ensino médio que "nem sempre está habilitado para o ensino superior".

A reportagem apresentava também a fala de outros reitores, confirmando o pensamento de Magda Soares.

Em outras palavras, Magda Soares, educadora que é, quis dizer no último excerto que, se a universidade não formasse bons professores para o ensino médio, não seria possível os alunos do ensino médio terem boa formação e isso se refletiria na produtividade, ou seja, bons cursos de licenciatura são essenciais para a produtividade do país.

O discurso de Magda Soares, portanto, ia ao encontro de uma política de expansão e não de fechamento de vagas para licenciaturas na universidade pública, conforme ocorreria em Presidente Prudente e outros institutos isolados, pois, mesmo no Estado de São Paulo, era grande o número de professores não habilitados.

Em 18 de agosto de 1972, mais uma reportagem que continuava noticiando o encontro de reitores tratou da importância de escolas conhecerem as necessidades regionais e que isso deveria reger a decisão sobre abertura de novos cursos, a partir de dados de pesquisas feitas pela própria escola, ou pelo governo, por meio do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas).

Quando o IIES-FFCL de Presidente Prudente se instalou na cidade, veio atender às necessidades do próprio município e às necessidades regionais, as quais ainda não tinham sido totalmente supridas em 1976, quando os cursos de foram fechados. Tratava-se de uma instituição com intensa produção também na pesquisa, muitas delas regionalizadas,

proporcionando o conhecimento aprofundado da região e seus problemas em seus vários aspectos.Eram dados concretos, possíveis de serem comprovados.

Em 19 de setembro de 1972, a matéria com o título *Cursos especiais; definição* tratou do Instituto Isolado de Ensino Superior de Rio Claro que quisera criar um programa de cursos de pós–graduação, com cursos de aperfeiçoamento, especialização e extensão. Para saber quais os procedimentos, o diretor procurou o seu superior, Luiz Ferreira Martins, então Secretário da Câmara de Terceiro Grau, o qual teve que consultar a USP e a Lei 5.540/68 para responder. Este fato indica que um instituto isolado poderia estar à frente, e estava, pois criara um tipo de serviço que nem havia sido regulamentado pelo estado, apesar de tanto se falar sobre ele.

Em 18 de novembro de 1972, matéria intitulada *Escolas poderão remanejar vaga* informou que, no I Encontro de Reitores de Universidades Públicas, ficara decidido pedir a reformulação na lei vigente para poderem remanejar vagas de um para outro curso, sem alterar o número total de vagas, sem consulta prévia ao CFE. Embora o título seja uma afirmação, o projeto de lei, propondo essas alterações, encaminhado no dia anterior, estava no executivo para ser analisado. Não há informações sobre o número do projeto. Nos dias seguintes nada se publicou sobre sua aprovação, ou não.

Essa reformulação da lei proposta pelos reitores era uma maneira de esvaziar os cursos da área de humanas, as licenciaturas, pois, em outros momentos, via-se a reclamação de que sobravam vagas nas faculdades de filosofia. Em outras palavras, pretendia-se reduzir o número de vagas nas licenciaturas das instituições públicas, seguindo-se a criação das mesmas nas escolas privadas, o que já vinha ocorrendo, na região de Presidente Prudente desde meados da década de 1960.

Os mais pobres, quando conseguiam ingressar nas universidades públicas, era, em sua maioria, na área de humanas e licenciaturas. A redistribuição de vagas pretendida

serviria para reconduzi-las para os cursos com mais demanda como Engenharia, Medicina, Direito, procurados pelos filhos das camadas dominantes. Assim, o remanejamento atendia aos interesses das camadas mais favorecidas da sociedade.

A escola, podendo fazer o remanejamento de vagas sem consulta ao CFE, iria fazê-lo, certamente, sem ter que provar que em determinado curso, de fato, havia vagas ociosas, ação dirigida por interesses que não eram as necessidades regionais, infelizmente, mas interesses das classes representadas no poder.

Em 04 de fevereiro de 1973, texto de Perseu Abrano, na coluna *Educação a*presentou a reprodução de uma tabela com o número de cursos superiores existentes em São Paulo, de 1966 a 1971, com o total de cursos públicos e o total de cursos particulares a cada ano.

A tabela fazia parte do relatório da Secretaria de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, resultado de pesquisa realizada por José Pastore, intitulado *Ensino Superior em São Paulo.* Perseu Abrano analisou a relação entre o aumento de cursos e os interesses que havia por trás desse aumento e concluiu:

> [...] tem havido mais educação superior – para quem pode pagar. [...] Quer dizer, paulatina e sistematicamente, o Estado vem renunciando à sua missão de educar os cidadãos e delegando essa função à empresa privada, [...] é esta tendência historicamente comprovada no panorama brasileiro destes últimos anos que constitui a maior vitória da escola privada contra a escola publica.[...] trata-se também de verificar em que condições está sendo vendida essa educação ao público.
>
> Ninguém ignora que o que deveria caracterizar o ensino universitário, e o distinguir dos ensinos de graus anteriores, é a capacidade de que deve munir-se a escola superior de produzir ciência, no lugar de apenas transmiti-la. [...]
>
> Mas mais surpreendente [...] é o fato de que dessas 362 escolas, apenas 86 são oficiais.... As outras 276 são particulares... que se limitam a divulgar "conhecimento" repisado e repassado. ... E assim vai se expandindo o ensino superior.

Essa análise indica que havia pessoas atentas ao que acontecia. Apesar do relatório de Pastore, e da análise de Abrano, infelizmente, as escolas públicas foram fechando cursos no interior, e isso favoreceria as instituições particulares, inclusive aquelas com as

características que Abrano apresentou: escolas que não investiam na produção científica, com cursos de todas as áreas.

Era notória, por exemplo, a falta de médicos no país. O estado que deveria criar condições para formá-los, no entanto, omitia-se e autorizava a criação de cursos de medicina nas instituições particulares.

Em 14 de julho de 1974, reportagem com título *Superior deve ser racionalizado* anunciou o início das discussões sobre a racionalização que culminaria com o fechamento de cursos nos institutos isolados e a criação da UNESP. Essas ações atendiam aos interesses governamentais de passar para a iniciativa privada a sua competência de investir na formação de profissionais de nível superior, notadamente de professores para as séries finais do primeiro grau e para e segundo grau. Tratava-se de uma política do governo de redução dos gastos com o ensino superior, de eximir o Estado de sua função e direcionar recursos para outras áreas, notadamente a militar.(ARANHA, 1989).

Em 08 de dezembro de 1974, o jornal apresentou os investimentos no Ensino Superior do Estado de São Paulo, segundo dados fornecidos pela Secretaria da Educação, e que seriam resultado de levantamento feito pela Imprensa Oficial.

Sobre o IIES-FFCL de Presidente Prudente, lê-se:

> PRESIDENTE PRUDENTE
>
> De 115 alunos em 1971, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente terá mais de mil no próximo ano: os recursos orçados saltaram de Cr$ 3.238.034,00 no início da atual administração para Cr$ 11.772.000,00 destinados para o próximo exercício.
> Nos últimos três anos, a faculdade atravessou uma fase de crescimento com a implantação de novas instalações: tendo recebido um terreno da Prefeitura, ampliou sua rede física.
> Nessa área construiu-se a arquitetura básica, seguindo-se em esquema de prioridade áreas discentes, compreendendo laboratórios e áreas docentes. Hoje a escola encontra -se em condições de continuar progredindo através da criação de novos cursos, inclusive os de pós-graduação, desdobramento de outros e incremento da pesquisa. Foram construídos três prédios destinados respectivamente ao Laboratório 1, Bloco docente II e Biblioteca Central, esta última em fase de conclusão.

Na verdade, em 1971, o número de alunos no IIES-FFCL de Presidente Prudente era 713 e não 115, conforme informou a Secretaria da Educação. Isso indica, se não displicência ao fornecerem informações ao jornal, desconhecimento total da realidade do ensino superior público estadual, por parte da própria Secretaria da Educação, o que explica a decisão de fechar cursos sem considerar a demanda local. A demanda local também não foi considerada para decidir abrir vagas públicas para formar profissionais em áreas deficitárias. O norte das decisões era manter a política de redução dos gastos com educação superior.

Em maio de 1975, com o título *O desconhecido ensino*, apresentou a situação do ensino superior no Estado de São Paulo, conforme resultado do estudo intitulado *Problemas Emergentes do Estado de São Paulo* feito pelo então Secretário de Planejamento, em fins de 1974.

A seguir foi apresentada, em texto de uma página inteira, a precariedade do ensino superior particular. Quanto ao ensino superior público diz:

> O alto custo da rede pública também foi apontado como problemas pelos autores do estudo. Segundo os dados disponíveis, de 1968, o custo anual por aluno seria quase 6 vezes superior na rede pública. Isso seria explicado pelo fato de o Estado manter, na opinião dos autores, cursos mais caros e de melhor padrão de ensino.
> Porém consideram que existe uma capacidade ociosa na rede que não estaria sendo preenchida, expressada por um pequeno volume de matrículas em relação aos recursos disponíveis. Como exemplo, é citada a proporção de alunos por professor, considerada bastante reduzida, chegando em algumas escolas a proporção média de 4 alunos por professor.
> Por fim a falta de uniformidade de orientação também é apontada uma vez que, no Estado, as escolas que constituem o sistema de ensino superior são de vários tipos.
> Mesmo na rede estadual, nota-se a existência de três entidades autônomas, coordenando a política e a administração das escolas a elas ligadas. A CESESP ligada à Secretaria da Educação que congrega as 18 escolas isoladas mantidas pelo Estado no Interior; a USP, que mantém 26 estabelecimentos, sendo 21 na Capital e 5 no Interior; a Unicamp, que mantém 10 estabelecimentos na região de Campinas. As duas últimas ligam-se diretamente ao governo estadual.

Eis na publicação o pretexto para o que viria depois: a racionalização, a criação de zonas de excelência, concentrando cursos de mesma área em um só campus, o que se traduziria em redução de vagas públicas. Não foram consideradas as razões pelas quais a proporção professor/aluno nas instituições públicas chegou, em alguns casos, a 4/1. Não se considerou também que os gastos da instituição pública, que, diferente das instituições

particulares, não eram apenas com o ensino, mas também com a pesquisa, o que, em Presidente Prudente, acontecia intensamente.

Não se considerou também que muitas instituições privadas tinham turmas de até duzentos alunos, o que gerava diminuição dos gastos na contratação de docentes, em sua maioria, sem titulação.

A falta de uniformidade de orientação era algo que não se resolveria simplesmente com a transformação dos institutos em uma universidade. Atenderia apenas a uma questão administrativo-burocrática, pois as universidades também não possuíam esta unidade de orientação em seus departamentos.

Em 08 de agosto de 1975, publicou-se a matéria *Institutos isolados serão agrupados,* apresentando as justificativas para tal agrupamento:

> O Secretário da Educação reiterou sua disposição em agrupar os institutos de ensino superior do Estado de São Paulo em um novo organismo, sob a forma de autarquia ou federação de faculdades, ao dar posse aos novos diretores e vice-diretores dos institutos de Rio Claro, Presidente Prudente, Franca, São José do Rio Preto e Araçatuba.
> Com essa medida, os institutos isolados vinculados à Coordenadoria do Ensino Superior desligar-se-iam da Secretaria da Educação, intenção já há algum tempo anunciada pelo atual secretário. A outra alternativa para que isso ocorra – a criação de uma Faculdade regional, que englobasse os atuais institutos, que chegou a mobilizar os meios políticos de Ribeirão Preto e enfrentou uma certa resistência de estudantes e professores – parece ter sido abandonada, não sendo mencionada na fala do secretário.

O secretário da educação, José Bonifácio Coutinho Nogueira, defendeu a descentralização administrativa e o planejamento centralizado como condição para que a Secretaria da Educação desenvolvesse um trabalho mais eficiente e produtivo, tanto na área de ensino como na de recursos humanos.

A idéia de federação, segundo Silva Jr. (2003), que agradava aos institutos, não se concretizaria. A idéia de uma universidade regional, que, segundo o próprio secretário, não agradava a alunos e professores, foi abandonada para se ir mais longe: uma universidade estadual. O secretário, ao dar entrevista ao jornal, também não falou da intenção de fechar cursos.

Em 29 de agosto de 1975, o jornal publicou o resultado de uma pesquisa do MEC, da qual fizeram parte 80% dos professores universitários (18.086). Apenas 20% dos entrevistados tinham titulação: 13% mestrado, 7% doutorado.

Isso indica o quanto estava despreparada a maioria das faculdades particulares, e também as públicas, sejam faculdades isoladas ou universidades. O IIES-FFCL de Presidente Prudente, no entanto, tinha 46,3% de seus professores titulados, uma porcentagem bem maior que a média do país. Assim, não se justificavam os argumentos utilizados pelos que defendiam que para se melhorar a qualidade do ensino e da produção científica era necessária a justaposição dos institutos isolados em uma universidade.

As expectativas de alguns de que, com a criação de terceira universidade, haveria mais investimentos, ampliação de vagas, que os laboratórios seriam mais bem equipados não ocorreriam, porque o plano real não era este, conforme se constataria no ano seguinte, e sim a redução de cerca de 1.200 vagas para o ensino público superior no interior paulista.

8.2 O Estado de São Paulo

Busquei, neste jornal, todas as publicações referentes ao ensino superior em 1975 e em janeiro de 1976.

As matérias que selecionei e apresento a seguir permitem ao leitor conhecer o contexto do ensino universitário apresentado por este jornal no ano que antecedeu à fundação da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” e, numa análise comparativa, conhecer o lugar do IIES-FFCL de Presidente Prudente no panorama universitário brasileiro.

Conhecer o conteúdo destas publicações auxiliam, também, na compreensão dos reais objetivos do governo paulista ao criar a terceira universidade com a justaposição dos institutos isolados e, posteriormente, a extinção de cursos em várias unidades.

Em 16 de abril de 1975, página 16, matéria da sucursal de Brasília, com o título *CFE ainda dá autorizações,* informou que "[...] o Conselho Federal da Educação estudou diversos assuntos [...] e entre eles estava a aprovação para a criação de diversas novas escolas superiores - embora o próprio CFE tenha concordado em que é necessário evitar a expansão quantitativa do ensino universitário."

A seguir, apresenta uma lista de oito cursos autorizados no Estado de São Paulo, sete deles de licenciatura todos em instituições privadas. É difícil explicar que estes cursos tenham sido autorizados pelo governo federal, quando o governo estadual desejava extinguir os mesmos cursos de instituições públicas, alegando que o mercado estava saturado.

Em 18 de abril de 1975, página 16, com o título *Burocracia dificulta pesquisa,* informou que professores da USP falaram dos baixos salários e outros fatores que dificultavam a pesquisa.

> A baixa remuneração do pessoal técnico, especialmente dos funcionários vinculados à área da pesquisa, continua sendo o problema citado com maior freqüência pelos cientistas com quem o secretário José Mindlio; da Ciência e Cultura, vem mantendo contatos para obter a formulação da política de ciência e tecnologia do Estado." Mais adiante fala da dificuldade para importar materiais e diz que é preciso um intercâmbio com outros institutos como Agronômico e Biológico , pois daria " não só um impulso na pesquisa científica, mas motivaria o pessoal das universidades a se dedicarem à pesquisa"

Este trecho informou que a dificuldade para desenvolvimento de pesquisas era geral. Não era um problema apenas dos institutos isolados, mesmo porque, conforme apresentei no Capítulo 5, e conforme professores divulgaram em *O Imparcial* em 1976, o que exponho mais adiante, neste capítulo, havia uma significativa produção de pesquisa nos institutos isolados e, especificamente, no IIES-FFCL de Presidente Prudente.

Em 22 de abril de 1975, página 25, foi publicada uma matéria intitulada *Faculdades brasileiras vão diplomar 160 mil, em 75,* apresentando dados retirados do Catálogo Geral do Departamento de Assuntos Universitários (DAU), do MEC, com números de setembro de 1974. Informava que a meta para 1974, que era de atingir um milhão de alunos não havia sido alcançada em 1975, nem o seria em 1976.

Segundo o diretor do DAU, Edson Machado de Souza, uma das principais razões pelas quais a estimativa não se concretizara era a falta de preenchimento de vagas em diversos estabelecimentos principalmente a partir de 1972. "[...] 'Existe hoje uma ampla ociosidade de vagas' diz o diretor [...] ocorre de forma mais acentuada em São Paulo."

Apresentou a quantidade de cada curso no país, dentre os quais: 302 de Letras (sendo 212 particulares); 286 de Pedagogia (sendo 203 particulares); 85 de Ciências Biológicas; 77 de Ciências Sociais e 153 de Estudos Sociais.

Se havia, em nível nacional, um grande número de cursos de Pedagogia, que pudesse justificar a redução de vagas, conforme ocorreu em Presidente Prudente, não havia como justificar a redução de vagas em Ciências Biológicas, Estudos Sociais e Ciências Sociais, cursos que não existiam em grande quantidade, mas, pelo contrário, faltavam profissionais destas áreas, mesmo na região Sudeste.

Se a meta nacional de atingir 160 mil graduados por ano, era um desejo verdadeiro, as possibilidades de atingi-la ficaram mais distantes com extinção de cursos. O coerente, diante do desejo de se alcançar a meta, seriam ações para chamar os jovens para ocuparem as vagas ociosas e criar condições para que eles pudessem fazê-lo.

A matéria apresentou, também, em que cursos e em que regiões havia vagas, e informou que o governo pretendia decidir se não seria hora de conter a expansão em áreas saturadas.

O discurso sobre vagas ociosas, presente nos jornais com certa freqüência, era um conjunto de dados que seriam utilizados, logo a seguir, para justificar da redução de vagas, que seria feita nas faculdades de filosofia do interior paulista.

Em 24 de abril, página 33, com o título *Na USP, o decreto é tema de votação,* o jornal informou que cerca de 8 mil alunos da USP votaram o plebiscito a respeito da revogação do Decreto 477 e que uma prévia já havia sido feita, indicado que 85% dos alunos eram favoráveis à revogação. Informou que os trabalhos de reestruturação curricular da Escola de Comunicação e Arte continuavam sendo discutidos e que seus alunos só voltariam às aulas quando o diretor Nunes Dias deixasse o cargo.

Eis o retrato do clima de insatisfação dos alunos da USP, uma massa crítica que influenciava outras instituições públicas e privadas, entre elas o IIES-FFCL de Presidente Prudente, ações com as quais o Governo Central não concordava e tentava coibir.

Em 27 de abril de 1975, página 32, com o título *MEC reconhece problemas, mas condena greve*, apresenta o problema das greves dos alunos de medicina das faculdades particulares de São Paulo, Bragança Paulista, Taubaté, Santos e Jundiaí. O trecho, a seguir, pronunciamento de Edson Machado do DAU, indica porque as instituições particulares preferiam as licenciaturas.

> O ensino médico é caríssimo. As escolas são autorizadas a funcionar e não têm condições, depois, de arcar com o alto custo do ensino de Medicina. Como são instituições isoladas, não têm de onde retirar recursos, a não ser das anuidades que cobram. Se cobram pouco, apresentam deficiências de condições, e os alunos reclamam com justa razão. O ensino médico é tão caro que o próprio MEC enfrenta dificuldades nas federais, apesar do orçamento das universidades”diz o professor.

Em 29 de abril de 1975, página 21, com o título *USP pode reestruturar carreira de docente,* Fausto Ribeiro, Coordenador da Administração Geral da USP, informou que a carreira dos professores da USP era em seis níveis: auxiliar de ensino, mestre, doutor, livre-docente, professor adjunto e professor titular. Dentro dessa hierarquia, eram criados cargos apenas para professor auxiliar (mestre) início da carreira, e titular, o grau máximo. Os

demais níveis eram funções, isto é, cargos preenchidos de acordo com as necessidades, mediante concurso de títulos e contratação.

> Os mestres, contudo, independentemente das resoluções tomadas pelo Conselho Universitário, deverão ser submetidos a concurso público, o que é determinado pela própria constituição. Na mesma disposição incluem-se os doutores ainda não efetivos. Entretanto, não se sabe ainda ao certo , como serão realizados esses concursos, informa Fausto Ribeiro.

Estas informações indicam que a estabilidade do professor que era muito tênue nos institutos isolados, também o era na USP. O fato de os IIES se tornarem universidade, portanto, não garantiria nenhuma melhora para as condições contratuais dos professores.

Em 30 de abril de 1975, página 14, com o título *Geisel vê relatório sobre o mau ensino,* informou que o Ministro Ney Braga havia levado ao presidente, no dia anterior, estudo elaborado pelo DAU, em que se analisavam as razões da degradação do ensino superior.

> Para o MEC, a qualidade do ensino está sobretudo, na existência do corpo docente devidamente preparado e profissionalmente dedicado às atividades do processo educacional. A expansão do ensino superior ocorrida nos últimos anos efetuou-se à revelia de qualquer planejamento sistemático, sob a pressão da demanda crescente de vagas nos cursos superiores, o que forçou a criação de numerosos estabelecimentos isolados. O esforço da racionalização da administração pública, a preocupação com a "produtividade" da rede oficial e os seus poucos recursos financeiros, tiveram como conseqüência a expansão do ensino privado. Nem o corpo docente, nem as instalações e equipamentos cresceram na proporção do número de alunos. No período 69-74, enquanto a matrícula nos cursos superiores cresceu 165% (de 342 mil estudantes para 807 mil) o número de docentes aumentou apenas 55% (de 49 mil para 76 mil). E em 1974 apenas 16% dos professores exerciam suas atividades em regime de tempo integral. Nestas condições, segundo a análise do DAU, era inevitável que houvesse uma diminuição do nível de ensino.

O discurso do ministro indica que reconhecia a necessidade de investir mais no professor e que as instituições privadas ofereciam condições inadequadas para bem formar profissionais. As medidas que seriam tomadas em São Paulo, orientadas pela política de redução de gastos com o ensino superior público, no entanto, não levariam em consideração o relatório do DAU.

Em 04 de maio de 1975, página 36, matéria intitulada *Pós-graduação pede bolsas*, informou:

> A falta de apoio ao estudante de pós-graduação é considerada um dos principais fatores que dificultam a formação de recursos humanos nesse setor. A maioria dos candidatos não chega a completar os créditos e somente 15% consegue a titulação a nível de mestrado. Entre as causas dessa evasão está a baixa proporção – somente 40%- de bolsistas em regime de tempo integral. Com base nesses dados, o Plano Nacional de Pós-Graduação, que será desenvolvido nos próximos cinco anos, prevê um aumento de recursos destinados às bolsas de estudo.

Como se pode observar, poucos eram os professores titulados, e poucos também eram os que conseguiam regime de tempo integral nas universidades em geral. O IIES-FFCL de Presidente Prudente estava acima da média nacional em número de titulados, pois, em 1974, dos 42 professores em regime de dedicação integral, 22 eram doutores. Para se titularem, passaram, também, por uma série de dificuldades, conforme já foi mencionado, e estavam pleiteando um programa de pós-graduação para Presidente Prudente, o que intensificaria a busca da titulação pelos professores.

Em 06 de maio de 1975, página 24, matéria intitulada *CFE debaterá nível de ensino e o vestibular* informou que o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras discutiriam no dia seguinte, no VIII Seminário de Assuntos Universitários, com membros do CFE e reitores das universidades (sem representantes das faculdades isoladas), a questão do excesso de vagas em alguns estados e questões como

> [...] quem tem direito ao ensino superior, quem está em condições de pleitear entrada na universidade, se deve ou não haver seleção prévia, se é possível e necessário recusar candidatos ao ensino superior [...] o padre José Vieira de Vasconcelos mostrará que o ritmo de crescimento foi mais desordenado que excessivo e deverá chamar a atenção dos conselheiros e dos reitores para o fato que o ensino de 1º e 2º graus está em condições muito mais aviltantes que o do ensino superior .

Era um círculo vicioso. Se as licenciaturas tinham alunos fracos e que não eram recuperados durante o curso, eles seriam professores fracos e formariam alunos mais fracos. A formação de professores, portanto, deveria ser prioridade para resolução do problema.

Em 07 de maio de 1975, página 16, *CFE apóia alteração no vestibular*, informou :

> A exigência de um mínimo para os candidatos a exames vestibulares foi defendida ontem pelo presidente do Conselho Federal de Educação, padre José Vieira Vasconcelos no VIII Seminário de Assuntos Universitários, em Brasília. Para ele não existe nenhum impedimento legal a essa medida, pois o vestibular classificatório não conflita com o exame eliminatório: a partir de um padrão mínimo de conhecimentos atingido pelos alunos, as vagas seriam distribuídas entre os classificados. Vasconcelos defendeu ainda ponto de vista semelhante ao do ministro Ney Braga, apoiando a contenção do crescimento do ensino superior. Já Newton Sucupira, que também fez uma conferência aos participantes do Seminário, considerou impossível essa contenção, pedindo apenas medidas que procurem elevar a qualidade da educação dada.

Na mesma página, com o título *Aceita a média mínima*, informa que o vestibular poderia ser classificatório e eliminatório, pois embora as vagas fossem preenchidas por classificação, não se excluía a exigência mínima de conhecimentos e aptidões. Padre José Vieira Vasconcelos, Presidente do Conselho Federal de Educação, explicou que a deterioração era maior no 1º e 2º graus que no superior. Lembrou que legislação em vigor a 5.540/68 não excluía a possibilidade de média mínima.

> Para o professor, quando se iniciou sua exploração, o ensino universitário, bem ou mal, tinha algum padrão porque “era limitado no número e elitista na clientela”. [...] O professor considera o número de vagas no ensino superior brasileiro [...] demasiado alto se for visto sob dois aspectos: “a desordem, mais que a velocidade, de seu crescimento no último decênio, e a aproximação que se verifica entre dois números, hoje praticamente coincidentes, os dos concluintes do 2º grau e o de vagas nos vestibulares. [...] A conseqüência é que , com o sistema classificatório, todos podem prosseguir seus estudos em nível superior, tenham ou não aptidão intelectual para isto. Já e então o “superior”, que denomina o curso, perde a conotação de nível definido de ensino para reassumir pura e simplesmente seu grau comparativo: tais estudos podem dizer-se superiores só porque os de 1º e 2º graus são abaixo. Trata-se de mera disposição, mas é preciso acrescentar que o adjetivo “universitário”atribuído também a tais estudos sente-se contrafeito neste contexto.

Tem-se, neste trecho, o pensamento de governo traduzido pelas palavras do presidente do CFE. Em outras palavras, ele afirmou que não se deve oferecer oportunidade para todos os egressos do ensino médio ingressarem no ensino superior, e que uma faculdade seletiva seria melhor. A contenção do crescimento também era defendida pelo Ministro da Educação Ney Braga, segundo informações da matéria. Assim era de se esperar que a redução das vagas públicas viria.

Vê-se que o problema da falta de vagas para a demanda dos que buscavam o ensino superior, ao invés de ser resolvido criando-se mais vagas, pretendiam dificultar o ingresso para as massas, reconhecidamente menos preparadas, por meio de uma seleção mais rígida, o vestibular eliminatório.

O padre Vasconcelos, um representante das escolas particulares católicas, como presidente do CFE, defendia o interesse destas. A contenção de vagas, significava que não haveria aumento de escolas disputando os alunos, e um vestibular eliminatório levaria, naturalmente, os que não conseguissem ingressar nas universidades públicas para as particulares.

Na mesma página, com o título *Criticado o limite à expansão,* professor Newton Sucupira, membro do CFE defendeu que a expansão não devia ser contida.

> O professor pergunta se a universidade "pode permanecer indiferente à democratização do acesso, preocupada apenas com o nível intelectual do candidato que chega às suas portas, indiferente à sorte da maioria". Assim, Sucupira coloca o dilema: "ou para atingir a democratização, ampliamos os efetivos escolares, embora correndo o risco de baixar a qualidade do ensino, ou pretendemos uma escola de alto nível, sacrificando a democratização nos altares de uma qualidade sublimada e consagrando o elitismo em educação , fundado numa seletividade econômica e social.".[...] Sucupira critica também os alardes sobre vagas ociosas: "isto sempre houve nos cursos de letras e pedagogia. Fico surpreso quando indicam esses fenômenos escandalosos que não são novos". Defendeu, finalmente, o ensino superior de massa – com a assistência de centros de excelência. Esses, sim deveriam ser freqüentados por uma elite intelectual.
> O conselheiro D. Luciano Cabral Duarte incluiu o primeiro ciclo preconizado pela reforma universitária nas discussões sobre vestibular: "até que ponto está sendo colocado em prática a função do primeiro ciclo de recuperar deficiências mostradas no vestibular pelo estudante do 2º grau?" Newton Sucupira afirmou que, diante das deficiências do 2º grau, a universidade não pode cruzar os braços e esperar o momento de receber um estudante de bom nível.

Apesar do ponto de vista de Sucupira, a contenção de vagas ocorreria, no Estado de São Paulo, com extinção de vagas públicas nos cursos de licenciatura.

Em 09 de maio de 1975, página 16, matéria intitulada *Vestibular muda mas depende de estudos do CFE,* tratando ainda do mesmo encontro, informou que

> A alteração do atual sistema de vestibulares, por exemplo, com a reintrodução da prova de seleção, tornando-se eliminatória alem de classificatória, demandaria novos estudos [...] A Conselheira Esther de Figueiredo Ferraz afirma que as universidades tem condições de recuperar uma vez aprovados no concurso, os alunos com

> insuficiente aproveitamento no ensino de 2º grau. “O grande problema - diz a professora - são as instituições isoladas de ensino superior onde se encontra a maioria dos alunos desse grau de ensino”.

No discurso da conselheira, percebe-se o interesse em dificultar o ingresso ao ensino superior para os que tiveram formação deficitária, pela qual o estado deveria se responsabilizar, revendo os problemas do ensino básico. Percebe-se também o preconceito contras os institutos isolados, praticamente afirmando que seus professores não possuíam competência para recuperar a defasagem dos alunos que recebiam e que as universidades sim, possuíam esta capacidade.

Em 20 de maio de 1975, página 18, com o título *Faculdades de Educação discutindo suas falhas, i*nformou que aquele seria o tema do VI Encontro de Educação preparado pelo Ministério da Educação, em São Carlos, com dois representantes de cada Faculdade de Educação. Com 11 especialistas norte-americanos, discutiriam a qualidade dos cursos de educação e apresentariam sugestões para resolução dos problemas.

Em 22 de maio de 1975, página 3, com o título *Pós-graduação deve formar professores,* o jornal informou que, apesar da pressão do mercado de trabalho no ensino superior, o que demandava abertura de cursos pós-graduação, o MEC não devia autorizar a abertura, em função de necessidades imediatistas e que o objetivo do Plano Nacional de pós-graduação era melhorar a qualidade das graduações. Edson Machado, diretor do Departamento de Assuntos Universitários, informou que as 18 universidades federais só criariam a pós-graduação quando houvesse um mínimo de condições que garantisse qualidade.

Mais uma vez, é possível comparar o IIES-FFCL de Presidente Prudente e constatar que ele estava à frente das instituições federais no que se referia à pós-graduação, pois embora não houvesse um programa regular, a pós-graduação acontecia. Eram freqüentes os cursos realizados em Presidente Prudente, como especialização, mas que contavam créditos

para mestrado, ou doutorado na USP, por exemplo, conforme atestou Tiziano (2004), que freqüentou vários destes cursos.

Na mesma página, com o título *Agrava-se sobra de vagas de educação,* informou que, no VI Encontro de Educação em São Carlos, discutiu-se o excesso de vagas nos cursos de formação de professores, afirmavam que a causa da crise era a abertura indiscriminada de escolas e falta de professores capacitados para ali lecionarem, o que provocava a queda na qualidade dos cursos.

Os cursos do IIES-FFCL de Presidente Prudente, reconhecidamente cursos de alto nível, conforme palavras do próprio governador, eram cursos, portanto, que deviam ser preservados e não extintos.

Em 27 de maio de 1975, página 23, com o título *MDB critica elitização do ensino,* apresentou, entre outras críticas,

> Os comentários da "Juventude do MDB" acrescentam que "a inexistência de um plano de formação intensiva de professores criou o artifício dos catedráticos em tempo integral - que nunca aparecem – e dos cursos de fim-de-semana em faculdades de periferia dos grandes centros urbanos – sorvidas por professores em fase de aposentadoria ou por professores itinerantes que se deslocam para dar aulas em diversos pontos do Estado"**.**

Em 28 de maio de 1975, página 16, com o título *Ribeirão procura continuar na USP,* informou que os alunos haviam se mobilizado contra a desvinculação da USP e criação da Universidade de Ribeirão Preto. A Secretaria da Educação afirmou que já desistira de fazê-lo e os alunos alegavam que "[...] a implantação da Universidade de Ribeirão Preto atenderia apenas aos interesses empresariais da cidade em detrimento da qualidade de ensino e pesquisa."

Em 30 de maio de 1975, página 12, com o título *Carência de especialistas prejudica planos de ensino,* informou que

> Um dos grandes problemas da educação na maioria dos Estados brasileiros é a preparação insuficiente dos professores, administradores, e orientadores, o que tem prejudicado o andamento dos planos de educação. Por essa razão a melhoria da qualidade, a formação e atualização dos professores é uma prioridade para os

> secretários de educação, segundo depoimentos prestados ontem, em Brasília, no penúltimo dia do encontro nacional**.**

Se o próprio governo reconhecia a formação falha de professores, não era coerente consentir com a extinção de cursos oficiais de formação de professores, conforme o governo paulista faria em Presidente Prudente e em outras escolas**,** e deixar essa formação à mercê de instituições como as criticadas em 27/05/75, neste mesmo jornal.

Era a estas instituições privadas que recorria a maioria em razão da falta de políticas sérias de democratização do ensino superior da qual decorreria o ensino básico de qualidade. A grande maioria de instituições com estas características ofereciam licenciaturas.

Na verdade, por trás do plano de modernização havia o plano oculto, inconfessável, que era o de redução de gastos a qualquer preço.

Em 13 de junho de 1976, página 16, matéria intitulada *Faculdades de Pedagogia não atendem mercado de trabalho,* informou que os cursos de Pedagogia tinham currículos inadequados às necessidades do mercado de trabalho que absorvia os formados e que estes currículos precisavam ser revistos logo pelo Ministério da Educação. O coordenador de especialistas do MEC teria afirmado que dos 400 cursos de Pedagogia existentes no país, havia apenas duas ou três dezenas de bons cursos. “Em São Paulo está a maior concentração dos cursos, e a maior parte das vagas ociosas existentes no Estado pertencem a cursos de Pedagogia. [...] já existe saturação em São Paulo.”

Nesta publicação, mais informações que seriam utilizadas para justificar o fechamento de cursos de licenciatura no interior paulista.

Em de 05 de julho, página 14, matéria com o título *Conselho autoriza cursos superiores* informa que o CFE, entre outras ações, autorizou Licenciatura Plena em Ciências, na Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio e Projeto para funcionamento do curso de formação de professores da Associação Prudentina de Educação e Cultura. (APEC).

Eis aqui um indício de que o objetivo do Estado era mesmo privatizar o ensino superior. Enquanto discursava sobre a necessidade de conter a expansão dos cursos de Pedagogia, em São Paulo, alegando existir saturação, o governo estadual pretendendo fechar um curso de Pedagogia em Presidente Prudente, e o governo federal, por meio do CFE autorizava outro, também em Presidente Prudente. Esta situação derrubaria o argumento do reitor da UNESP de que a causa da extinção era a saturação.

Em 31 de julho, página 26, matéria com o título *Aprovado plano de pós-graduação,* informou que o plano de pós-graduação tinha sido aprovado no dia anterior pelo presidente Ernesto Geisel e que os objetivos eram:

> [...] institucionalização da pós-graduação, a elevação dos padrões de desempenho dos cursos e o planejamento de sua expansão, por enquanto desordenada. Pretende-se assim, que a pós-graduação venha a constituir um sistema planejado, efetivamente de alto nível, com organização definida e recursos garantidos.
> As metas principais são promover a formação completa e correspondente titulação, no País, de 16.800 mestres e 1.400 doutores, no período de 1975-1979.

Na mesma página, com o título *Finalidade é melhorar ensino*, informou que a finalidade da pós-graduação era melhorar o ensino superior "[...] por meio de cursos especiais de formação de mestres e doutores severamente vigiados pelo Ministério da Educação."

Ainda na mesma página, *Cursos terão verba garantida*, informou que, a partir daquele momento, contaria com a segurança de recursos financeiros constantes e que o MEC fecharia cursos de pós-graduação de má qualidade. "O Plano Nacional de Pós-graduação prevê a concessão de bolsas às instituições que querem treinar seus professores no País ou no exterior garantindo-lhes as cotas de bolsas por cinco anos"

Mais uma vez, indicadores de que a pós-graduação ainda não era organizada, mesmo nas universidades.

Em de agosto de 1975, com o título *Especialista nota falta de verba ao ensino brasileiro*, informou que

> O fato de a expansão das matrículas nas universidades não ter sido acompanhada do correspondente aumento de verbas para o ensino, deixou perturbado o professor Paul H. Silvernam, que também não ocultou sua desolação ante a deficiência das bibliotecas universitárias e a exigüidade de pesquisas. O professor Silvernam é o presidente da Comissão para Educação Superior das regiões Norte e Centro dos Estados Unidos e passou três semanas no Brasil, a convite do CAPES, fazendo observações sobre o sistema brasileiro de pós-graduação. De volta à Universidade do Novo México, da qual é vice-presidente, vai reunir suas observações num relatório que enviará ao CAPES, acompanhado de sugestões. Segundo ele. O ensino no Brasil se encontra, atualmente num estágio de expansão igual ao vivido pelos

> Estados Unidos na década de 50. A partir de 1956, quando subiu o primeiro Sputnik, o governo norte-americano se convenceu da necessidade de ampliar o sistema de educação superior "incorremos numa série de erros que o Brasil poderá evitar, baseado em nossa experiência", disse Silvernam.
> Explicou que a maior falha escolar, nos estados Unidos, foi a excessiva ênfase que se deu aos aspectos quantitativos, estando todas as atenções voltadas para o numero de professores, número de salas de aula e quantidade de livros que deveria ter uma biblioteca, "Hoje já sabemos que isso não significa muito e que é mais importante estabelecer critérios de avaliação. O que é preciso é testar a habilidade do pós-graduando", ressaltou Silvernam.
> Afirmou que a qualidade deve ser a principal meta, tanto na expansão do ensino superior quanto na implantação de um sistema de pós-graduação. E é necessária a colaboração dos organismos oficiais e das industrias que desenvolvem em seus laboratórios trabalhos de importância internacional. Silvernam considera essencial que uma universidade disponha dos recursos indispensáveis, ao criar cursos de pós-graduação. No Brasil, disse, pôde observar que os recursos são insignificantes as bibliotecas mal aparelhadas e o sistema de pesquisa não tem bastante apoio.
> O professor insistiu na necessidade de se impedir que cursos de pós-graduação se tornem simples cursos de graduação. Adiantou que vai sugerir ao CAPES a contratação de mestres em disponibilidade nos Estados Unidos, pois acredita que as universidades brasileiras poderão oferecer-lhes salários compensadores. Mas lembrou que será preciso superar a concorrência dos países árabes, que expandem também seu ensino universitário e estão procurando atrair professores norte-americanos.
>
> Assinado convênio com a Usaid.
>
> O Ministério da educação e a USAID assinaram um convenio ontem, em Brasília, segundo o qual o MEC receberá 85mil dólares até 31 de março de 1976, colocados à disposição do Departamento de Assuntos Universitários através de serviços de consultoria, assistência técnica e treinamento nos estados Unidos.
> Serão feitos contratos com técnicos americanos para serviços de consultoria a Curto prazo, no Brasil, e treinamento de grupos de estudos enviados pelo DAU aos Estados Unidos.[...]
> Com a assistência financeira da Usaid, o DAU executará os seguintes projetos, definidos como prioritários: administração de hospitais universitários, [...] biblioteconomia[...], administração de educação superior[...], viagem de estudos[...]

O que o professor Silvernam detectou, em 1975, indica que havia problemas nas universidades e não só nos institutos isolados para se justificar que eles sofressem os cortes.

Em 27 de outubro de 1975, matéria intitulada *A nova Universidade: A mensagem que cria a Universidade,* apresentou o número de alunos professores unidades que formariam a nova universidade, uma forma de apelo para os parlamentares votarem. "Poucas universidades no mundo funcionam em "campus" distribuídos em uma área tão ampla.Uma das poucas é universidade da Califórnia. [...]". Informou que se esperava a aprovação até

novembro e que após criada a universidade, seria escolhido o reitor, por meio da apresentação de lista tríplice, resultante de eleição. O que não aconteceria.

A seguir, outra matéria com o título *A opinião do professor*, com fotografia de Luiz Ferreira Martins no centro. Quando ele falou sobre os critérios para a reestruturação, o que se entende é que cada campus teria uma das suas áreas fortalecidas, razão do entusiasmo de muitos dos professores que aguardavam essa melhora em seus cursos. A seguir diz: "Naturalmente o planejamento deste desenvolvimento levará em conta as escolas municipais e particulares de cada região, de cada distrito geográfico educacional. Não se pode ignorar o contexto em que a escola se situa.". Eis aí o prenúncio do que ocorreria em Presidente Prudente: extinção de cursos que a instituição privada do município também oferecia.

Em 10 de janeiro de 1976, página 58, com o título *O distorcido aumento de vagas*, informou que dos 400 mil jovens que ingressariam na universidade naquele ano, 70% iriam para escolas particulares, o inverso do que acontecia há dez anos, quando a maioria das vagas eram públicas.

> A crise do ensino particular, que se acentua desde 1967, facilitou esse processo; sem alunos, as escolas privadas procuraram subsistir dirigindo-se para o grau de ensino que oferece melhor mercado. Dessa maneira, em geral – e com o auxilio da brandura dos critérios do Conselho - estão assim asseguradas as instalações e os equipamentos. Dessa maneira, entre 1969 e 1973, o numero de faculdades quadruplicou. Somente no ano de 1972 o CFE autorizou a criação de 132 novas escolas.
> E depois de autorizadas muitas faculdades apresentam baixo nível e freqüentemente uma série de irregularidades. [...] e mesmo fraudes graves que não tinham sido percebidas e, às vezes até acobertadas -pelos inspetores.

.

Em 31 de janeiro, dia em que a universidade foi criada, o jornal ocupou a página 10 para noticiar o evento, em três matérias: *Instalada a 3ª universidade*, *Nova instituição reúne 16 faculdades e 11 mil alunos* e *Paulo Egydio destaca atuação do educador Julio de Mesquita Filho*.(ANEXO K)

Nestas matérias, detalhes das festividades de inauguração da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, em Ilha Solteira, onde se criou mais um campus da nova universidade e onde se pretendia instalar a reitoria (o que nunca aconteceria), apresentação do tamanho da nova universidade, em número de unidades e de alunos, exaltação a Julio de Mesquita Filho, fundador do jornal O Estado de São Paulo que deu nome à universidade, elogios ao reitor Luiz Ferreira Martins, promessas de modernizar a instituição realizando a integração das unidades. Não houve, porém, nenhuma informação sobre a pretensão de se extinguirem cursos.

8.3 O Imparcial

Consultei todas as publicações de o Imparcial, de 1975 e 1976 e pude confirmar o que disse Bragato (2002). A imprensa local pouco informou sobre o fim do IIES-FFCL de Presidente Prudente e sua transformação em unidade da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”.

Em 1975, enquanto as duas instituições privadas de ensino superior existentes em Presidente Prudente ocupavam grande espaço no jornal *O imparcial* com propagandas, fotos, eventos como festivais, e campanhas filantrópicas, chegando a ter páginas inteiras, o IIES-FFCL de Presidente Prudente aparecia apenas em editais de licitação, de concursos, de inscrições para os vestibulares, de inscrições para cursos de extensão, convocação de aprovados em concursos e comunicados que, oficialmente, precisavam ser publicados.

Em 29 de maio de 1975, página 3, em matéria intitulada *Como criar novas universidades?,* Eduardo Brito Cunha, informou que o Estado de São Paulo brevemente poderia contar com mais uma, duas ou até três universidades oficiais.

> Tudo depende, porém, de uma decisão que a Secretaria da Educação estuda atualmente: a transformação da Coordenadoria do Ensino Superior responsável por 14 faculdades isoladas.

> Já é certo que a Coordenadoria do Ensino Superior será desligada da Secretaria, de acordo com o próprio secretário José Bonifácio Coutinho Nogueira. Porém não se sabe ainda qual a fórmula adotada para essa reformulação. Há três propostas em estudo, a passagem do órgão a autarquia, sua transformação em uma ou mais universidades e, finalmente, sua absorção pelas universidades existentes. A terceira possibilidade é considerada a menos provável.
> Não está excluída, entretanto, uma quarta opção de caráter misto. Alguns dos institutos isolados passariam a Universidade de São Paulo ou a Universidade de Campinas. Assim, algumas unidades da USP e da UNICAMP, que mantêm ambas campi no interior, viriam a fundir-se com outros institutos, formando, assim, os núcleos das novas universidades.
> É um trabalho que já começou a ser feito, embora de forma isolada. Em Ribeirão Preto, a USP mantinha duas escolas na cidade: a Faculdade de Medicina e a Escola de Enfermagem, além de duas faculdades estaduais subordinadas à Coordenadoria. No ano passado decidiu-se a integração dessas duas escolas – a Faculdade de Filosofia e a Farmácia e Odontológico – à USP, iniciando o processo de formação da futura Universidade de Ribeirão Preto.
> A união de faculdades em Federação ou Universidade é, inclusive recomendada pela lei 5.540 conhecida como a lei da reforma universitária. Entretanto, esse princípio até agora foi pouco aplicado, pois a mesma lei, ao manter uma exigência antiga, restringiu a formação de universidades. Ela determina que uma universidade para ser constituída, suas unidades de ensino devem abranger todas as áreas do conhecimento. Isso não interessa à maioria das instituições particulares que não pretendem manter cursos caros como os da área tecnológica, por exemplo.
> E é justamente essa exigência que poderá impedir a formação das novas universidades estaduais. A coordenadoria do Ensino Superior, abrange hoje apenas uma faculdade de Ciências Médicas (em Botucatu), uma de Veterinária e Zootecnia (Jaboticabal) e uma de Engenharia (em Guaratinguetá). Ao seu lado estão três escolas de Odontologia e sete de Filosofia, Ciências e Letras. Como essas 13 faculdades estão espalhadas por todo o Estado – entre elas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente e a escola de Engenharia de Guaratinguetá, por exemplo, a distância é considerável – torna-se difícil conseguir, ao mesmo tempo, a proximidade geográfica e a universidade de campos abrangidos.
> Assim, se não houve a criação de novos cursos, hipótese aparentemente afastada a curto prazo, a única maneira de se formar as universidades parece ser a fusão com unidade da USP e da UNICAMP. Mas nesse ponto surgem novas dúvidas.
> O caso da Universidade de Ribeirão Preto dá um exemplo desses problemas. Sua criação, constantemente solicitada por representantes da cidade, foi, já determinada algumas vezes. Mas as próprias escolas da região opuseram-se a medida. Seu argumento é ponderável: o estabelecimento de uma universidade a partir de simples fusão de escolas já existentes não traria vantagem alguma. Os cursos seriam os mesmos, praticamente. Mas em contrapartida, seria preciso criar-se uma administração central, uma Reitoria, o que implicaria em muitas despesas extraordinárias. Então – perguntam eles – por que não permanecer ligados à USP, evitando a duplicação de gastos?
> É da resposta a questões como essa que dependem as decisões a serem tomadas pela Secretaria da Educação. Atualmente a Coordenadoria do Ensino Superior conduz uma série de estudos a respeito de cada uma das alternativas. Há apenas uma certeza: as faculdades estaduais isoladas serão desligadas da Secretaria, passando a constituir um ou mais organismos autônomos.

O assunto volta a ser notícia apenas em 03 de outubro de 1975, em matéria com o título *Pós-Graduação em Prudente pode surgir com a 3ª universidade.* Apresentou trechos de entrevista ao vice-diretor da instituição, Marcos Alegre: “A não instituição do pós-

graduação nos tem exigido a contratação de auxiliares de ensino que sequer deveriam estar lecionando". E continuou:

> A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Pres. Prudente é uma das mais aparelhadas do Estado e se encontra ampliada, com suas vagas preenchidas por 786 alunos. Mas dos 87 professores, apenas 6 defenderam tese, 18 são doutores e os demais apenas assistentes e auxiliares. Segundo Marcos Alegre, todos os anos dezenas de formandos procuram Campinas e São Paulo tentando fazer pós-graduação. Mas não conseguem vagas em função do enorme número de candidatos.
> Recentemente a faculdade abriu vaga para um professor graduado e surgiram 11 inscrições, no entanto ninguém era graduado ou mestre. Diante disso o cargo foi preenchido por um auxiliar de ensino. [...] O vice-diretor da escola fala de quatro professores que percebem vencimentos de 6 mil cruzeiros e viajam para São Paulo uma vez por semana onde pretendem alcançar suas graduações. Isto lhes sacrifica muito devido os gastos e perda de tempo o que já resultou em desistências em anos anteriores. O pós-graduação vem sendo pleiteado desde 1970 e a universidade sem dúvida permitiria sua instalação disse o vice-diretor Marcos Alegre.

O autor do texto, na verdade, várias vezes, disse *graduação*, quando a expressão correta, com base no que Marcos Alegre disse ao jornal, seria *pós-graduação*. Não havia professores viajando para se graduarem e sim para se pós-graduarem.

A seguir, a matéria, reportando o que disse Marcos Alegre, argumentou que a pós-graduação expandiria as possibilidades de emprego dos formados nas filosofias além de servir para mais bem qualificar os professores da própria instituição, pois a falta de qualificação do corpo docente fazia diminuir o interesse dos estudantes pelos cursos. Apresentou também a estrutura física que a instituição possuía, como suficiente para comportar uma pós-graduação. Disse ainda que

> Além de propiciar sua criação a terceira universidade facilitaria também a instalação dos cursos de biologia, física e química reclamados pela população estudantil.
> Segundo ainda Marcos Alegre, o corpo docente local é inseguro e quando alguém consegue vaga uma outra faculdade maior deixa o cargo imediatamente.
> Sua substituição é feita por um formando embora ele não tenha autorização para ministrar os conhecimentos necessários aos seus alunos.

Segundo Tiziano (2004), formado em Matemática pelo IIES-FFCL de Presidente Prudente, em 1971, muitos alunos eram, de fato, procurados por faculdades para exercerem a docência, mesmo antes de se formarem, mas não pelo IIES-FFCL de Presidente Prudente. Ele, logo que se formou, aí, sim, foi contatado pela instituição.

Quanto à nova universidade, com base no que disse Alegre e pelo seu entusiasmo, os professores entendiam que seria a possibilidade de fazer a instituição local crescer, jamais o fechamento de cursos.

A seguir, com o subtítulo *Universidade até 1976*, informou que

> A nova universidade agrupando as 14 faculdades isoladas mantidas pelo governo em cidades do interior foi anunciada pelo Secr. da educação, José Bonifácio Coutinho Nogueira salientando que ela pode ser criada até o próximo ano. Será a terceira do Estado pela ordem de criação e a segunda em número de alunos, com cerca de 10 mil estudantes.[...] Diz o Secretário da educação que a nova universidade crescerá e será historicamente importante, sobretudo porque sendo criada num importante momento da Educação que é o momento imediatamente posterior à reforma do ensino. Será, portanto a primeira universidade criada após a reforma.

Havia naquele momento, portanto, conforme publicação aqui já mencionada, de 29 de maio de 1975, conhecimento de que seria criada a nova universidade, porém sem nenhuma perspectiva de enxugamento, mas sim de um crescimento conseqüente de sua criação.

Publicação, dia 04 de outubro de 1975, página 8, informou:

> **Universidade o Interior**
>
> São Paulo vai ter uma terceira universidade, a do Interior. O Governador Paulo Egydio Martins, autorizou o Secretário de Educação, José Bonifácio, a encaminhar o processo de criação da Universidade, que vai ser composta pelas quatorze faculdades isoladas existentes, entre elas, a Faculdade de Filosofia de Pres. Prudente.
> A sede da reitoria da nova universidade vai ser instalada na Capital, mas poderá ser transferida para o interior, e naturalmente as cidades vão disputar, a sede central que será de suma importância.

O conteúdo desta matéria permite ao leitor inferir que as várias unidades debateriam, democraticamente, sobre o melhor local para se instalar a reitoria da universidade. Na verdade, porém, em outubro, a decisão que a reitoria seria em Ilha Solteira, certamente, já havia sido tomada.

Em 03 de junho de 1975, página 3, a matéria com o título *EDUCAÇÃO PROPÕE QUADROS DOCENTES PARA OS INSTITUTOS ISOLADOS DO ESTADO,* informou que o secretário da educação havia encaminhado ao governador projeto de decreto para criar os Quadros de Pessoal Docente dos Institutos Isolados de Ensino Superior do

Estado de São Paulo. Seriam 1.071 cargos efetivos, dos quais 63 para professores titulares e 1.008 para professores assistentes.

A seguir, foi transcrito o projeto que propunha que cada instituto teria uma Parte Permanente de docentes, integrada pelos cargos criados pelo decreto, e uma Parte Especial compreendendo os cargos já ocupados então, os docentes estáveis, extranumerários e os contratados pela CLT. Pelo projeto, continuariam existindo, ainda, funções docentes previstas pelo decreto 52.595, de 30/12/1970, devendo a acesso a tais funções ocorrer de acordo com as exigências do Regimento Geral dos Institutos Isolados.

As funções de extranumerários, estáveis e CLT seriam automaticamente extintas à medida que ficassem vagas. Pelo projeto, caberia ao diretor de cada instituto, por meio de concurso público de provas e títulos, lotar os cargos da Parte Permanente, respeitados os direitos dos ocupantes de cargos e funções da Parte Especial.

A seguir, trecho do projeto:

> "O docente que vier a exercer qualquer função de carreira fará jus à vantagem pecuniária correspondente à diferença entre a referência do cargo ou função de que é titular e a da carreira que passar a exercer. Tal vantagem se incorporará aos vencimentos, para todos os efeitos legais. Ao diretor do Instituto competirá proceder a apostila dos títulos dos docentes".

Regulamenta também casos de admissões imprescindíveis, que serão sempre em regime de CLT. Quanto aos professores comissionados (afastados de outros cargos públicos) determina o máximo de cinco anos para o professor ficar nesta situação contratual.

> Enquanto não for editado o Estatuto dos Servidores dos Institutos Isolados de Ensino Superior, será observada para o servidor que vier a ocupar cargo ou função de carreira da Parte Permanente a legislação aplicável ao funcionalismo público civil do Estado. Estes servidores ficarão subordinados ao sistema previdenciário e médico-assistencial dos funcionários civis, o que será observado, também, com respeito ao servidor que vier a ocupar cargo no Quadro de Pessoal Técnico e Administrativo dos Isolados.

O trecho que trata de possíveis futuras admissões pode indicar que, naquele momento, o secretário da educação não previa a criação da universidade da junção dos institutos e extinção de cursos. Por outro lado, garantiria alguns direitos aos professores caso a

universidade fosse criada, ao prever um número fixo de professores para os institutos. Assim, estando dentro do número previsto, eles poderiam ser remanejados de uma unidade para outra.

No dia 13 de junho de 1975, página 3, edital de concursos para Professor Assistente em RDIDP de Métodos e Pesquisas para o curso de Ciências Sociais.

Na mesma página, edital para concurso do IIES-FFCL de Presidente Prudente em regime CLT para professores de Política, História, Economia e Antropologia, para o curso de Ciências Sociais; princípios e Métodos de Administração Escolar, para o curso de Pedagogia; Cartografia e Topografia, para o curso de Geografia; Química Orgânica, Biologia Vegetal e Ecologia, para o curso de Ciências.

Em 29 de junho de 1975, página 2, seria publicado edital de abertura de inscrições para concurso no IIES-FFCL de Presidente Prudente, para professores auxiliares de ensino de Filosofia, Sociologia, Psicologia, Didática, Geografia Física, Geografia do Brasil, Biologia Animal contratados pela CLT, em RDIDP, para o IIES-FFCL de Presidente Prudente.

A abertura de concursos parece indicar o não conhecimento do que viria a acontecer: fechamento dos cursos de Pedagogia e Ciências, pois, se o IIES-FFCL de Presidente Prudente tivesse esta previsão, não abriria concursos para suas disciplinas, mas contrataria substitutos.

Em 14 de agosto de 1975, página 1, a matéria intitulada *FAFI tem novo diretor,* informou a posse, no dia anterior, do professor Alvanir de Figueiredo para a função de diretor da FFCL de Presidente Prudente e professor Marcos Alegre, para vice-diretor. Esta foi a primeira publicação do ano de uma notícia, propriamente, sobre o IIES-FFCL de Presidente Prudente.

Em 13 de novembro, de 1975, é publicado, na página 5, Edital de prova de seleção para a contratação de Pessoal Docente para a área de Biologia Animal em RDIDP

pela CLT. Mais uma vez, um indício de que não se tinha conhecimento que o curso de Licenciatura em Ciências seria extinto.

No dia 31 de janeiro de 1976, dia da criação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", bem como nos dias subseqüentes, não houve nenhuma publicação sobre o assunto em *O Imparcial.*

Apenas no segundo semestre, quando começou a circular a notícia de que não haveria vestibulares para os cursos da UNESP - Unidade de Presidente Prudente, para formação de novas turmas para os cursos de Pedagogia, Estudos Sociais, Licenciatura em Ciências, e Ciências Sociais, começaram a ser publicadas matérias sobre o assunto.

Em 05 de setembro de 1976, página 1, publicou-se matéria com o título *Professores da Faculdade de Filosofia preocupados com reformulações futuras:*

> Estiveram sexta-feira à tarde, em nossa redação, os professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de nossa cidade, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker e José Carlos Tardaglia, do departamento de Ciências Sociais, Yosshie Ussami, do Departamento de Educação e Armen Mamigonian do Departamento de Geografia e na oportunidade concederam entrevistas ao nosso companheiro de trabalho, Barbosa da Silveira, demonstrando suas preocupações com respeito às reformulações que serão feitas nas Faculdades que integram a Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho, de acordo com informações oficiosas, já que não houve até o presente esclarecimento oficial à respeito da reitoria.
> Na oportunidade os professores falaram também da Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, - ADUNESP, falaram da próxima reunião do dia 12 de setembro, em Araraquara, quando os professores vão tomar posição, inclusive sobre um aspecto muito importante, - A questão da estabilidade dos docentes.
> Em nossa edição da próxima semana, publicaremos os pontos básicos que os professores abordaram sobre o assunto que está inquietando os mestres, pois pelos comentários, embora alguns com mais de quinze anos, já com concursos de títulos e tese de doutoramento, poderão ter que iniciar novamente a carreira.

No dia 10 de setembro de 1976, página 2, com o mesmo título, *Professores da Faculdade de Filosofia preocupados com reformulações futuras,* informou que a ADUNESP (Associação dos Docentes da Universidade do Estadual Paulista) foi criada, quem eram os componentes da primeira diretoria , quais os objetivos da associação e quais os assuntos que preocupavam os associados. O principal assunto, segundo a matéria, foi a questão da estabilidade dos docentes, artigo 8º da Lei 952 que criou a UNESP e que foi

vetado pelo governador, veto rejeitado pela Assembléia Legislativa. O segundo assunto mais importante foi a inoperância do Conselho Universitário Provisório para que houvesse a definição do Quadro Especial de professores e tratasse da estabilidade dos docentes.

Informou, também, que nas reuniões que acorreram em Marília e em São José do Rio Preto, solicitaram uma definição política da reitoria sobre as faculdades de filosofia.

Informou, ainda, que na reunião seguinte, em Araraquara, no dia 12 de setembro seria elaborado um documento, colocando a questão dos docentes e estudantes, para que a reitoria publicasse pelo menos um esboço da reformulação pretendida.

> Os professores disseram que a luta deles será para ampliar as atuais faculdades e para a PESQUISA REGIONAL E GERAL. Entretanto, segundo informações oficiosas, os cursos seriam isolados em CAMPUS, não se permitindo duplicação de esforços nesses mesmos campus, chegando a um pensamento de que haverá remanejamento de cursos e talvez fechamento deles e nesse ponto está sedimentada a luta, para que seja evitado que isso aconteça. Numa realidade em que se fala em educação e seu aprimoramento, a medida, se concretizada, é irracional e do ponto de vista político, totalmente absurda.

Com base nas discussões da ADUNESP apresentadas nesta publicação, comprovou-se que, conforme Bragato (2002), de fato, mesmo os professores da UNESP não tinham informações, não eram consultados sobre a reestruturação e só ficavam sabendo do iminente corte de cursos de forma oficiosa.

Além da situação em que ficariam os professores que fizeram carreira caso os cursos em que trabalhavam fossem fechados,

> Os professores abordaram um outro aspecto da questão que mostra a preferência ou mesmo discriminação da reitoria, pois as Faculdades de Tecnologia têm prestígio profissional, já que os jovens, filhos da alta burguesia preferem fazer carreiras profissionalizantes, enquanto que as de Filosofias, são carreiras ligadas à pesquisa pura, desinteressada, e, dessa maneira, remanejar faculdades tecnológicas seria mexer com os filhos das classes dominantes, o que nem sempre interessa ao governo.
> Daí o fato de ainda não terem sido marcados e nem regulamentados os vestibulares das Faculdades de Filosofia, enquanto os das Faculdades Profissionalizantes (Medicina, Engenharia, Odontologia, Veterinária, etc.) já o foram.
> É de se perguntar: - O que farão, nestes anos, os jovens de menor poder aquisitivo, que não podem pagar escola superior (sempre muito cara no caso das particulares) se não forem regulamentados os vestibulares das filosofias para 1977?

No dia 11 de setembro de 1976, página 1, com o título *Cursos do interior mudarão em 1977*, informou que o reitor, Luiz Ferreira Martins, admitira que haveria remanejamento de cursos, mas os alunos que já estavam cursando poderiam concluir os cursos na escola onde ingressaram. Já os professores teriam que se sujeitar aos deslocamentos.

> Na única referência que fez ao corpo docente o reitor disse compreender suas preocupações e acreditar que excetuados os problemas de ordem pessoal, todos os professores da Unesp estão conscientes da necessidade de uma reformulação. Além disso, garantiu que o Conselho Universitário não pretende reunir todas as faculdades em uma única escola, apesar de não ter concluído ainda a elaboração do estatuto e do regimento geral da Universidade. "Essa medida não teria sentido – disse ele - uma vez que seriam eliminados, dessa forma, os investimentos feitos pelo Estado em várias unidades."

Na página 3, continuação do texto da página 1:

> Luiz Martins afirmou, ainda, que o Conselho Universitário está estudando a situação dos diferentes cursos oferecidos pela Unesp, e que entre eles, os das sete faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. "O Plano de Implantação e Desenvolvimento da Universidade está consubstanciado numa regionalização de todo o Estado" – disse ele.
> A racionalização no aproveitamento dos recursos humanos e dos investimentos a serem feitos e a redefinição dos objetivos – principalmente os das faculdades de Filosofia – são as outras prioridades estabelecidas pelo Conselho segundo o Reitor.
> "Procuremos, na medida do possível, evitar a duplicação de meios para fins idênticos, considerando-se cada uma das regiões", explicou Luiz Martins. Além disso – disse ele – o Estado não pode manter de 12 a 15 institutos voltados para a formação de professores, "quando existem mais de 400 escolas para esse fim, apenas em São Paulo".
> Admitindo que o melhor nível de licenciatura pelas faculdades estaduais possa ser um ponto de discussões, o reitor afirmou, porém, que as unidades da Unesp; em virtude dos grandes investimentos que absorveram, deverão se voltar para a formação de recursos humanos do mais alto nível, através de bacharelado, pós-graduação, especialização e, inclusive da graduação.

A leitura desta publicação permite ao leitor inferir que o reitor pretendia fazer cortes nas licenciaturas, o que, de fato, ocorreria. E a justificativa era, explicitamente, deixar a formação de professores para a iniciativa privada.

Em 05 de outubro de 1976, foi publicado, na página 7, o texto intitulado U*niversitários estão sensibilizando a comunidade.* Ele informou que estudantes da unidade de Presidente Prudente haviam realizado assembléia na semana anterior, quando trataram dos possíveis fechamentos de cursos que criariam " [...] problemas para os estudantes que não têm condições de cursar uma escola particular, e nem condições de morar em outra cidade.".

Informou que os universitários haviam produzido um documento que seria distribuído à população para que todos soubessem o que estava acontecendo e apoiassem as decisões dos alunos:

> 1) Através de comissões formadas por seis alunos, promoveremos mobilização e sensibilização de público, através da imprensa falada e escrita, de escolas e entidades representativas de Presidente Prudente e outros centros.
> 2) A elaboração de abaixo-assinado, que será encaminhado ao governador do Estado, Dr Paulo Egydio Martins, levando o problema ao seu conhecimento.
> 3)Eventual propositura de ação popular, contra quem de direito caso estejam presentes na espécie os pressupostos necessários.

Segundo o jornal, já era grande o número de assinaturas recolhidas no abaixo-assinado. Os alunos estranhavam que não houvessem marcado datas para o vestibular, o que indicava que os cursos seriam transferidos para outras cidades. A comissão conclamou os demais universitários a irem à Câmara Municipal para que os vereadores tomassem conhecimento do que estava acontecendo, para que pudessem se aliar aos estudantes em sua luta pelo ensino superior público.

Em 08 de outubro de 1976, página 1, com o título *Reitor é aguardado,* informou que o reitor da Unesp era aguardado para aquele dia na cidade,

> [...] quando numa importante reunião informaria oficialmente ao corpo docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de nossa cidade, as reformulações que serão introduzidas pela reitoria colocando portanto, os professores perfeitamente a par do trabalho que seria feito.
>
> Entretanto até ontem à tarde, não havia informação oficial da chegada do professor em questão, que possivelmente viria juntamente com o Professor Dr. Alvanir de Figueiredo diretor do estabelecimento, que se encontra em São Paulo.
>
> A visita do professor está sendo aguardada com muito interesse, pois toda a comunidade ficará sabendo, o que realmente será feito dentro da Terceira Universidade Estadual.

Em 29 de outubro de 1976, na página 1, com continuação na página 3, em matéria com o título *Deputado manifesta-se apreensivo com o Remanejamento das Faculdades*, foi publicado o texto que o deputado estadual, José Felício Castellano pronunciou, no dia 19 de outubro, na Assembléia Legislativa.

O deputado informou que havia procurado o reitor para obter informações sobre fechamento de cursos, quando esteve na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de

Rio Claro, sem conseguir falar com ele. Denunciou que as leis que a Assembléia Legislativa aprovava, ao serem postas em prática, muitas vezes ocorria o oposto daquilo que havia levado os deputados a aprová-las.

> "Há menos de um ano do funcionamento da Universidade "Julio de Mesquita Filho", as cidades que têm unidades da UNESP vêem-se tomadas de pânico ante o divulgar constante de notícias no sentido de que haverá remanejamento de cursos, isto é, fechamento de cursos. Por enquanto, o que se sabe é isto, fechamento de cursos. Consta que os cursos remanejados serão substituídos por outros. Em outras palavras, que as escolas não seriam amputadas e, sim, os cursos substituídos. Porém, tudo está ainda na esfera do noticiário da imprensa. Não se tem notícia mais palpável a respeito do importante assunto, que está movimentando grandes cidade do nosso Estado, [...] com o corpo docente e o corpo discente de suas escolas, bem como as suas autoridades tomadas de verdadeiro pânico ante o crescer constante do noticiário a respeito do importante assunto.
> Como a matéria é de muita importância e atinge grande número de pessoas – professores desassossegados, alunos intranqüilos e comunidades apavoradas em busca de uma solução – volto a esta tribuna para novamente fazer veemente apelo às autoridades que dirigem a UNESP, no sentido de que todo e qualquer remanejamento que venha a ser praticado, sejam feitos com democrático debate do problema, envolvendo professores, alunos autoridades, cidades interessadas e os responsáveis pelas respectivas unidades. Isso é o mínimo que se pode esperar. (p.3)

Com base nesta publicação é possível concluir que a pressão dos professores, conforme depoimento de Alegre (2001) e dos alunos, conforme depoimento de Spósito (2003), também sensibilizava alguns parlamentares, que não se calaram diante do problema.

No dia 12 de novembro de 1976, na página 1, com continuação na página 8, a matéria *Alunos da FAFI iniciam seu movimento de protesto* informou que os alunos da faculdade, em reunião do dia 10, haviam decidido paralisar as aulas como forma de protesto contra a não abertura de vestibulares para 1977**.**

> A posição assumida por eles tem o apoio do Diretório Acadêmico "3 de Maio" , dos Centros de Ciências Sociais "Florestan Fernandes"de Estudos Geográficos "Pierre Deffontains" de Estudos Matemáticos, de Estudos "John Dewey" (pedagogia), de Estudos e Pesquisas Isaac Newton, do Clube de Cinema e da Associação Atlética Acadêmica 3 de Maio.
> Eles se recusam a participar das aulas durante três dias e "durante esse período serão desenvolvidas atividades extra-classe, ao mesmo tempo que comissões visitarão os colégios e a imprensa local com o objetivo de divulgar a visita do Reitor da universidade "Julio de Mesquita Filho", no próximo dia 16 , às 10 horas.
> Os acadêmicos da FAFI pretendem um reexame da matéria que visa a reestrutura do sistema de funcionamento do ensino superior oficial em nosso estado.
> Como se sabe, não foram abertas as inscrições aos exames vestibulares das faculdades de Filosofia, integrantes da universidade estadual "Júlio de Mesquita Filho", que estaria na iminência de perder vários cursos.(p 8)

Também no dia 12 de novembro de 1976, página 7, o jornal, com o título *Professores estiveram reunidos,* informou que os professores da unidade de Presidente Prudente haviam se reunido, no dia anterior, com o diretor Alvanir de Figueiredo, para tratar da "[...] questão da reformulação da universidade Estadual Julio de Mesquita Filho, cujos entendimentos chegariam a um denominador comum para a reunião da próxima terça-feira, com o Reitor, Professor Dr. Luiz Ferreira Martins, às 8 horas, no anfiteatro."

No dia 13 de novembro de 1976, página 1, o texto intitulado *Agora acadêmicos da FAFI só aguardam pronunciamento do Reitor da UNESP* informou que 600 alunos haviam iniciado a paralisação, depois de deliberação tomada na noite da quarta-feira pelas razões a seguir, que vieram enumeradas no texto:

> I-Não abertura dos vestibulares nas faculdades da UNESP, com possível remanejamento dos cursos, conforme alegações do reitor Luiz Ferreira Martins;
> II-A forma pela qual está sendo feita a reestruturação: as partes envolvidas diretamente no problema não estão participando, nem são consultadas.
> III - Particularização de filosofia nos vestibulares. O reitor não leva em conta o passado histórico dessas Faculdades, nem a produção científica comprovada.
> IV - Não há concordância dos alunos com o fechamento de quatro dos cinco cursos atualmente mantidos em Presidente Prudente, pois consideram que o ensino pago é que será beneficiado. No caso, seriam abolidos os cursos de Matemática, Pedagogia, Estudos Sociais e Ciências, permanecendo tão somente o curso de Geografia.
> Integrantes de Diretório Acadêmico "3 de Maio" admitem que se forem fechados os cursos – conforme está previsto – restariam aos alunos duas opções: mudar de cidade ou freqüentar faculdades pagas.
> Antes da realização das duas assembléias, os estudantes mantiveram diálogo com o Governador do Estado e com o Secretário da Educação.
> O movimento perdurará até hoje, e em virtude do domingo e do feriado de 15 de novembro, terá continuidade até o dia 16, quando está sendo aguardado o Reitor Luiz Ferreira Martins. Pretendem os estudantes dialogar com o Reitor e participar das decisões, desde que a Reitoria forneça os esclarecimentos necessários a respeito das medidas recém adotadas.
> A Faculdade de Filosofia de Presidente Prudente é mantida pelo governo Estadual tem um corpo docente de alta categoria, com 82 professores e mais de 100 funcionários, 600 alunos, um imenso patrimônio imobiliário, a maior biblioteca da região e uma folha de pagamento superior a 3 milhões de cruzeiros anualmente.

No dia 14 de novembro de 1976, página 1, com o título *Reitor virá terça-feira,* o jornal voltou a informar que o reitor, que não havia comparecido no dia 12, era aguardado para o dia 16, um dia após as eleições para prefeitos e vereadores, às 9 horas da manhã no anfiteatro da faculdade, para o primeiro encontro oficial, em que informaria como

seriam as reformulações e quais os cursos ficariam em Presidente Prudente: “[...] pelas informações ficaria apenas Geografia.”.

No mesmo dia 14 de novembro de 1976, é publicado um artigo de autoria dos professores Armen Mamigonian, Jayro Gonçalves de Melo e Silvio Carlos Bray, intitulado *Ciência em crise: Unesp e Faculdades de Filosofia*.

> Até vinte anos atrás, quem quisesse freqüentar um curso de nível superior, não tinha outra opção a não ser deslocar-se para os grandes centros urbanos, via de regra capitais de estado. Assim, os candidatos do interior deste estado normalmente se locomoviam para São Paulo. Porém, com raras exceções, apenas os financeiramente privilegiados podiam realizar tal proeza.
> De 1957 a 1963, entretanto, os governos de Jânio Quadros, Carvalho Pinto e Ademar de Barros criaram 17 Institutos Isolados no interior do Estado, entre os quais sete Faculdades de Filosofia Ciências e Letras. Fruto da luta democrática, pois foram criados a partir de reivindicações populares, esses centros de pesquisa e ensino sempre atenderam a uma significativa faixa da clientela estudantil. Com suas bibliotecas, pesquisas realizadas por docentes-pesquisadores nas várias áreas do conhecimento científico, cursos abertos gratuitamente a todos os interessados, essas faculdades têm prestado inestimável serviço à comunidade. Constituem-se, a bem dizer, mais um patrimônio cultural do povo.
> A partir deste ano, e por ato do governador Paulo Egydio Martins, (Lei 952 de 30.01.76), as FFCL, juntamente com as técnicas, passaram a integrar a terceira universidade do Estado, ou seja, a Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (UNESP).
> Não há dúvida que tal medida causou surpresa agradável a todos que se interessam pelo ensino e pela pesquisa. Afinal, uma universidade facilita e incentiva as relações inter-faculdades, importantíssimas para desenvolvimento da ciência e, “ipso-facto”, do conhecimento. Beneficiados seriam os mesmos cidadãos que lutaram pela criação das antigas faculdades isoladas. Renovaram-se esperanças de outros cursos e ampliação dos existentes. Enfim, uma universidade a serviço da população.
> Infelizmente, nem todos pensam assim. Todo esforço despendido durante quase vinte anos por professores, alunos, funcionários e comunidade na construção dessas faculdades está sendo ignorado pela atual reitoria da UNESP. Sob pretexto de “ensino de bom nível”, “oportunidade de pesquisa aos docentes”, “Participação mais efetiva da Universidade no interior do Estado”, pretende o reitor extinguir cursos e até fechar faculdades, especialmente as de filosofia. Tais decisões começam a ser postas em prática sem qualquer atenção às peculiaridades de cada região tradicionalmente servida por essas instituições e às comunidades que as fizeram nascer.
> Para se ter “ensino de bom nível” não há necessidade de amputar cursos das faculdades existentes e centralizá-las numa única cidade, como quer o reitor. A não ser que o objetivo inconfessável seja a elitização do ensino.
> Ele mesmo, em entrevista na Rádio Bandeirante, admite que os cursos atualmente em funcionamento são de bom nível. É de se esperar, portanto, que o Estado concentre recursos para melhorar ainda mais o nível de ensino das faculdades já existentes. Contrariamente, a reitoria opta pelo menos democrático e mais elitizante. Quer a centralização desses recursos em determinadas cidades em detrimento de outras, como que anulando as legítimas conquistas do povo.
> Quanto à “participação mais efetiva da Universidade no interior do Estado”, nada mais lógico do que a permanência e ampliação dos cursos existentes, atendendo-se desta forma a política descentralizada do governo.
> No que diz respeito à “oportunidade de pesquisa aos docentes”, não há necessidade de centralizar recursos, mas sim dinamizar ainda mais os centros em funcionamento.

> Esses centros, ou FFCL (Rio Claro, Franca, Araraquara, Rio Preto, Assis, Marília, Presidente Prudente), nunca se furtaram à tarefa de produzir ciência. Prova disso são as dezenas e centenas de testes de mestrados, doutorado, livre docência, assim como milhares de trabalhos e publicações em revistas especializadas de cada faculdade e em periódicos estaduais, nacionais e estrangeiros.
> Baseando-se apenas na produção científica revelada por docentes e alunos das sete faculdades em questão na 28ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em 1976, temos o seguinte quadro:
> Dos 2.076 trabalhos apresentados, 160 são das FFCL da UNESP, ou seja, quase 10 por cento das pesquisas no país, se daquele total subtrairmos as comunicações estrangeiras.
> É bom esclarecer, também, que as FFCL particulares do interior apresentaram apenas 3 (três) comunicações de pesquisa.

A seguir, discriminam as áreas dos 160 trabalhos: Matemática, Física e Química, 21; Geologia e Geofísica, 3; Ciências Biológicas, 49; Educação, Filosofia, Psicologia, 24; Geografia, 19; História, Arqueologia, 7; ciências Sociais, 18; Lingüística, Literatura, 11; Ecologia, 8. A grande maioria dos trabalhos vieram das Faculdades de Filosofia, as quais estavam ameaçadas de cortes.

Os professores assumiam que a iminência de se criar uma universidade tinha sido aceita de forma alvissareira por todos que acreditavam nos benefícios do estreitamento do intercâmbio entre as unidades, o que enriqueceria a docência, a pesquisa e a extensão, trazendo benefícios para o interior paulista, para o Estado de São Paulo e para o País.

Mostraram como foram ludibriados pelo belo discurso do próprio governador que afirmara serem os cursos do IIES-FFCL de Presidente Prudente de alto nível. Os argumentos que os professores utilizavam para defender não só a manutenção dos cursos existentes, mas a abertura de outros, não encontraria palavras do reitor com peso para derrubá-los.

O reitor veio a Presidente Prudente, em 16 de novembro de 1976, e o jornal do dia 17, página 4, com o título *Reitor da UNESP teve ontem prova de fogo,* apresentou detalhes do encontro que foi primeiramente com o diretor e o vice-diretor da faculdade, em reservado e, depois, “no anfiteatro lotado de professores, universitários, bem como alunos do segundo grau, numa reunião que teve início às 9:30 da manhã, terminando por volta das 13:30 horas.”.

O jornalista informou que havia sido entregue ao reitor um abaixo-assinado da comunidade, reivindicando a permanência dos cursos de Presidente Prudente. Em seguida os professores Dra. Maria Ângela D'Incao, Dr. Diores Santos de Abreu, Dra. Samia Tauk, Dr. Armen Mamigonian, Dra. Dulce Cansuelo Andreatta Whitaker, Dra. Tereza Marini, Dr. José Ferrari Leite, Dr. Antônio de Assiz Carvalho, Prof. Armando Garms, Profa. Ruiz e alunos fizeram a defesa da permanência dos cursos.

> A reunião, como não poderia deixar de acontecer, às vezes ficou tumultuada, alguns professores foram contundentes em seus pronunciamentos e apartes, tanto que de certa feita, o reitor teve, o que ele chamou de desequilíbrio emocional, contestando algumas acusações que estavam sendo feitas, mas no final solicitou desculpas, e demonstrou duas coisas – primeiro, que estava muito estruturado, para enfrentar uma platéia onde a constante, era a defesa dos atuais cursos, e uma potencialidade física impressionante, procurando sempre defender a posição da nova universidade.
>
> PREFEITO
>
> O prefeito Walter Leme Soares, encerrando aquela reunião, fez brilhante pronunciamento em defesa dos cursos existentes, e que fossem ampliados, para uma futura universidade regional, tópico que por diversas vezes foi abordado, e no final recebeu a consagração dos presentes.
>
> PRONUNCIAMENTO
>
> Um dos pronunciamentos que mais chamou a atenção da reportagem foi da Professora Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, que embora toda a tensão existente na platéia, falou, com muita ponderação, a respeito dos vestibulares, fazendo uma análise sociológica sobre o problema social e fazendo a grande indagação – se haveria vestibulares em 1977, já que a demanda do secundário será de quatro mil alunos, mais ou menos. Esse pronunciamento foi no final e o Reitor voltou à tese dos próximos cursos que seriam oferecidos dentro da secção de Geografia, já que parece, seria a única que pela reorganização, ficaria em Presidente Prudente, não havendo, entretanto, resposta clara do Reitor sobre os vestibulares, adiantando que todas as reivindicações fossem enviadas para o Conselho Universitário, a quem caberá decidir a questão.
> Outro pronunciamento bastante firme e com dados geo-econômicos, inclusive do Mistério da Educação, foi do Professor José Ferrari Leite, que o Reitor tentou responder que a Unesp também se baseou em outros dados para essa estruturação.
>
> FALA O REITOR
>
> Quando estava para tomar seu automóvel que o levaria ao aeroporto, o Dr. Luiz Ferreira Martins assim se pronunciou à nossa reportagem: "Eu lamento que a exigüidade do tempo e o fato de não estar bom o teto em Prudente, e eu não poder levantar vôo, e preciso estar em Assis, dentro de pouco tempo, me impeça de considerações mais amplas de tudo aquilo que se discutiu aqui".
> Eu tenho a impressão, que o repórter, inclusive que assistiu a todos os debates, os documentos estão aí para serem todos analisados, dão uma colocação clara da posição da Universidade neste momento que tem que definir o seu perfil, de tal sorte, que a matéria está colocada, está em discussão, a reitoria, e o conselho universitário, estão abertos, para receber sugestões, mas indiscutivelmente, o que nós estamos conscientes, é que as coisas não podem ficar como estão."

PREFEITO COM POSIÇÃO FIRMADA

> O prefeito Walter Lemes Soares, à reportagem falou o seguinte: "Nós não podíamos nos manifestar, nem criar clima de intranqüilidade, na nossa cidade, antes que ouvíssemos a palavra do reitor da universidade. Agora sim, depois de apresentar os programa, que ainda vai continuar em discussão, - Nós firmamos nossa posição de que nossos cursos não devem se amputados e que iremos juntamente com o senhor reitor, ou com qualquer órgão, ou Federal, ou Estadual, defender a nossa posição, defender ampliação dos nossos cursos, porque Presidente Prudente, não vai, não poderá nunca, ser esquecida como vem sendo há muito tempo, dos governos, procurando amputar os cursos de nossa cidade em detrimento de outras, quando o que nós precisamos na realidade, é apoiar a nossa juventude e ampliar os cursos já existentes e criar novos cursos para dar oportunidade à nossa juventude e à nossas crianças.".

Em 20 de novembro de 1976, em nota, na página 1, com o título *Reunião de professores das "Filosofias"*, informou que professores das sete faculdades estavam na luta para que não houvesse fechamento de cursos, e a de que Presidente Prudente seria uma das mais prejudicadas, perdendo quatro cursos, além da de Franca, que seria extinta. Informou que a próxima reunião seria em Assis, no dia 22 de novembro, e teria como objetivo final organizarem-se para uma audiência com o governador.

Em 24 de novembro de 1976, página 3, com o título *O todo poderoso Reitor da UNESP*, Adelmo S.R. Vanalli declara que a partir daquele momento, com a vinda do reitor, pôde compreender a monstruosidade do que pretendia ele contra o interior paulista e contra Presidente Prudente, cujo esfacelamento seria dobrado. Enquanto outras cidades perderiam, no máximo, dois cursos, Presidente Prudente perderia cinco dos seis cursos que possuía, sob a alegação de que o mercado estava saturado e os formandos não encontravam aplicação prática para seus diplomas.

> Pode ser que haja um fundo de verdade nisso, mas vejamos o que o sr. Reitor pretende fazer. Ao mesmo tempo em que extingue aqueles cursos a UNESP transformará a nossa FAFI em um Instituto de Geografia Meteorologia, Ecologia e Hidrografia, áreas ainda mais incipientes no desenvolvimento das tecnologias do País, cujo restrito mercado de trabalho se restringe às iniciativas tímidas do Governo da União, através do Ministério da Agricultura e por delegação alguns dos nossos Estados mais desenvolvidos.
> Não sentimos qualquer praticidade nas medidas propostas pelo sr. Reitor da UNESP, principalmente sob o fundamento de que os cursos originais da nossa Faculdade não garantem um mercado de trabalho mais promissor.
> Mas para onde irão nossos futuros meteorologistas, ecologistas, e hidrografistas? O país está se desenvolvendo a passos largos no domínio das novas áreas do saber humano. Não há dúvida.
> O que parece irracional é fechar escolas para abrir outras.

> Por que não enriquecê-las, com a adoção gradativa desses novos cursos para preparar as novas gerações para o nosso salto para o futuro?
> Como antigo instituto isolado da Universidade de São Paulo, as Faculdades de Filosofia, do Interior, já eram o seu "patinho feio", as verdadeiras "unidades isoladas" como se tornaram conhecidas, contra as quais sempre levantaram, aqui e ali, as vozes de desconfiança e do descrédito. Há ainda quem não acredite que no interior se possa fazer algo de responsável no ensino das ciências humanas.
> Para esses o que há de melhor e de importante, deve circunscrever-se ao eixo São Paulo-Campinas-Ribeirão Preto. O resto é resto.
> Entretanto, as nossas autoridades não podem permanecer de braços cruzados ante a iminência de um golpe que de uma só vez mutilará a estrutura arduamente armada, nos últimos 17 anos, em torno da nossa FAFI.
> O conceito que ela conquistou nestes três lustros e pouco de existência, projetou-se pelas várias gerações de alunos que ela preparou e que desempenham papel de destaque aqui e alhures.
> Se o que pretende a reitoria da UNESP não vai de encontro aos interesses de professores e alunos, aproveita quem? Essa resposta o sr. Luiz Martins não conseguiu dar, nos sucessivos encontros que tem no interior.
> É sempre lamentável que a política esteja posta na defesa de certas reivindicações, principalmente no campo de Educação. Mas é o último caminho que sobra ao interior – P. Prudente, Assis, Araraquara, Rio Claro, Franca – para não permitir o golpe fatal contra as nossas Faculdades.
> As suas lideranças, de Presidente Prudente e de toda a região beneficiada devem se levantar, com todas as suas forças, para evitar o último ato, engendrado pelo todo poderoso Reitor da UNESP que age como um vendaval, destruindo as estruturas duramente conquistadas, para só depois disso, acenar com as vantagens de um ensino mascaradamente elitizante e de tão pouco senso prático para os nossos dias.

O articulista ao reclamar a união das autoridades regionais, deixa implícito o que professores, diriam: sempre faltou envolvimento das autoridades com as causas da instituição, sempre faltou uma vontade política verdadeira de defendê-la, insensíveis ao grande benefício que ela sempre trouxera para a região.

Também no dia 24 de novembro, página 6, em matéria intitulada *Decadência da universidade?*, Benedito de Oliveira, ex-aluno do IIES-FFCL de Presidente Prudente, fez reflexões sobre quais seriam os benefícios da tecnocracia na universidade.

> O estado pode agir como empresa, mas não é justo e lhe fica feio que ele seja também comerciante. Isso não se coaduna com a filosofia política democrática fundamentada na prática sadia de atender e proteger o povo.
> A idéia nos vem desse malsinado projeto de reestruturação da universidade do Estado de São Paulo. No fundo o que existe é um desejo de poupança sacrificando uma das mais belas conquistas da mocidade paulista que é a Universidade oficial gratuita ao alcance de todos. Em suma, o ensino democrático.
> [...] O ensino é elitista e de democrático tem apenas o nome.
> O projeto de reestruturação vai elitizar mais ainda o ensino oficial Os jovens ricos, que podem movimentar-se sem sacrifícios de um lugar para outro serão os grandes beneficiários da reforma. Os mais pobres deverão contentar-se com os cursos particulares, muitos dos quais não possuem condições para proporcionar um ensino eficiente e soltam alunos ignorantes e despreparados num mundo altamente competitivo onde poderão eles marginalizar-se devido às dificuldades que

> encontraram. Pior, contudo, será a formação para o magistério, pois quem não aprendeu direito o que deve ensinar, vai ensinar o que?
> Graças a um trabalho dinâmico e eficiente [...] essa faculdade é hoje um conjunto que honra e dignifica não só a cidade de Presidente Prudente, mas a própria região. [...]E assim, sem mais nem menos, pessoas que nada construíram do seu conjunto, alheias ao seu desenvolvimento pioneiro, desejem destruí-la, acabar com uma obra de real necessidade para o ensino, sem nada que realmente justifique a destruição. [...] Os que assim procedem não devem ter problemas para o estudo universitário de seus filhos. Eles estão nos gabinetes, longe da realidade do interior do Estado e é fácil assim, no papel, resolver quaisquer problemas, mesmo porque tudo quanto existe no papel é bonito de ver, mas a prática e a realidade são muito diferentes. [...] a razão nos manda conservar o que construímos de útil e proveitoso desde que a comunidade usufrua benefícios de sua existência e funcionamento. Atentar contra isso não é prova de raciocínio lógico, racional. Antes, pelo contrário, é manifestação de decadência intelectual, por mais brilhantes que sejam as exposições apresentadas a respeito.

No dia 25 de novembro de 1976, página 1, com o título *Reitor da UNESP expõe planos,* o jornal informou que o reitor havia apresentado os seguinte dados sobre a UNESP:

> "Menos de 35% dos professores [...] trabalham em tempo integral. Não há quase bibliotecas e os equipamentos de ensino existentes deixam muito a desejar. No Departamento de Ciências Sociais de Presidente Prudente, por exemplo, há apenas um titular doutor, entre os quinze professores que lá lecionam. Na mesma cidade, o curso de Biologia, com doze professores, só dispõe de um único doutor.

A seguir, informou que estava empenhado numa campanha com professores e alunos de todas as unidades para discutir a reestruturação da universidade e que tinha o objetivo de

> [...] aumentar de 35% para 75% o índice de professores empregados em tempo integral. [...] ainda insuficiente para desenvolver uma universidade estadual de bom nível, com condições de efetivo trabalho de pesquisa e magistério, em nível superior.
> O reitor afirma que poderão ser admitidos ainda cinco núcleos de ensino, na Unesp, mas que seria um crime destruir alguns deles, tendo em vista a centralização. As faculdades de Filosofia serão as mais duramente atingidas já que é nelas que se encontra o maior abrangência de recursos humanos e econômicos, sem que nenhuma delas apresente as condições ótimas para um curso superior.
> Além do problema de excesso de vagas verificado nessas escolas, logo após os vestibulares, acorre - continua o reitor- uma grande evasão de estudantes, tão logo essas mesmas vagas são preenchidas, depois de mais concursos de ingressos que sempre são realizados.
> Entre vários fatores responsabilizados pela evasão (em alguns casos ela atinge 70%), Luiz Ferreira Martins assinala que as escolas estão forçando a entrada desses candidatos, com dois ou três vestibulares seguidos.

Ao ser questionado sobre as dificuldades que os jovens teriam para ingressar no ensino superior, decorrência do fechamento de cursos em algumas cidades, o reitor respondeu:

> [...] a valer esta tese, a Unesp teria que manter uma pequena universidade em cada município. Alguma coisa tem que ser feita. Não queremos privilegiar ninguém, sabemos que muitas vezes, não temos a melhor solução e por isso queremos sugestões. É preciso que não seja esquecido o fato de que se trata de um anteprojeto. Mas nós queremos alternativas melhores, propostas argumentadas que respeitem todos os aspectos em jogo: diretrizes, falhas, dados. Nada de demagogia.

Percebe-se claramente que o reitor usava as deficiências de cada unidade como argumento para extinguir os cursos. Na verdade deficiências nas condições de trabalho existiam em todo o ensino superior decorrentes da falta de políticas bem definidas e não por responsabilidade de professores e diretores das unidades, os quais se esforçavam, e muito, para mesmo em situações adversas garantir que o ensino de qualidade fosse mantido. Seus argumentos eram insustentáveis pelos dados de que os professores dispunham sobre o IIES-FFCL de Presidente Prudente os quais eram publicados nos jornais locais.[87]

Também houve uma série de publicações em *O imparcial* sobre a luta pelo não fechamento dos cursos as quais apresento a seguir, optando por transcrevê-las quase integralmente, em razão da consistência de todas e dos importantes argumentos apresentados, os quais indicam que a discussão que o reitor alegava realizar nas várias cidades onde havia uma unidade da UNESP apenas mascarava seu autoritarismo.

No mesmo dia 25, na página 3, *Universitários em Assembléia permanente*, informa que os estudantes da FFCL de Presidente Prudente estavam em assembléia permanente desde o dia 22, em movimento para a manutenção dos cursos. Teriam organizado uma comissão de abaixo-assinado, com divisão da cidade em setores para angariar assinaturas a serem entregues ao Governador do Estado; uma comissão de propaganda para divulgar pela

[87] O Imparcial publicou os seguintes artigos, aqui apresentados:
Em 24/11/1976, página 3, *O todo poderoso Reitor da UNESP, de* Adelmo S.R. Vanalli. Em 14/11/1976, *Ciência em crise: Unesp e Faculdades de Filosofia*, de Armen Mamigonian, Jayro Gonçalves de Melo e Silvio Carlos Bray. Em 25/11/1976, *Curso de matemática de P.Prudente*, de Antônio de Assiz Carvalho. Em 26/11/1976, *O Reitor expõe mal seus planos.* Em 28/11/ 1976, *Faculdade de Filosofia, cumprindo seus objetivos*, do Grupo de Trabalho de Divulgação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente

imprensa falada e escrita suas reivindicações; uma comissão de propagandas para fazer cartazes e faixas; uma comissão de Projeto e Discussão para analisar e discutir o anteprojeto de reestruturação apresentado pelo Reitor.

Ainda no dia 25, na página 13, em texto intitulado *Curso de matemática de P. Prudente,* o professor Antônio de Assiz Carvalho, docente do curso, abordou a pretensão do reitor de extinguir o curso de Matemática e apresenta argumento para sua manutenção:

> Na qualidade de fundador e professor julgo-me no dever de apontar fatores positivos deste curso de Matemática não só nesta região, mas em outras comunidades universitárias, fatores esses que não só justificam, mas recomendam sua permanência e transformação nesta comunidade. Fundado em 1963 na gestão do Prof. José Fernando Martins Bonilha este curso de Matemática foi tendo uma aceitação cada vez mais acentuada conforme atestam os números seguintes:
> Demanda nos vestibulares (nº de vagas 30 e depois 40):
>
1963 30	1964.....42	1965.....30
1966..... ..44	1967.....72	1968.....97
1969..... ..80	1970.....113	1971.....333
1972.....247	1873.....126	1974.....119
1975.....100		
>
> No ano de 1971, apresentaram-se 333 candidatos para as 120 vagas, sendo 40 de Matemática e 80 de Ciências, não foi feita a separação entre Matemática e Ciências. Os outros números referem-se especificamente a Matemática. O ano de 1972 teve uma demanda de 247 para uma oferta de 40. No momento estamos tendo demanda de 2,5 a 3 por 1. faixa excelente para qualquer curso de Matemática. Vejamos agora o quadro de licenciados em Matemática:
>
> 1963 ... 06 – 1967 ...08 – 1968 ... 13 – 1969 ... 12 – 1970 ... 14 – 1971 ... 16 – 1972 ...18 – 1973 ... 42 – 1974 ... 27 – 1975 ... 34.
> Estamos obtendo uma eficiência aproximada de 80 por cento atestando o vocacionamento daqueles que procuram este curso.
> O Departamento de Matemática tem procurado motivar e incentivar aqueles que o procuram. Muitas foram as realizações neste Departamento que deixaram marcas profundas, haja visto as seguintes:
> 1969- Curso de Teoria dos Grupos dado pelo prof. Luiz Henrique Jacy Monteiro da USP valendo créditos de Pós-Graduação, aliás, o primeiro curso valendo créditos de Pós-Graduação dado pelo IME extra Campus, reconhecido pelos Centros de Excelência.
> 1971- a) Curso de Funções Analíticas dado pelo professor Domingos Pisanelli da USP , valendo créditos de Pós-Graduação reconhecidos pelos Centros de Excelência.
> b) Curso de Teoria de Galois, dado pelo Professor Luiz Henrique Jacy Monteiro, valendo créditos de Pós-Graduação reconhecido pelo IME e outros Centros de Excelência.
> 1972- a) Curso Anéis e Módulos dado pelo professor Luiz Jacy Monteiro nas condições dos anteriores.
> c) Reunião da Sociedade Brasileira de Matemática, congregando matemáticos da região e conferências de renomados com a participação de mais de 200 pessoas.
> 1973- Curso de Teoria dos grupos dado pelo Professor Luiz Henrique Jacy Monteiro nas condições dos anteriores
> 1974 – a) Curso de Álgebra Linear, dado pelo professor Luiz Henrique Jacy Monteiro nas condições doa anteriores.

> b) Realização da 2ª Semana da Matemática com participação de mais de 150 pessoas e com presença de conferencistas do Rio, São Paulo e Brasília.
> c) Curso de Especialização em Matemática para professores da região, procurando despertar novas vocações e renovar conhecimentos daqueles que militam nos cursos de segundo grau.
> 1975- Curso de Aperfeiçoamento em Matemática para Professor da região.
> 1976- Reunião, pela segunda vez, da Sociedade Brasileira de Matemática durante a 3ª Semana de Matemática, congregando Matemáticos e cientistas não só da região, mas de outros pontos do Estado e de várias Universidades Brasileiras. Nessa Semana, tivemos também o apoio da Academia de Ciências do Estado de São Paulo.
> Como conseqüência direta dessas realizações, foram alcançados resultados compensadores, principalmente na obtenção de Bolsas de Estudo para aqueles que pretendem continuar a pesquisa e a docência. Hoje temos 10 mestres dentre os ex-alunos saídos deste Departamento e provenientes de diversos Centros de Excelência, sendo 2 de São Carlos, 3 do IMPA, e da UnB, 1 do IME, 1 de Belo Horizonte e 1 do ITA. Além de mestres, há 24 ex-alunos e professores deste Departamento concluindo cursos de mestrado, a saber, 4 em São Carlos, 8 na UnB, 2 na PUC do Rio, 4 no IMPA, 3 no IME, 3 no ITSA, sendo que 19 são bolsistas da CAPES ou CNPQ. Temos no momento 5 ex-alunos em Doutoramento, sendo 2 no IMPA e 3 nos Est. Unidos, alguns destes Doutoramentos para 1977. No momento há 32 ex-alunos militando no Ensino Superior, sendo 3 no Rio, 2 na USP, 3 na UnB, 2 na UNESP-Araraquara, 11 na UNESP- Prudente, 3 na Universidade Federal de Goiânia, 2 na Universidade Estadual de Campo Grande, 1 no Instituto Toledo – Presidente Prudente, 2 Agronomia Paraguaçu Paulista, 1 APEC- Presidente Prudente.
> Essa concentração altamente significativa de ex-alunos militando no ensino Superior, fazendo mestrado e doutorado, confirmam não só o vocacionamento, mas a convicção de que a escolha foi acertada. O Estado, a UNESP empenhada no desenvolvimento da investigação científica – Artigo 2º, item I: formação de mão de obra qualificada em Ciência – Artigo 2º , item II; formação de Professores de nível Superior- Artigo 2º , item III; formação de profissionais de nível médio- Artigo 2º , item IV; prestação de serviços à Comunidade relacionados com suas atividades de ensino ou de pesquisa – Artigo 2º , item V, observamos que os objetivos alcançados pelo curso de Matemática da FFCL de Presidente Prudente, estão integrados nos princípios da UNESP, dessa maneira não nos parece racional a extinção do curso de matemática da FFCL de Presidente Prudente.
> No caso de manutenção do curso de Matemática da FFCL de Presidente Prudente não é preciso ter bola de cristal para ver seu desenvolvimento a médio prazo. Essa massa crítica que está se formando encontrará condições para desenvolver, nesta IV área Geográfica que não conta com nenhum outro curso de matemática, não havendo, por conseguinte colisão com o princípio da não duplicação de meios para fins idênticos – Artigo 4º , parágrafo 2º , pesquisas do mais alto nível.
> Em resumo, a manutenção do curso de Matemática de Pres. Prudente está amparada pelos estatutos da UNESP.

Os argumentos do professor indicam, mais que tudo, o quanto ele tinha conhecimento da instituição em que trabalhava e a convicção da importância do curso de Matemática do IIES-FFCL de Presidente Prudente para a Região e para o Brasil.

Em 26 de novembro de 1976, página 1, com o título *Professores e universitários reúnem-se em Prudente,* informou que para a reunião marcada para as 14 horas

do dia seguinte fora anunciada a presença de delegações de professores e alunos das outras faculdades de filosofia da UNESP, líderes políticos da ARENA e MDB.

O jornal informou que

> Em Presidente Prudente foram expedidos ao Palácio da Alvorada, em Brasília, diversos telegramas no sentido de pedir apoio visando o não fechamento dos cursos da Faculdade de Filosofia de Presidente Prudente. O Diretório Acadêmico"3 de Maio" transmitiu ao Presidente Ernesto Geisel, o seguinte telegrama : "Apelamos ao grande espírito de justiça de Vossa Excelência intervindo junto ao Governo de Estado de São Paulo, impedindo o fechamento dos cursos da Faculdade de Filosofia Estadual desta cidade. Centenas de alunos prejudicados. Reitor irredutível e insensível aos apelos dos estudantes, pais de alunos e autoridades. O destino de uma grande escola e de uma coletividade está em mãos de Vossa Excelência.
> Os alunos alegaram que decisões baseadas em mercado de trabalho são meramente conjunturais mas, ainda que se aceitasse mercado de trabalho como diretriz de uma política universitária a criação de cursos, tais como Museologia, e Relações Públicas (em Franca), ou Meteorologia, Hidrografia e Estudos Ambientais (em Presidente Prudente)?

O texto terminou com esta interrogação, porque, conhecedores da região, os alunos sabiam que se fosse feita uma pesquisa de mercado e considerados os seus resultados não se faria a proposta de extinguir os cursos existentes e criar aqueles citados.

Também, em 26 novembro de 1976, página 1, com o título *O Reitor expõe mal seus planos,* o jornal comentou e criticou a entrevista dada pelo reitor ao jornal *Folha de São Paulo* por sua dificuldade para lidar com categorias lógicas do raciocínio histórico.

> Para tanto é bom lembrar que a partir de 1958 criaram-se possibilidades de descentralização do ensino superior no Estado de São Paulo. Essa iniciativa foi de início criticada pelo grupo elitizante q/ não acreditava então na possibilidade de se obterem níveis adequados de docência e de pessoal fora dos grandes centros, reservando, dessa forma, o pequeno número de vagas do ensino público estadual a um pequeno grupo privilegiado economicamente.
> Transcorridos quase 20 anos ficou demonstrada não só a capacidade de docência e pesquisa fora dos grandes centros, como a potencialidade numérica de clientela escolar do interior, com o sucesso das escolas particulares em termos de expansão, paralelamente ao fracasso qualitativo de sua experiência.
> Ao mesmo tempo as escolas superiores oficiais principalmente as FAFIS lutavam contra a falta de verbas, os preconceitos elitizantes dos intelectuais desinformados e indiferentes à questão da escola pública, ao mesmo tempo que seu trabalho expresso em docência e pesquisa foi se estruturando a princípio timidamente. À medida que foi se formando a estrutura das escolas, a interação pesquisa – realidade produziu em cada um desses Institutos uma contribuição extraordinariamente significativa, tanto do ponto de vista da pesquisa em geral como também e principalmente do ponto de vista da pesquisa regional, uma vez que o acesso aos objetos investigados era facilitado pela proximidade geográfica e pela situação funcional dos docentes que participaram da construção dessas escolas.
> É preciso lembrar aqui, que uma escola não existe no vazio e não é uma instituição abstrata – ela é formada por pessoas, pessoas estas que interagem num espaço e cuja produção é resultado dessa interação. Assim, no momento em que se cria a UNESP

> já existiam em 7 cidades médias do Estado, Instituições estruturadas, cuja contribuição em pesquisa já alcançara renome nacional e internacional.
> Dessa forma, não considerar o aspecto histórico da formação da UNESP, é não ter compreensão qualitativa dos fenômenos.
> Todavia prevalece no sr. Reitor a grande capacidade e facilidade de jogar com dados estatísticos. Lembrando uma velha assertiva popular que diz que "com dados estatísticos se prova que um elefante é uma formiga", é bom que se tome cuidado com as declarações do sr. Reitor embasadas em números. Mas, sobre números também temos alguma coisa a falar.

O texto continuou na página 3 do jornal do mesmo dia. Ali, o articulista, cujo nome não se pôde conhecer pelo jornal, mas que, pelo conteúdo, deduz-se que era um professor do curso de Ciências Sociais, argumentou que os números apresentados pelo reitor, para indicar que os professores não eram qualificados, não eram verdadeiros. Havia, segundo a articulista, então, 5 doutoramentos no Departamento de Ciências Sociais e não 2 , conforme dissera o Reitor.

> Além disso, o corpo docente é composto de 4 mestres, sendo 2 pela USP e com defesa de doutoramento marcado para o início do próximo ano, também da USP; dois mestres por universidades francesas e trabalham já na tese de doutoramento. O restante do corpo docente, alguns na categoria de assistentes, outros de auxiliar de ensino, ou estão cursando o pós-graduação ou já concluíram seus créditos e estão escrevendo suas teses de mestrado.Os números são importantes quando vêm acrescentados de interpretações que explicam o fenômeno a que se referem.

O articulista lembrou, ainda, que o Centro de Pesquisas do departamento servia a pesquisadores locais e da capital e que todas as faculdades de filosofia davam grandes contribuições à ciência. Lembrou também que foram as políticas educacionais do Estado que, com o objetivo de pagar salários mais baixos, sempre preferiu contratar auxiliares de ensino, fatores que o reitor preferia ignorar, porque lhe era conveniente.

> Aliás, o problema dos títulos pode ser discutido também à luz da realidade da Universidade. Uma política de privilegiamento de professores já titulados poderia significar o fechamento da continuidade da ciência que os mais jovens (ainda sem titulação) estão promovendo? Afinal o título acadêmico não se compra, sem se herda. Adquire-se no decorrer de longos anos que podem levar toda uma vida. O período mais fértil do intelectual de modo geral está justamente nos longos anos em que ele luta pela titulação.
> O Reitor [...] também não leva em consideração a Geografia. Basta que observe a divisão regional arbitrária proposta nos seus estatutos, que se choca violentamente com a divisão proposta pelos geógrafos oficiais.
> A única coerência dessa Divisão Geográfica se encontra nos misteriosos desígnios de acabar com certos cursos ou de economizar em áreas geográficas supostamente pouco importantes para concentrar recursos nas áreas mais desenvolvidas. Quando a política correta do governo é a interiorização em todos os níveis e o levantamento científico da situação aconselha a estimulação do Oeste, quer o Reitor Martins ir

contra a própria política do governo, deslocando para Leste recursos que já existem no Oeste, contribuindo desta forma para acentuar a macrocefalia da grande São Paulo.

Outro aspecto assustador nas declarações do Sr. Luiz F. Martins é a falta de memória. Quando afirma que não há quase bibliotecas na UNESP parece ter se esquecido que ele mesmo inaugurou a magnífica biblioteca da Faculdade de Filosofia de Presidente Prudente, numa cerimônia que se revestiu de pompa já que a obra inaugurada constituiu-se numa bela construção arquitetônica e seu acervo embora não excelente, tem condições de servir não só aos cursos instalados como à comunidade que aqui tem encontrado fontes para estudos.

Já que o magnífico Reitor aprecia números, vamos lembrá-lo. A Biblioteca da FAFI de Presidente Prudente tem um área construída de 2.090 metros 2 . Com 26.127 títulos de livros, 363 assinaturas de periódicos, ela permanece aberta a toda população estudantil da cidade e região o dia todo até às 22 horas.

Sobre a "tournê" do Sr Reitor pelo interior a que ele considera sem precedentes na História das Universidades temos a observar o seguinte:

1) No Brasil, é a primeira vez que se tem uma Universidade abrangendo tantas regiões. Nada mais natural e necessário que ele se desloque de uma unidade a outra (sem contar que o faz num avião especial).

2) Convém observar que os encontros com alunos e professores não tem sido tranqüilos por diversas razões. Uma delas é que faz parte desses encontros a entrega a cada escola de planos estruturados, dos quais não participaram professores, alunos a funcionários, os quais não estão representados no momento da reestruturação.

3) O Reitor declara que essas conversas são "para receber sugestões e ouvir opiniões sobre o anteprojeto". Suas atitudes, porém, nestas conversas, não demonstram abertura para os membros da UNESP. Basta que se recorde dois fatos: primeiro, a não abertura dos vestibulares para 1977 e segundo, a pressão sobre os professores comissionados para reassumirem seus cargos em primeiro de janeiro.

Estes dois provam dois graves problemas sociais: o da juventude que não pode pagar escolas e não vai entrar este ano na Universidade, e o de professores que voltam a seus cargos abandonam suas pesquisas e provocam desemprego para aqueles que os estão substituindo.

Perguntamos ainda: por que o anteprojeto do estatuto só foi entregue depois das eleições? Não levou em conta Reitoria a época de provas finais e o tumulto que provocou nas escolas onde os professores assoberbados pelos trabalhos normais (relatórios de pesquisa, de cursos, entrega de notas, etc.) estão agora ainda empenhados em oferecer sugestões num prazo exíguo, onde vemos que todo o destino de uma universidade será lançado num espaço muito curto de tempo.

Todos os professores, alunos e funcionários das 7 faculdades estão trabalhando exaustivamente para sugestões e não só para contestações – as contestações referem-se ao modo como foi imposto o anteprojeto e ao tempo escasso que nos foi concedido.

Uma universidade não se estrutura da noite para o dia. Queremos um prazo maior. A decisão da reforma é da universidade, sem dúvida sr. Reitor. É ela que não admite ser pressionada e não Vossa Magnificência, sr. Reitor. A Universidade é o conjunto de todos os agentes humanos que dela participam. Ou desejaria ele parafrasear Luiz XIV – "a Universidade sou eu"?

Torna-se necessário ainda refutar as afirmações do Sr. Reitor quanto ao problema do excesso vagas na UNESP. Tomando-se como exemplo Presidente Prudente, observamos o seguinte:

INSCRITOS PARA O VESTIBULAR E OFERTA VAGAS NA FACULDADE DE FILOSOFIA DE P. PRUDENTE

ANO	71	72	73	74	75	76
INSCRITOS	517	572	447	513	548	466
VAGAS	240	240	240	240	240	240

APENAS UM VESTIBULAR POR ANO

> Como se vê sempre houve um excesso muito grande de procura sobre o nº de vagas. A oferta de vagas tem que ser examinada com cuidado. Mesmo que haja cursos com pouca procura, não significa que não tenham função. Muito pelo contrário, a função da Universidade é manter acesa a chama do conhecimento. Assim um curso que forme um bom filósofo, um literato, um sociólogo, um geógrafo, um físico estará fazendo muito porque estará contribuindo para a dinâmica do conhecimento nacional.
> É bom que se observe as declarações do sr. Reitor a respeito da ADUNESP quando maldosamente diz que o seu presidente trabalha na Universidade de São Paulo. É preciso lembrar que o professor Ulisses, presidente da ADUNESP sempre trabalhou em tempo integral em ASSIS.
> Apenas este ano filiou-se à USP em virtude das incertezas da UNESP. A propósito é bom lembrar que o Reitor Martins nunca foi docente da UNESP.
> Enfim as informações tendenciosas do sr. Reitor são tantas que é impossível refutar tudo num só artigo. [...]
> Resposta dos professores da F. de Filosofia de Pres. Prudente ao Reitor.

Ainda no dia 26 de novembro de 1976, página 4, com o título *Amanhã, reunião no Ginásio Municipal de Esportes*, o jornal anunciava o encontro que ocorreria às 14 horas do dia 27 de novembro, organizado por professores e alunos, para debater, diante da comunidade prudentina, as questões da reestruturação que o reitor da Unesp pretendia realizar. Apresentou informações fornecidas pelo professor Armen Mamigoniam, um dos organizadores do evento:

> A reunião de amanhã, às duas da tarde deverá ser a primeira de uma série de reuniões, as quais serão organizadas semelhantes a esta, em outras cidades do interior, como: Franca, Rio Claro, etc. Nós pretendemos com esta reunião, procurar demonstrar às autoridades do governo estadual, às autoridades do interior, às regiões atingidas por estas cidades, que estamos preocupados com o fechamento de cursos nestas sete faculdades que todos os anos atendem a centenas de jovens, e por isso entendemos que deveríamos alertar a população para o perigo que representa esse tipo de corte, os quais podem ser seguidos de novos cortes, pois se fosse apenas um, não seria talvez muita coisa, mas uma política desse tipo pode significar a ocorrência de novas perdas por parte dessas cidades. Ora, quando se fala precisamente que o interior de São Paulo precisa ser beneficiado, precisa haver uma interiorização do progresso da cultura, que o aglomerado de São Paulo precisa ser descongestionado, conseqüentemente precisa haver apoio para o interior, é uma surpresa desagradável, que todos nós sentimos ao perceber que a política oficial do Governo do Estado, na verdade não é aplicada, ao contrário, ela é abandonada e o reitor executa o oposto do que pretende a política de interiorização do governo do estado, havendo portanto uma contradição que precisa ser esclarecida, alertando o povo, as autoridades e todos os interessados.
> A iniciativa da reunião de amanhã foi dos professores da congregação da Faculdade de Filosofia , juntamente com os demais professores da UNESP (Universidade Paulista Julio de Mesquita Filho), de convocar essa primeira reunião, prometendo congregar professores, alunos, prefeitos, prefeitos eleitos, vereadores, representantes de entidades de classe, o povo em geral, no sentido de que manifestem o descontentamento em relação ao plano de fechamento de cursos.

A matéria informou que o prefeito, Walter Lemes Sales já estaria integrado ao movimento e estaria presente no encontro. Estaria também o presidente local da ARENA. O ex-governador Laudo Natel, defensor da interiorização também havia sido convidado, bem como o Governador Paulo Egydio Martins, o qual informou que enviaria um representante.

Segundo o jornal, estariam presentes também dois professores da USP e fariam pronunciamento Dr. Eduardo de Oliveira França, professor de História Contemporânea, e Dr. José Rebelo de Araújo Filho, professor de Geografia do Brasil.

> Adiantou, ainda nosso entrevistado, que algumas artistas da televisão estarão presentes, Regina Duarte, que, aliás, vai se apresentar no Teatro Municipal, numa peça teatral; Yara Cortes, a Carolina, e Aracy Balabanian, a Violeta, ambas da novela "O Casarão". Algumas outras também poderão comparecer.
> Durante a reunião será lido aos presentes, um manifesto assinado pelos professores das Faculdades de Filosofias das cidades atingidas pela reformulação e que posteriormente será entregue ao Governador Paulo Egydio Martins.
> Professor Armen fez questão de registrar um agradecimento ao nosso jornal, pelo apoio integral que vem dando ao movimento que está sendo feito no sentido de que os cursos não sejam amputados, pelo contrário, sejam ampliados.

No dia 28 de novembro, página 1, e que continuou na página 2, com o título *Quase cinco mil pessoas na concentração da FAFI,* o jornal noticiou o evento de protesto contra o fechamento de cursos organizado pelos professores e alunos da faculdade no dia 27, sábado.

Em uma foto que ilustrou a matéria, as pessoas que estavam à frente do evento, aparecendo, em primeiro plano, a atriz Araci Balabanian, irmã do professor Armen Mamigonian, Rede Globo de televisão. Em outra foto, a platéia que compareceu ao Ginásio Municipal de Esportes para o evento.

Segundo o jornal, compareceram representantes de faculdades, autoridades locais e regionais, o povo em geral.

> Na abertura da concentração, todos os que se achavam presentes [...] receberam um impresso intitulado "Carta à população de Pres. Prudente", onde se destacava o histórico da UNESP, desde sua criação. [...] ressaltava que "a autonomia não foi democrática, passando a ser relegada a segundo plano, pois a Reitoria passou a decidir sobre o futuro de alunos e professores"
> Referindo-se ao remanejamento, tido como "amputação" dos cursos de Ciências Sociais, Pedagogia, Ciências e Matemática, implantando Estudos Ambientais

> (Meteorologia, Hidrografia, Ecologia e Geografia) diz a publicação que a medida não vai de encontro aos anseios da população.
> A carta esclarece ainda que "a extinção dos cursos não só acarretará prejuízos para Presidente Prudente e região, como também à FAFI, onde 24 professores serão desligados a partir do dia 2 de janeiro de 1977, tendo que assumir seus cargos em escolas de 2º grau, onde são efetivos. São garantidos os cursos para os alunos que estão dentro da Faculdade, porém, não são garantidos os professores para darem estes cursos". E com a suspensão dos vestibulares, as oportunidades de estudo superior serão reduzidas nas escolas públicas.

Segundo o jornal, o governador enviou um representante, o sr. Roberto Peternelli , que

> Depois de ouvir inúmeros oradores, inclusive deputados emedebistas [...] disse ter sido enviado para Pres. Prudente para verificar e relatar o que aqui se passava. Frisou que "com gosto tivemos a oportunidade de ver a magnitude desse estabelecimento de ensino, dando honras aos próprios professores e seus alunos."
> - Neste contato, senti e serei portador ao Governador do Estado de um retrato fiel de vossos reclamos - enfatizou o orador.
> Antes de concluir sua oração, o representante do Governador afirmou que também pertence ao interior, sentindo-se motivado pela platéia que na oportunidade representava o povo. Apregoou a necessidade de se implantar uma faculdade em cada bairro, pois "sou caboclo do interior e fiz curso superior com dificuldade graças a uma faculdade do interior". E concluiu: "Espero dizer ao Governador Paulo Egydio Martins que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, assim como de Marília, Assis, Franca, Araraquara, Rio Claro, São José do Rio Preto e outras mais, continuam sendo o prolongamento do próprio lar de todos nós.". (p.2)

Ao final, afirmou ao jornal "[...] ter certeza e convicção de que o ilustre dirigente deste Estado saberá equacionar os nossos reclamos, de tal forma que os atuais cursos possam continuar sendo esteio de todo este povo interiorano.".

Após seu discurso, uma aluna, representando os universitários, entregou nas mãos do representante do governador, vários envelopes com o abaixo-assinado com 18 mil assinaturas por eles recolhidas.

A atriz Araci Balabanian apresentou um depoimento pessoal

> [...] relatando sua atividade como moça do interior, fazendo parte de uma numerosa família de sete irmãos.Um dia ela entrou na "Guerra do Vestibular" e freqüentou a faculdade até o meio, abandoando-a pela Escola de Arte Dramática. [...] e confessou de público "Arrependo ter deixado a Faculdade". Revelando sua mágoa e tristeza por ouvir dizer que vão fechar faculdades. Araci Balabanian, diz que deseja fazer alguma coisa pelo próximo. "Quero amar meu colega, quero ajudá-lo e quero que ele entre numa faculdade, numa Escola de Arte Dramática e que tenha os mesmos direitos que muita gente não teve.". (p.2)

O jornal publicou, também, pequeno trecho do discurso de encerramento do diretor da faculdade professor Alvanir de Figueiredo, em que lembrou que quando a UNESP

foi criada, ouvira do governador Paulo Egydio Martins a afirmativa de que “ela refletia a marcha pioneira para o Oeste e para os cerrados do Brasil Central” e com base nesta afirmação, completou:

> E a marcha iniciada por colonos na luta para a conquista do Oeste seria o grande destino. E nós devíamos reeditar essa marcha, mas que não seja do retorno dos bandeirantes. [...] A marcha que temos que fazer é justamente esta. Que sua Excia. , o Governador, se recorde bem dessas palavras.”. (p. 2).

O jornal, ao noticiar o evento, que foi organizado para que o povo e as autoridades soubessem qual a situação da faculdade, para que ouvissem os argumentos que os professores tinham para justificar a permanência dos cursos, deu mais espaço para o representante do governador, e pouco espaço aos discursos dos professores, para que os leitores do jornal que não estiveram no encontro fossem envolvidos pelos argumentos dos que defendiam a faculdade.

Com base apenas no inflamado discurso, sem economizar elogios, que Peternelli fez, o leitor poderia acreditar que, após o grande encontro, a permanência dos cursos já estivesse garantida.

O prefeito Walter Lemes Sales, que, segundo matéria publicada em 17 de novembro, após o encontro com o reitor, e conforme publicação do dia 26/11, estaria integrado ao movimento e com posição firmada, na verdade, mostrou-se, naquela data, reticente, pois diante de todos os enfretamentos dos professores ao reitor, em razão de sua intransigência, tomou uma posição mais cômoda que foi acreditar que o reitor iria continuar a discussão e comprometeu-se a defender a ampliação dos cursos em Presidente Prudente.

Na concentração do Ginásio Municipal de Esportes, de 27/11, ele e o prefeito eleito Paulo Constantino, demonstraram o quanto eram omissos na luta pela faculdade: não compareceram, nem enviaram representantes. A reportagem de *O Imparcial* nada comentou sobre a ausência dos dois, como se isso não tivesse sido observado e como se o povo ali presente também não notasse a ausência deles.

Em 28 de novembro de 1976, o jornal publicou, nas páginas 6 e 7, o texto *Faculdade de Filosofia, cumprindo seus objetivos*, do Grupo de Trabalho de Divulgação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, em que apresentaram uma descrição das atividades da faculdade no cumprimento de seus objetivos e perspectivas futuras.

Tratou-se de texto bem circunstanciado sobre o que a faculdade fezera nos anos de sua existência, mostrando o quanto a instituição tem contribuído com o progresso da região e os projetos que a instituição tinha para os anos seguintes. Por meio dessa publicação, foi possível conhecer toda a produção do IIES-FFCL de Presidente Prudente, que pouco figurou nas páginas dos jornais locais, característica própria de instituição pública que não possuía verba destinada a divulgar sua imagem. (ANEXO L).

Em 03 de dezembro de 1976, página 3, com o título *Reitor convocou diretores*, o jornal informou que o reitor havia convocado, no dia 01 de dezembro, os diretores da faculdades de filosofia para a provação do estatuto da universidade.

> [...] nessa reunião relâmpago, somente no primeiro dia, aprovou vinte e três artigos dos estatutos da reitoria.
> Os projetos que as Faculdades enviaram não estão sendo levados em consideração pelo reitor. Mesmo assim, ontem cedo a Professora Tereza Marini por via aérea levou um projeto do novo Instituto que deseja implantar em Presidente Prudente, evidentemente com as reivindicações dos professores.
>
> **MANDADO**
>
> As Faculdades de Filosofias impetraram um mandado de segurança contra a reforma que o reitor quer implantar, tendo como advogado o Dr. Raul Schweden e o mesmo deverá ser julgado na próxima terça ou quarta-feira. Se o juiz der parecer favorável, a reforma será suspensa preliminarmente.
>
> **ASSEMBLÉIA**
>
> Na Assembléia Legislativa do Estado, há também um projeto do deputado Baldochi, para que no conselho universitário, haja representante do corpo docente, sendo que deverá ser votado possivelmente hoje, e sendo aprovado o conselho universitário acatará a decisão, ou então impetrará mandado contra a decisão dos deputados.
>
> **REUNIÃO**
>
> Na Faculdade de Filosofia, os professores continuam em assembléia permanente, revezando-se, pois os trabalhos escolares se desenvolvem normalmente, mantendo contato com São Paulo.

O conteúdo desta publicação indicou que os diretores não eram atendidos pelo reitor em suas reivindicações.

No dia 04 de dezembro de 1976, página 2, o jornal publica a matéria a seguir, com o título *Professores estão esperançosos:*

> Na edição de ontem demos nota a respeito da convocação antecipada por parte do reitor da UNESP, Professor Luiz Ferreira Martins, dos membros do conselho universitário provisório, aprovando apressadamente os itens dos estatutos e regulamentos, sendo que apenas o Professor Dr. Alvanir de Figueiredo, diretor da Faculdade de Filosofia de Presidente Prudente, dizia "Não" à maioria dos itens.
> Ontem na Faculdade de Filosofia, já havia um clima de esperança em virtude de dois fatos – A UNESP que ainda não tinha pedido prorrogação dos comissionamentos (USP e UNICAMP já haviam pedido), após reunião de mais de quatro horas entre o reitor, o professor Dr. Celso Volpi, Diretor de Recursos Humanos da Secretaria da Educação e o representante do Governador Paulo Egydio Martins, que esteve em nossa cidade, na reunião de sábado, dia 27, Dr. Roberto Peternelli, o reitor resolveu pedir os comissionamentos por mais um ano, e naturalmente foi uma alegria entre os professores, pois só da Faculdade de Presidente Prudente, mais de trinta professores voltariam para o primeiro e segundo graus.
>
> **POJETO**
>
> Outra notícia que alegrou os professores foi de que o projeto levado pela Professora Tereza Marini, ontem, em princípio teria sido aceito pelo reitor para estudos, após outra reunião entre o reitor e o Dr. Roberto Paternelli que teria sugerido ao primeiro ponderar o caso de Presidente Prudente, pois ele observou, "in loco", a questão da Faculdade.
>
> **PROFESSORES**
>
> Diversos professores estão em São Paulo, assegura o diretor, Professor Alvanir de Figueiredo, e deverão regressar hoje cedo levando aos colegas, como está realmente a situação.
> Assim sendo os professores estão esperançosos que, inclusive os cursos não sejam amputados, o que seria resolvido definitivamente nos próximos dias, e nesse caso, seriam realizados exames vestibulares.

.

A faculdade só voltaria a ser notícia em *O imparcial* no dia 25 de dezembro, página 8. Com título *Faculdade enviou ofício*, informou que o IIES-FFCL de Presidente Prudente

> [...] enviou ofícios de agradecimentos, ao jornal, aos diversos diretores Mario Perettti, Adelmo dos Santos Reis Vanalli e ao nosso companheiro de trabalho José Vinícius Barbosa da Silveira, enviando também as teses de doutoramento dos professores Diores Santos de Abreu e José Ferrari Leite, bem como um livro-boletim encadernado do Departamento de Geografia.
> O ofício diz o seguinte – "A Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, considerando que para a permanência entre nós dos cursos de Licenciatura em Ciências e Matemática foi fundamental o apoio e a solidariedade manifestados

> por todo o povo prudentino e da Alta Sorocabana, decidiu agradecer (colocando em cada ofício, a quem se dirigia) pelo muito que fez em prol da sobrevivência desse patrimônio cultural de nossa região, que é a FFCL de Presidente Prudente. Com os votos de alegrias e felicidades em 1977, atenciosamente, professor Dr. Alvanir de Figueiredo, Diretor"
>
> TELEGRAMA
>
> De acordo com solicitação da direção da faculdade, como dia 29 de dezembro, o Conselho Estadual de Educação, em sessão plenária, vai resolver a questão dos estatutos, e como entidades particulares estão enviando telegrama, nosso jornal enviou o seguinte:
>
> -"JORNAL O IMPARCIAL. PRESIDENTE PRUDENTE, SOLICITA CONSELHEIROS, ESTUDO A RESPEITO, CURSOS FACULDADE DE FILOSOFIA, PERMANEÇAM ATENDENDO DEMANDA ALUNOS , VASTA REGIÃO"

Com base nesta última publicação, o leitor poderia inferir que não foram fechados os cursos de Geografia, que não estava na lista, o de Ciências e o de Matemática, e com possibilidade de mais alguns permanecerem, dependendo da reunião do CEE do dia 29 de dezembro.

Na verdade ficaram apenas o curso de Geografia e o de Matemática, que passou a ser de quatro anos, licenciatura plena, como era quando foi criado, além de ser criado o curso de Engenharia Cartográfica, com a primeira turma em 1977.

8.4 Correio da Sorocabana

Durante o ano de 1975, não houve publicações no *Correio da Sorocabana* sobre o IIES-FFCL de Presidente Prudente a não ser informações sobre o Clube de Cinema, na verdade, um trabalho do Diretório Acadêmico "3 de Maio", com resenhas dos filmes que apresentaria.[88]

Também nenhuma notícia sobre a criação da UNESP no dia 31 de janeiro de 1976 ou nos dias subseqüentes.

---

[88] Vera Lúcia de Oliveira, aluna de Geografia de 1878, lembra que o Clube de Cinema, muito freqüentado pelos alunos e demais jovens da comunidade, continuaria sendo importante, mesmo depois da diminuição dos alunos. A sala do DA ficava cheia nas noites em que havia exibição. Havia uma programação mensal de filmes e temas a serem debatidos, motivados por eles.
Procurei pelos documentários sobre a própria faculdade que fazia parte da filmoteca, mas, por falta de condições adequadas de conservação, o mesmo que ocorria com fotografias, as películas se deterioraram, indo para o lixo.

Apenas em 07 de outubro de 1976, página 4, com o título *Alunos da FAFI discordam da Reitoria*, Valderi dos Santos, o articulista, informa que alunos e professores da faculdade decidiram manter-se em reunião permanente.

> "[...] é preciso nos organizarmos frente as atitudes arbitrárias da Reitoria da Universidade estadual Paulista Julio de Mesquita Filho."[...] A luta , segundo dizem, visa impedir "o avanço nefasto do ensino pago, abaixamento acelerado do nível de qualidade do ensino e não abertura dos vestibulares"
> Eles vão distribuir manifestos ao governo, Assembléia Legislativa, Câmaras Municipais, imprensa e populações. Conforme esclarecem, já firmaram posição contrárias aos cursos de curta licenciatura, porque estes não atendem às reais necessidades da sociedade. Explicam também que a decisão da reitoria em proceder deslocamento dos cursos, não dando mais condições da concentração de esforços num mesmo campus, impedirá que a maioria dos alunos prossigam os seus estudos.

Informou que alunos organizados estavam buscando assinaturas para um abaixo-assinado a ser entregue ao governador.

> Apontam a não abertura dos vestibulares das Filosofias como um desejo da Reitoria em motivar as particulares "que proliferam lucrativamente como numa verdadeira industria"
> Os professores, principalmente, esclarecem o seguinte: "A integridade universitária não pode ser preservada com constantes interferências estranhas e com o clima de instabilidade artificialmente provocado no trabalho dos docentes e discentes. É indispensável que nós, hoje marginalizados do Conselho Universitário, possamos contribuir para a implantação de uma reforma universitária generosa, sem segredos e tecnocratismo. [...] não concordamos com medidas aleatórias, unilaterais e de cúpula, que não levam em consideração o passado das Faculdades de Filosofia do Interior. Ignorar sua história, seu passado e seu presente, é incorrer na irracionalidade daqueles que, ao invés de fortalecer, enfraquecem, ao invés de construir, destroem. Esvaziar a UNESP do seu conteúdo histórico é um ato de destruir e não construir." [...] Para os professores , a única maneira de manter as verdadeiras bases da Universidade nas cidades médias é através da ampliação de suas Faculdades de Filosofias Oficiais. Salientam ser preciso considerar que estas escolas, algumas funcionando há mais de 15 anos, já deram preciosas contribuições científicas para a solução de problemas regionais e nacionais. [...] os alunos [...] revelam temor[89] pela maneira como possam ser interpretados. Mas asseguram que prosseguirão na luta "em defesa de uma universidade onde prevaleça a livre discussão e liberdade de opinião.".

O clima de terror, segundo Mamigonian (2005)[90] fez muita gente se acovardar, não só alunos, mas também professores. "[...] não tanto em Presidente prudente, mas nas outras unidades. O professor Bonilha, do curso de Ciências Sociais, foi um que se manteve firme até o fim, o Marcos Alegre, o Marcio Teixeira, o Dióres , o Fernando Salgado..."

---

[89] O temor, segundo Mamigonian (2005) é que teria feito o prefeito e o prefeito eleito se omitirem. Não queriam se indispor com o governo, nem com o vereador Agripino de Oliveira Lima, dono da APEC e beneficiado com a extinção de vagas públicas . Eram todos do mesmo partido, a ARENA.

[90] Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. São Paulo, 07/01/2005.

Em 10 de outubro de 1976, página 5, com o título *II Encontro Regional de Matemáticos,* apresentou o programa do encontro que durou três dias (14 a 16/10) e relação dos conferencistas: Shigheo Watanabe, Djairo de Figueiredo, Doningos Pizanelli, Chain Samuel Hoing, Flávio Wagner Rodrigues, Elon Lages de Lima, Luiz Antônio Favaro, Ubiratã Dámbrósio e Ruy Madsen Barbosa[91].

Em 25 de novembro de 1976, página 7, com o título *Grande concentração no próximo sábado, pela permanência de cursos,* o jornal publicou o ofício[92] que a faculdade enviou às entidades, convidando para a concentração, no Ginásio Municipal de Esportes:

> Pres. Prudente, 23 de outubro de 1976.
>
> Prezados Senhores:
>
> A Congregação, órgão máximo de representação da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, tem a honra de convidar essa prestigiosa entidade para participar da grande concentração popular que fará realizar no dia 27 do corrente mês, às 14:00 horas, no Ginásio Municipal de Esportes.
> O objetivo maior desta concentração é o de reunir as forças vivas da cidade, da região e de todo o interior do Estado, para lutar pela permanência e ampliação dos cursos superiores gratuitos das Faculdades de Filosofia "Julio de Mesquita Filho" – UNESP - ameaçados de extinção pela pseudo reforma que a alta direção da Universidade pretende realizar.
> No momento em que mais se faz sentir a necessidade da criação de novos cursos superiores capazes de atender às aspirações de centenas e mesmo de milhares de jovens ansiosos pela realização de um curso superior, mas que não podem fazê-lo pela impossibilidade de custear esses estudos nas faculdades particulares, é que pretende a reitoria extinguir cerca de 20 cursos que funcionam nas cidades de Assis, Araraquara, Franca, Rio Claro, Marília, São José do Rio Preto e Presidente Prudente sendo que, só em nossa Faculdade, quatro cursos seriam atingidos e deixariam de existir.
> Essa reforma significa a extinção de aproximadamente 1.200 vagas no ensino superior oficial (gratuito) que o interior de São Paulo perderá a partir do próximo ano. Para evitar que se processe esse atentado ao ensino público é que a Congregação da Faculdade, impotente para lutar sozinha, está conclamando toda a população para a defesa de um patrimônio que, acima de tudo é da cidade, é da região, é de São Paulo.
> Estão convidados para essa concentração prestigiosos políticos da área estadual como o sr. Laudo Natel, ex-governador de São Paulo, Secretários de Estado, Deputados, Prefeitos de Presidente Prudente e região, inclusive aqueles recentemente eleitos e vereadores. Espera-se, também, a presença do Senhor Governador do Estado, Sr. Paulo Egydio Martins.
> Estarão presentes também, conhecidas personalidades do mundo científico e cultural do Estado e representantes de diversas Universidades bem como caravanas de estudantes, professores e representantes de associações, entidades e clubes de serviços de todas as cidades onde ocorre o problema e a ameaça de extinção de cursos.

[91] A maioria dos conferencistas são, atualmente, autores de obras de referência na produção bibliográfica de Matemática.
[92] O ofício, foi assim publicado sem o nome de quem o assinou.

> Face a gravidade da situação é que se conclama a todos para que compareçam ao Ginásio Municipal de Esportes no dia 27, sábado, às 14 horas, de modo a demonstrar às autoridades responsáveis que Presidente Prudente, a região e o interior do Estado estão dispostos a lutar para a salvaguarda de seus interesses legítimos e arduamente conquistados.

Em 28 de novembro, página 1, com continuação na página 12, com o título *Mais de 4 mil pessoas na concentração das Filosofias, ontem,* Valderi dos Santos informou:

> Críticas à reitoria da Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho foram a tônica dos discursos na concentração popular organizada ontem pela Faculdade de Filosofia de Presidente Prudente em defesa da abertura dos vestibulares e manutenção dos cursos atuais. Cerca de 4.500 pessoas, mais de 70 por cento de jovens, compareceram ao Ginásio Municipal de Esportes, onde se encontravam também a atriz Aracy Balabanian e o Dr. Roberto Peternelli, olheiro do governador Paulo Egydio.
> Antes da reunião houve um churrasco para as caravanas estaduais de São José do Rio Preto, Botucatu, Rio Claro, Franca, Marília e Assis, do qual participaram também os professores da USP, Eduardo de Oliveira França e José Ribeiro de Araújo Filho.(p 1)
> E logo pela manhã começou a ser aumentado o número de faixas nas ruas e inscrições em muros e paredes, conclamando o povo a "lutar pela defesa do ensino superior gratuito".
> Milhares de boletins distribuídos na cidade informavam que "a sobrevivência das Faculdades de Filosofia estaduais, a ampliação e criação de novos cursos depende em grande parte do apoio de todo o povo do interior". E convidava para o comparecimento no Ginásio de Esportes, onde "estarão presentes o prefeito Walter Lemes Soares, seu futuro sucessor Paulo Constantino, Aracy Balabanian e Regina Duarte".
> Mas confirmando apreciações anteriores de que estava faltando melhor empenho das autoridades municipais em prol do movimento, Lemes Soares e Constantino não apareceram. Isto causou insatisfação entre as presenças de quatro vereadores, três presidentes de sindicatos e da Sociedade de Medicina, além dos deputados emedebistas Octacílio Alves de Almeida e André Pescarini, e o presidente do MDB, Ubaldo Gomes Corrêa.
> Também faltaram o ex-governador Laudo Natel, confirmando a previsão do reitor Luiz Ferreira Martins; os Canais de Televisão Globo e Bandeirantes, e Regina Duarte porque foi suspensa a apresentação na cidade da peça "Concerto nº 1 Para Piano e Orquestra" em que ela trabalha. Balabanian, entretanto, chegou às 15,15 horas e o público aplaudiu-a de pé. Ela disse que apóia o movimento, porque ela cursou filosofia em São Paulo, antes de tornar-se atriz e "sou uma pessoa do Interior que recebe esse sacrifício que se pretende impor contra o estudante pobre, como uma facada no meu peito".
> Aracy é irmã do Prof. Armen Mamigonian, da Fafi local e lembrou os sacrifícios que seu pai teve para educar os filhos. Com base na sua crença "na justiça das coisas certas", disse confiar no êxito dos professores e alunos, concluindo: "água mole em pedra dura, tanto bate até que fura", quando alguém lhe observou que Luiz Ferreira Martins , o reitor , é "forte como uma rocha".
> Laudo Natel enviou uma mensagem escrita desejando felicidades aos professores. Mas o que obteve muitas palmas, foi o manifesto dos filiados à ADUNESP.
> Antes de ser iniciada a concentração, o prof. de Geologia, José Martins Suarez, comentava; "O reitor quer fazer-nos de asno, e ninguém deve se iludir pensando que ele mudará de idéia, porque não se incomoda com os males que provocará à cidade". Suarez estranhava que ao serem consultados, os Secretários de Estado garantiram desconhecer que a reforma seria executada da forma anunciada pela diretoria.
> O vereador Nelson Porto Alegre, do MDB, considerava mínima uma vitória dos corpos docente e discente. "A reforma é determinação do Governo Central", explicou. Para Armen Mamigonian, outro professor, é possível uma mudança nas

> coisas porque todos já sabem que “este é o maior castigo que já se pretendeu impor ao interior paulista”. Segundo ele, é preciso reagir contra os fatos que ferem diretamente o pensamento do governo em benefício da interiorização.
> Os professores e alunos ficaram satisfeitos com o número de pessoas na concentração. Havia caravanas de Pres. Venceslau, Indiana, Álvares Machado, Pres. Bernardes, Anhumas, Regente Feijó, Pirapozinho, Martinópolis e Santo Anastácio. Este público teria se entusiasmado principalmente com a presença de Aracy Balabanian, porque gritava muito, assoviava e aplaudia mesmo antes da atriz aparecer no local, conforme uma universitária observou.
> Acredita-se que das 4.500 pessoas aproximadamente, pelo menos 3 mil se conscientizaram da situação, e a maioria está disposta a se dirigir às autoridades governamentais e à própria reitoria.

Esta foi a última publicação em *Correio da Sorocabana* sobre a faculdade antes que os quatro cursos fossem extintos.

9 O FIM DO IIES-FFCL DE PRESIDENTE PRUDENTE E A EXTINÇÃO DE QUATRO CURSOS

A partir de 01 de fevereiro de 1976, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente deixou de existir, passando a denominar-se Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” - IPEA (Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais) Presidente Prudente.

Continuaria, porém, a ser chamada de FAFI, ou Faculdade de Filosofia, até que as turmas que haviam entrado em 1976 — último vestibular de Pedagogia, Licenciatura em Ciências Biológicas, Estudos Sociais e Ciências Sociais —- se formassem, quando passaria a ser conhecida como IPEA. O momento mais traumático da instituição, segundo os que a ela estavam ligados na época, foi esse, pois a extinção de cursos teve como conseqüência a demissão de professores e diminuição drástica de alunos atendidos e a perda do referencial, da identidade, que foi construída, com muita luta, por todos, ao longo de 17 anos.

Bragato (2002), que era aluno do instituto durante a mudança, diz que os alunos de sua turma — Ciências Sociais —entendiam, já naquele momento, que a criação da UNESP tivera um significado político, isto é, o governador da época, Paulo Egydio Martins, queria criar uma universidade no interior, para marcar sua passagem pelo governo, pois era hábito de todos os governantes terem o que dizer sobre seu mandato.

A homenagem ao fundador do jornal *O Estado de São Paulo*, Júlio Mesquita Filho, segundo Silva Jr. (2003) também teria sido estratégia do governo para se conseguir apoio do referido jornal, pois ele vinha criticando o intento, dizendo que não funcionaria bem uma universidade ou uma federação, pois seria difícil a administração com as unidades espalhadas pelo estado. Assim, *O Estado de São Paulo* não só calou as críticas, mas divulgou

exaustivamente a criação da nova universidade, a partir de 31/01/76, conforme publicações do período atestam, e manteve-se alheio ao movimento pelo não fechamento de cursos.

A criação da UNESP serviria, também, para enfraquecer a USP, o que interessava ao governo por ser ela o grande foco de resistência contra o autoritarismo vigente, segundo Bragato (2002) e Silva Jr. (2003).

Sobre a reforma universitária, a qual previa o agrupamento de institutos em universidade, Cunha, (2000) diz que "A reforma universitária era definida como necessária para neutralizar o poder das 'cúpulas dirigentes da universidade', pois elas estariam comprometidas com a estrutura colonial e alienada em fase de superação."(p 176). Refere-se aos catedráticos vitalícios que nas universidades, notadamente na USP, continuavam decidindo, resistentes ao governo golpista.

Era, ainda, uma forma de neutralizar as forças locais de cada instituto isolado, criando uma reitoria que dirigiria tudo, de forma mais centralizada do que era com o CESESP, atendendo às determinações do governo: enxugar o orçamento, o que significaria extinguir cursos e até unidades.

Os institutos isolados eram embriões de futuras universidades regionais conforme ocorreria em outros estados, como, por exemplo, no Paraná. No Estado de São Paulo, esses embriões estariam neutralizados, fazendo deles apenas uma universidade, com comando centralizado. Assim, surgiriam, anos depois, das faculdades privadas, as universidades privadas regionais.

Não havia, dentro do IIES-FFCL de Presidente Prudente, notícias sobre a iminente extinção de cursos. Existia, segundo Teixeira (2003), Alegre (2001) e Bragato (2002), alguma tensão com base no que a *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* publicavam: crise no ensino superior, excesso de vagas nas faculdades de filosofias,

necessidade de racionalizar o ensino superior. As publicações dos jornais locais comprovam esse desconhecimento.

A publicação do artigo *O desconhecido ensino*, do jornal *Folha de São Paulo*, de maio de 1975, aqui já apresentado, bem como outras notícias desse tipo, levavam estudantes, segundo Bragato (2002), a sentirem que as mudanças, que viriam de cima, resultariam em enfraquecimento da escola pública, e fortalecimento do ensino superior privado, já que havia um *boom* de instituições privadas por todo os estado, e também porque todas as reivindicações dos alunos eram ignoradas.

O IIES-FFCL de Presidente Prudente sentia os efeitos de uma dessas instituições criada anos antes, em Presidente Prudente, oferecendo cursos com menor duração, conforme autorização de instituições subordinadas diretamente ao CFE.

Como a ampliação de vagas públicas para o ensino superior,

> [...] não acompanhou o aumento da população nem a conscientização de camadas cada vez mais amplas da população de que as crianças e jovens terão melhor futuro se estudarem. [...] as escolas superiores privadas no Brasil tiveram [...] uma expansão situada entre as maiores do mundo[...] (SALMERON, 1998: 3).

Sobre o momento, eis a opinião de um ex-aluno do IIES-FFCL de Presidente Prudente:

> Lembro-me que o curso de Ciências Biológicas foi prejudicado porque turmas inteiras foram transferidas para a APEC, naquela oportunidade, e do meu curso de Ciências Sociais foi praticamente a morte com a criação da UNESP. Então eu diria que a estratégia adotada foi uma estratégia privatista ... e chegou a um ponto de três anos depois da criação da UNESP em Presidente Prudente ter um grupo muito pequeno de estudantes. Nessa época, eu era Deputado Estadual, então pude acompanhar de perto todo o processo de briga de fortalecimento. (BRAGATO, 2002).

Os alunos que, terminado a licenciatura curta em Ciências, pretendiam continuar estudando na instituição pública, no curso de complementação em Biologia, que esperavam que fosse criado, tiveram que fazê-lo em uma instituição privada. Segundo Bragato (2002), além do interesse político imediato, havia o interesse corporativo, pois dentro

da própria faculdade, desencadeou-se uma disputa, daqueles que acreditavam que se beneficiariam com a criação da universidade, embora a vontade dessas pessoas não tenha tido peso na decisão, pois a universidade seria criada de qualquer modo**.**

Com a criação da CESESP (Coordenadoria de Ensino Superior do Estado de São Paulo), as faculdades, que estavam subordinadas ao governo de modo isolado, cada uma cuidando de seus interesses, e a parte acadêmica ligada ao CEE, passou a estabelecer suas relações também por meio desse órgão, agindo, a partir de então, em conjunto.

Segundo Alegre (2001), o primeiro coordenador do CESESP, Marcelo de Moura Campos, vindo da USP, era uma pessoa que se envolvia verdadeiramente com as causas dos institutos. Ia, com os diretores, lutar por eles na Secretaria da Fazenda, na Secretaria da Educação. Nas reuniões com ele, falava-se na criação de uma universidade, ou federação, mas não se falava da perda do contato direto com as secretarias que essa mudança traria. Falava-se também das intenções dos uspianos de não deixar que se criasse outra universidade.

As discussões no IIES-FFCL de Presidente Prudente eram sobre abertura de cursos técnicos contíguos às faculdades. A idéia de se criar a terceira universidade, estava em gestão em algum lugar, mas não se descobriu onde, e os diretores, depois da ameaça de fechamento de cursos, eram, muitas vezes, acusados pelos professores e alunos de coniventes com o plano.

Segundo Mamigonian (2005), que acompanhou o movimento em outras unidades, os diretores, não podiam fazer muita coisa, porque havia uma espécie de terror contra as Faculdades de Filosofia que os *engessava*.

Myrna Terezinha Rossi Rego e Maria de Fátima Salum Moreira (In ALEGRE, 2001), que entrevistaram vários professores de todos os antigos institutos, afirmaram que nenhum professor ou diretor teria se envolvido na produção dessa idéia.

> De acordo com ofício que o senhor José Bonifácio Coutinho Nogueira, Secretário da Educação enviou para o CEE, em 7 de outubro de 1975, propondo a criação de uma nova universidade estadual, congregando os institutos isolados, a idéia deve ter surgido bem antes e no seio da própria CESESP, da SE e CEE. E, bem de acordo com a época, nada transparente. Nesse ofício, segundo parágrafo, o secretário fala que "O projeto é resultado de profundos estudos e reflexões e representa a tentativa deste Governo de solucionar definitivamente o problema que vem desafiando.".

Alegre (2001) lembra que, nas discussões sobre onde deveria ser a sede, da futura federação que se pretendia criar, havia restrições aos institutos isolados de Araraquara, Botucatu e Rio Claro, mas vários docentes, inclusive ele, propuseram Bauru, para a qual não havia restrições, e por ser o centro geográfico. Para isso o professor Alegre fez um estudo de centralidade que indicava Bauru, mas nem isso foi levado em consideração. Para a decisão sobre a sede da universidade não houve consulta aos institutos isolados, que discutiam a federação, forma mais adequada para instituições espalhadas. Segundo Alegre (2001), assombro maior de todos foi saberem, pelos jornais, que a sede da universidade seria na Ilha Solteira.

> Depois a gente entendeu que era um acordo do Governo do estado com a CESP, que ia deixar os laboratórios lá, vazios. ... um acerto político ... para que a cidade não morresse. ... Compareci à cerimônia. Então o Governador pediu um mapa do Brasil, arranjaram um mapa da América do Sul. Ele pediu um compasso, colocou uma ponta na Ilha Solteira, deu um giro com o compasso e disse: "essa será uma universidade transcontinental". [93]

Segundo Abreu (1989), a criação da Universidade Estadual Paulista, seguida do fechamento de cursos, foi, na época, um desastre para Presidente Prudente, numa política que regeu as decisões sem considerar os interesses do povo da região, pois "[...] o que se pôde objetar foi seu elitismo e visão míope da pujança econômica, social e demográfica de São Paulo que exige muito mais ousadia no atendimento das necessidades de ensino superior da sua população do que a parcimônia excludente deste projeto."(p.98).

Ainda segundo Abreu (1989), não se podia esperar, pelo seu caráter, que tal governo consultasse a população, mas que, pelo menos, os técnicos se baseassem em

[93] Pelo que informou e pelo tom do discurso de Alegre, percebe-se que faltava convicção e envolvimento verdadeiros do próprio governador que inaugurava a UNESP, que sua presença ali, em Ilha Solteira atendia, possivelmente, a interesses políticos eleitoreiros de deputados da região.

indicadores, para tomar decisões, o que também não aconteceu, pois os indicadores que o IIES-FFCL de Presidente Prudente possuía, muitos deles publicados em jornais locais, conforme apresentei no Capítulo 5, não foram considerados. Se fossem, nenhum curso seria extinto.

Segundo Mamigonian (2005), em nenhum outro instituto houve resistência e mobilização tão grande como houve em Presidente Prudente, a unidade que era mais ameaçada, e que , de fato sofreu mais cortes.

> [...] era também a unidade de cabeça mais erguida, pois nenhum dos nossos cursos era deficitário. Todos tinham demanda, iam muito bem. Para nós ficou claro a falta de justificativa para os cortes que iam fazer. E foi a equipe que mais se levantou, que não aceitou o terror, foi a de Geografia, que não sofreria o corte, mas lutava pelos outros cursos de Presidente Prudente e das outras unidades.
>
> Nas outras unidades, Araraquara, por exemplo, que ia perder Ciências Sociais,os outros cursos não se mexiam por eles. Houve uma reunião da ADUNESP lá em Araraquara e vieram comitivas das outras unidades, mas os de Araraquara mesmo estavam em um número pequeno, tanto os de Ciências Sociais quanto os de Geografia. Rio Claro também perdeu Ciências Sociais e ninguém de lá se mobilizou por eles. Não houve solidariedade com os colegas da própria unidade nem com os das outras. A falta de solidariedade foi marcante ... talvez cada um pensando em preservar o interesse do próprio curso. (MAMIGONIAN, 2005)

Segundo Grigoli (1992), com a criação de uma instituição de ensino superior privada na cidade, oferecendo cursos pagos a uma parte da população que podia pagar —as camadas privilegiadas e representadas no poder local, em horário noturno e em condições que satisfaziam a seus interesses imediatos, a obtenção de um diploma de curso superior — a ampliação de vagas para o ensino público gratuito havia deixado de ser uma reivindicação tão forte, tão presente, pois existiam outras opções para a elite.

Alegre (2001) já havia observado, quando chegou a Presidente Prudente, que havia pessoas muito ricas na cidade, pessoas abastadas, com as quais os professores não estavam acostumados a se relacionar. Muitos filhos dessas famílias seriam alunos do IIES-FFCL de Presidente Prudente nos primeiros anos, conforme observou Neuza Maria Alves (2003), pois, sendo a única escola de ensino superior da cidade, oferecia comodidade e atendia aos caprichos dos pais que não deixavam suas filhas morarem fora, já que havia, na

cidade cursos superiores que abriria “[...] às nossas meninas, as portas do ensino secundário, carreira mais adequada à mulher.”, conforme as palavras, aqui já mencionadas, de uma mulher, Helen Caldararo Nogueira.(*O Imparcial*, 31/01/1956, p. 3)

Os defensores do privatismo da educação, segundo Cunha e Góes (1984), representados no poder, defendiam “[...] a desmontagem ou, pelo menos, a desaceleração do crescimento da rede pública de ensino. [...] Só onde a iniciativa particular não tivesse interesse em abrir escolas é que a escola pública seria bem-vinda” (p.42).

Inserida neste contexto, Presidente Prudente, enquanto assistia ao fechamento dos cursos de licenciatura na instituição pública, contraditoriamente, assistia também à expansão justamente com cursos de licenciatura — para os quais havia demanda na região, conforme pesquisa de Leite (1971) — em uma instituição privada que era um colégio particular de 1º e 2º graus e criara, em 1973. Esta instituição, pela Lei 6.297/1975, recebia incentivos fiscais:

> Para fins do imposto de renda, as empresas poderiam deduzir o dobro das despesas [...] Mesmo que o abatimento ficasse limitado a 10% do lucro tributado passou a valer a pena para as empresas, principalmente as de grande porte, justamente as que usam técnicas do tipo capital-incentivo, comprar formação profissional, nem que fosse exclusivamente para efeito de aumentar seu lucro líquido. (CUNHA e GÓES, 1985, p.42).

Com outra faculdade na cidade, à qual também se podia ter acesso com mais facilidade, já que o número de vagas era maior, a faculdade pública deixava de ser atraente para classe média ascendente, para quem o diploma era passaporte para a ascensão funcional e social, conforme se verificou ao longo da história do ensino superior no Brasil (CUNHA, 1980).

Enquanto o governo freava o crescimento das instituições públicas de ensino superior, as escolas particulares eram autorizadas pelo MEC e cresciam, em finais da década de 1960 e de 1970, facilitando os intentos do governo.

Com o fim do acordo com a USAID [94] para o ensino superior, que já havia constatado que seus recursos serviam para diminuir os gastos públicos e que a seletividade aumentava ao invés de diminuir, o governo viu-se obrigado a reduzir mais seus gastos com a universidade, cortando drasticamente as verbas para o ensino superior. "[...] a ponto de muitas delas terem de paralisar importantes atividades de ensino, de pesquisa e de prestação de serviços."(CUNHA e GÓES, 1984, p. 52)

Como o objetivo era reduzir gastos, além de reduzir as vagas de licenciaturas pelo interior paulista, o Estado também não investia na criação de outros cursos para os quais havia grande demanda como, por exemplo, enfermagem, fisioterapia, os quais, na região, também seriam introduzidos pelas instituições privadas, sem o que a situação do o oeste paulista , atualmente, seria bem pior no que se refere a existência de profissionais habilitados.

Cunha e Góes (1985) constatam que, conseqüência dessa política, em 1980,

> [...]cerca de 1,5 milhão de estudantes, 75% deles freqüentando faculdades particulares, em geral de baixíssimo nível de ensino e altas anuidades, estudam (?) os alunos que já padeceram as piores condições de ensino; e nelas encontram professores menos qualificados, estudam nos piores prédios, às vezes no turno da noite, não têm acesso a bibliotecas, laboratórios e outros recursos indispensáveis a um ensino de boa qualidade, além de terem que trabalhar para manter-se e à sua família. (CUNHA e GÓES, 1985, p.61)

Salmeron (2001) sobre as instituições de ensino superior privadas, também afirmou:

> A não ser poucas e honrosas exceções, as universidades privadas são empresas comerciais visando o lucro econômico e dedicam-se exclusivamente à formação profissional dos estudantes, sem preocupação com a formação do cidadão consciente, com o alargamento das bases culturais que fazem nossa identidade como povo. (SALMERON, 2001, p. 7)

A grande expansão do acesso ao ensino superior no interior paulista se dera com a criação dos Institutos Isolados, por serem instituições gratuitas e jovens inicialmente de

[94] ACORDO MEC-USAID PARA PLANEJAMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL. Visava, uma vez constatados os problemas no sistema superior do Brasil, com o acordo, equipe técnica da USAID orientaria o "[...] lançamento de bases sólidas para uma rápida expansão e uma fundamental melhoria do atual sistema de ensino superior brasileiro [...]" (In SANFELICE, 1986,p. 208)

camadas médias e, depois, também de camadas pobres, procurarem neles o caminho para minimizarem os custos de seus projetos de ascensão social,

> [...] mas o governo instalado pelo golpe de Estado não se dispunha a servir aos projetos das camadas médias. [...] Impunham-se, pois, pela própria lógica do regime autoritário, conter essa demanda de ensino superior. Os dirigentes de Estado temiam que, se o número de formados aumentasse muito, estes não encontrariam empregos compatíveis com suas expectativas de ascensão social [...] O que aqueles conservadores homens do poder temiam é que esses "desajustados profissionais" se transformassem em agressivos contestadores do regime. (CUNHA e GÓES, 1985, p.65)

Todas as medidas tomadas eram voltadas para manter as massas satisfeitas apenas com o ensino médio, para o que foram criadas habilitações profissionais, visando ao seu ingresso no mercado de trabalho.

Alegre (2001) lembra que a criação de faculdades privadas por toda a região intrigava a comunidade universitária, que havia vivido todas as dificuldades do processo de criação dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo em seus primeiros anos.

> A enorme proliferação das faculdades de filosofia particulares, muitas, verdadeiras arapucas, fábricas de diplomas mediante pagamento, as famosas pp- pagou, passou, e que ofereciam perigo até de aniquilação das faculdades oficiais se não estivessem seguras numa federação ou universidade. Não se entendia porque o governo federal não interferia nessas arapucas que estavam servindo para enriquecer certos grupos e falsos educadores e, até pelo contrário, apoiava. Deveria haver outros interesses em jogo e começa a ganhar corpo a idéia da privatização do ensino público.(ALEGRE 2001).

O que ocorria, portanto, não era uma diminuição de interesse pelos cursos oferecidos pelo IIES-FFCL de Presidente Prudente, mas um esvaziamento da classe média local, sendo as vagas ocupadas por pessoas cada vez mais pobres e de fora da cidade. A faculdade pública local passou a ser opção para os que realmente não podiam pagar, ou para os que buscavam uma formação diferenciada, que mantinham a expectativa de uma formação de qualidade.

Neste contexto, a faculdade já não encontraria na elite local e regional, e mesmo na classe média, o apoio necessário para resistir à mudança e ao conseqüente fechamento de cursos.

Carlos Perucci (2004), formado em Pedagogia pelo IIES-FFCL de Presidente Prudente, turma de 1962, lembra que, quando os cursos foram extintos, o fato não causou inquietação mesmo no meio do professorado do ensino básico – era, então diretor de escola estadual – pois a instituição havia perdido seu espaço, em razão da falta de um trabalho de aproximação da faculdade com a população, o que as instituições privadas faziam de forma eficiente, com promoção e participação de eventos e com propaganda constante na imprensa falada e escrita, com um sistema de publicidade, participando de atividades sociais, utilizando alunos bem sucedidos como garotos-propaganda, oferecendo bolsas de estudos.

O Estado, na verdade, ao extinguir cursos, eximia-se de sua obrigação de oferecer ensino superior[95] e era omisso também na sua obrigação de exigir qualidade dos cursos oferecidos pelas instituições privadas que autorizava a funcionar.

Embora a grande beneficiária, com as mudanças no IIES-FFCL de Presidente Prudente, fossem as instituições privadas existentes na cidade, segundo Bragato (2002), o objetivo a ser atingido com fechamento de cursos, que era mais amplo, já era percebido pelos estudantes de Ciências Sociais. Já, segundo Mamigonian (2005), a impressão que os alunos e professores de Geografia tinham era a de que o corte visava beneficiar as instituições privadas em geral, mas a falta de empenho do Poder Local de Presidente Prudente ocultava também, especificamente, o interesse de beneficiar a APEC, que então era pequena.

[95] O Brasil é um dos países que oferece menos vagas públicas para o ensino superior. Enquanto, segundo relatório de Pastore (1968), cerca de 80% das vagas oferecidas eram em instituições privadas. Nos Estados Unidos, diferente do que se pensa, em razão de haver universidades privadas famosas, bem com na Grécia , no Japão e na Austrália, 75% dos gastos com o ensino superior vêm do governo, na Coréia do Sul, 60%; na Áustria e na Bélgica, 92%; na Dinamarca , 95%; na Itália, 96%; na Suécia , 98% e na França não há universidade privada. (SALMERON, 1998).

Quanto às ações que antecederam ou resultaram no fechamento dos cursos em Presidente Prudente, Silva Jr. (2003) oferece algumas informações.

Então professor do IIES-FFCL de Presidente Prudente e mestrando da USP em 1975, Silva Jr. tinha como seu orientador, o professor Roberto Moreira, o responsável pela reestruturação da Secretaria da Educação, que antes era setorizada por nível de escolaridade, entre eles o CESESP (Coordenadoria de Ensino Superior do Estado de São Paulo). Com a reestruturação, passou a ser divida por critério geográfico, com uma Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo (COGSP) e uma Coordenadoria de Ensino do Interior do Estado (CEI), ambas respondendo pelo ensino desde a educação infantil até o então segundo grau. Faltava reestruturar o ensino superior, o CESESP.

> Era a incumbência que ele tinha assumido com o governador e ele ainda hesitava. Poucos dias antes, ele estava sem saber o que fazer com o ensino superior e se tivesse prevalecido a intenção dele, já que ele foi designado para esta tarefa, não teria sido criada uma universidade, teria sido uma confederação de escolas. Era uma figura que a LDB trazia. Não sei se passaria pela Reforma Universitária de 68, mas, enfim, era uma coisa prevista na época e nunca tinha sido posta em prática a idéia, o que hoje se chama de centro universitário, conjunto de faculdades que teria um trabalho associado mas que não é uma universidade.(SILVA JR., 2003)

Também os jornais, conforme apresentei, mencionavam a possível criação de uma federação de faculdades com os institutos isolados, quando se desligariam da Secretaria da Educação, o que agradava a professores e alunos, ou, ainda, a criação de universidades regionais, sem nunca, porém, mencionar a extinção de cursos.

Luiz Ferreira Martins,[96] médico professor da USP, era o Coordenador do CESESP. Ele desejava, segundo informações que Silva Jr. (2003) obteve de Roberto Moreira, ser reitor da USP, o que não agradava aos docentes uspianos. Se havia a opinião da USP contrária à criação de outra universidade — porque muitos uspianos entendiam que universidade só podia existir em grandes centros — o fato de Luiz Ferreira Martins ser o reitor da nova universidade teria gerado, segundo Silva Jr. (2003), uma sensação de alívio, a

[96] Luiz Ferreira Martins seria, depois, no governo de Paulo Salim Maluf, Secretário da Educação. Em 1981, introduzido pelo governo no CEE, seria uma espécie de interventor de Maluf na UNICAMP, possivelmente, razão pela qual seu nome causa tristes e repugnantes lembranças a todas as repartições do governo paulista, por onde passou e onde procurei por seu endereço, para entrevistá-lo.

certeza de que não o teriam na USP. Não pude comprovar estas informações, mas o fato é que, dessa vez, a USP não se manifestou contra, como fizera quando os institutos isolados foram fundados.

Silva Jr. (2003) lembra que estava com os alunos do curso de Pedagogia de Presidente Prudente em visita a um colégio em Nova Friburgo-RJ, quando recebeu telefonema do diretor do IIES-FFCL de Presidente Prudente, Alvanir de Figueiredo, para que fosse representá-lo na solenidade de assinatura do decreto de criação da Universidade Estadual Paulista, já que ele estava mais próximo de São Paulo.

> Eu levei um susto, porque eu tinha conversado com o Roberto Moreira há alguns dias e ... dois dias depois, veio a criação da universidade. Fui pego de surpresa como todo mundo ... inclusive no encontro com o governador. Voltei para São Paulo, acomodei os alunos, e na escadaria do Palácio dos Bandeirantes, encontrei o próprio Roberto Moreira. Talvez eu fosse a última pessoa que ele quisesse encontrar naquele momento. Eu não perguntei nada a ele, mesmo porque não havia tempo, mas depois disso conversei com o Roberto várias vezes. Outras pessoas tentaram arrancar dele outras informações mais precisas, mas ele nunca explicou, ou porque não sabia, ou porque ele se sentiu atingido e preferia não comentar o assunto, mas talvez seja a única pessoa em condições de informar o que ocorreu. ... Talvez pessoas da USP venderam a idéia ao governador de criar a universidade e dar a reitoria a Luiz Ferreira Martins... a única coisa que mudaria seria nome e ele já estava lá. Resta saber quais seriam as pessoas que teriam interferido junto ao governador para que ele adotasse a medida.

Luiz Ferreira Martins seria nomeado reitor da nova instituição – A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” — com papel preponderante na articulação da nova instituição. Embora o reitor alegasse que a criação da terceira universidade ia ao encontro da Lei 5.540/68, que determinava o ensino superior tivesse a forma de universidade, ficando as instituições isoladas uma exceção transitória, tendo que se adequar à lei,

> [...] as afinidades políticas eletivas entre os governos militares e os dirigentes de instituições privadas do ensino superior fizeram com que o Conselho Federal de Educação assumisse uma feição crescentemente privatista. Assim, no momento em que a reforma do ensino superior proclamava sua preferência pela universidade como forma própria de organização do ensino superior, o CFE já se empenhava em propiciar a aceleração do crescimento dos estabelecimentos privados, a grande maioria isolados, contrariando a lei recentemente promulgada.(CUNHA, 2000, p.186)

Publicações de jornais, aqui apresentadas, confirmam o que disse Cunha (2000): o CFE continuava autorizando a criação de escolas isoladas.

O primeiro estatuto da UNESP, que os professores chamavam, pejorativamente de *livrinho azul*, foi produzido sem participação das unidades, assim como a criação da universidade e extinção de cursos. Luis Ferreira Martins e pessoas de suas relações é que teriam determinado que tinha que haver racionalização do processo, de acordo com a Lei 5.540/68 — não duplicação de meios para fins equivalentes e criar os núcleos de excelência — mas, na verdade, foi muito além do que determinava a lei.

Luiz Ferreira Martins era Oficial de Reserva Militar, tinha feito Cavalaria em Campo Grande, no então Estado do Mato Grosso e andava *de mãos dadas* com a ditadura. Seu dinamismo e inteligência[97] eram canalizados, segundo Teixeira (2003), para racionalizar conforme o que pretendia o governo. Ele sabia que, numa época em que o máximo que as pessoas, em geral, conseguiam era a Escola Normal e o Técnico em Contabilidade, mexer com uma instituição de ensino superior não causaria reação do povo. Com a universidade já criada, mas não consolidada, começaram as discussões, em esferas superiores, para desmanche de cursos.

Alegre (2001) lembra que, depois de criada a universidade, falava-se em não duplicação de cursos. Por não duplicação, porém, entendia-se que o que era único não seria duplicado, mas não foi isso o que aconteceu. Houve unificação do que já existia em duplicidade, o que não era esperado pelas unidades. Assim, se Prudente e Marília tinham um mesmo curso, um dos dois teria que desaparecer. “As discussões diziam respeito à expansão, melhoria da qualidade, intercâmbio de docentes e experiências e até a criação de distritos mais ou menos autônomos.”. Falava-se também em criação de centros de excelência, expansão, e a idéia era aplaudida. Por criação de núcleos de excelência, entendia-se que cada unidade

[97] Esta inteligência pôde ser constatada em seu desempenho nos debates a que compareceu , em 1976, em Presidente Prudente, bem como em outras unidades, em seu discurso , visando convencer professores, alunos e população local de que as decisões eram resultado destes debates e de reuniões do Conselho Provisório..

receberia mais atenção, mais recursos para uma das suas áreas, porém, não a extinção de áreas já existentes.

Segundo Cunha (2000), “Pelo princípio da eliminação da duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes, a reforma assume, assim, feição predominantemente organizacional, com clara inspiração taylorista e economista.”(p.186), tratando a escola como uma empresa qualquer.

O professor Abreu (1989) informa que o reitor pretendia o fechamento total dos cursos do IIES-FFCL de Presidente Prudente. O plano real era transformá-lo em um instituto de planejamento, só instituto, não docente, não didático.

A manutenção do curso de Geografia teria sido fruto de lutas, o que outros depoimentos confirmam. Para manter o curso de Matemática, os professores tiveram que apelar para a alta burocracia do Palácio dos Bandeirantes para que essa intercedesse junto ao reitor.

Segundo Mamigonian (2005), o representante do governo, Peternelli, que esteve no encontro do Ginásio de Esportes, representou papel importante junto ao palácio para que menos cursos fossem fechados. “Em Presidente Prudente seguramos a Matemática e conseguimos em troca, para compensar os que fecharam, a Engenharia Cartográfica. Em Rio Preto iam fechar 2 , mas fecharam 1; em Rio Claro iam fechar 2, mas fecharam 1. Isso foi interferência deste representante do governador”.

Segundo Teixeira (2003) as manifestações da elite prudentina e do Poder local contra o fechamento dos cursos foram, de fato, discretas, o que se comprova com informações veiculadas pela imprensa local apresentadas por mim no Capítulo 8. A organização do movimento partiu de professores e alunos, sem apoio genuíno das autoridades locais, que nem compareciam aos eventos.

Para que houvesse a grande concentração de 27 de novembro de 1976, no Ginásio Municipal de Esportes, com quase cinco mil pessoas, os organizadores tiveram que contar com a promessa de atrativos como as atrizes Araci Balabanian e Regina Duarte, comparecendo apenas a primeira.

Em rascunho de documento que Teixeira, então professor, enviou ao reitor, fruto de uma reunião de professores do IIES-FFCL em 1976, ele apresentou fortes argumentos, para que a instituição não fosse esfacelada:

> -A instituição tinha proporcionado ensino superior de qualidade ao interior paulista e não apenas a Presidente Prudente;
> -A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, em seus anos de existência, tinha produzido enorme impulso à produção científica, pois todas as pesquisas existentes sobre o Oeste Paulista eram da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, tendo os estudos de Geografia e Paleontologia repercussão internacional, em revistas estrangeiras e 10% da produção da SBPC de 1976 eram dos institutos isolados, o que comprovava a importância deles;
> -Os núcleos de excelência, especializando-se em uma área, os núcleos de pesquisas puras e básicas significariam o fim da multidisciplinaridade que existia nos institutos, o que traria prejuízo para a pesquisa;
> -A idéia de separar núcleos de excelência e graduações significava uma conivência com o desejo de entregar o nível superior às instituições particulares, e sua conseqüente expansão, o que resolveria o problema delas, evitando sua falência, mas não o problema daqueles cuja única oportunidade de acesso ao ensino superior era a instituição pública;
> -Em outros estados como, por exemplo, Mato Grosso e Paraná, existiam faculdades públicas isoladas, com cursos repetidos, o que contribuía grandemente para a formação de professores, e São Paulo ainda precisava de professores para o ensino secundário;
> -O fim dos cursos de formação de professores teria como conseqüência professores de baixo nível no mercado de trabalho, provocando a perda da autoridade do professor do magistério secundário, em razão do baixo padrão ministrado nas instituições particulares que se viam obrigadas a aprovar o máximo de aluno, tendo em vista apenas o lucro; teria como conseqüência a *mobralização* de todos os níveis de ensino brasileiro, pois, sem sólidas graduações, os núcleos de excelência seriam um grande fracasso, porque os alunos egressos do segundo grau , já com formação medíocre (decorrente da formação aligeirada dos professores) seriam recrutados pelas instituições particulares, onde apenas seriam reciclados, gerando um círculo vicioso.
> -Deixar o campo da graduação praticamente livre não só era um grande equívoco, mas um crime contra o futuro, pois as faculdades de filosofia particulares sérias eram poucas, e essas poucas não teriam vantagem com o fechamento dos cursos oficiais, pois o padrão elevado dessas se baseavam no padrão das faculdades públicas, e essas é que forneciam docentes de qualidade para elas.

As palavras da professora Helena Carolina Marrey Nauhardt (2004)[98], atual dirigente da Diretoria de Ensino-Região de Presidente Prudente, confirmam o que Teixeira

[98] Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima, Presidente Prudente, 04/03/2004**.**

previu. Segundo ela, a extinção de cursos, após a criação da UNESP teve significativo peso, entre outros fatores, para o atraso cultural que se verificou, ao longo das décadas, em Presidente Prudente e região.

Alegre (2001) diz que, se houve discussão sobre extinção de cursos, foi apenas entre alguns membros do Conselho Universitário Provisório[99] mais chegados ao reitor ou entre aqueles diretores cujas unidades que não teriam cursos extintos. Nas reuniões de que o diretor de Presidente Prudente participava, o que se discutia era a necessidade de criação de um estatuto e a preocupação de tomar cuidado para que a universidade não fosse considerada de segunda classe.

O *Carcará* (ANEXO M)[100] publicou, no seu número 4, de setembro de 1976, a opinião do diretório acadêmico sobre as mudanças que estavam ocorrendo. No editorial, trouxe um artigo com o título *Mais uma vitória do ensino pago*. Os alunos entendiam que o propagado replanejamento das unidades de ensino da nova universidade, que prometia priorizar certos campos de conhecimento, havia resultado na não abertura, naquele final de ano, de vestibulares para Ciências Sociais, Ciências, Estudos Sociais, e Pedagogia, o que significava o favorecimento de escolas particulares. Denunciavam que

> [...] sob o apoio mercenário de altos funcionários da nossa *Educação*. venceram porque a política educacional tende a excluir cada vez mais, parcelas da nossa população, fazendo com que a educação se transforme em uma mercadoria fora do alcance de sua maioria. (p 2)

Os alunos criticaram também o silêncio da reitoria sobre o assunto, alegando ser essa atitude a arma que o reitor utilizava contra possíveis protestos. Conclamaram os alunos a se posicionarem contra o silêncio, contra as arbitrariedades em prejuízo do ensino público, e tomarem partido dos que não tendo condições de se deslocar para outras cidades, tinham no IIES-FFCL de Presidente Prudente a única oportunidade de freqüentar o ensino

[99] Após a criação da universidade, segundo Alegre (2001), os diretores passaram a integrar o Conselho Provisório da UNESP, que apenas daria aparência democrática às decisões que, na verdade, eram do reitor.

[100] Em anexo, número 1 do *Carcará* e os informativos que o antecederam, *Recortes* e *Mobilização nº* 2 , cedidos pelo Professor Eliseu S. Spósito, cujo conteúdo, permite ao leitor conhecer a criticidade dos alunos de então.

superior. Convidou-os à união em defesa de uma universidade democrática, contra o ensino pago e pela liberdade de expressão e organização.

Criticavam também professores "carreiristas que corrompem, subvertem e comprometem a inteligência e a reflexão, enraizados no sistema e produzindo muitos galhos, folhas e frutos. E que frutos, minha gente, e que frutos!!!"[101]

Por meio dessas informações, pode-se comprovar o que disseram professores, em seus depoimentos, sobre a falta de informações. Confirmam-se também as informações de Bragato (2002) de que havia corporativismo de professores locais, que visavam benefício próprio com extinção de cursos, pois seriam transferidos para cidades para onde desejavam ir.

Em 16 de novembro de 1976, após as eleições municipais, numa segunda-feira, a reforma, isto é, a extinção de cursos, começaria por Presidente Prudente, conforme lembra Alegre (2001):

> O Alvanir era o diretor e eu era o vice. Não sabíamos nada além do que se discutia no conselho provisório, nenhum documento que falasse em fechamento de curso. A não duplicação de cursos era entendida, e assim interpretada, para novos cursos que se pretendia criar. .... quando Luiz Ferreira Martins esteve aqui, neste anfiteatro, totalmente lotado, havia gente do lado de fora, em volta. O povo daqui esperava anúncio de novos cursos, como zootecnia, administração, economia, serviço social e outros que resultassem na ampliação da faculdade, não sabíamos qual era a proposta dele, mas a proposta dele era extinguir alguns cursos, substituindo-os por outros cursos de maior prestígio. Isso ele disse aqui no anfiteatro. Dizendo isto ele ganhou não a faculdade, ele ganhou a cidade. Claro, alguns cursos aí já estavam mais ou menos saturados, etc, etc, e seriam substituídos por outros, com mais peso, maior prestígio. Só que isso não aconteceu, foi aí que extingue Pedagogia, Matemática, Estudos Sociais, Ciências Sociais. Só ia ficar um, o de Geografia. Não houve aplausos, mas também não houve vaias porque ele garantiu aos alunos a continuidade dos cursos até a formatura. "Agora estudem os cursos que vocês querem e nós criaremos." Então o pessoal viu a grande possibilidade de crescimento. Só os professores estavam apreensivos e alguns, que tinham trabalhado tanto para a consolidação, sobretudo de ciências sociais e pedagogia, este considerado, na época, dos melhores do país, não se conformavam e houve lágrimas.

O prefeito eleito, Paulo Constantino, exaltado, tinha chegado a dizer "Eu mato esse homem se ele não me trouxer boas notícias", sendo, no entanto, segundo Alegre

[101] Referia-se a professores que tinham sido cooptados, sem citar nomes.

(2001) enganado, pois quando o reitor disse que fecharia alguns cursos para abrir outros, o prefeito eleito desistiu de lutar pelos cursos que seriam extintos, acreditando que os que Martins havia prometido seriam um ganho para a cidade.

O reitor ainda prometeu que o primeiro curso que iria abrir seria Ecologia, o que nunca acorreria.

O diretor, professor Alvanir de Figueiredo, que lutava para manter os cursos existentes, segundo Alegre (2001), também seria sempre enganado pelos membros conselho provisório, composto, em sua maioria, de diretores de unidades que não tinham perdido nenhum curso, ou que até ganharam mais cursos, ficando sempre ao lado do reitor. Segundo Alegre (2001), o reitor negava os pedidos de abertura de cursos, como se criar um curso fosse fazer um favor. Ainda segundo Alegre (2001), o reitor alegava aos professores que iam reclamar de cursos não criados que a responsabilidade era dos diretores que não faziam as reivindicações. Assim os professores ficavam contra o diretor, como se os cursos prometidos não saíssem por falta de ação da administração local, ou como se fosse por decisão do diretor, nas reuniões do conselho, que os cursos não eram criados.

Os professores desconfiavam do diretor e do vice-diretor, porque o reitor falava que eles sabiam o que é que se podia criar em Presidente Prudente. O diretor Alvanir de Figueiredo [102]e o vice-diretor Marcos Alegre, segundo o último, só não pediram demissão porque, se o fizessem seriam “substituídos por coronéis”, isto é, representantes locais da ditadura.

As decisões sobre que cursos seriam fechados, no entender dos que viveram o momento, não era uma determinação do governador. O próprio reitor, que tinha ligações com a ditadura e tinha conhecimento do contexto local de cada unidade, sabia onde havia reclamações políticas, que cursos causavam mais “problemas” para o sistema. A política do

[102] Armen Mamigonian, afirma que os professores que tomaram a frente da resistência sentiam que o diretor não se empenhava o suficiente, mas reconhece que ele não tinha poderes para decidir nada. A outra opção seria radicalizar, o que resultaria na troca de diretor, e isso a comunidade universitária não queria, pois o reitor poria alguém de sua confiança.

clientelismo é que passou a valer para cada unidade, com o reitor criando situações de choque entre elas. Ele exercia total domínio sobre os conselheiros e decidia como eles deviam votar.

Teixeira (2003) diz que, periodicamente, via chegar carros pretos à faculdade. Vinham fazer "grandes reuniões, resolver problemas". Dessas reuniões participavam professores que apoiavam o regime militar, muitos dos quais estão na UNESP ainda hoje.

Teixeira (2003) não me revelou os nomes destes, alegando não se lembrar. O mesmo aconteceu com Bragato (2002). Senti dificuldades, para conseguir entrevistas com professores e funcionários que trabalhavam na instituição no período em estudo e ainda trabalham atualmente na UNESP. Com a declaração de Teixeira, levanto a hipótese que a razão do silêncio, de alguns se recusarem a conceder depoimentos seria por ainda haver pessoas que foram cooptadas pelo Regime Militar no campus, sobre quem é constrangedor falar, já que são colegas de trabalho.

Sobre a confiabilidade das fontes orais, Portelli (1997) diz que os entrevistados envolvidos no fato a ser narrado podem abordar com clareza, sabendo "[...] fazer uma distinção entre o próprio passado e o presente, e objetivar o passado em si como diferente do presente."(p. 34). Podem também exaltar "[...] o evento histórico do qual participaram, e seu relato assume cadências e fraseologias de *épicos*."(p. 34). Podem, ainda, omitir fatos:

> Mudanças que tenham [...] tomado lugar na consciência subjetiva do narrador, ou em sua situação socioeconômica, podem afetar, se não o relato de eventos anteriores, pelo menos a avaliação e o 'colorido'da história. Muitas pessoas são reticentes, por exemplo, quando vão descrever formas ilegais de luta, tais como sabotagem. Isso não significa que elas não se lembrem dos casos, claramente, mas que tem havido uma mudança em suas opiniões políticas, circunstâncias pessoais, ou na linha de seu partido. Atos considerados legítimos e mesmo normais ou necessários no passado podem ser vistos agora como inaceitáveis [...] Nestes casos, a informação mais preciosa pode estar no que os informantes escondem e no fato que os fizeram esconder mais do que no que eles contaram.(PORTELLI, 1997, p.34)

Na busca de informações mais precisas sobre o cotidiano da instituição no período militar e, notadamente sobre os conflitos internos que antecederam a extinção dos

cursos, deparei-me com atitudes, freqüentemente, de omissão. Assim, mesmo contando com esse elemento dificultador é que apresento, aqui, o que pôde ser resgatado[103]. Por essa razão é que não consegui entrevistar muitos, ou obter dos entrevistados informações mais precisas sobre determinados fatos.

Este silêncio, porém, indica a existência de preciosas sobre o cotidiano da instituição , embora permaneçam encobertas.

Bonilha (2001) lembra-se da movimentação que professores e alunos fizeram, uma concentração de milhares de pessoas, em Presidente Prudente, à qual compareceu um representante do governador Paulo Egydio Martins, mas este representante, ainda segundo Bonilha (2001) não se sensibilizaria pela manifestação.

O professor Armen Mamigonian era o líder do movimento, era quem orientava, quem fazia as articulações e incentivava os professores para a luta. Estava sempre à frente do movimento em favor da escola pública, em favor de uma universidade autônoma. Era uma pessoa firme nas suas posições, e conhecia como funcionavam as relações de influência em São Paulo, razão pela qual, segundo Bonilha, era temido pelo reitor Luiz Ferreira Martins. Ele foi o maior adversário do reitor, indo a todos os centros e institutos acompanhar a reforma, sempre com uma palavra contra, sempre alertando as pessoas, pois não acreditava que fosse acontecer o que ele prometia: fechar alguns cursos para criar outros. O tempo mostrou que o professor Armen tinha razão, pois a maioria das promessas não se cumpririam. Apenas após o fim da ditadura, já no final do governo de André Franco Montoro (1983-1986), é que houve, no campus de Presidente Prudente, encampação da Faculdade Municipal de Educação Física e criação de outros cursos.

---

[103] Conversei com uma funcionária para saber se ela se lembrava da época e se queria me conceder entrevista. Ela respondeu que não se lembrava, mas disse “O Armen era da esquerda radical”, “Diores era professor da pesada”, “Edson Pinzan, o Macarrão : era terrível , ‘agitador’ ”, emitindo um juízo de valor. Spósito (2003) que foi aluno, funcionário administrativo e professor, diz que, para os funcionários administrativos, bom, correto, era o professor, ou diretor, que atendesse aos seus interesses. Não tinham uma visão política do que estava acontecendo. Se Horimoto (2003) fugiu desse perfil, segundo ela mesma, foi pelo seu contato mais direto com os alunos e professores e por sua formação, também professora e bacharel em Direito. Ainda assim, relutou para dizer o nome do aluno que se desentendeu com o professor Armen.

Teixeira (2003) também mencionou a concentração de 27 de novembro de 1976. Convidaram as atrizes Regina Duarte e Aracy Balabanian, irmã do professor Armen Mamigonian, que viriam gratuitamente, para uma apresentação no Ginásio Municipal de Esportes recentemente inaugurado. O objetivo da vinda dos artistas, segundo Teixeira (2003) era garantir público. Compareceram, na versão de Teixeira (2003), cerca de sete mil pessoas[104]. Os professores da USP também apoiaram a luta. O jornal *O Estado de São Paulo*, naquele momento, ao lado dos militares e contra qualquer crítica à nova universidade, noticiou, em tom de desprezo, que havia acontecido, em Presidente prudente, uma "festa tropicalista". Professores de outras unidades, que não se mobilizaram para apoiar os de Presidente Prudente, chamavam os professores envolvidos no movimento de *adeptos de Fidel Castro e Che Guevara*. Na verdade, os que se mobilizaram estavam apenas defendendo a unidade, e por extensão, a própria universidade.

Segundo Alegre (2001), "[...] isto enroscou na garganta do Luiz Ferreira Martins, que nunca esqueceu. Sempre que podia, referia-se pejorativamente ao fato.". Os professores de Presidente Prudente que não compartilhavam dos interesses do governo eram chamados de rebeldes pelo adido militar que trabalhava junto ao Conselho Universitário Provisório, mas, segundo Alegre (2001), parecia gostar deles, pois prevenia o diretor da unidade quando alguma ação repressora estava para acontecer.

Instalou-se, segundo Mamigonian (2005), depois do fechamento dos cursos, um clima pesado na unidade. Era impossível alguém se sentir animado para prosseguir. "E a construção dos centros de excelência não conseguimos sentir, pelo menos não enquanto estive na instituição."(MAMIGONIAN, 2005).

Segundo Teixeira (2003), um grupo de professores do curso de Estudos Sociais, tinha conflitos com o professor Armen Mamigonian. Certo dia, já em 1978, ele estava tenso, saindo de uma reunião, quando um aluno o provocou. O professor Armen

[104] Os jornais, conforme mencionei no Capítulo 8, informaram que houve uma concentração de 4.500 a cinco mil pessoas.

descontrolou-se e esbofeteou o aluno. Tratava-se, segundo Teixeira (2003), de um aluno pobre a quem os professores tinham auxiliado muito com alimentação, com roupas, sapatos, pois ele tinha vindo de Rondônia e não havia, então, moradia de estudantes.

O aluno havia sido eleito presidente do diretório acadêmico e tinha tomado algumas atitudes sem consultar a diretoria da entidade, o que o professor Armen condenava. Segundo Teixeira (2003), os desafetos de Armen, professores altamente conservadores, usaram o aluno, que, ingenuamente, se deixou usar.

Como resultado, foram todos para a delegacia de polícia e o diretor teve que nomear uma comissão para sindicância, o que resultou em processo administrativo e demissão do professor Armen[105]. A esse professor, porém só há elogios:

> Felizmente há aqueles que são lutadores. Nós tivemos, na época da reforma o prof. Armen, que foi um dos grandes lutadores pela nossa causa. Algumas pessoas estavam contra ele, mas ele foi líder e atazanou quanto pôde o reitor. Ele esteve em todas as unidades em que o diretor ia, sempre contestando. Ele era símbolo de rebeldia. (ALEGRE, 2001)

A despeito de todo o esforço dos professores e alunos para demonstrarem o bom funcionamento dos cursos, eles não foram ouvidos em suas argumentações pelos agentes da política autoritária implantada no Estado de São Paulo e executada pelo reitor da universidade Luiz Ferreira Martins. Também não foi ouvida a discreta manifestação da população, e a faculdade foi mutilada, ficando com apenas dois dos seis cursos que oferecia.

A mesma perseguição sofrida pelo IIES-FFCL de Presidente Prudente, a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP também sofreu. Professores também foram demitidos. Na perseguição aos docentes da USP, buscaram também seus discípulos, e muitos deles se encontravam em Presidente Prudente. Com o desmonte das áreas de Ciências Sociais e Pedagogia, os professores de Presidente Prudente se dispersaram. A professora Maria Conceição D'Incao, por exemplo, foi para a unidade de Araraquara, a professora Maria

[105] O professor era efetivo na Universidade Federal de Santa Catarina e contratado em comissão em Presidente Prudente. Com sua demissão, o comissionamento foi cessado e ele voltou para seu cargo, em Florianópolis.

Ângela D'Incao foi para a unidade de Marília, outros professores com contratos temporários, ou comissionados, como, por exemplo, Celestino Alves da Silva Júnior, voltaram para seus cargos de origem, outros, ainda, foram demitidos.

Professor Marcos Alegre (2001), que, há anos, tinha vindo para Presidente Prudente com a família, ali havia se adaptado e nunca desejara mudar-se, embora tivessem surgido várias oportunidades, teria que ir para a unidade de Araraquara, onde havia vaga para a sua área. Segundo ele, houve uma alteração nos currículos dos cursos que continuaram, graças à intervenção dos professores do curso Geografia, e ele pôde permanecer trabalhando na seção de Geografia em Presidente Prudente.

> Era desesperador vermos a faculdade que ajudamos a fazer crescer simplesmente ser desmontada e nós absolutamente impotentes frente aos fatos. [...] O que não dava para entender era a pretensão de eliminar, sobretudo as licenciaturas e acreditar que alunos desses cursos pudessem realizá-los em lugar longe de seu trabalho e residência. O reitor chegou a dizer: "Qual é o problema? O cidadão de Prudente que quiser fazer matemática pode ir para Rio Preto; Ciências Sociais, em Marília ou Araraquara. Muito simples não?" A licenciatura é curso para gente pobre, gente que precisa trabalhar e reside aí uma das razões da criação dos institutos anos antes, lembrando que, dos 15 institutos criados ou encampados pelo governo do estado, oito eram de filosofia. Significa, portanto, que a alternativa para essa clientela seria a escola particular. Será que não havia aí uma preocupação em proteger essas escolas? (ALEGRE 2001).

Foi grande a dificuldade para acomodar os alunos de Estudos Sociais que deviam terminar o curso, sendo que havia apenas as disciplinas de Geografia, com a demissão de grande parte dos professores do curso de Ciências Sociais a partir de 1977. Como os alunos haviam cursado algumas disciplinas nos anos anteriores, e muitas delas eram as que estavam disponíveis então, enquanto outras que não tinham cursado, tinham desaparecido em razão de demissões e transferências, foi difícil montar turmas. Havia um professor dando aulas para cinco alunos, outro dando aulas para sessenta, e tendo, ainda, que trazer professores de outras unidades. Tal situação se resolveu, graças ao esforço dos professores, para que os alunos não ficassem sem concluir o curso. Dentre as unidades, a que teve mais cursos fechados foi a de Presidente Prudente. Enquanto outras unidades estavam precisando de professores, a de Presidente Prudente via seus professores irem embora.

Os alunos do curso de Matemática também sentiram, com a reorganização do currículo, que o curso perdia em qualidade. Segundo Carmen Silvia Canuto Biagio (2004)[106], ingressante em 1977 no curso de Matemática "Havia disciplinas em nosso currículo que não tinham nada a ver com a formação que estávamos buscando, que era de professor de Matemática. E isso aconteceu em razão do fechamento dos outros cursos e necessidade de acomodar professores que davam aula nos cursos que foram extintos."..

Embora as licenciaturas fossem necessárias, diante da expansão do então segundo grau, como as instituições particulares abriam cursos, havia pessoas do governo, segundo Teixeira (2003), que defendiam que o sistema particular poderia suprir a falta de licenciaturas das instituições estaduais, já as tecnologias, freqüentadas pela elite, não seriam atingidas pelos cortes.

O próprio reitor havia feito esta declaração, conforme publicações aqui apresentadas no Capítulo 8. Tal discurso tinha um tom de defesa dos interesses de determinadas corporações privadas[107]. Se não era a defesa desses grupos era a desconsideração dos interesses do jovens mais pobres que dependiam de uma escola pública superior próxima a sua residência para terem chance de freqüentá-la. O enxugamento atingira justamente os que mais dependiam do ensino público.

Enquanto, por determinação superior, as vagas públicas do ensino superior do interior paulista eram reduzidas, o Ministro da Educação Jarbas Passarinho autorizava abertura de vagas nas instituições privadas deste mesmo interior paulista.

---

106 Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. Presidente Prudente, 04/11/2004.

107 Eis o que diz um desses donos de universidades, a UNOESTE de Presidente Prudente: "A meu ver, o Poder Público deveria restringir as suas áreas de terceiro grau. Não justifica o governo gastar, como gasta na USP, que tem o quinto ou sexto orçamento da união, um dos maiores orçamentos para formar professores de pedagogia, professores de letras, advogados. Eu acho que o Poder Público deve reservar os seus recursos para a tecnologia de ponta, na área da saúde, na área da física, na área nuclear, na área de informática, na pesquisa, nessas coisas. Agora, formar alunos de Pedagogia, de Direito [...] deixa para as escolas particulares. O aluno paga o curso e fica menos oneroso para o Estado."

Muitos que foram deputados durante o período de ditadura, ou seus parentes, são, atualmente, proprietários de grandes complexos universitários.

É preciso registrar, no entanto, que as instituições privadas com cursos de formação de professores que foram autorizadas a partir de meados da década de 1960 tiveram importante papel no interior paulista: foi suprir a falta de vagas públicas para formar professores. A carência de professores habilitados, no Estado de São Paulo, mesmo com os institutos isolados que formavam licenciados continuaria, ainda na década de 1970, conforme constatou Leite (1971). Em 1976, conforme publicação de *O Imparcial* (14/10/1976, p.11), ainda eram 60 mil os professores admitidos em caráter precário pelo governo paulista, em razão da falta de professores habilitados[108]. Assim, a instituição privada teve importante papel para que a educação no interior paulista não tivesse sua qualidade mais comprometida.

A existência de instituições privadas, portanto, se justificava. O que não se explicava era a extinção das vagas públicas sob a alegação que o mercado estava saturado. Os jovens que podiam buscar outras opções, novas profissões é que faziam determinados cursos terem uma demanda mais alta que as licenciaturas. A falta de professores habilitados, porém, ainda que estes cursos fossem menos procurados, ainda era uma triste realidade.

Os professores e candidatos ao ensino superior da região ansiavam pela criação dos cursos de Biologia, de Química e de Física no IIES-FFCL de Presidente Prudente, para que os egressos da Licenciatura em Ciências tivessem esta opção, além de Matemática. E a unidade possuía estrutura para esses cursos.

Faltavam professores de Química, Física e Biologia no interior paulista na década de 1970 e faltam, ainda hoje. Apesar disso, estas licenciaturas não seriam criadas em Presidente Prudente, o que é mais um indicador de que o reitor Luiz Ferreira Martins não considerava as necessidades de mercado local ao decidir sobre extinção, ou criação de cursos.

---

[108] Em 14 de outubro de 1976, página 1, *Professores precários com garantias da CLT*. "Quinze mil precários já ganharam ações trabalhistas contra a Secretaria da Educação."

9-1 A legislação e os fatos- considerações

Com base no que consegui resgatar da história do IIES-FFCL de Presidente Prudente, e aqui expus, elaboro algumas considerações, num diálogo com a legislação que regeu as decisões no ensino superior, ou deveriam ter regido, durante o período em estudo, sobre políticas públicas para o ensino superior no Brasil, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, bem como o eco dessas políticas, que perdura até a atualidade e nos permite entender questões do momento atual.

Numa análise comparada entre o que dizia a legislação (LDB 4.024/61 e depois a Lei 5.540/68) e o que ocorria, de fato, no IIES-FFCL de Presidente Prudente, algumas considerações são realizadas sobre as políticas públicas de ensino superior no Brasil e, mais especificamente, no interior paulista.

Com base na LDB 4.024/1961, sabe-se que era grande a defasagem na formação do professor até então, pois ainda havia, funcionando legalmente no Brasil, escolas normais de nível ginasial (artigo 54), isto é, professores licenciados com apenas oito anos de escolaridade.

O artigo 59 dizia que a formação de professor para o ensino médio (ginasial e colegial) seria feita nas faculdades de filosofia, ciências e letras, mas o artigo 60, que dizia que a contratação de professores seria apenas por concursos de provas e título, teve vetado o trecho que dizia “em que só se poderão inscrever os graduados pelas escolas e cursos referidos no artigo anterior”. A justificativa para tal veto foi que, assim redigida, a lei condicionaria a criação de vagas para o ensino médio à anterior formação de professores. O trecho da lei que foi vetado, portanto, decorreu do reconhecimento da realidade do país, a mesma do interior paulista: havia o povo querendo ter acesso ao ensino secundário, eram criadas escolas, fruto da reivindicação, mas não havia professores formados em número

suficiente para exercer a docência nesse nível de ensino, porque as políticas educacionais não haviam cuidado, até quando o projeto de LDB foi apresentado, em 1948, dessa formação. Mesmo em 1961, quando a lei entrou em vigor, não havia, ainda, sido formada nenhuma turma no IIES-FFCL de Presidente Prudente. Conforme apresentei no capítulo 1, somente após a Lei Estadual 161, de 24/09/1948, é que se começaria a pensar em criar escolas superiores nas cidades paulistas do interior, vindo a tornar-se realidade apenas no final da década de 1950.

Percebe-se, mais uma vez, a falta de políticas educacionais, quando pesquisa de Leite (1971) constata que a falta de professores habilitados no interior paulista continuava: professores sem formação lecionando no primeiro grau - séries finais e segundo grau, nas escolas de toda a Divisão Regional de Ensino de Presidente Prudente, apesar do artigo 61 da Lei 4.024/61 que dizia que apenas professores devidamente registrados poderiam exercer o magistério no nível médio.

Também na Indicação CFE nº 11, aprovada em 9 de maio de 1968, há o reconhecimento de que a situação continuava no país, justificando a criação de cursos de formação de professores e não a extinção. É mencionada, nesse documento, a situação em que o "poder público se via afogado", com uma demanda por escolas, que "não tinha sido provocada nem prevista por ele", e o descompasso entre a ampliação de vagas do ensino secundário, fruto de reivindicações, enquanto os cursos de formação de professores para essas escolas, as faculdades de filosofia, não acompanharam o crescimento. A maior falta de professor, segundo a indicação, era em Matemática, Ciências, Física, Química e Biologia, além das disciplinas específicas do ensino técnico.

O que se propôs na indicação foi o aligeiramento da formação, aproveitando professores de escolaridade em nível médio, que freqüentariam apenas as disciplinas pedagógicas nas faculdades de filosofia, além de "introdução do treinamento contínuo, a

complementação de cursos e outras, em contrapartida à idéia de preparação prévia total, dispendiosa e longa.”.

As áreas em que mais faltavam professores, em 1968, são, quase todas, as mesmas de hoje, mesmo no Estado de São Paulo: Física, Química e Biologia. Isso prova que não houve políticas públicas bem definidas para resolução do problema naquele momento, e tampouco nos anos seguintes, tendo, como resultado, a perpetuação do problema. Em Presidente Prudente, mesmo, quando foi criado o IIES-FFCL, houve manifestações para que se criassem cursos de Química e Física, sem que isso acontecesse, tendo como justificativa que estes cursos exigiam investimentos em laboratórios, o que encareceria a instalação da instituição.

Já que esse problema não era prioridade para o poder público, conforme se deixou dizer no texto da própria indicação, as medidas que se propunham seriam não para resolver, de fato, o problema, mas para resolvê-lo apenas aparentemente, acomodando a massa que reivindicava.

Os frutos dessa falta de políticas verdadeiras são colhidos ainda hoje, com pessoas que passaram pelo ensino médio, tendo professores mal formados, chegando ao ensino superior semi-analfabetas.

Quanto a professores de Ciências e Matemática, as instituições particulares se incumbiram de habilitar, em cursos que não exigiam investimentos em laboratórios, e, por isso, criados em grande quantidade, permitindo que os egressos do ensino médio, muitas vezes por falta de opção, cursassem essas licenciaturas, nas instituições a que pudessem ter acesso, muitas vezes, porque era próxima de sua residência, ou porque tinha um preço acessível. Já as licenciaturas para Química, Biologia e Física, que eram oferecidas por poucas instituições públicas continuariam escassas também nas instituições privadas.

O Decreto 53.582 de 12/02/64 do presidente João Goulart é outra prova da falta de professores, pois ele autorizou, a titulo precário, alunos de 1º e 2º ano dos cursos de licenciatura a lecionarem no secundário primeiro ciclo.

Outra prova, ainda, foi a Portaria 49, de 31/01/ 1964, regulamentando exames de suficiência a serem realizados nas faculdades de filosofia, dando certificado de habilitação para lecionar em até três disciplinas, enquanto não houvesse professores devidamente formados. Eram cursos, no Estado de São Paulo, chamados CADES, que o IIES-FFCL de Presidente Prudente também ofereceu. Se a criação dos CADES representava o reconhecimento do problema e acomodação à realidade, o fechamento de cursos, em 1976, representou a desconsideração desta mesma realidade, uma vez que ainda não havia sido resolvido o problema da falta de professores habilitados na região de Presidente Prudente, conforme Leite (1971) expôs.

Também o Decreto 70.929 de 03/08/1972, dispondo sobre registro de professores de ensino secundário sem formação, apenas com o certificado de aprovação em exames de suficiência (CADES), indica a perfeita ciência dos governantes de que não havia sido resolvido o problema da falta de professores formados para esse nível de ensino.

Ao invés de serem criados mais cursos de formação de professores, seriam extintos, em 1976, quatro dos seis existentes no IIES-FFCL de Presidente Prudente, deixando para a iniciativa privada a incumbência que era do Estado.

A Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, que substituiu a Lei 4.024 /61 na parte que tratava do Ensino Superior, trazia, no artigo 2º, que “O ensino superior indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em institutos isolados, organizados como instituições de direito público e privado.”.

Mesmo sendo o IIES-FFCL de Presidente Prudente a única escola da região que, mesmo que de forma não institucionalizada, além do ensino, produzia pesquisa,

conforme apresentei no Capítulo 5, isso não seria suficiente para que quatro dos seus cursos não fossem extintos em 1976.

As instituições autorizadas pelo MEC para funcionar na região de Presidente Prudente foram: em 1968, a FAFIA (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Adamantina), com cursos de Letras, Pedagogia, Estudos Sociais e Licenciatura em Ciências; também em 1968, a FAFIT (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Tupã), com os cursos de Matemática, Pedagogia e História; em 1969, a FAFID (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras "Ministro Tarso Dutra"de Dracena), com Matemática, Letras, Pedagogia e Ciências Físicas e Biológicas; em 1972, a FAFIPREVE (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Venceslau), com Letras, Pedagogia, Licenciatura Curta em Estudos Sociais, com complementação em História e Geografia e Licenciatura Curta em Ciências, com complementação em Matemática; em 1973, a Faculdade de Ciências Letras e Educação de Presidente Prudente (APEC). Estas instituições, no entanto, não desenvolveriam pesquisa, mas apenas de ensino, contrariando a artigo 2º da Lei 5.540/68.

O artigo 16 do Decreto-Lei 464, de 11 de fevereiro de 1969, que estabeleceu normas complementares à Lei 5.540/68, dizia que os profissionais que estavam na função em 28/11/68 sem preencher os requisitos mínimos para exercício do magistério, deveriam regularizar a situação em cinco anos. Eis mais uma prova de que, no país, muitos exerciam a docência, mesmo no ensino superior, sem a mínima habilitação necessária.

O IIES-FFCL de Presidente Prudente foi, por vários anos (até 1973), a única instituição do município a oferecer o que previa o artigo 30 desse Decreto-Lei:

> A formação de professores e especialistas do ensino do segundo grau, de disciplinas gerais e técnicas, bem como o preparo de especialistas destinados ao trabalho de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação no âmbito de escolas e sistemas escolares, far-se-ão em nível superior.

Em 1975, não havia, ainda, sido suprida a falta desses profissionais no município e região, a julgar pela demanda das habilitações em Administração Escolar,

Supervisão Escolar, Orientação Escolar, Inspeção Escolar e Ensino das Disciplinas e Atividades Práticas dos Cursos Normais. Além disso, a instituição recebia alunos de várias cidades mais distantes, porque as habilitações, oferecidas desde 1970, eram uma necessidade para formação dos profissionais de educação que iam atuar, ou já estavam atuando nas escolas de primeiro e segundo graus. O IIES-FFCL de Presidente Prudente procurava formá-los dentro de um padrão de qualidade, o que se interrompeu com o fim do seu curso Pedagogia, que era considerado um dos melhores do Brasil.

A Emenda Constitucional Federal, de 17 de outubro de 1969, que em seu artigo 176, parágrafo 3º, inciso III, dizia que "O ensino público será igualmente gratuito para quantos, no nível médio e superior demonstrarem efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos." e o inciso IV dizia que "O Poder Público substituirá, gradativamente, o regime de gratuidade do ensino médio e superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudo, mediante restituição, que a lei regulamentará;".

Não havia, pela lei, portanto, obrigação do Poder Público de oferecer ensino superior, e a privatização que estava ocorrendo era prevista legalmente. Sem a garantia de professores em número suficiente e bem preparados, com a extinção de vagas para licenciaturas, porém, não se conseguiria garantir também o direito ao ensino nas séries finais do primeiro grau (dos 11 aos 14 anos), conforme inciso II do mesmo parágrafo, que dizia: "o ensino primário é obrigatório para todos, dos sete aos catorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais".

Apesar de o artigo 66 da Lei 4.024/61 dizer que "O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, das letras, e a formação de profissionais de nível universitário", determinação que permaneceria na Lei 5.540/68, ao IIES-FFCL de Presidente Prudente, demorariam a chegar recursos para a pesquisa, por falta de políticas definidas para isso. Até mesmo um local reservado para o professor realizar seus estudos era

um problema de difícil solução nos primeiros anos, em razão dos transtornos decorrentes da demora na construção do prédio próprio. Apesar das condições desfavoráveis, a pesquisa aconteceu desde o início, conforme depoimentos aqui já apresentados. Tratava-se de uma equipe de docentes que se desdobrava para que a instituição cumprisse sua tríplice função: ensino, pesquisa e extensão.

Só em 1965, Decreto 56.730, de 16/08, do Presidente da República, seria criado e regulamentado o Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva. Determinava para professor de ensino superior ou que desempenhasse atividades de pesquisa o acréscimo de 75% de seus vencimentos. Dizia também que,

> [...] uma vez comprovada sua necessidade à eficiência e aos objetivos das atividades programadas, será aplicado por iniciativa e no interesse da administração, preferentemente a equipe de funcionários encarregados de atividades específicas que exijam, pela sua natureza e para sua plena realização, a adoção desse sistema de trabalho. (artigo 5º).

O RDIDP, portanto, que existia no IIES-FFCL de Presidente Prudente, conforme atestou Grigoli (1992), não dependia do desejo do professor, além do que, uma série de exigências para elaboração da proposta dificultava a consecução do benefício.

Essa demora em regulamentar o regime de dedicação exclusiva para o professor, mostra, mais uma vez, a falta de interesse genuíno do poder público pela formação do professor pesquisador. Mesmo em condições adversas, mesmo sem recursos e, muitas vezes, o professor sendo responsável por até três disciplinas, e sem RDIDP, a pesquisa aconteceria no IIES-FFCL de Presidente Prudente, antes até que ela viesse a acontecer em outras instituições públicas de ensino superior.

A autonomia didática, prevista na Lei 4.024/61, foi mantida no texto da Lei 5.540/68. O artigo 3º diz que as instituições "gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar". Com o Decreto–Lei 477 de 26 de fevereiro de 1969, no entanto, dispondo sobre infrações disciplinares praticadas por professores, alunos e funcionários de estabelecimento de ensino, o artigo 3º seria revogado.

Assim, o que se constatou no IIES-FFCL de Presidente Prudente, bem como em outras instituições, foi uma perseguição à autonomia didática dos professores, e, conforme o *Carcará* denunciaria, com a conivência de outros professores. Os alunos do IIES-FFCL de Presidente Prudente, segundo consta, sempre eram protegidos pelos diretores, que os prevenia quando ficavam sabendo que as visitas da polícia aconteceriam. O fechamento do curso de Ciências Sociais teria acontecido, segundo Bragato (2002), Spósito (2003) e Silva Jr. (2003) em represália à insistência de alguns de seus professores em trabalhar com liberdade didática e bibliográfica, resultando na demissão ou transferência de alguns. A professora Maria da Conceição D'Incao foi uma dessas professoras transferidas. A irreverência de alguns alunos também seria causa de desaparecimento ou fuga, conforme lembra Perucci (2004), cujo colega de nome Dionísio, que participava das atividades do centro acadêmico, desapareceu por algum tempo.

Esta tão desejada autonomia também não seria alcançada com a criação da UNESP, pois a universidade no Brasil registra historicamente, nos diferentes períodos, elementos comuns:

> 1. governos autoritários e centralizadores, face aos quais a universidade pretende gozar de autonomia;
> 2. atos governamentais normativos que concedem a autonomia pretendia, desde que esta não fira os desígnios daqueles governos;
> 3. dificuldades de a universidade definir-se e, desta forma, operacionalizar a autonomia, intrinsecamente ligada ao poder. (ALVIN, 1995,p.21)

Assim, apesar de algumas tentativas, a autonomia universitária não tem sido realidade no país.[109]

No artigo 8º, a Lei 5.540/68 dizia: "Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível incorporar-se a universidades ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou localidades próximas, constituindo, neste

[109] A UNICAMP, USP e UNESP só passaram a gozar de autonomia na gestão financeira a partir do Decreto 29.598, de 2 de fevereiro de 1989 (decisão governamental sem prévio debate), com a destinação de um percentual do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), cuja divisão entre elas é feita pelo Conselho de Reitores das Universidades de São Paulo (CRUESP).

último caso, federações". Os Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, porém, não tiveram oportunidade de escolher entre ser uma universidade ou ser uma federação. A determinação veio dos órgãos centrais, pegando muitos de surpresa**.**

No artigo 11 da Lei 5.540/68, a alínea *c*, que determinava "unidade de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes", não foi considerada para se extinguirem cursos da UNESP, pois havia três unidades que possuíam cursos de odontologia e os três foram mantidos. A economia, a racionalidade de gastos, a unificação do que já era duplo, só se aplicou em cursos de formação de professores, e em Ciências Sociais, curso que não existia nas instituições privadas.

A alínea *d* do artigo 11 previa que deveria haver "racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos", o que não foi considerado ao decidir sobre fechamento de cursos em Presidente Prudente.

Se houve a redução de docentes, não houve, conforme Horimoto (2003), redução de pessoal administrativo. Segundo Silva Jr. (2003), não houve também remanejamento de laboratórios de Presidente Prudente, os quais só voltariam a ser plenamente utilizados na década de 1980, com a criação do curso de Fisioterapia. Por outro lado havia espaço físico construído com capacidade para abrigar muitos outros cursos, conforme planejavam os docentes locais, havia uma biblioteca bem equipada, além do enorme terreno, para se construir muito mais. Todos estes recursos materiais ficaram subutilizados com o fechamento dos cursos.

Também a alínea *f* do artigo 11 dizia que devia haver "flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisas", o que também não foi considerado na decisão de extinguir cursos, pois os cursos já existentes, os laboratórios, o corpo docente, as necessidades regionais de

professores para o ensino secundário, as pesquisas regionais em andamento, eram condições propícias para ampliação e não para redução da instituição.

O art 18 previa que "Além dos cursos correspondentes a profissões reguladas por lei, as universidades e os estabelecimentos isolados poderão organizar outros para atender às exigências de sua programação específica e fazer face à peculiaridade do mercado de trabalho."

Por serem conhecedores das peculiaridades do mercado de trabalho local é que os professores solicitaram os cursos noturnos, sujeitando-se a ocupar parte maior de suas jornadas com aulas, sem aumento do salário. Planejavam, também, cursos técnicos, para atender às necessidades regionais, promoviam cursos de extensão e seminários dos quais participavam professores das escolas públicas da região. Nada disso, porém, foi levado em consideração, quando os professores do IIES-FFCL de Presidente Prudente foram surpreendidos pela criação da universidade e ameaçados com a iminente extinção de todos os cursos, e permanência apenas do Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais, contrariando a própria lei que dizia que ensino e pesquisa eram indissociáveis.

Segundo o artigo 20 da Lei 5.540/68, "As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes.".

Naquele momento, uma das funções da universidade, a extensão, ainda não era bem definida. De acordo com o próprio ministro da educação, Ney Braga, "A lei 5.540, da reforma universitária, equipara a extensão às atividades de ensino e pesquisa, mas até agora esse tipo de atividade no Brasil é considerada mal compreendida ou mal interpretada."(O Estado de São Paulo, 17 maio de 1975, p 16)

O IIES-FFCL de Presidente Prudente, porém, já tinha uma produção significativa nesta área. Boletim Informático de novembro de 1970 informou que

> Nada menos de 10 cursos extra-curriculares foram realizados neste ano pela Faculdade. Neste mês verificou-se o curso sobre aplicações de rádio-isotopos, especialmente ao pessoal do curso de Ciências e professores dessa disciplina. O último curso do ano será realizado no início do próximo mês de dezembro sobre Cálculo Diferencial e Integral- que será ministrado pelo Prof. Juarez Milano do Instituto de Matemática da Universidade de Goiânia. As inscrições continuam abertas aos interessados.

Apenas em 1975, a instituição ofereceu seis cursos de extensão, devidamente divulgados pelo jornal *O Imparcial*: 9/11/1975 - Extensão Universitária *O litoral Norte do Estado de São Paulo* - Departamento de Geografia; 05/05/1975- Extensão Universitária *Ideologias políticas brasileiras*- Departamento de Ciências Sociais; 13/05/1975- Especialização em Sociologia em nível de Pós-Graduação: *Sociologia das Sociedades Agrárias*- Departamento de Ciências Sociais; 25/05/1975- Extensão universitária- *A renovação do ensino*- Departamento de Educação; 31/07/1975 – Extensão Universitária- *Relações Humanas na Educação*- Departamento de Educação; 30/-1/1975- Curso de aperfeiçoamento *Geografia Regional do Brasil*- Departamento de Geografia.

O IIES-FFCL de Presidente Prudente, segundo atestam os jornais locais, procurou articular-se com a comunidade, conforme depôs Bonilha (2001), notadamente com professores das escolas estaduais, apesar de o poder público local ter-se mantido mais ausente que em outros institutos. Esse relacionamento, no entanto, foi maculado em razão das acusações sofridas por alunos e professores a partir do início do período de repressão, pois as pessoas apontadas como subversivas eram discriminadas pela população em geral de hábitos conservadores em uma região que não chegou a ser muito tocada por novas idéias no período de liberdade de pensamento entre as ditaduras, conforme atestou Alegre (2001) e Spósito (2003). O relacionamento da instituição com a sociedade local seria ofuscado, também, pela forma como as faculdades particulares que se instalaram na cidade se empenhavam na divulgação de seus nomes pela imprensa, sem, porém, oferecer a extensão, de fato, conforme o IIES-FFCL de Presidente Prudente oferecia.

Pesquisas realizadas no IIES-FFCL de Presidente Prudente tendo como objeto de estudo a região e tendo resultados também de interesse local, para melhor interpretar a região e sobre ela agir, existiam em abundância, tanto na área de Educação quanto na de Geografia e Ciências Sociais. As pesquisas sobre a região do Morro do Diabo no Pontal do Paranapanema, hoje uma reserva ambiental, por exemplo, foram iniciadas pelos pesquisadores do IIES-FFCL de Presidente Prudente. Apesar de cumprir ao referido artigo, a instituição sofreu a extinção de cursos.

O fato de a instituição tornar-se um campus da universidade e a extinção de cursos, simplesmente, não garantiria avanços no campo da produção, pois dependia de uma série de condições que não foram dadas. A pesquisa continuou pelos professores da unidade, com as mesmas condições anteriores. Ainda no final da década de 1980, eis a situação da pesquisa na universidade brasileira:

> [...] as funções da universidade existente no Brasil, mesmo após a dita independência política, continuam a ser absorção, aplicação e difusão do saber humano, fruto da atividade intelectual dos grandes centros técnico-científicos das nações desenvolvidas. Nossas escolas universitárias, quando muito, mantêm sua clientela informada dos resultados das investigações feitas sobre os problemas de outras realidades e não daqueles emergentes das necessidades e desafios de nossa nação e de nosso povo.[...] Entretanto, mesmo diante do quadro tão pouco promissor, constatamos a existência de centros universitários no Brasil que, sem medir esforços, lutam por conquistar a possibilidade de construção de uma personalidade universitária livre e crítica, aliando a ânsia do mais alto nível do saber à efetiva preocupação com os problemas nacionais. Portanto, ainda está viva uma tentativa de gerar, fazer nascer e crescer uma autêntica universidade brasileira. São sinais dessa conquista os esforços que fazem muitos intelectuais, dentro e fora do Brasil, de mostrar a realidade em que se move a Nação; de propor um abrir de olhos aos responsáveis pelos seus destinos. Por outro lado, as camadas sociais se manifestam, os estudantes tentam se agrupar para pensar o que fazer, discutir o seu papel, descobrir o seu caminho, criar uma forma de atuação e interferência nos nossos destinos. (LUCKESI, ET AL, 1991, p. 36)

O Decreto-Lei 464, de 11/02/1969, dizia, em seu artigo 3º, que a autorização de funcionamento de escolas superiores não aconteceria, se, além do atendimento a todas as exigências, sua criação não correspondesse às exigências do mercado de trabalho, em confronto com as necessidades de desenvolvimento nacional ou regional.

Não haveria, portanto, como explicar, ou justificar legalmente, que um curso de Pedagogia e um de Estudos Sociais, por exemplo, tenham sido extintos em uma instituição e abertos em outra instituição, no mesmo município, se as decisões fossem orientadas pelo referido artigo. Além disso, estudos só provavam a necessidade de se criarem mais licenciaturas e não o seu fechamento.

A instituições privadas, portanto, que se instalaram na região, poderiam oferecer as vagas que ofereceram para somar esforços com a instituição pública, diante da grande demanda. Não há como não reconhecer o importante papel que tiveram estas instituições na formação de professores — mesmo dentro das condições contextuais e características de uma empresa privada — para a população do oeste paulista. O que não se justificava era o Estado transferir totalmente para elas sua responsabilidade — a de garantir educação básica de qualidade na região, por meio da formação de professores de determinadas áreas, bem como de administradores.

No parágrafo 1º do artigo 3º dizia que essa determinação só não se aplica caso "a iniciativa represente um alto padrão, capaz de contribuir, efetivamente, para o aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa nos setores abrangidos".

Documento redigido em 14 de dezembro de 1973, em seis páginas, intitulado *Histórico da Faculdade*, cuja cópia consta dos arquivos da administração da UNESP-FCT de Presidente Prudente, traz informações sobre o IIES-FFCL de Presidente Prudente quanto aos seus objetivos quando fundado e o que já havia conseguido, o que indica que, apesar de não ter espaço na imprensa para divulgar suas realizações, a instituição vinha cumprindo sua vocação inicial, mostrando seu alto padrão e o quanto contribuía com o ensino e a pesquisa, aproveitando as condições, mesmo adversas, para fazerem o melhor.

> II. PRINCÍPIOS ORIENTADORES
>
> Ao criar e organizar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, o Govêrno do Estado norteou-se por três princípios básicos: buscar com novos recursos materiais e humanos, alto nível de ensino e linha francamente

renovadora de métodos docente de produção científica; cooperar com o Governo Federal em sua campanha de aperfeiçoamento do pessoal de nível superior; atender às exigências culturais de importante região do sudoeste paulista.
Tendo em vista estes princípios, o Governo do estado, adotou as seguintes normas na organização e instalação da faculdade: fazer funcionar inicialmente, apenas os Cursos de Ciências (Seções de Geografia e Pedagogia) e esperar, da experiência em setor ainda especializado, resultados realmente positivos, para então se pensar na criação de novos cursos; estabelecer regime de tempo integral ou de dedicação plena, tanto para o pessoal docente, como discente e mesmo administrativo; adotar o sistema didático e científico de organização departamental, muito indicado para uma melhor estruturação orgânica do ensino e de pesquisa; suprir a faculdade de materiais de estudo e de pesquisa suficiente e organizador, ao mesmo tempo instalar a escola com todas as exigências da ambientação, para que se possa oferecer a professores, alunos e funcionários, que nela trabalham em tempo integral, as mais dignas condições de produção intelectual; selecionar professores, credenciados não apenas pela folha de serviços docentes, mas particularmente pela capacidade de produção científica.

III- ESTRUTURA DIDÁTICA

Na organização geral do currículo e na estrutura dos cursos adotou-se, como não poderia deixar de ser, o padrão federal.
Deste modo, teve a Faculdade um curso de bacharelado, de três anos e um quarto de licenciatura.
De acordo com o Decreto nº 41.595, de 29 de janeiro de 1963 a faculdade tem, hoje, em funcionamento um curso de bacharelado e um curso de licenciatura ministrado simultaneamente, em quatro anos.
A partir de 1973, por conveniência didática e por força de dispositivo legal será implantado o sistema de cursos parcelados, mais flexível e eficaz quanto aos objetivos colimados.

IV. PUBLICAÇÕES

Além do elevado papel de centro de ensino e formação de pessoal especializado nas várias áreas de atividades e de magistério, deve a faculdade ainda ter outro objetivo, talvez mais alto que os demais, que é o de promover pesquisas e investigações científicas nos campos que lhe são próprios ao mesmo tempo que deve também, por todos os meios de seu alcance divulgar os resultados obtidos.
A faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, fiel a essas diretrizes, vem de há muito, orientando seus esforços de modo que paralelamente à melhoria das instalações, do equipamento e do pessoal haja ampla divulgação dos trabalhos de interesse do ensino e notadamente de pesquisa.
Assim é que ela vem mantendo a ampliação de Boletins Departamentais além de volumes avulsos referentes a teses ou outros trabalhos elaborados por seus professores.

V- OUTROS

Paralelamente aos cursos normais de Graduação a Faculdade tem realizado cursos extraordinários em diversos níveis oferecidos a estudantes do curso secundário e principalmente cursos de extensão aos seus alunos e licenciados. Diversos professores do mais alto gabarito têm ministrado cursos teóricos e práticos nas várias áreas visando o aprimoramento do nível do pessoal discente.
Congressos e simpósios são periodicamente organizados.
Em julho de 1972 foi realizado na Faculdade o I Encontro Nacional de Geógrafos, congresso de ressonância nacional e que obrigou quase setecentas pessoas tendo comparecido alguns dos maiores especialistas do país na área das ciências Humanas.
Em outubro desse mesmo ano realizou-se também, o “Congresso Regional de Matemática”. Em julho de 1973, foi realizado na Faculdade o Curso de Especialização de Professores de Física, promovido pelo DEM - Departamento de

> Ensino Médio do MEC e pelo CENAFOR - Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação e a Faculdade. (p. 3-5)

Apesar da produção da faculdade, no entanto, nada seria considerado. Pode-se concluir, que, aos olhos do poder público, a formação de professores que a instituição vinha promovendo, não era relevante. Não se desejava, verdadeiramente, que a formação do professor se desse nos padrões oferecidos pelo IIES-FFCL de Presidente Prudente, pois o fim dos quatro cursos desencadeou um retrocesso na educação regional, com espaço para instalação de instituições, algumas vezes, medíocres, formando professores medíocres, que desenvolveriam práticas educativas medíocres nas escolas públicas de primeiro e segundo graus, que atendiam àqueles que o poder central não esperava ter que atender. E isso aconteceria porque o estado seria omisso também na sua função de acompanhar o funcionamento das escolas autorizadas e cuidar para manutenção da qualidade do ensino.

No que se refere à reestruturação que as universidades públicas deveriam sofrer, por determinação dos decretos-leis 53, de 18 de novembro de 1966, e 252, de 28 de fevereiro de 1967, utilizando o princípio da "não duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes", eis o que disseram Cunha e Góes (1985) sobre a universidade que se originou da justaposição dos institutos isolados:

> A organização em departamentos foi a maneira encontrada para juntar no mesmo "lugar" da universidade todos os professores, pesquisadores, laboratórios e outros recursos de um mesmo campo do conhecimento. [...] O problema foi que esse princípio de estruturação da universidade foi utilizado da mesma forma como um empresário usa a chamada "organização científica do trabalho" para aumentar seus lucros, mantendo (ou mesmo baixando) os salários dos trabalhadores. Pra aumentar o "rendimento" dos "recursos humanos" da universidade, juntaram-se na mesma sala, com o mesmo e único professor, todos os estudantes da mesma disciplina, por mais diferença que houvesse entre seus objetivos, dificuldades e, o pior de tudo, em turmas grandes e heterogêneas. Imagine o leitor como ficava mais "barato" colocar na mesma sala, com um só professor, todos os alunos de uma universidade para aprenderem, digamos, estatística descritiva: os de engenharia, os de matemática, os de física juntos com os de psicologia, de serviço social e de pedagogia. Seria uma grande turma, ou melhor, uma turma grande, que diluiria os custos do professor. Mas o resultado pedagógico seria o pior possível.[...] Para viabilizar a transição dos estudantes pelas disciplinas dos diversos departamentos da universidade, em busca da integralização dos seus também diversos currículos, os planejadores educacionais do regime autoritário importaram da universidade norte-americana outro regime – o regime de créditos. A idéia era que os estudantes fossem colecionando os créditos

> correspondentes às diversas disciplinas, lançando-os em seus históricos escolares, como se fossem depósitos em uma conta bancária até que tivessem o número exigido de créditos para se formarem.[...] Onde o regime de créditos (ou débitos) foi efetivamente implantado, as turmas se desorganizaram, inviabilizando a antiga solidariedade entre os estudantes, força viva do movimento estudantil. Essa dissolução das turmas se somou à regulamentação do movimento estudantil [...] A "lei Suplicy" obrigava os estudantes a votarem para a eleição dos diretórios acadêmicos, mas, em contrapartida, limitava o campo de atuação do movimento estudantil, tornando as entidades presas fáceis da intervenção das direções das faculdades e das reitorias das universidades. Não sendo essa lei suficiente, foi baixado o decreto-lei 228/67, arrochando ainda mais as amarras das entidades estudantis e ameaçando com punições os diretores e reitores que não as contivessem no campo de suas atribuições absolutamente apolíticas, isto é, toda atividade política que reforçasse a política da ditadura.(p. 83-84)

Foi o que aconteceu com o campus de Presidente Prudente para reduzir gastos, mas utilizando o discurso da modernidade. A qualidade dos dois cursos que restaram sofreu grandemente, incluindo no currículo disciplinas que, muitas vezes, não eram as mais necessárias para trabalho que os graduados iriam desenvolver.

A crise se estenderia por anos, conforme atestam os professores, até que, em agosto de 1982, alcançando o máximo de tensão, com reitores autoritários, os alunos ocuparam várias unidades, reclamando maior liberdade, espaço para que os professores pudessem trabalhar.

O jornal O *Estado de São Paulo*, que exaltou a criação da terceira universidade, publicaria, alguns anos depois, matérias criticando a forma como as políticas foram conduzidas.

Em 30 de agosto, página 5, várias matérias sobre o assunto: *Nascer grande demais, o erro da UNESP, Ilha solteira ia ser sede. Não saiu do Papel, Universidade ou federação? Nem o reitor sabe*. Na mesma página, matéria com o título *A escola quer mais espaço*, dizia que em Presidente Prudente o diretor

> [...] vem sendo criticado por alunos e professores, eles querem substituí-lo por alguém que não tenha participado do esquema dos ex-reitores [...] Na opinião do professor Diores Santos de Abreu, de História Econômica Geral, a problema começou em 1976 quando, com a transformação dos institutos [...] passou a chamar-se Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais, "apesar de nada planejar nem realizar estudos sobre a terra em que vivemos".

A seguir, a matéria informava sobre a precariedade dos laboratórios em Presidente Prudente, mas que, apesar dos problemas, o aluno entrevistado reconhecia que a instituição *ainda* mantinha a qualidade de seus cursos, tendo ex-alunos atuando em universidades de todo o país.

A situação de 1982, aqui ligeiramente apresentada, pois não é objeto deste trabalho, mostra que, seis anos depois da criação da UNESP e do esfacelamento da unidade, com o fechamento de cursos, a crise só se avolumara. A única ressalva do aluno ao falar ao jornal foi a qualidade do ensino que os professores ofereciam, utilizando como referência, ex-alunos, isto é, alunos do IIES-FFCL de Presidente Prudente que, então, se destacavam profissionalmente no magistério superior.

Ao utilizar o advérbio *ainda*, o aluno deixa implícito que nos tempos de IIES havia qualidade reconhecida em todo o país, a qual permanecia, graças aos professores, os mesmos do IIES-FFCL de Presidente Prudente. Foram esses professores que, sem deixar de lutar por melhores condições de trabalho, continuaram produzindo, procurando fazer o melhor pelos jovens que ali chegavam, oferecendo a semente e a terra fértil, com em outras unidades, para que a UNESP, enfim, crescesse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento da necessidade de ensino superior no interior paulista, com a conseqüente criação dos institutos isolados, estava diretamente relacionado a reivindicações de educadores que entendiam sua necessidade, pois entendiam também a necessidade de democratizar o acesso ao ensino secundário. Eram as idéias constantes do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, algumas das quais tinham comparecido na LDB 4.024/1961, mas que, com o Golpe Militar, não teriam espaço para se concretizar, pois as políticas do governo ditatorial vieram interromper as mudanças que haviam sido ensaiadas no período entre as ditaduras Vargas e Militar, quando os institutos isolados foram criados: o projeto de Reformas de Bases veiculado pelas esquerdas e que tiveram o apoio do Presidente João Goulart.

O IIES-FFCL de Presidente Prudente trouxe grandes benefícios para muitos que, sem a existência dele, jamais teriam acesso ao ensino superior. A decisão de se criar essa instituição, no entanto, embora contextualizada no período de modernização e industrialização do Brasil, não teve como elemento preponderante a democratização do ensino superior, o interesse do povo, ou a melhor formação de professores para os filhos dos trabalhadores que começavam, como resultado de pressões e de uma política demagógica, a ter acesso ao ensino secundário.

Embora o povo tenha sido mencionado nos discursos, o conhecimento do contexto de criação do IIES-FFCL de Presidente Prudente, por meio da análise das publicações dos jornais locais da época e de depoimentos orais, permitiu-me detectar outros interesses, que não propriamente a formação de professores para o povo.

A decisão pelo curso de Geografia, quando a instituição foi criada, não ocorreu por ser o curso de que a região mais necessitava, mas por ser a área de especialização

do próprio diretor. Embora o curso muito tenha contribuído com pesquisa local e a formação de professores, entre eles, muitos que, como Marcio Teixeira (2003), por exemplo, seriam alunos e depois professores do curso de Geografia e pesquisadores, não foi o interesse local que dirigiu as decisões. Assim seria também com outras decisões centrais, cabendo aos professores aproveitar as condições contextuais que tinham para desenvolver a melhor prática educativa e de pesquisa possível.

Não havia, também, políticas bem definidas para que o povo tivesse acesso ao ensino secundário, já que não havia preocupação verdadeira com a formação de professores para esse nível de ensino. As conquistas foram resultado de reivindicações, muita luta, e as respostas vindas do Poder Público atenderam, notadamente, a reclames eleitoreiros. Assim, a criação da instituição, que atendeu primeiramente a elite e a classe média local, acabou colaborando com a expansão do acesso, com a democratização do ensino superior, e parte daquela geração conseguiu ser beneficiada com a oferta de vagas para o ensino superior público.

O IIES-FFCL de Presidente Prudente contribuiu também para o desenvolvimento do município e da região, notadamente numa época em que era a única instituição de ensino superior no município, ou, alguns anos depois, quando eram poucas as demais escolas de mesmo nível no município e na região.

Além do crescimento populacional e do desenvolvimento do comércio que uma faculdade aglutina para o local em que se instala, conforme ocorreu com o IIES-FFCL de Presidente Prudente, ele também contribuiu com a produção científica contextualizada na região, prestação de serviços à comunidade e trabalho junto ao sistema de educação regional.

Os primeiros anos de existência da instituição, porém, foram de grandes dificuldades. Desde a luta para construção do prédio, que só se realizaria depois de dez anos, dificuldades para contratar professores, demora para regularizar a vida funcional dos

funcionários, para reconhecimento dos cursos — problemas superados graças ao empenho da própria comunidade escolar — indicaram que não havia um interesse genuíno do Poder Público de democratizar o ensino superior, ou de melhoria da educação básica, por meio dos professores que a instituição formaria.

Apesar de não haver vontade genuína dos que tinham o poder de decidir pela criação do IIES-FFCL de Presidente Prudente, uma vez criado, porém, os professores, compromissados com a educação, fizeram a instituição acontecer. À função legal da faculdade, segundo a Lei 4.024/61 e a Lei 5.540/68 —– ensino, pesquisa e extensão — procuraram agregar também a função social.

Ao longo dos anos de sua existência, o IIES-FFCL de Presidente Prudente foi gradativamente recebendo alunos de estratos sociais mais baixos, até que, em meados da década de 1970, o corpo discente fosse, predominantemente, composto de pobres e classe média-baixa, e não mais a elite, como nos primeiros anos (GRIGOLI, 1992). A oferta de vagas no período noturno para Licenciatura em Ciências, fruto de reivindicação dos professores e só concedida na condição de não se aumentarem os gastos, contribuiria, naquele momento, para a democratização do acesso ao ensino superior na região, pois muitos jovens trabalhadores puderam ingressar nesse nível de ensino. Apesar da repressão, a instituição atravessou um processo de crescimento e consolidação até 1973, quando já se pensava em novos cursos e na criação de cursos técnicos, sensíveis que eram os professores, em sua maioria, aos problemas regionais.

Fica claro, analisando o contexto em que os Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo surgiram, que, se eles já não existissem na década de 1960, jamais seriam criados pelo governo militar, pois o discurso oficial, e suas ações, como, por exemplo, a defesa da reinstituição de um vestibular mais rigoroso, resultaria na exclusão, contenção das aspirações dos filhos dos trabalhadores de alcançar o ensino superior,

permitindo-lhes chegar, no máximo, até o ensino médio profissionalizante, para ingressarem no mercado de trabalho, servindo ao capital. (GHIRALDELLI JR, 1994). A política do governo golpista era a privatização do ensino superior, conforme explicitava na própria Constituição Federal de 1967, e não a expansão de vagas no ensino superior público.

O enorme passo que foram os Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, e especificamente o IIES-FFCL de Presidente Prudente, rumo à expansão do ensino superior paulista e brasileiro, ainda que as primeiras turmas fossem, oriundas, predominantemente, das camadas sociais mais abastadas da região, traria benesses que o governo militar usufruiria, pois além de formar professores para o ensino secundário para o Estado de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e outros estados, muitos professores formados nestas instituições viriam formar o corpo docente das faculdades particulares e fundações e autarquias que seriam criadas, a partir de 1967, oferecendo ensino superior em todo o Estado de São Paulo e outras regiões brasileiras.

Dentre os objetivos para o IIES-FFCL de Presidente Prudente estava o cultivo da *cultura desinteressada.*

O termo *desinteressado*, conforme Gramsci (apud NOSELLA, 1992) empregou, tem o sentido de “horizonte amplo, de longo alcance, isto é, que interessa objetivamente não apenas a indivíduos ou a pequenos grupos, mas à coletividade e até à humanidade inteira.” (p.14)

Nesse sentido, o IIES-FFCL de Presidente Prudente parece ter cumprido sua função, pois, apesar das dificuldades, o idealismo e o desejo de consolidar uma instituição que fizesse a diferença na formação de professores e que produzisse ciência que resultasse em benefício para todos e, notadamente, para a região, esteve presente em toda a sua existência.

O compromisso do corpo docente do IIES-FFCL de Presidente Prudente com a formação de educadores se verifica nos depoimentos de ex-alunos, bem como na trajetória

profissional dos que ali se formaram, conforme expus no Capítulo 5, no Capítulo 7 e com conforme publicações de *O Imparcial*, apresentadas no Capítulo 8.

Quando a instituição vivia o seu melhor momento em relação à sua função social, alcançando também camadas mais pobres da população, eis que vêm as mudanças, atendendo à política de redução de gastos, mergulhando-a numa grande crise.

À criação da UNESP, em 31 de janeiro de 1976, fato não discutido junto aos Institutos Isolados que a comporiam, seguiu-se um período de grande tensão, notadamente, na unidade de Presidente Prudente, que sofreu a extinção de quatro dos seis cursos que a faculdade oferecia.

Todos os recursos possíveis foram utilizados pelos professores e alunos, para que os cursos não fossem extintos, justificativas com argumentos fortes, para os quais o reitor não possuía contra-argumentos, sem, porém, desistir do terrível corte.

Nenhum argumento prevaleceria contra o intento do governo de reduzir gastos com o ensino superior, o que se fez, preferencialmente, com cortes nas faculdades de filosofia, cursos cujos alunos e candidatos ao ingresso já não eram os filhos das camadas representadas no poder, cursos que já eram oferecidos pelas instituições privadas, providencialmente autorizadas pelo CFE, cursos cuja extinção desestruturaria o fértil ambiente destas instituições públicas que surgiram antes do Golpe Militar, resistiam a ele e formavam professores que tinham condições de politizar, desenvolver a consciência social de seus alunos das séries finais do primeiro grau e do segundo grau: levas do povo que começavam a ter acesso a esse nível de ensino.

A cultura que se procurava produzir no seio da instituição de Presidente Prudente, mais que o enciclopedismo, era aquela que o *Carcará* conclamava os calouros a fazerem. Era a cultura definida por Gramsci: organização, disciplina do eu interior, tomada de posse de sua própria personalidade, conquista de uma consciência superior, por meio da qual

se consegue compreender seu próprio valor histórico, sua função na vida, seus direitos e deveres. (apud NOZELLA, 1992)

Era, porém, interesse do governo que agiu, no golpe, e continuaria agindo, a manutenção das massas, se não longe da escola, pelo menos longe de um ensino superior que fosse agência de pensamento por excelência, notadamente no momento de repressão a todo livre pensar. Interessava a manutenção do modelo social que, na década que antecedeu ao golpe, grupos articulados tentaram mudar. O contexto mundial não permitia a um país que se pretendia desenvolvido não expandir o acesso ao ensino superior. O regime ditatorial desejava mostrar às agências internacionais um país que buscava desenvolvimento, porém queria um ambiente universitário estéril, o que era difícil nas instituições públicas, que já possuíam uma sólida massa crítica.

Assim, os Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo e, notadamente, o IIES-FFCL de Presidente Prudente, com um curso como o de Ciências Sociais, instalado numa região de latifundiários, de *coronéis*, era um grande incômodo para o governo ditatorial, e para os políticos locais alinhados com o Poder Central, com o Regime Militar. Como as entidades da sociedade civil que sustentavam as idéias que afloraram no momento de liberdade tinham sido desmanteladas pelo governo golpista, a instituição de ensino superior passou a ser o único ambiente em que idéias e articulações se dariam. Por essa razão é que o Presidente Geisel bradaria que a universidade era lugar de estudar e não de fazer política.

Em Presidente Prudente, onde essas entidades civis nunca tiveram grande expressão no campo das idéias, um ambiente de idéias a fervilhar, como o IIES-FFCL de Presidente Prudente, era especialmente visado, mais que o ambiente das instituições de ensino superior privadas existentes no município, em razão da menor articulação dos alunos.(ABREU, 1972,1989 e MELLO, 1995).

A instituição, agência de reflexão, representava, portanto, grande risco para a classe hegemônica: a formação de uma massa pensante. Eis mais uma razão da incoerência total entre o discurso explícito, a própria legislação do ensino superior e o processo de redução das vagas na instituição pública, seguido de autorização de abertura de vagas na instituição privada: além de o Estado se eximir da responsabilidade de financiar boa parte do ensino superior, propiciava a formação de um professor menos crítico que, resultado das condições de sua formação na instituição privada, dificilmente formaria uma massa pensante na educação básica.

A reiterada constatação da falta de professores formados para exercerem o magistério secundário é a comprovação da falta de políticas públicas de educação popular, da falta de vontade genuína de democratizar o acesso aos bens culturais, que encontrou o Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, com a expansão do ensino primário, reivindicada há décadas pelas camadas desfavorecidas (TANURI, 2000) sem que o Estado tivesse se ocupado de formar professores em número suficiente para isso. A redução da carga horária dos cursos, para disponibilizar, rapidamente, profissionais para o mercado, aconteceria sempre com os cursos de formação de professores, em razão da constante de falta de investimento na formação destes profissionais, tendo, quando o momento social exigia, que prepará-los às pressas. A história mostra que os benefícios de que o povo gozaria, fruto de suas reivindicações, num momento de liberdade garantida pela Constituição Federal de 1946, em que puderam se organizar, aconteceriam sem que houvesse boa vontade das elites (GHIRALDELLI JR. 1994).

O Estado, em face dessa falta de professores, porque ele não havia se preocupado em formá-los, pois também não se preocupara com a formação do povo, passou sua obrigação para instituições privadas, que, sem onerar o Estado, ofereciam a equivalência legal. Na luta entre oferecer ensino de qualidade, investindo em bons professores e conseguir

clientela para suas vagas, numa disputa de mercado que visa necessariamente ao lucro, ou, pelo menos, o equilíbrio entre receita e despesa, as instituições privadas, às vezes, optavam pela segunda alternativa, em detrimento da primeira.

A Lei 5.692/71, que trazia em seu texto a pretensão de democratizar o acesso à escola e aumentar os anos de escolaridade, criando o primeiro grau, alegando que isso significava a garantia de, no mínimo, oito anos de escolaridade, pouco faria pelo povo, de fato, pois os profissionais que deveriam ser preparados, e bem, para esse crescente mercado de trabalho, que eram as séries finais do primeiro grau, teriam sua possibilidade de acesso a uma boa formação gratuita na região de Presidente Prudente, dificultada com o fechamento dos quatro cursos de licenciatura. Em toda a UNESP, foram cerca de 1.200 vagas em licenciaturas que desapareceram.

Assim, nem sempre, uma boa formação ocorria, de fato, mas a deficiência na formação do professor dificilmente seria reclamada pelo consumidor: alunos da escola pública que se expandia, cujos pais, analfabetos, ou semi-analfabetos, sem formação de uma consciência social, não tinham condições para reconhecer o prejuízo de seus filhos e protestar.

O rebaixamento cultural, com o aparente objetivo de proteger os mais pobres, modelo rejeitado por Gramsci (apud NOZELLA 1992), e que se verificou no ensino médio profissionalizante brasileiro, verificou-se também no ensino superior. Esse aligeiramento na formação do professor iria atingir justamente os mais pobres, que viriam a ser alunos destes professores nas escolas publicas secundárias que se expandiam, democratizando o seu acesso.

Assim, embora, teoricamente, todos que ingressavam e concluíam um curso superior fossem graduados, quando se tratava de um curso de licenciatura, de formação de professores, o destino já era conhecido: preencher as vagas das escolas públicas que se abriam para o povo, onde já havia muitos lecionando sem formação.

O dualismo, assim como as artes liberais que eram destinadas aos ricos e as artes mecânicas destinadas aos pobres (NOSELLA, 1992), também se verificou no ensino superior. As licenciaturas (Ciências, Matemática, Estudos Sociais, Geografia, Ciências Sociais no caso de Presidente Prudente), que formavam profissionais que iam trabalhar com a massa que começava a ter acesso ao ensino secundário e por formarem os que iam formar professores primários para as camadas desfavorecidas que estavam apenas chegando aos grupos escolares (Pedagogia, Ciências Sociais), sofriam visível abandono das políticas de ensino superior. Outras carreiras de nível superior, no entanto, que iam formar aqueles que prestariam seus serviços predominantemente às camadas mais abastadas, oriundos também dessas camadas, recebiam atenção e investimentos maiores, e esses cursos herdados dos institutos isolados pela UNESP não seriam extintos, mesmo quando existiam em duplicidade. Não se ouvia, também, para estes cursos, cogitar o aligeiramento da formação que tanto se defendia na formação de professores, reduzindo os cursos de licenciaturas em até dois anos.

Este dualismo, sempre determinado pelos detentores do poder, que querem decidir sobre a formação que as camadas desfavorecidas devem ter, pôde ser constatado por meio da análise da trajetória do IIES-FFCL de Presidente Prudente, uma instituição eminentemente de formação de professores, desde quando ele era apenas um desejo. Mesmo antes de sua existência, as discussões publicadas nos jornais locais, com alguns preferindo um curso de Direito, outros, um curso de Administração de Empresas, denotam o desprezo pelos cursos de formação de professores vindo de membros da camada detentora do Poder Local, que desejavam uma instituição de ensino superior na cidade para ilustrar seus próprios filhos e filhas casadoiras, que não se importavam, também, com a falta de professores para o povo.

Assim, o dualismo na educação básica oferecida pelo estado permaneceria, de forma mais sutil, pois o cotidiano escolar com um professor mal formado não daria as mesmas condições que têm aqueles que tiveram professores bem preparados.

A busca do saber fazer e o saber ser, que Gramsci (apud NOSELLA, 1992) viu ser necessário ao tratar das escolas de artes mecânicas e artes liberais, a mesma necessidade que é apresentada nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (1999), além de reconhecidamente difícil de se conseguir, sofreu, no Brasil e, especificamente, no Estado de São Paulo, com as medidas tomadas pelo governo alinhado ao Regime Militar, um retrocesso com o fechamento de cursos de licenciatura no processo de criação da UNESP.

Além da redução de vagas públicas no ensino superior, havia, com a Lei 5.692/71, um mecanismo para desviar as camadas mais pobres do ensino superior. Ela tinha vindo, com aparência de avançada, mas, na verdade, tinha o objetivo de tentar barrar à massa estudantil brasileira que chegava ao ensino secundário a entrada no ensino superior, e uma formação secundária oferecida por professores com formação precária afastava-a, "naturalmente", da possibilidade de acesso a determinados cursos superiores.

Eram freqüentes, em 1975 e 1976, discussões em nível de Poder Central, conforme apresentei em publicações do jornal *Folha de São Paulo*, no Capítulo 8, planos de voltar aos vestibulares eliminatórios, o que restringiria muito mais o ingresso ao ensino superior, o que conteria a chegada das massas, que tinham, reconhecidamente, deficiências na formação básica, à universidade.

Todas as ações eram voltadas para manter as massas satisfeitas apenas com o ensino médio, para o que foram criadas habilitações profissionais, visando ao seu ingresso no mercado de trabalho. Como não se podia obrigar as pessoas a não desejar e a não procurar o ensino superior, a mudança no secundário não surtiu o efeito contenedor desejado pelo Poder Central.(CUNHA e GÓES, 1985). Assim, os cursos superiores é que se responsabilizariam por esta contenção no seu seio mesmo. O processo de abertura de escolas superiores, seguido

da falta de acompanhamento da qualidade da formação oferecida por elas, atendia e esses interesses.

As políticas pautadas na privatização do ensino, desmobilização do magistério e conseqüente exclusão de uma boa parcela das classes populares do ensino elementar de boa qualidade (GHIRALDELLI JR., 1994), se verificaram, na região, com o processo sofrido pelo IIES-FFCL de Presidente Prudente, pois a redução de vagas públicas para a formação de professores traria tudo isso como resultado.

Uma instituição privada de ensino superior, funcionando apenas à noite, tendo alunos trabalhadores cansados da jornada diária, oriundos de vários municípios de onde vinham diariamente, seria o ambiente ideal para as intenções do regime ditatorial, também porque desmantelaria as possibilidades de articulação também no ambiente universitário, pois seriam dissipados os *vácuos de lazer* que os estudantes vinham preenchendo com *aventuras políticas*.(GHIRALDELLI JR, 1994).

Estudantes e professores das instituições privadas de ensino superior da região, bem como de todo o país, não ficaram ilesos à repressão. Havia, também ali, os espias, e, freqüentemente, professores, e alunos eram presos, porém a dificuldade para encontros fora do horário de aula é que tornava as articulações e ações reacionárias ao regime menos freqüentes.

A formação aligeirada que se propôs e se implantou no Brasil para a formação de professores e que foi privilegiada, com o fechamento de vagas públicas de licenciaturas, veio proletarizar o professor no sentido que Gramsci (apud NOSELLA, 1992) rejeitava, ao tratar do trabalho produtivo. O professor como um operário executor de tarefas, não pensante, é que iria predominar nas escolas populares, desmantelando qualquer possibilidade de se politizar e conscientizar as massas.

Um círculo vicioso se formou de tal maneira que hoje colhemos os seus frutos: professores mal formados ao longo de sua vida escolar formam mal seus alunos desde as séries iniciais, os quais, quando chegam à universidade estão tão despreparados, que esta tem que fazer o que a educação básica deveria ter feito — é a secundarização do ensino superior, processo que atualmente ocorre tanto nas instituições privadas como nas instituições públicas. Muitas vezes, ainda, recebem o diploma de nível superior nas mesmas condições incipientes de formação em que entraram, e vão ser professores de nossas crianças.[110]

Moacir Gadotti (1991) ao comentar sua experiência como Secretário da Educação na cidade de São Paulo, apontou a privatização de ensino superior como uma das causas do despreparo do professor: “Existem algumas escolas particulares muito boas, mas a massa das escolas superiores é aquela dos cursos de fim de semana, que prepararam o professor de forma muito ruim. E esses professores é que vão dar aula nas escolas públicas de 1° e 2° graus.”(In NOVA ESCOLA, no 53, p.22, nov. 1991)

O governo golpista era contra o modelo de Universidade que Anísio Teixeira idealizou na década de 1930, um centro de livre debate de idéias, sepultado pelo Estado novo. Quando estas idéias novamente tomaram corpo e ressurgiram esperanças de uma universidade nova, livre, criadora e crítica — a Universidade de Brasília — ela é bruscamente bloqueada justamente pelo governo ditatorial implantado com o golpe de 1964, com seu característico patrulhamento ideológico.(LUCKESI, et al, 1991). Uma universidade com pessoas capazes de refletir livre e criticamente era exatamente o que o Poder Central combatia, apesar do discurso contrário.

As mudanças que ocorreram com o ensino superior no interior paulista atenderam, portanto, a, pelo menos, três objetivos reais do governo: maior controle das escolas, centralizando mais as decisões nas mãos do reitor e perda da já pequena autonomia

[110] É fato que não é apenas a escola que forma, mas no que se refere à aquisição do conhecimento científico sistematizado, o que pressupõe pelo menos habilidades de leitura e escrita, a escola é a grande responsável.

dos diretores; redução dos gastos com o ensino superior, atendendo determinação do Poder Central e desmantelamento das ilhas de produção de idéias, com redução do corpo discente e docente, com transferências, e promoção do desentendimento entre membros das equipes locais, resultante da tensão do momento.

Assim, pode-se concluir que a unidade de Presidente Prudente — para a qual o projeto inicial da reestruturação era fechar todos os cursos, ficando apenas o Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais, e num segundo momento, ficar apenas o curso de Geografia — foi a mais castigada de todas as faculdades de filosofia, com o corte de quatro cursos, porque foi, também, a que mais enfrentamentos realizou, conforme sua tradicional característica, também em outros momentos de crise, não só em defesa dos cursos locais, mas em defesa de outras unidades.

Uma possível justificativa para o fim dos cursos de Licenciatura em Ciências, Estudos Sociais e Pedagogia do IIES-FFCL de Presidente Prudente seria que, como já existiam escolas particulares funcionando na cidade e região, e oferecendo os mesmos cursos, o Estado poderia se eximir dessa sua obrigação, criando outros cursos não oferecidos pelas instituições privadas, como Ecologia, o que muito interessou ao prefeito eleito Paulo Constantino. Este foi o discurso do reitor ao anunciar fechamentos, porém a abertura de novos cursos não fazia parte dos projetos do Estado.

Não havia, porém, como justificar a extinção do único curso de Ciências Sociais da região, e foi o que ocorreu. Era justamente o corpo discente de Ciências Sociais que mais *incomodava* o sistema, conforme atestou Bragato (2002).

Apesar de nenhuma unidade ter lutado tanto, ter mobilizado a população local para que os cursos não fossem extintos, conforme fez a de Presidente Prudente, esse clamor não sensibilizou o reitor Luiz Ferreira Martins, que seguiu com seu intento até o fim.

As possibilidades de se voltar atrás, com aquele regime de governo, só existiam por meios políticos. A manutenção do curso de Matemática e criação de Engenharia Cartográfica, um curso que aproveitava os professores de Geografia e de Matemática, só foi possível por esses meios, conforme já mencionei.

A unidade de Presidente Prudente, que, desde sua fundação, sofria dificuldades que outros IIES não sofreram, em razão da falta de interesse legítimo do Poder Local pelas causas da instituição, sentiria, também neste crucial momento, a omissão do prefeito e do prefeito eleito configurada principalmente na ausência dos dois na concentração de quase cinco mil pessoas no Ginásio Municipal de Esportes, em 27/11/76, à qual compareceram deputados, o representante do governador, professores da USP, o reitor da UNESP e caravanas de todas as faculdades de filosofia da UNESP.

A sociedade local e regional só havia, ao longo de 17 anos, obtido benéficos com a instalação da instituição em Presidente Prudente, porém sem que as camadas menos favorecidas percebessem esta relação entra a instituição e, por exemplo, a melhor formação dos professores e conseqüente melhora da qualidade da educação elementar de seus filhos, ou a inflação dos salários dos empregados domésticos, conforme atestou Vaidergorn (2003). As camadas representadas poder, que tinham consciência destes benefícios, e usufruía deles mais diretamente, movidos por outros interesses circunstanciais, não abraçaram, como poderiam, a causa da instituição no momento de crise.

A força de luta de professores e alunos, em situações sempre adversas, que havia feito do IIES-FFCL de Presidente Prudente uma instituição respeitada, foi a mesma força que resistiu à crise da extinção de cursos, ao clima de terror que se instalou no cotidiano, nos anos seguintes e construiu o que hoje é a UNESP-FCT de Presidente Prudente, campus que se destaca principalmente em seus cursos de formação de professores, a mesma razão

principal de o IIES-FFCL de Presidente Prudente ser criado, em 1959, e sua principal vocação, bem como dos demais IIES-FFCL.

A UNESP, que tem em sua gênese a traumática extinção de cursos de formação de professores, tem, segundo Bicudo (2000), entre os aspectos que marcam sua fisionomia atualmente, conferindo-lhe identidade, justamente seu compromisso com a formação de professores. E seus cursos de licenciatura é que constituem pólo aglutinador importante de esforços da comunidade, de professores e alunos.

A melhor resposta que aqueles pioneiros do ensino superior de Presidente Prudente e região puderam dar ao castigo que lhes foi imposto pelo autoritarismo do governo foi esta: a importante universidade, que se destaca como formadora de professores, tem sua grandeza feita por muitos daqueles mesmos professores de licenciaturas que, resistindo à crise, à perseguição, decidiram produzir, dentro das condições que lhes eram oferecidas, e tornar as promessas vãs do primeiro reitor da UNESP uma realidade.

Na publicação comemorativa de quarenta anos de UNESP de Presidente Prudente (MENEGUETTE JR. & ALVES, 1999), consta que a instituição atualmente produz um retorno para a cidade de cerca de 1,6 milhão de reais. Destaca, também, a formação dos valores éticos, políticos, culturais e recursos humanos, que a instituição traz para o município, que são imensuráveis.

Nestes quarenta anos, estão contidos os dezessete anos de existência do IIES-FFCL de Presidente Prudente, os primeiros e mais difíceis, que ocupam pequeno espaço no referido trabalho. Os dezessete anos de IIES-FFCL, que são os alicerces deste grande campus universitário que é a UNESP-FCT de Presidente Prudente, ficam localizados abaixo da superfície, e só puderam ser conhecidos com um difícil e profundo trabalho de escavações em meio ao qual se encontraram, pedras, muitas vezes, irremovíveis.

Nestas escavações, resgatei a história de uma comunidade universitária que fez do IIES-FFCL de Presidente Prudente, uma instituição além das fronteiras.

Suas fronteiras, quando a instituição significava apenas um sonho, eram muito aquém de onde firmaria suas estacas em dezessete anos. Pensava-se em uma faculdade para Presidente Prudente, porque se as outras cidades de porte médio do interior paulista também possuíam uma, e Presidente Prudente não podia ficar para trás.

Ela cresceu em tamanho e principalmente em qualidade, rompendo as fronteiras dos preconceitos que sofriam as longínquas regiões do interior paulista, tanto que, em 1976, tornou-se o centro de resistência, lutando pela manutenção de seus cursos e dos cursos de todas as outras faculdades de filosofia do interior paulista, tendo os intelectuais da USP como companheiros de luta.

O IIES-FFCL de Presidente Prudente era reivindicado, na década de 1950, também, para atender aos jovens de Presidente Prudente e região, mas, já nos primeiros anos, unindo-se às faculdades de Marília e Assis e, superando diferenças políticas do Poder Local em nome de uma causa maior, a educação, construiu o ensino superior, não apenas de Presidente Prudente, não apenas da Alta Sorocabana, mas do oeste paulista. Alcançou, de forma significativa, por meio dos professores que formou, os estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, além de outros estados.

Fundada, inicialmente, para formar professores para o ensino secundário que estava em expansão, foi, também, além desta fronteira. Formou professores que compuseram o corpo docente de outras escolas superiores, públicas e particulares, por todo o interior paulista, na capital, no Rio de Janeiro, Goiás, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e outros estados.

Rompeu as fronteiras do magistério, pois além de professores, formou cidadãos críticos que, da militância estudantil, nos momentos cruciais de sua história, passaram à militância política.

A significativa produção científica que se realizou em seu seio rompeu as fronteiras do tempo, sendo boa parte dela, atualmente, obras de referência em suas respectivas áreas. Formou pesquisadores hoje conhecidos internacionalmente e que continuam a produzir e formar outros pesquisadores.

Naturalmente criada para a elite local, que era quem, na década de 1950, conseguia concluir o ensino secundário, rompeu a fronteira da exclusão, alcançando, a cada ano, estratos sociais mais baixos e, nesta vocação crescente para a inclusão, continuaria até o que hoje é a UNESP-FCT de Presidente Prudente.

Eis aqui o que consegui, removendo pedras abaixo da superfície. E nas entranhas desse passado, encontramos alguns sinais do futuro. A universidade que queremos ainda não temos, mas ela já está com a construção bem adiantada. Beneficiar a sociedade com os frutos da universidade é um dos seus papéis - a extensão. É preciso, porém, conscientizar a população local de que determinados benefícios que ela já usufrui ou que estão à disposição dela, são decorrentes da existência da universidade ali no seu seio. Este trabalho, em si, é uma forma de extensão. É preciso que se busquem formas de legitimar essa inserção da universidade na sociedade.

Essa universidade que queremos se faz com pessoas compromissadas, conforme muitos dos que encontrei em minhas investigações, pessoas que não esperaram as condições ideais, mas aproveitaram, não sem protestar, as condições que possuíam para construir uma instituição sólida, que junto com suas irmãs, sustentam a Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Dióres. Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FFCL, 1972.

ABREU, Dióres Santos. **Poder político local no populismo**: **Presidente Prudente, 1928-1959**. Presidente Prudente: Impress, 1996.

ABREU, Dióres Santos. Uma contribuição para a História da UNESP. **História.** São Paulo,(8), 1989, p.87-100.

ALVIM, Gustavo. **Autonomia universitária e a confessionabilidade.** Piracicaba: UNIMEP, 1995.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1987.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**.. Brasília: Universidade de Brasília, 1963. (Biblioteca básica brasileira, v. 4).

BEISIEGEL, Celso de Rui. Política educacional e programas de alfabetização. In SÃO PAULO, Fundação para Desenvolvimento da Educação. **Idéias nº 1** . São Paulo: FDE, 1988. p. 16-22.

BERNARDO , Maristela Velloso Campos. **Re-vendo a formação do professor secundário nas universidades públicas do estado de São Paulo**. São Paulo, 1986. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BIANCHI, Ana Maria F. e PASTORE José. **A regionalização do ensino em São Paulo**. São Paulo: Faculdade de Administração e Economia da USP (1972). Instituto de Pesquisas Econômicas/ Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, 1972. Mimeo.

BICUDO, Maria Ap. Viggiani. **Ideal, trabalho e compromisso na Universidade Pública : relato e reflexão sobre uma experiência**. São Paulo: Olho d'água. 2000.

BLOCH, Marc. **Introdução à história** . São Paulo: publicações Europa-América, s/d.

BOVO, José Murari (org.) **Universidade e comunidade**: avaliação dos impactos econômicos e a prestação de serviços. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

BRANDÃO, Caros Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRASIL Ministério de Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio.** Brasília: Ministério da Educação,1999.

BRASIL, Decreto 53.582, de 27 de fevereiro de 1964.Concede o direito de lecionar, no 1º ciclo das Escolas de nível médio, aos alunos da 1ª e 2ª séries das Faculdades de Filosofia. **Legislação de ensino de 1º e 2º graus federal.** São Paulo: SE/CENP, v. 1, p. 52, 1980.

BRASIL, Decreto 70.929, de 3 de agosto de 1972. Dispões sobre o registro, no Ministério da Educação e Cultura, de professores de ensino de 2º grau e dá outras providências. **Legislação de ensino de 1º e 2º graus federal.** São Paulo: SE/CENP, v. 2, p.346, 1980.

BRASIL, Decreto –Lei 464 , de 11 de fevereiro de 1969. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28/11/1968, e dá outras providências. **Legislação de ensino de 1º e 2º graus - federal.** São Paulo: SE/CENP, v. 1, p. 374, 1980.

BRASIL, Decreto-Lei 53, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização das Universidades Federais. **D.O. U** Brasil, 21/11/1065. p.13. 416.

BRASIL, Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares e dá outras providências. **Legislação de ensino de 1º e 2º graus - federal.** São Paulo: SE/CENP, v. 1, p. 376, 1980.

BRASIL, DECRETO-LEI 252 de 28 de fevereiro de 1967. Estabelece normas complementares ao Decreto –Lei 53/66, que dispõe sobre a reestruturação das Universidades Federais. **D. O. U**. Brasil, 28/02/1967 p. 2 443.

BRASIL, Emenda Constitucional, de 17 de outubro de 1969. Constituição da República Federativa do Brasil. **Legislação de ensino de 1º e 2º graus- federal.** São Paulo: SE/CENP, v. 1, p.83, 1980.

BRASIL, Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Legislação de ensino de 1º e 2º graus -federal.** São Paulo: SE/CENP, v. 1, p. 265, 1980.

BRASIL, Lei 5.340, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento de ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Legislação de ensino de 1º e 2º graus - federal.** São Paulo: SE/CENP, v. 1, p. 334, 1980.

BRASIL, Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º Graus, e dá outras providências. **Legislação de ensino de 1º e 2º graus - federal.** São Paulo: SE/CENP, v. 1, p. 403, 1980.

BRASIL, Portaria MEC nº 49, de 31 de janeiro de 1964. Regulamenta exames de suficiência. **Legislação de ensino de 1º e 2º graus - federal.** São Paulo: SE/CENP, v. 3. p.24, 1980.

BRASIL. INEP **Ensino Superior: coletânea de Legislação Básica. Desde 1948 até 1969**. Brasília, INEP, 1969.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes e bases da educação nacional**. Rio de Janeiro: MEC? COLTED, 1969. (Colação A.E.C.) v. 1 a 12.

BRITO. A Lista dos improdutivos da USP. In Folha de São Paulo.1999.

BUFFA, Ester e NOSELLA, Paolo. **A Escola Profissional de São Carlos**. São Carlos: EdUFSCar, 1998.

BURKE, Peter. **A escola dos annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. Trad. Nilo Odalia. 4 reimpr. São Paulo: UNESP, 1997.

BUSCHINELI, Antônio . **Subsídios para a história do ensino superior oficial em Rio Claro**. Rio Claro: Instituto de Biociências, 1988. Mimeo.

CARR, Edward Hallet. **O que é história?** Trad. De Lúcia Maurício de Alvarenga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARVALHO, Guido Ivan de. **Ensino Superior: legislação e jurisprudência**. Rio de Janeiro: MEC/ COLTED, 1969.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As diretrizes e Bases: Breve Histórico**. **Diretrizes e Bases da Educação.** São Paulo: Livraria Pioneira, 1960.

CATANI, Denice Barbara. Memória e poder: o "poder do relato e o relato do poder" na história da educação brasileira. In FREITAS, Marcos Cezar de (Org) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p.329-353.

CATANI, Afrânio Mendes, GUTIERRES, Gustavo L. e FERRER, Walkíria M. H. O Jornal Folha de S. Paulo e a “Lista dos Improdutivos”da USP. In. DOURADO, L. e CATANI, A. M. **Universidade pública: políticas e identidade institucional**. Campinas: Autores Associados, 1999.

CERTEAU. Michel. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. **Para preparar a mocidade... Fragmentos de memórias na história da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara**: 1923-1976. São Paulo: UNESP, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*: ensaios sobre idéias e formas. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

CUNHA , Luiz Antônio.. **A universidade crítica.** O ensino superior na República populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

CUNHA , Maria Isabel e LEITE, Denise B.C. **Decisões pedagógicas e estruturas de poder na universidade**. Campinas: Papirus, 1996.

CUNHA Luiz Antônio. **A Universidade temporã : o ensino superior da Colônia à Era Vargas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA Luiza Antônio Ensino superior e universidade no Brasil. In LOPES, E.M.T., FARIA Jr., L.M. e VEIGA. C. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio e GÖES Moacyr de.**O golpe na Educação: Brasil os anos de autoritarismo: análise- balanço- perspectiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada:** golpe de 1964 e modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves,1989.

DEGASPARI, Silvia e VANALLI, Teresa Raquel. **Manual de normalização documentária para apresentação do trabalho acadêmico**. Presidente Prudente: UNESP –FCT – Campus de Presidente Prudente, 2003.

DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri. Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa. In **Reflexões sobre a pesquisa sociológica.** 2.ed. São Paulo: Textos. Série 2, n. 3. p. 33-45,1999.

DIAS, Fernando Corrêa**. Construção do sistema Universitário no Brasil.** Braslia: CRUB, 1989.

EICHENGREEN, Barry. FMI não irá liberar recursos, diz economista. In **Folha de São Paulo**, *22/07/2 001*, p b-7.

D'INCAO, Maria Conceição.**O "Bóia Fria" na Alta Sorocabana**. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1973.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder.** Porto Alegre: Globo, 1958.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque**. A universidade brasileira**: em busca de sua identidade. Petrópolis: Vozes, 1977.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **A educação no Brasil anos 60**: o pacto do silêncio. São Paulo: Loyola,1985.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1994.

GADOTTI ,Moacir. Entrevista a Ana Lagôa. In **Nova Escola,** nº 53, p.22-25. nov. 1991.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. **História da Educação.** 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

GOULART, Francisco de Paula. **Bandeirante do Século XX: Fundação de Presidente Prudente narrada pelo fundador: 1917-1967.** São Paulo: Cighus, 1967.

GRACIANI, Maria Stela Santos.**O ensino Superior no Brasil: a estrutura de poder na universidade em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982.

HELLER, *Agnes.* **O cotidiano e a história**. Trad.. Carlos Nelson Coutinho .Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOBSBAWM. Eric J. **A era das revoluções (1789-1848).** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOLANDA, S.B. de. **Raízes do Brasil**. 12 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978.

HOUAISS. Antônio. e outros. **Universidade e Educação.** Campinas: Papirus, 1992.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1985.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Documentos e depoimentos na pesquisa histórico-sociológica. **In Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. 2 ed.São Paulo: Textos, série e, n.3 p.59-62,1999.

LE GOFF. Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1992.

LEITE, José Ferrari e outros**. Educação Urbana em Presidente Prudente.** Presidente Prudente: FFCL de Presidente Prudente, 1971.

LEITE, José Ferrari Leite. **Alguns aspectos de Presidente Prudente entre 1960-1970**. Presidente Prudente: FFCL de Presidente Prudente, 1971.

LEITE, José Ferrari. **A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FFCL de Presidente Prudente, 1972.

LITHOLDO, Augusto. **A função educacional na Alta Sorocabana** (Uma contribuição à Geografia Urbana) Pres. Prudente: IPEAPP, v 1 e 2 , 1983, 1984.

LITHOLDO, Augusto. **O ensino Médio em Presidente Prudente** (SP) Presidente Prudente: FFCL de Presidente Prudente. 1971.

LUCKESI, Cipriano, BARRETO, Eloi, COSMA, José e BAPTISTA, Naidison**. Fazer universidade: uma proposta metodológica.** São Paulo: Cortez, 1991.

MAGALHÃES, Josiane. **Autonomia universitária: uma análise da autonomia das universidades públicas paulistas, sua herança histórica, aspectos jurídicos administrativos e políticos.** Marília.1998. (Dissertação de Mestrado), FFC- UNESP.

MATOS, Olgária C.F. **Paris, 1968: as barricadas do desejo.** São Paulo: Brasiliense, 1981

MELO, Jayro Gonçalves. O jornal e o coronel: contribuição para a história da imprensa*:* "A voz do Povo" e seu discurso político ideológico (1926-1930) In **Recortes Presidente Prudente:** GASPERR- Grupo Acadêmico Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais, n. 3, FCT/ UNESP/ CNPq, 1995.

MENEGUETTE Júnior, Messias e ALVES Neri. (orgs.) **FTC 40 anos, perfil científico-educacional**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1999.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documentos: reflexões para um tempo de transformações. In SILVA , Zélia Lopes da (org). **Arquivos patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Ed, UNESP/FAPESP, 1999.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras: 2001.

MOREIRA LEITE, M.L. Imagens e contextos. **Boletim do Centro de Memória - UNICAMP**, 5(10), 45-60. 1998.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na 1ª República**. São Paulo: EPU, Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NOSELLA. Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médias, 1992.

OLIVEIRA Fabio Ruela de. **História Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (1958-1964):** memória da formação de um instituto superior no interior paulista. Assis: 2002. Dissertação de Mestrado.167 p.

PASTORE José. **O ensino superior em São Paulo**.(aspectos quantitativos e qualitativos de sua expansão) . São Paulo , 1968. 3 v.

PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral ser diferente? In **Projeto História.** Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em história e do departamento de história.São Paulo: PUC-SP n. 14, fev 1997. p.25- 39.

PRADO, JR. Caio. **História econômica do Brasil**. 41 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRESIDENTE PRUDENTE , Guia oficial da cidade.: **Presidente Prudente hoje**. Presidente Prudente: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 1992.

PRESIDENTE PRUDENTE. **Histórico da Faculdade.** Presidente Prudente: FFCL de Presidente Prudente (mimeo.) 1973.

RESENDE, Benjamin. **Raízes Prudentinas**. São Paulo: SENAC, 1982.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **A educação da mulher no Brasil –Colônia**. São Paulo: Arte&Ciência, 1997.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **Subsídios para a história da educação em Presidente Prudente: as primeiras instituições escolares**. São Paulo; Cliper, 1999.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 1992. (Educação Contemporânea).

RODRIGUES, José Honório e RIBEIRO, Joaquim. **Civilização Holandesa no Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1940. (Brasiliana v. I 80).

RODRIGUES, Neidson. Perspectivas para a educação brasileira: as entranhas da modernidade. In SÃO PAULO. **A autonomia e a qualidade do ensino na escola pública. São Paulo**: SE/FDE, 1993.(Idéias 16.)

ROMANELLI, O. de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973**) 12 ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

SALMERON, Roberto A. Escola privada e universidade pública. In LOUREIRO, Izabel e DEL MASSO, Maria Cândida (Orgs.).**Tempos de greve na universidade pública.**Marília: Unesp Marília Publicações, 2001.p. 3-9.

SANFELICE, José Luís. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo : Cortez, 1986.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Legislação de Ensino de 1º e 2º graus (Federal).** Compilação e Organização de Leslie Maria José da Silva Rama e outros. São Paulo: CENP, 1980. v. 1 a 10.

SÃO PAULO, Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo. **Súmula das pesquisas em andamento , em 1970, na rede os Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo.** São Paulo: Divisão de Estudos e Pesquisas, Seção de documentação, 1971.

SPÓSITO, Eliseu S. **Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente: Evolução 1959-1975**. Presidente Prudente: UNESP –FFCL de Presidente Prudente, 1976**.**

TANURI, Leonor Maria História da formação dos professores. In: ANPEd. 500 anos de Educação Escolar. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas: Autores Associados, n.14, maio jun. jul. ago. 2000.

TELLES, J. A. Queiroz. **Dr. Domingos L. Cerávolo - dados biográficos- sua projeção nos acontecimentos de Presidente Prudente**- 1927-1978. Presidente Prudente: Fundação Museu Histórico municipal, 1978.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. In **História oral**: revista da Associação Brasileira de História Oral. São Paulo: n 5, jun. 2002.p 9- 28.

TRISOGLIO, M. José e DEGASPARI, Silvia Dias.(Orgs.). **Produção científica: Catálogo de dissertações e teses defendidas.** Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1999.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria Geral de Bibliotecas, Editora UNESP. **Normas para publicações da UNESP**. São Paulo: Ed. UNESP, 1994, 4 v.

VAIDERGORN, José. **As seis irmãs**: as FFCL do interior paulista. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2003.

WÄTJEN, Herman. **O dominio colonial hollandez no Brasil: um capítulo da historia colonial do seculo XVIII**. Trad. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938. (Brasiliana v.123).

DOCUMENTOS DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP-CEDEM/UNESP-SP:

ALEGRE, Marcos. Entrevista concedida ao Projeto de Memória da Universidade em Presidente Prudente- 28/06/2001. **Uma universidade *multicampi* no interior paulista**. Memória e História da criação da UNESP e seus primeiros anos de funcionamento (1976-1984). Uma contribuição ao arquivo de história oral do CEDEM. Entrevistadoras Maria de Fátima Salum Moreira e Myrna Terezinha Rossi Rego. São Paulo: Centro de Documentação e Memória da UNESP- CEDEM /UNESP, 2001.

BONILHA. José Fernando Martins. Entrevista concedida ao Projeto de Memória da Universidade em Presidente Prudente- 29/06/2001. **Uma universidade *multicampi* no interior paulista.** Memória e História da criação da UNESP e seus primeiros anos de funcionamento (1976-1984). Uma contribuição ao arquivo de história oral do CEDEM. Entrevistadoras Maria de Fátima Salum Moreira e Myrna Terezinha Rossi Rego. São Paulo: Centro de Documentação e Memória da UNESP- CEDEM /UNESP, 2001.

GRIGOLI, Josefa Aparecida Gonçalves. Entrevista concedida ao Projeto Memória de Universidade em Presidente Prudente – 12/11/1992. **Institutos Isolados de Ensino Superior de São Paulo (1923-1976): memória e história.** Entrevistadora Maria de Fátima Salum Moreira São Paulo: Centro de Documentação e Memória da UNESP- CEDEM /UNESP, 1992.

GRIGOLI, Josefa Aparecida Gonçalves. Entrevista concedida ao Projeto Memória de Universidade em Presidente Prudente – 30/03/1993. **Institutos Isolados de Ensino Superior de São Paulo (1923-1976): memória e história.** Entrevistadora Maria de Fátima Salum Moreira São Paulo: Centro de Documentação e Memória da UNESP- CEDEM /UNESP, 1993.

MELLO Jayro Gonçalves de. Entrevista concedida ao Projeto Memória da Universidade em Presidente Prudente- 29/10/1992**. Institutos Isolados de Ensino Superior de São Paulo (1923-1976): memória e história.** Entrevistadora Maria de Fátima Salum Moreira. São Paulo: Centro de Documentação e Memória da UNESP- CEDEM /UNESP, 1992.

PEREIRA, João Batista Borges. Entrevista concedida ao Projeto Memória de Universidade em Presidente Prudente - 18/06/1997. **Institutos Isolados de Ensino Superior de São Paulo (1923-1976): memória e história.** Entrevistadora Anna Maria Martinez Corrêa. São Paulo: Centro de Documentação e Memória da UNESP- CEDEM /UNESP, 1997.

ARQUIVOS CONSULTADOS:

Arquivo da Folha de São Paulo: Hemeroteca do Jornal Folha de São Paulo, de 1961 a 1976.

Arquivo do Estado de São Paulo: Jornal O Estado de São Paulo– microfilmes de 1959 a 1976.

Museu Histórico Municipal de Presidente Prudente - Arquivo Dr Domingos Cerávolo: Jornais A Voz, Correio da Sorocaba e O imparcial a partir de 1956.

Pastas de recortes históricos da Biblioteca da UNESP-FCT de Presidente Prudente.

Arquivos de documentos internos da Administração da UNESP-FCT de Presidente Prudente.

Arquivos de vida escolar do Setor de Comunicações da UNESP-FCT de Presidente Prudente.

DEPOIMENTOS RECOLHIDOS DURANTE A PESQUISA

ALVES, Neusa Maria. Depoimento oral concedido a Eunice.Ladeia Guimarães Lima. Presidente Prudente, 08/10/2003.

BIAGIO, Carmen Silvia Canuto. Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. Presidente Prudente, 04/11/2004.

BRAGATO, Mauro. Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. Presidente Prudente, 14/10/2002.

GENARO, Cirton. Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. São Paulo, 09/12/2004.

HORIMOTO, Maria Kimie Koyanagui. Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. Presidente Prudente, 08/01/2003.

LIMA, Agripino de Oliveira. Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. Presidente Prudente, 04/12/2002.

MAMIGONIAN, Armen. Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. São Paulo, 07/01/2005.

MARQUES, Wilson. Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. Presidente Prudente, 05/11/2003.

NAUHARDT, Helena Carolina Marrey. Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima .Presidente Prudente, 04/03/2004.

OLIVEIRA, Vera Lúcia de. Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. Presidente Prudente, 15/12/2004.

PERUCCII Carlos. Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. Presidente Prudente, 03 /03/2004.

QUAGLIO, Paschoal. Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. Marília, 23/10/2002.

SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da. Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. Marília, 03/01/2003.

SILVA, Magaly João da. Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima, 20/07/2004.

SPÓSITO Eliseu Savério. Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. Presidente Prudente, 14 /10/2003.

TEIXEIRA, Marcio Antonio. Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. Presidente Prudente, 15/01/2003.

TIZIANO, Mauro José. Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. Presidente Prudente, 03 /03/2004.

.

.